

RESULTADO DA PESQUISA

Fonte: Banco de Discursos da Câmara dos Deputados

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2017 a 22/06/2017

Indexação: "Reforma política"

Ordenamento: Crescente por data

Total de discursos em Plenário: 141

Documento 1/141

001.3.55.P	Sessão Preparatória	02/02/2017-09:24
Publ.: DCD - 03/02/2017 - 25	MARCUS PESTANA-PSDB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ABERTURA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de discussão, pelo Congresso Nacional, de agenda para superação da crise econômica brasileira e de reformas dos sistemas previdenciário, trabalhista, tributário e político. Apoio à candidatura do Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, à reeleição.

O SR. MARCUS PESTANA (Bloco/PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós iniciamos 2017 e hoje damos o passo inaugural para abrir o ano parlamentar; é preciso ter claro o que está em jogo.

Muito mais do que projetos pessoais e ambições individuais, o que está em jogo é a discussão de uma agenda nacional para o combate a uma crise sem precedentes que vive o Brasil. Há indicadores positivos no campo da inflação, a taxa de juros tomou uma trajetória descendente consistente e não populista, mas o desemprego cresceu, a recessão é resistente, os investimentos ainda não voltaram. e a situação fiscal do setor público é uma tragédia - e o Rio de Janeiro é só a ponta do *iceberg*.

Começamos a abordar, embora timidamente, o desequilíbrio fiscal, raiz da nossa crise de recessão e desemprego, com a aprovação da PEC que limita a expansão de gastos. Mas essa medida será claramente insuficiente se não fizermos as quatro grandes reformas. Nós podemos entregar às futuras gerações outro Brasil em 2018, mas, para isso, temos que fazer a reforma da Previdência, modernizar as relações de trabalho, simplificar o sistema tributário e processar, de forma contundente e definitiva, a reforma política. Sem isso, não cumpriremos o nosso papel e entregaremos, no mínimo, um horizonte nebuloso ao Brasil em 2018. Portanto, o que está em jogo nesta eleição não são



projetos pessoais.

A candidatura do Deputado Rodrigo Maia representa o ambiente adequado para votação das reformas estruturantes. É fruto de um acordo amplo entre os principais partidos no sentido de resgatar a calma institucional, a tranquilidade e a estabilidade política, enfim, um ambiente adequado para cumprirmos o nosso papel.

É engraçado que falem, falem e falem em fortalecimento da autonomia institucional do Congresso, mas, volta e meia, corram para a sombra do Supremo Tribunal Federal, judicializando questões *interna corporis*. É preciso fortalecermos os canais de diálogo e votarmos as quatro grandes reformas. Se não fizermos isso, o horizonte do Brasil será imponderável.

Por isso, deixo aqui registrados, para divulgação nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados, os artigos que publiquei ao longo do recesso, uma reflexão sobre a conjuntura nacional, que tem mazelas e problemas enormes, agravados agora pelo fenômeno Trump.

Sr. Presidente, peço, então, que sejam divulgadas nos Anais da Casa essas reflexões.

ARTIGOS A QUE SE REFERE O ORADOR

As lições que vêm do norte

Vinte de janeiro de 2017, sexta-feira. Para surpresa de muitos e preocupação geral, assumiu a Casa Branca o polêmico e extravagante Donald Trump. O horizonte global está povoado de interrogações e enigmas. É o presidente dos EUA que assume com menor popularidade - apenas 44% dos americanos apoiam Trump na largada. Não é para menos. Ainda na transição, o presidente eleito disparou contra a Alemanha e Merkel, desrespeitou a imprensa, criticou organismos multilaterais, agrediu artistas, cutucou a China, minimizou a interferência russa nas eleições, desencadeou a reversão da universalização da cobertura das ações de saúde e nomeou uma equipe que sinaliza o período de turbulências que teremos pela frente. O Brasil não sofrerá efeitos diretos nas questões militares e relativas à imigração. Mas pagará algum preço com as estratégias protecionistas que levarão à queda das exportações para os EUA e à desaceleração do crescimento mundial. Mas independente disso temos muito a aprender com a experiência política e social recente dos cidadãos americanos.

A grande lição é sobre a dinâmica da própria democracia, esse que é seguramente o pior sistema político, exceto todos os outros que já foram experimentados.

A liberdade é o ambiente necessário ideal para o debate dos problemas coletivos, a construção de consensos progressivos, a



negociação de conflitos e impasses. Porém a democracia é invenção humana, imperfeita por sua natureza genética. É tentativa e erro, aprendizado permanente. A meritocracia e a razão nem sempre vencem. A demagogia e a intolerância podem envolver corações e mentes de uma parcela expressiva da população. Como disse o ex-presidente Barack Obama, um dos últimos estadistas em ação no mundo, em seu denso e emocionado discurso de despedida: "O trabalho da democracia sempre é duro, conflituoso e, às vezes, sangrento. Para cada dois passos para frente, muitas vezes parece que damos um para trás. Mas no longo prazo, os EUA têm se movido para frente". "Mas esse potencial só será realizado se a nossa democracia funcionar. Só se a política refletir a decência do nosso povo. Somente se todos nós ajudarmos a restaurar o sentido de propósito comum de que tanto precisamos agora". "Em última análise, é isso que nossa democracia exige. Ela precisa de vocês. Não apenas quando há eleições, não apenas quando seu próprio interesse estreito está em jogo, mas durante todo o período de uma vida. Se estão cansados de discutir com estranhos na internet, tentem conversar com um na vida real".

Que os partidos políticos sérios e comprometidos com a boa política no Brasil ouçam as palavras de Obama proferidas em Chicago e consigam reciclar suas práticas tradicionais e ultrapassadas e erguer um novo padrão de relacionamento com a sociedade, para que a crise econômica e política temperada fortemente pela Lava Jato não produzam um outsider, em 2018, que coloque em risco conquistas históricas da sociedade brasileira.

Política: representação social e centro decisório

Vivemos um evidente esgotamento do atual modelo de organização do sistema político brasileiro. Isso não é um fenômeno novo. Quando era do Conselho de Administração dos Correios, no final da década de 1990, anualmente tínhamos acesso à pesquisa nacional que media a credibilidade das instituições brasileiras. Era uma lista de 40 instituições. Em primeiro lugar, disparados na frente, vinham os próprios Correios (na era pré-mensalão) e o Corpo de Bombeiros. Logo após, as Igrejas, o Poder Judiciário, a Imprensa etc. Nos dois últimos lugares, sempre, Congresso Nacional e partidos políticos.

Esse distanciamento crescente entre sociedade e sua representação política não é também característica peculiar brasileira. Em todo o mundo a democracia moderna, no seu formato clássico, encontra dificuldades de canalizar as expectativas dos mais variados segmentos sociais e vocalizar a diversidade presente no tecido social contemporâneo.

Mas no nosso caso, o problema ganha contornos dramáticos. Há muito o Brasil precisa acelerar suas reformas e se alinhar ao mundo contemporâneo. Construimos ao longo dos anos um verdadeiro



imbróglcio fiscal. Não reformamos a Previdência. Não flexibilizamos o mercado de trabalho diante de uma economia dinâmica. Cristalizamos um sistema tributário anacrônico, irracional e injusto. Descuidamos do que era essencial: a revolução educacional e o desenvolvimento tecnológico. Começamos a comer poeira de países como Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e China. Até na América Latina assistimos Chile, Peru e Colômbia modernizarem antes suas instituições. O Brasil tem pressa. E as respostas só poderão emergir de nosso problemático sistema político: caro, distante da população, pulverizado partidariamente, inconsistente ideologicamente e acuado pela Lava Jato. É preciso superar os traumas do impeachment e as fragilidades do governo, aparar arestas, apaziguar os espíritos e tomar as decisões inadiáveis para que o Brasil não perca definitivamente o "bonde da História".

No recesso, diante de realidade tão conturbada, fui a São João Del Rei buscar inspiração no velho mestre Tancredo, visitando seu memorial e seu túmulo. Na crise de 1963, ele disse: "Que os ódios se retraiam, que as ambições se refreiem, para que possamos ter a mente tranquila e o pensamento limpo para buscar aquelas soluções que dizem respeito aos fundamentais interesses da Pátria". Pátria, esta palavra tão esquecida em nossos tempos. Em 1985, já eleito Presidente, afirmou: "Venho em nome da conciliação. Não podemos, neste fim de século e de milênio, quando, crescendo em seu poder, o homem cresce em suas ambições e em suas angústias, permanecer divididos dentro de nossas fronteiras".

Que o espírito de Minas, tão bem encarnado por Tancredo e também tão ausente hoje em dia, pavimente a nossa capacidade de negociar e criar consensos em torno da agenda de retomada do desenvolvimento.

Em 2017, as escolhas ditarão o futuro

Tempos nebulosos. O país mergulhado na maior crise de sua história recente. Os nervos à flor da pele. Desemprego batendo na porta de milhões de trabalhadores. Recessão profunda. Situação fiscal gravíssima. Juros estratosféricos. Investimentos, consumo e produção em queda. As vísceras da corrupção, sistêmica e institucionalizada, expostas à céu aberto. Crises políticas recorrentes. As feridas do impeachment ainda não cicatrizadas. Tropeços marcam o relacionamento entre os Poderes da República. A temperatura na sociedade é crescente. A insatisfação popular é evidente. A intolerância e o sectarismo explodem nas ruas e nas redes sociais. A sociedade brasileira exige tolerância zero com a corrupção. Ela mina a confiança da população no sistema político. E é ele que pode produzir as decisões necessárias para tirarmos o país do atoleiro. Os espaços de diálogo se estreitam. A Lava Jato configura-se como processo irreversível que está passando o país a limpo.

Diante de tudo isso, resta a pergunta: o que fazer? Qual deve ser a



ponte para o futuro?

A agenda que interessa à maioria da população é a retomada do desenvolvimento com a consequente geração de empregos, renda e bem-estar. Para isso, precisamos em 2017 promover os ajustes e as reformas necessárias. O ajuste fiscal foi iniciado com a PEC que limita a expansão do gasto público. Mas é pouco. São inadiáveis a inevitável reforma da previdência, a modernização das relações de trabalho, a simplificação de nosso injusto e anacrônico sistema tributário e uma profunda reforma política. Isso só será possível com um amplo diálogo nacional e a construção de um novo pacto político e social.

Não há outro caminho a não ser fortalecer o Presidente Michel Temer e seu governo para que possam liderar a difícil travessia até as eleições de 2018, quando soberanamente a sociedade escolherá os novos rumos do país. O Governo Temer não se sustenta nas armas, no carisma populista de um líder ou nas urnas. Se legitimará e ganhará estabilidade pelo desempenho e resultados que produzir.

É preciso superar a instabilidade e a paralisia. E de nada adianta pescar em águas turvas ou apagar o incêndio da crise com gasolina. A proposta de antecipação das eleições presidenciais é inadequada e não contribui para a solução dos desafios que temos pela frente.

O Governo Temer é legítimo e ancorado nos princípios constitucionais. Apostar em seu fracasso é jogar contra o Brasil. Se algum acidente de percurso ocorrer, no momento certo haverá a discussão de alternativas. Mas agora o interesse público demanda diálogo, responsabilidade, construção de consensos e ação transformadora. A democracia e a República correm riscos. Está em nossas mãos reinventar nossa democracia e recuperar a esperança perdida. Em tempos de turbulenta crise é melhor seguir o conselho do sambista: "faça como um velho marinheiro que, durante o nevoeiro, leva o barco devagar".

Feliz 2017, se possível!

Os setes desafios do ano

Diante da crise sem precedentes em que mergulhamos, parece que abrimos as cortinas e nos deparamos com um espelho mágico que nos revela, de forma nua e crua, a alma, a história e as vísceras de nossa autoimagem como Povo e Nação. Problemas crônicos, mazelas abertas há décadas, respostas adiadas, problemas não enfrentadas vêm à tona cobrando uma tomada de posição definitiva e corajosa. A crise penitenciária demonstra a falência de nosso modelo penal e das políticas de segurança e a existência de um verdadeiro mundo paralelo, orquestrado por facções criminosas impressionantemente organizadas em escala nacional, que impõem "leis", "estatutos" e "práticas" à margem do Estado e da ordem constitucional.

Ao comemorarmos os dez anos da Lei do Saneamento Básico, descobrimos que, em pleno Século XXI, metade da população ainda

não tem seu esgoto coletado. A cada avaliação do ensino constatamos o descuido com a revolução educacional necessária e que nossas crianças e nossos jovens não aprendem adequadamente o domínio da língua, raciocínio matemático ou método para análise da realidade. O SUS vê definhando políticas públicas duramente conquistadas na perda de qualidade e na desativação de serviços e no aguçamento da judicialização da saúde como árbitro da escassez.

Chegou a hora da verdade. O país se encontra margeando o abismo, colocando sob ameaça o horizonte das novas gerações.

Michel Temer tem apenas dois anos de governo. O Brasil tem pressa, precisa e vai mudar. Só depende de nossas escolhas coletivas através de nossa representação política e do posicionamento da sociedade.

Em 2017 temos uma agenda complexa, polêmica, ousada e difícil.

Podemos adotar a tática do avestruz, enfiar a cabeça na terra, desconhecer a crise e caminhar para o imponderável. Ou fazer as reformas e os ajustes para dar um salto rumo ao futuro.

Ao Congresso Nacional cabe discutir e votar quatro grandes reformas: a busca de um sistema previdenciário justo, sólido e sustentável; a simplificação tributária radical sem grandes pretensões redistributivas neste momento; a modernização das relações de trabalho diante de uma economia dinâmica e flexível; e, a mudança do sistema político eleitoral que aproxime a sociedade das decisões, democratize e dê transparência ao financiamento e ponha fim à balbúrdia partidária.

Ao Governo Temer cabe abordar firme e corajosamente três grandes prioridades, sem evidentemente descuidar de fazer mais e melhor com cada real em áreas como saúde, saneamento e moradia: melhorar o ambiente institucional para a volta dos investimentos e das parcerias com o setor privado enfrentando o desemprego, a recessão e o desequilíbrio fiscal; avançar na estratégica reforma educacional e levar à prática o plano nacional de segurança.

O lema de 2017 deve ser uma homenagem ao Senhor Diretas, Ulysses Guimarães: esperança e mudança.

Documento 2/141

001.3.55.P	Sessão Preparatória	02/02/2017-12:30
Publ.: DCD - 03/02/2017 - 56	RODRIGO MAIA-DEM -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	OUTROS DISCURSO

Sumário

Discurso proferido na condição de candidato ao cargo de Presidente da Casa.



O SR. RODRIGO MAIA (Bloco/DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Deputadas e Deputados, antes do meu discurso como candidato, quero expressar os meus pêsames ao Presidente Lula e a sua família pelo falecimento da D. Marisa.

Quero também agradecer a todos os Deputados e Deputadas da base e da Oposição, que, nos últimos 7 meses, junto comigo, governaram a Câmara dos Deputados. Cada um com o seu ponto de vista, cada um com as suas ideias, conseguimos, com muito equilíbrio coletivo, com muita harmonia, conduzir os trabalhos desta Casa, num momento em que as relações pessoais, inclusive no plenário, eram de um radicalismo nunca antes visto na Câmara dos Deputados.

Acho que chegamos à data de hoje com um novo ambiente nas relações na nossa Casa e na relação da nossa Casa com o Poder Executivo e com o Poder Judiciário.

A independência entre os Poderes é fundamental, mas a sua harmonia também é decisiva para que, de forma equilibrada, a democracia representativa possa construir as soluções para o desenvolvimento do Brasil.

Muito se fala em fortalecimento da nossa Casa. Muito se fala em independência da Câmara dos Deputados. No entanto, mais uma vez, o ator principal da nossa eleição foi o Poder Judiciário, e, por incrível que pareça, por decisão dos próprios políticos. Essa é uma questão que vem, a cada dia, enfraquecendo a nossa Casa.

Com o PT no passado, com o PSDB, o DEM e o PPS, num passado mais recente, e agora, novamente, com o PT e, no processo eleitoral, com alguns adversários, todas as nossas decisões acabam sendo levadas ao Judiciário. Preparamos Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIs, ações contra Parlamentares e vamos para a porta da Procuradoria-Geral da República - PGR, para a porta do Supremo Tribunal Federal para dizer: aqui está a solução do problema da política.

É por isso que, dessa vez, até um juiz de primeira instância se levantou para se intrometer na nossa eleição. Para a felicidade da democracia, foi rejeitada a sua liminar, na segunda-feira seguinte a sua decisão. Nós estamos falando sobre a independência e a força desta Casa. E as nossas ações nos levam, neste momento, a achar que um juiz de primeira instância poderia, inclusive, suspender o mandato de cada um de nós.

Quando se fala em uma Câmara forte, é preciso atuar para que ela seja forte. É por isso que os nossos problemas, os nossos embates precisam ser resolvidos aqui dentro. Assim, nós mostraremos ao Judiciário e ao Executivo que a Câmara exige respeito e quer a sua soberania garantida. *(Palmas.)*

Vivemos um momento, não apenas no Brasil, mas também em todo o mundo, de ataque à democracia representativa pelo rápido avanço da relação das pessoas entre si e com a política por meio das redes



sociais. E nós precisamos construir, de forma rápida, uma estrutura para que a Casa possa ser defendida, para que a instituição possa falar com milhões de brasileiros que hoje ouvem apenas mentiras sobre este Parlamento. É fundamental que se construa esse novo momento, porque, fora da democracia representativa, há a ditadura. Nós precisamos discutir e compreender, num novo momento de comunicação, que nem os próprios meios de comunicação formais entenderam ainda, de que forma o Parlamento e a política vão se relacionar com a sociedade, para que as pessoas recebam as informações acerca do nosso trabalho e, principalmente, para que defendamos a Casa de muitas mentiras difundidas de forma permanente nas redes sociais. Esse é um ponto fundamental. Outra questão decisiva para que esta Câmara termine 2018 forte, próxima à sociedade, é que nós possamos transformá-la em uma Casa que prioriza e protagoniza reformas, em um Parlamento reformista, que entregue em 2018, por suas iniciativas e também pelas do Governo, um País crescendo, um País gerando empregos, com taxas de juros decrescentes, com menos de dois dígitos, porque as famílias estão endividadas, as empresas estão endividadas, os Estados estão endividados, os Municípios estão endividados. Precisamos discutir o pacto federativo de forma definitiva. A Constituição transferiu a Estados e Municípios despesas e receitas, e a União nos tirou as receitas. Os Estados e Municípios hoje precisam estar em Brasília todos os dias com o pires na mão atrás de recursos em cada um dos Ministérios. O pacto federativo é um debate decisivo. A reforma política é urgente. Não nos podemos enganar. A sociedade espera um sistema eleitoral que legitime os nossos mandatos, que legitime a participação da sociedade e que possa trazer novos quadros para a política brasileira. Nós não temos condições de entrar na próxima eleição com um sistema que não tem financiamento, caro e anacrônico. Eu tenho certeza de que a Casa, entre tantas proposições, precisa se debruçar sobre esses grandes projetos, sem dúvida nenhuma, com toda a tranquilidade e todo o debate. Quando falei sobre recuperar a economia, eu não poderia deixar de me referir aos temas que virão a debate, mas que serão debatidos com toda a tranquilidade do mundo, que são a questão trabalhista e a questão previdenciária. Isso, tenho certeza, vai tirar o Brasil da situação de encilhamento e de crise nunca vista antes na nossa história. *(Palmas.)* Quero mais. Se eleito for, se tiver a honra de continuar representando esta Casa e coordenando seus trabalhos, pretendo organizar de forma planejada as nossas atividades, valorizar o trabalho de cada um de nós, por meio da construção de condições para que aqueles milhares de projetos de Deputados que estão parados sejam votados, e dar racionalidade às votações, para podermos planejar, por 1 mês inteiro,

as nossas vindas e saídas de Brasília. Espero também que possamos começar e acabar a nossa sessão cedo, pedido de vários Deputados, inclusive da Deputada Mara Gabrilli.

Também precisamos discutir a reforma do nosso Regimento. Que ele continue garantindo os direitos da Minoria, mas não permita que o cidadão, ao nos ver pela televisão, ache que isso aqui é um picadeiro. Que ele favoreça o debate, mas não requerimentos completamente improdutivos. Essas são duas questões fundamentais.

Deputados e Deputadas, que eu venho mais uma vez pedir o voto a cada um de V.Exas. para que nós possamos em conjunto continuar coordenando a Câmara e, em 2018, possamos dizer à sociedade brasileira que conseguimos, em conjunto, protagonizando as principais votações, tirar o Brasil de uma crise que vem de mais de 100 anos.

Eu tenho certeza de que, independentemente de ponto de vista ideológico mais à direita ou mais à esquerda, todos aqui têm o mesmo objetivo, o fortalecimento da Casa, principalmente com capacidade de diálogo, com harmonia, para que nós possamos participar dessa recuperação tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista moral que o Brasil tanto espera.

Então, amigos e amigas, quero dizer a V.Exas. que para mim foi um orgulho presidir esta Casa nesses meses e conhecer melhor cada um de V.Exas. Presidir a Casa tem essa grande vantagem: nós passamos a conhecer a realidade de cada um dos Deputados, os problemas dos seus Municípios e dos seus Estados. É por isso que me considero hoje muito mais preparado do que estava da outra vez.

Agradeço muito a todos os partidos do meu bloco que me apoiaram, porque isso mostra a capacidade de dialogar e de conviver em harmonia que todos nós temos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Documento 3/141

003.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	07/02/2017-17:40
Publ.: DCD - 08/02/2017 - 115	VINICIUS CARVALHO-PRB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Desafios do Governo Michel Temer ante o quadro de crise política e

econômica do País ao final do exercício de 2016. Importância da aprovação de proposta de limitação dos gastos públicos e da discussão da reforma da previdência social para a retomada do crescimento. Comprometimento com a melhoria das condições de vida da população.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o ano de 2016 ficará em nossa memória como um dos mais difíceis que já tivemos de enfrentar.

Foi um ano muito conturbado, ao longo do qual multiplicaram-se incertezas econômicas e instabilidades políticas. Dia após dia, vivenciamos uma crise que parecia impossível aplacar: a cada desafio enfrentado, sobrepunha-se outro ainda mais complexo. Infelizmente, havia chegado a hora de pagar a conta acumulada durante muito tempo por administrações incompetentes, irresponsáveis ou mesmo corruptas, como hoje se sabe.

Enquanto o mundo experimentou um período de expansão, o Brasil se beneficiou do alto preço das *commodities* que exportava. Sobrava dinheiro, que, em larga medida, foi mal-empregado em obras de utilidade questionável, em vez de ser investido na melhoria de nossa infraestrutura. Quando o mercado internacional reduziu seu ritmo de crescimento e os recursos começaram a escassear internamente, fizeram-se sentir os efeitos da gestão desastrosa em vários níveis governamentais.

Receosas quanto ao futuro, as empresas foram levadas a cortar investimentos e demitir empregados, enquanto as famílias se viram obrigadas a controlar despesas até com gêneros de primeira necessidade. Reagindo um ao outro, esses movimentos resultaram não só em queda brutal do consumo, da produção e da arrecadação de impostos, mas também em aumento do desemprego e em graves danos à prestação dos serviços públicos.

Como se isso não bastasse para fazer ferver a insatisfação popular, as revelações da Operação Lava-Jato tornaram a situação ainda mais tumultuada. Milhões de pessoas saíram às ruas exigindo mudanças, e, como resultado, no espaço de alguns meses, assistimos ao *impeachment* da Presidente da República e à cassação do mandato do ex-Presidente da Câmara dos Deputados.

Nesse ambiente político traumatizado, assumiu o novo Presidente, com a missão de solucionar os problemas herdados e tirar o Brasil da terrível crise na qual nos debatemos há anos.

O desafio é enorme. Já atingimos patamar recorde de mais de 12 milhões de desempregados - e há quem diga que são aproximadamente 20 milhões entre os

formais e informais; diversos Estados e Municípios não dispõem de recursos para pagar servidores nem para honrar outros compromissos; o Governo Federal precisa, ao mesmo tempo, equilibrar as próprias contas e encontrar maneiras de auxiliar os entes federados em dificuldade.

Completando o quadro, a deterioração dos serviços públicos, tradicionalmente ineficazes em áreas como educação, saúde e segurança, impõe sacrifício adicional aos brasileiros. De uma forma ou de outra, todos acabamos sendo vítimas das invasões de escolas e universidades, da ocorrência do surto do vírus zika no ano passado e, agora, da disseminação dos casos de febre amarela em todo o País, além de rebeliões em presídios controlados por facções criminosas.

Apesar de tudo, vêm despontando os primeiros indícios de melhoria desse cenário desolador. A PEC do teto de gastos públicos foi aprovada e já se iniciaram as tratativas para a reforma da Previdência, iniciativas que sinalizam maior compromisso do Governo com o crescimento do País. Sem esse compromisso, não será possível recuperar a confiança e a credibilidade necessária para retomar o crescimento.

Sei que 2017 nos reserva muitas dificuldades e muitas expectativas. Afinal, a reforma da Previdência é de fato necessária? A crise política foi definitivamente estancada ou terá novos desdobramentos? E a Lava-Jato, quais serão os próximos passos?

Tenho certeza de que esta Sessão Legislativa exigirá muito esforço de todos nós Parlamentares. Como sempre, continuarei trabalhando, comprometido com a melhoria das condições de vida de todos os brasileiros.

Acredito que seja essa também a disposição dos colegas, aos quais desejo um bom trabalho neste ano, a exemplo do anterior.

Com firmeza de propósito, estou convicto de que seremos capazes de promover as mudanças necessárias para a Ordem e o Progresso do Brasil. Muito obrigado.

Documento 4/141

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	08/02/2017-14:50
Publ.: DCD - 09/02/2017 - 37		EDINHO BEZ-PMDB -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Premência da realização das reformas política, trabalhista, previdenciária e

tributária no País.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, uso a tribuna nesta oportunidade para lembrar ao povo brasileiro algo que vem sendo discutido nos últimos tempos - aliás, há mais de 2 anos, após aquela minirreforma meia-sola que fizemos aqui -, para lembrar que precisamos fazer algumas reformas, dentre elas a reforma política. Este nosso sistema político-eleitoral está ultrapassado. É um sistema arcaico, é um sistema ruim. Eu não sei por que algumas pessoas, mesmo conscientes de que precisamos fazer as reformas, em especial a reforma política, a reforma das reformas, ficam retraídas, não têm a coragem de vir aqui defender a reforma política. É claro que a maioria desta Casa quer fazê-la, é claro que a população brasileira quer que ela seja feita. A população não quer mais o engodo, a mentira que se espalha por este Brasil afora durante o período eleitoral. Estamos nos enganando! As coisas têm limites. Não dá mais. Temos que aproveitar esta oportunidade para fazer a reforma política, para mudar o atual sistema.

Precisamos valorizar os partidos políticos. Há um equívoco quando as pessoas dizem: *"Para que partidos? Para que votar com o partido?"* Aliás, hoje o eleitor, a sociedade tem razão quando diz: *"Para que partido? Vou votar no candidato A ou B"*. Por quê? Porque os partidos estão fragilizados. É uma vergonha o partido não ter força sequer para expulsar quem o está decepcionando, quem está descumprindo regras, quem não está participando dos debates importantes para o partido. Os partidos estão fragilizados. O meu partido, o PMDB, já expulsou um de seus membros. O membro que foi expulso entrou na Justiça, e a Justiça o devolveu ao partido. Estou citando o exemplo do meu partido, mas isso deverá acontecer com todos os outros partidos, porque o nosso sistema está fragilizado e não dá segurança para ninguém. O próprio Poder Judiciário tem dúvidas, assim como os partidos políticos, os Prefeitos Municipais, as Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas. Nós precisamos fazer esta reforma. É claro que outras reformas são importantes, como a reforma da Previdência Social, mas temos que discuti-la com a sociedade. Precisamos trazer os segmentos aqui, para ouvi-los, e buscar o equilíbrio, para apresentar uma proposta que seja boa para o País. Temos também que fazer a reforma do sistema trabalhista brasileiro, outro sistema atrasado, outro sistema ruim, também arcaico, um sistema que não dá segurança nem para o trabalhador nem para o empregador. O País precisa retomar o crescimento com mais investimento, com mais empresas participando. Temos que ter a coragem de também buscar o equilíbrio nesse setor, de fazer a reforma trabalhista.

Temos que fazer muitas coisas, temos que fazer muitas reformas, mas essas que eu citei são as mais importantes.

Outra reforma que passa meio despercebida é a reforma do sistema tributário brasileiro. Em média, a nossa carga tributária é equivalente a 38% do Produto Interno Bruto, da nossa produção, das nossas riquezas. A nossa carga tributária está entre as mais altas do mundo, além de ser complexa. Quem é contador sabe do que estou falando. Não é fácil para um profissional da contabilidade, para um técnico de contabilidade ou contador, por exemplo - e isto serve para advogados também -, acompanhar as mudanças do complexo e atrasado sistema tributário brasileiro.

Peço a esta Casa que tenha a coragem de fazer as reformas. Este País é muito importante, é o quinto país do mundo em extensão territorial, é o País do mundo com mais terras agricultáveis, é o País do mundo com mais reservas de água doce, o que mais tem reservas florestais. O Brasil tem 8.500 quilômetros de costa marítima, é o País do mundo que tem o maior número de recursos naturais, junto com a Índia.

Moramos num país que causa inveja a qualquer país do mundo. No entanto, por falta de coragem, especialmente das principais lideranças do nosso País - dos Municípios, dos Estados, de todos os segmentos -, acabamos perdendo tempo, aumentando a burocracia e sendo engolidos por outros países mais modernos.

Eu confio que faremos as reformas.

Documento 5/141

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	08/02/2017-14:56
Publ.: DCD - 09/02/2017 - 38	MISAEL VARELLA-DEM -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Rodrigo Maia pela reeleição para o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados e aos demais membros da Mesa Diretora pela eleição para os respectivos cargos. Expectativa de apreciação pelo Congresso Nacional das propostas relativas às reformas trabalhista, previdenciária, tributária e política.

O SR. MISAEL VARELLA (Bloco/DEM-MG. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de parabenizar o nobre colega Deputado Rodrigo Maia pela vitória na eleição para a Presidência da Câmara. A conquista é o reconhecimento de seu empenho, habilidade e competência durante o último semestre, quando ajudou a superar uma das piores páginas da história do Poder Legislativo brasileiro. Estendo meus cumprimentos também aos demais Deputados que irão compor a Mesa Diretora desta Casa, aos quais desejo sucesso em suas funções nos próximos 2 anos.

O Congresso tem agora a oportunidade de construir um projeto cuja agenda seja prioritariamente voltada à promoção da saúde, da educação, da segurança pública e da igualdade e bem-estar sociais. Devemos ter cautela e bom senso para avançar também, de maneira justa, nas polêmicas e necessárias reformas trabalhista, previdenciária, tributária e política.

O momento é de celebração da continuidade de um bom projeto, porém sem nos esquecermos de que o País precisa retomar a discussão sobre essas importantes pautas para amenizar a crise, retomar o crescimento e devolver às instituições políticas credibilidade e confiança junto aos brasileiros.

Nesta nova etapa, esperamos que a ética seja o norte de todas as ações, especialmente com a continuidade da Operação Lava-Jato, um marco na busca pela moral do nosso País.

Sr. Presidente, solicito que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Tenho dito.

Documento 6/141

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD 08/02/2017-16:20
Publ.: DCD - 09/02/2017 - 56	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Sugestão da bancada do PSOL de apreciação por Comissão Especial sobre a proposta de reforma política da matéria respeitante às comissões provisórias.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só contribuir. V.Exa. já disse que a matéria que seria votada pelo Plenário da Câmara dos Deputados seria

aquela que trata exclusivamente das comissões provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Exclusivamente. Esse foi o pedido dos partidos políticos.

O SR. GLAUBER BRAGA - Eu queria fazer, então, uma sugestão a V.Exa. A sugestão é a seguinte: já que essa é a intenção do Plenário e que essa matéria diz respeito também à democracia dos partidos políticos, à participação da sociedade, dos militantes dos partidos políticos na construção partidária, que essa matéria não fosse votada isoladamente num projeto ou numa proposta no Plenário da Câmara dos Deputados.

Se vai ser criada uma Comissão para tratar da reforma política e para debater um conjunto de outros temas, então essa matéria deve ser apreciada nessa Comissão, numa discussão mais ampla.

É esse apelo que a bancada do PSOL gostaria de fazer para V.Exa.

Documento 7/141

004.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	08/02/2017- 16:22
Publ.: DCD - 09/02/2017 - 165	DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulação aos Deputados pelo início do ano legislativo. Vinculação entre o desempenho positivo do Governo Michel Temer e o interesse da China e da Inglaterra na realização de investimentos no País. Improcedência das críticas à nomeação de Moreira Franco para o cargo de Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República e da indicação do Ministro da Justiça e Segurança Pública afastado, Alexandre de Moraes, para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Necessidade de realização das reformas trabalhista e previdenciária.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero inicialmente cumprimentar todos os Deputados pelo reinício dos trabalhos neste ano. Os Deputados da Oposição - um abraço -, continuam com esse discurso gasto, mas que faz parte da democracia; já todos os companheiros e companheiras dos partidos desta extraordinária base do Brasil dos novos tempos são protagonistas extraordinários, determinados, do processo de reformas por que passa o País.

Eu, ontem, junto com o Deputado Fausto Pinato, passei 1 hora e meia



com um Embaixador. V.Exas. sabem com qual Embaixador? O Embaixador da China, preparado e inteligente. Nós discutimos a integração entre Brasil e China e a questão da globalização. Eu perguntei a ele o que achava da China Comunista, porque lá há um capitalismo especial, muito especial. Ele me disse: *"Eu estou surpreso, curioso e animado. Como um Governo pode, em 8 meses, fazer essa minirrevolução de reformas?"* Olhem, disse isso o Embaixador da China. A resposta é: só um Governo que tem base, que tem rumo, que tem foco e que tem um Presidente determinado e estudioso.

E pasmem, Srs. Deputados - não é surpresa para mim porque eu leio um pouquinho sobre a relação entre China e Brasil -: a China quer investir cada vez mais no Brasil.

Eu tive o prazer de dizer para ele que o Governo Michel Temer vai respeitar marcos legais, é legalista, não vai fazer projetos de espasmos, vai recuperar o Brasil dos últimos 3 anos, quando afundou. Eles querem investir cada vez mais.

Hoje de manhã conversei com um grupo de investidores ingleses; de novo, a minha surpresa - claro, os ingleses mais animados. Eu disse para eles: *"Nós temos uma base segura e convicta"*.

Vou respeitar a Oposição, vou respeitá-la. V.Exas. ouviram o discurso do Líder do PT. É incrível, incrível o que ele diz!

Primeiro, sobre Moreira Franco, ele é uma das melhores cabeças que existem, estudioso, preparado. Ele cuida da infraestrutura. Precisava de *status* de Ministro. Precisava de *status* de Ministro.

Segundo, sobre foro - foro. Quem tem foro como nós temos, não tem mais recursos. Se um processo nosso vem direto para o Supremo, nós vamos gastar muito com advogado, porque nós não temos mais recursos.

E mais: o Presidente Michel Temer preencheu um vazio. O Presidente Michel Temer reconheceu, quando acabou com a Secretaria-Geral. Acho que foi o FHC que a criou. Eu estava aqui. A Secretaria-Geral cuida da gestão, da administração, da comunicação do Palácio - do Palácio! Pareceu que isso era preciso. V.Exas. viram? O Governo Lula não tinha nem segurança, como também o Governo Dilma, conforme descobriu a ABIN. O Governo estava solto. O que aconteceu? Colocou-se o Prefeito do Palácio - o Prefeito do Palácio.

Em relação ao futuro Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, é claro que ele vai passar pelo Senado ainda.

Eu não gostava do Ministro Toffoli. Toffoli era advogado do Partido dos Trabalhadores. Naquela época eu era xiita, não tinha visão melhor. Eu estou aqui há 23 anos. E ele, para surpresa do mundo, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal pelo Governo do PT. Mas, no Supremo, ele leu, estudou e agora é um bom Ministro. Parabéns ao PT, que indicou Toffoli.

Moraes é constitucionalista, tem 14 obras sobre Direito Constitucional, tem experiência com gestão, tem 49 anos de idade. Ele pode não ser

bom em televisão e até é contra o foro privilegiado. Uma vez manifestou que não é a favor de prisão na segunda instância. Então, comparando-se Toffoli com ele, Toffoli cresceu, e Moraes foi nomeado com toda essa bagagem. Toffoli se transformou em um grande Ministro, e Moraes o será.

Em relação às reformas, chega de mentir! Respeitem a opinião pública! A reforma trabalhista não tira direito de ninguém. Quase todas as centrais sindicais aprovaram o grande acordo da lei que chegou da reforma da Previdência. Ela é para os aposentados continuarem recebendo, é para os nossos filhos e netos se aposentarem. Nenhum direito vai ser roubado. Por favor! Por favor, Oposição, estudem, porque a base está estudando!

Dá-se um novo Brasil, com a humildade, preparo, carisma e coragem do Presidente Michel Temer e da nossa base.

Muito obrigado.

Documento 8/141

005.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	09/02/2017-09:10
Publ.: DCD - 10/02/2017 - 20	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta do Governo Michel Temer de reforma da Previdência Social. Submissão da política econômica do Governo brasileiro a imposições do capital financeiro internacional.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) -
Bom dia a todas e todos.

A reforma da Previdência, se aprovada aqui, Sras. e Srs. Deputados, significará um grande retrocesso para o nosso País.

Não adianta posar aqui de defensor de direitos dos policiais, dos servidores públicos e de trabalhadores e defender essa reforma, que representa destruição de direitos. Não adianta dizer que defende a vida e que combate a violência se esse sistema que se pretende implantar vai destruir a dignidade do povo e alimentar a violência.

As Propostas de Emenda à Constituição nºs 241 e 257 já autorizaram o congelamento por 20 anos dos salários e a destruição de direitos previdenciários e trabalhistas. No meu Estado, o Pará, o Governador, por ter hegemonia na Assembleia, já passou um rolo compressor nos



direitos dos servidores.

É claro que isso vai gerar reação! O que ocorreu ontem aqui é o início de uma grande reação nacional. Então, não venham querer cobrar do trabalhador que pague essa dívida provocada por um sistema estruturalmente corrupto. E, principalmente, não tem Michel Temer legitimidade para comandar um processo como esse.

Os Deputados e Senadores têm que ter clareza. O povo está confuso. Foi ludibriado e aceitou um golpe. Grande parte daqueles que estiveram nas ruas já começaram a perceber isso. Ainda hoje é ou não é difícil para nós?

Eu não votei no Deputado Rodrigo Maia na primeira vez nem agora. Mas como Deputado eu fico triste porque sei que, quando a Polícia Federal denuncia o Presidente de um Poder por ter recebido 1 milhão de reais de propina para a campanha de seu pai, como forma de lavagem de recursos - eu não sei se é verdade, ele vai ter oportunidade de se defender -, isso, é claro, atinge todos nós, porque o povo diz "*Todos os políticos são corruptos*".

Então, é necessário enfrentar os problemas centrais deste País. Vou dar um exemplo: nós aprovamos aqui - mas o PSOL foi contra! -, em dezembro, comprometer 1 trilhão, 722 bilhões de reais com pagamento de juros e amortização da dívida. Ao mesmo tempo, aprovamos auditoria. Michel Temer já vetou a auditoria. Sabem por quê? Porque quem manda neste País é o grande capital financeiro. Essa reforma aí está dentro do acordo de Washington, do Consenso de Washington. É tudo imposição do grande capital.

E um bando de gente aqui... O Deputado Darcísio Perondi, ontem até comprometeu o Embaixador da China, que deve estar bastante incomodado com a afirmação imputada a ele de que "*No Brasil está ocorrendo uma revolução capitalista em 8 meses*". Na verdade, querem destruir.

Por que não se enfrentam os grandes capitais?

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a partir da próxima semana, começaremos a trabalhar aqui na Câmara dos Deputados naquilo que será um dos maiores retrocessos sociais da história nacional e, sem dúvida, uma das maiores maldades do Governo Temer: a reforma da Previdência proposta pelo Poder Executivo.

O principal ponto da reforma é o estabelecimento da idade mínima de 65 anos para aposentadoria pelo RGPS - Regime Geral de Previdência Social, operado pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, e para aposentadoria dos servidores públicos, homens e mulheres, sem distinção, o que representa um retrocesso histórico. Além do mais, a



cada ano adicional na média brasileira de expectativa de sobrevida aos 65 anos, será acrescentado um ano à idade mínima de 65 anos.

Tive a honra de ser indicado pelo PSOL para compor a Comissão Especial que analisará a matéria, em conjunto com meu companheiro Ivan Valente. Seremos, portanto, implacáveis na defesa dos direitos previdenciários de nosso povo e nos insurgiremos contra qualquer manobra que tente cercear o indispensável debate de um tema tão vital e sensível a milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Tanto para os servidores públicos, quanto no INSS o valor das aposentadorias corresponderá a apenas 51% da média das remunerações e dos salários de contribuição, mais 1% para cada ano de contribuição, até se chegar a 100%. Portanto, serão necessários 49 anos de contribuição para que o servidor possa obter um benefício equivalente a 100% da média dos seus salários de contribuição. **Há o fim do fator previdenciário e da fórmula 85/95 como regra de cálculo.**

Haverá ainda a exigência de 25 anos de contribuição, o que representa também grande dano, visto que hoje o tempo mínimo é de 15 anos para a aposentadoria por idade no INSS. Esse é um requisito muito difícil de ser obtido no mercado de trabalho brasileiro, caracterizado pela informalidade. Isso significa dizer que os brasileiros vão trabalhar até a morte, que a aposentadoria vai ser privilégio de apenas alguns.

Essa contrarreforma, que pode ser traduzida como um crime contra o povo brasileiro, é justificada por um discurso falacioso de equilibrar as contas públicas. O Governo anuncia déficit de R\$ 181,2 bilhões em 2017. Porém, fabrica-se esse déficit omitindo-se que a Previdência Social está inserida na Seguridade Social, que abrange as áreas de saúde, assistência e previdência, e conta com expressivas receitas, como a COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Em 2015 houve superávit de R\$ 11,17 bilhões, segundo a ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

O Governo Federal anuncia déficit em 2017 de R\$ 35,12 bilhões na Previdência dos Servidores Cíveis e de R\$ 52,16 bilhões no total, incluindo-se os militares. Porém, fabrica-se esse déficit por meio do desmonte do Estado. De 1991 a 2015, em 24 anos, o número de servidores civis ativos do Poder Executivo cresceu apenas 8%, de 662 mil servidores para 717 mil servidores. No mesmo período, a população brasileira cresceu 39%. Dessa forma, é lógico que as contribuições dos ativos não vão cobrir as aposentadorias.

Além do mais, não é verdade que o gasto com previdência dos servidores está explodindo. O gasto com pessoal, incluindo-se aposentados e pensionistas, de todos os Poderes caiu de 54,5% da Receita Corrente Líquida em 1995 para 38% em 2015.

Para 2017, o Governo Federal planeja gastar R\$ 1,722 trilhão, que representa 50,66% do Orçamento, com juros e amortizações de uma dívida pública imoral e ilegal, que jamais foi auditada, contrariando



expresso dispositivo constitucional. Mesmo desprezando-se a chamada "rolagem" ou "refinanciamento" da dívida, calculada pelo Governo em R\$ 925 bilhões, ainda restam R\$ 797 bilhões gastos com a dívida no corrente ano, valor esse superior a todos os gastos previstos com a Previdência Social, INSS - Instituto Nacional do Seguro Social e RGPS - Regime Geral de Previdência Social, planejados em R\$ 650 bilhões. Todo o diagnóstico oficial, de que no futuro a relação entre aposentados e trabalhadores ativos vai se multiplicar, torna-se irrelevante quando consideramos quem são os verdadeiros privilegiados no orçamento público: os grandes bancos e investidores. Isso sem mencionar que a arrecadação, inclusive do INSS, tem sido prejudicada pelas constantes desonerações tributárias e pela recessão econômica, desemprego, resultante das altíssimas taxas de juros, que privilegiam os beneficiários da dívida pública.

Mantendo-se a atual política econômica, que coloca em primeiro lugar o pagamento da dívida e não prioriza os investimentos sociais, como em educação e saúde, jamais o País poderá se desenvolver e aumentar e distribuir significativamente sua riqueza, o que permitiria, com folga, garantir as aposentadorias no futuro, sem necessidade alguma dessa odiosa e absurda reforma.

Portanto, essa reforma foi pensada para agradar ao setor financeiro privado, ao visar aumentar os pagamentos de juros e amortizações da dívida pública e empurrar os trabalhadores para a previdência privada, controlada também pelos bancos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 9/141

005.3.55.O

Sessão Deliberativa
Extraordinária - CD

09/02/2017-09:50

Publ.: DCD -
10/02/2017 - 33

MARCUS PESTANA-PSDB -MG

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Gravidade da situação econômica e política brasileira. Necessidade de realização da reforma previdenciária. Esclarecimentos sobre as alterações da Câmara dos Deputados no substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. Expectativas para o País em 2017.



O SR. MARCUS PESTANA (Bloco/PSDB-MG. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o recesso parlamentar, além de permitir um breve descanso aos Parlamentares com as suas famílias, tem a função de aproximar o Parlamento do sentimento da sociedade.

E o momento é muito grave. Há uma expectativa enorme em relação a 2017 e uma silenciosa revolta em função da crise econômica e dos efeitos da Operação Lava-Jato, de tudo que foi revelado. Há uma indignação profunda e uma preocupação com o futuro do País. Nós temos que responder a essas expectativas.

O desemprego, que já abrange 3 milhões de brasileiros, enquanto é uma estatística, é só uma estatística, mas pode ganhar carne e osso. Eu tenho certeza de que cada Parlamentar encontrou um sobrinho, um primo, um parente, um vizinho ou um amigo desempregado ou em graves dificuldades financeiras e econômicas.

Então, nós temos que produzir mudanças e reformas no País.

Peço a V.Exa. que meus pronunciamentos sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Seus pronunciamentos serão divulgados.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o amadurecimento da consciência social e a luta dos próprios trabalhadores lançaram as sementes do sistema previdenciário. Ao longo do tempo, em diversos países, foram sendo introduzidas formas de socorro aos necessitados, seguro contra acidentes de trabalho, doença, invalidez e pensões para idosos. No século XX, ganharam corpo os sistemas previdenciários modernos não só para atenuar os efeitos da miséria, mas também para garantir dignidade àqueles que dedicaram toda uma vida produtiva à sociedade.

Na última semana, tomamos conhecimento de que a Previdência Social, falando aqui somente do INSS, fechou 2016 com um déficit de R\$ 149 bilhões, ou seja, 2,4% do PIB. Isso sem falar do desequilíbrio, também gigantesco, no sistema previdenciário dos servidores públicos. E pior, se não fizermos nada, as despesas previdenciárias vão ter um crescimento explosivo e insustentável. De 8% do PIB em 2016 para 17,79% em 2060. E não há mágica, o dinheiro sairá das contribuições de empresas e trabalhadores e de novos impostos. Sobrará cada vez menos dinheiro para as políticas públicas de educação, saúde, segurança e infraestrutura. Portanto, a reforma da Previdência no Brasil não é uma escolha política ou ideológica, é uma necessidade inadiável.

É evidente que o sistema previdenciário sofre os efeitos conjunturais da



recessão. É claro que o aquecimento da economia brasileira aumentará suas receitas. Mas não é possível fugir mais da percepção clara de que o estrangulamento financeiro da Previdência poderá levar, num futuro próximo, ao não pagamento dos benefícios a aposentados e pensionistas. É preciso reformar agora para garantir o equilíbrio da Previdência.

Precisamos construir para as gerações futuras um sistema justo, sólido e sustentável. Temos que ter um diálogo franco e transparente, para além da retórica demagógica e mistificadora. O Brasil optou por um sistema de repartição e não de capitalização. Ou seja, os que trabalham hoje sustentam os benefícios previdenciários das gerações anteriores. Dois problemas matemáticos e não ideológicos: 1) nasce cada vez menos gente (o crescimento populacional foi de 1,4% em 2001, 0,8% em 2016 e será de 0,38% em 2030) e 2) felizmente a expectativa de vida ao nascer é cada vez maior (45,5 anos em 1940, 75,5 anos em 2015) e o índice de envelhecimento crescerá de 36% em 2016 para 76,39% em 2030.

Além disso, existem privilégios e distorções a serem corrigidos. E regras insustentáveis: enquanto no Japão, na Alemanha, no México e no Chile a idade mínima é de 65 anos e nos EUA, 66, aqui a idade média para aposentadoria é de 58 anos.

É por responsabilidade com o futuro do País e com as novas gerações que o Congresso debaterá essa reforma inevitável. É preciso que todos entendam o problema, compreendam a gravidade da situação e apoiem a mudança, longe do populismo demagógico que sempre povoa o debate sobre a Previdência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, leitor, desculpem-me por iniciar o ano com assunto tão árido, mas com tantas repercussões na vida de todos nós: a crise fiscal.

Mas é que votamos, no final de 2016, o Projeto de Lei Complementar nº 257, que trata da renegociação da dívida dos Estados. As mudanças introduzidas pela Câmara dos Deputados no texto do Senado Federal despertaram enorme polêmica. Supostamente teríamos relaxado a cobrança da dívida sem as devidas contrapartidas.

A crise econômica afeta a todos: trabalhadores, empresários, consumidores e ao setor público. Três grandes Estados - Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais - decretaram estado de calamidade financeira. Compromissos básicos como salários e aposentadorias começam a sofrer atrasos. Despesas fundamentais, como a gasolina para as viaturas policiais, medicamentos e serviços hospitalares, começam a ficar comprometidas. No caso, misturam-se fatores conjunturais como a recessão, e estruturais, como os gastos previdenciários. Nestes Estados, 50% da folha são aposentadorias e pensões.

O pagamento da dívida consome 13% das Receitas Líquidas Reais.



Ainda assim sobra um resíduo a ser capitalizado. Mesmo tendo pagado vultosas quantias, o saldo devedor é maior que o montante renegociado. Mas em percentual do PIB a dívida dos Estados caiu de 15,5% em 2001 para 11,3% em 2016.

Houve renegociações das dívidas em 1993, 1997 e 2001. Diante do atual estrangulamento, o Governo Federal cedeu à demanda dos governadores por uma nova repactuação. O Governo Federal subsidia sempre. "*Não há almoço grátis*". A sociedade é que paga com o aumento da dívida pública.

Nem tudo é efeito da crise. Nas situações mais graves, há uma forte presença de irresponsabilidade fiscal. Foram abertas brechas na Lei de Responsabilidade de 2000, e as consequências aparecem agora.

O equívoco da Lei Complementar nº 257, na forma do substitutivo do Senado Federal, é tentar trocar o papel dos Governadores, a quem cabe apresentar os programas de recuperação fiscal, pela ação do Congresso, gerando uma verdadeira receita de bolo única para situações completamente diferentes. É um equívoco técnico, político e uma agressão à autonomia federativa. A avaliação sobre a consistência do ajuste proposto cabe ao Ministério da Fazenda. E isso é pressuposto para a renegociação da dívida e para o alívio no fluxo de despesas.

O formato ideal é o da Lei nº 9.496, de 1997, proposta por FHC, que estabeleceu diretrizes gerais obrigatórias e deixou a customização dos programas de ajuste fiscal para os contratos e seus anexos.

Infelizmente, a maioria da imprensa e vários economistas compraram a versão errada de que a Câmara dos Deputados aliviou a dívida em troca de nada. O que fizemos foi devolver as coisas a seus devidos lugares, autorizando as partes a negociarem, dentro de uma visão de responsabilidade fiscal.

Neste sentido a Câmara acertou. E o Senado errou, ao avançar sobre competências dos Governadores e das unidades federadas. E Temer permanecerá no erro, se vetar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 6 anos enfrento esse mesmo desafio. Em frente ao computador, tento imaginar o tema a discutir, num diálogo de mão quase única, em plena era da comunicação instantânea *on-line*. Os usuários do Twitter acham 140 espaços suficientes para se comunicar. *Blogs e sites*, em tempo real, envelhecem as notícias do velho e bom jornal do dia seguinte.

Provavelmente, Pero Vaz de Caminha ficaria escandalizado ao saber que a notícia de um atentado em Istambul, na Turquia, aportou no Brasil cinco minutos depois do ocorrido.

Mas a revalorização deste espaço acontece por fatos muito simples. Como em minha visita, numa quarta-feira de recesso, ao tradicional Mercado Central de BH, onde conheci o comerciante Waldemar Araújo, que há mais de 40 anos trabalha no interior desse nosso verdadeiro

patrimônio histórico, e que me recebeu, alegre e gentilmente, em sua loja, dizendo que a primeira coisa que fazia nas segundas-feiras era ler minha coluna em *O Tempo*. E é ao Seu Waldemar e aos demais leitores que dedico as próximas linhas.

Gostaria de passar uma visão forte de esperança em relação a 2017. Mas as sombras de preocupação e leve pessimismo me trairiam. Sempre digo Minas afora que um povo sem fé não tem o direito de reivindicar o futuro. Mas a ação transformadora e criativa tem que partir de bases sólidas. Um dos lemas de Paris em 1968 - "*Sejamos razoáveis, peçamos o impossível!*" - é bonito, poético, mas não move montanhas.

Fizemos muito em 2016. Instituições funcionando; corrupção duramente combatida; afastamos a Presidente por seus crimes de responsabilidade; fizemos a transição mais tranquila possível, dentro do marco constitucional; começamos a rearrumar as finanças públicas, recuperar as estatais; afastamos um Presidente da Câmara; colocamos nos trilhos a discussão sobre as necessárias reformas; mudamos as regras do pré-sal; repatriamos capitais; começamos a fazer a inflação convergir para a meta; os juros ficaram solidamente declinantes; a reforma do ensino médio foi acelerada; houve a renegociação de dívidas e tributos para estimular a saída da recessão; e, principalmente, recuperamos o ambiente de confiança e credibilidade. Não é pouca coisa.

Em 2017, se cada um fizer sua parte, o Brasil poderá sacudir a poeira e dar a volta por cima. Que a Lava-Jato seja a alavanca para a renovação das instituições, e não a anestesia paralisando o processo decisório! Que o Governo Temer aprofunde sua escolha reformista e encare com coragem os desafios! Que o Congresso consiga aprovar as reformas previdenciária, tributária e fiscal, política e trabalhista! Que os empresários se reanimem e os investimentos voltem! E que a sociedade fique cada vez mais mobilizada e atenta, cobrando de cada agente público o compromisso verdadeiro com os valores essenciais da ética, da liberdade, do republicanismo e da justiça social!

Assim, leitores, poderemos, por nossa ação e decisão, construir um 2017 feliz! Vamos arregaçar as mangas e botar a mão na massa!



Sumário

Críticas à postura do Presidente da sessão em relação ao tempo de uso da palavras pelos Deputados. Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2015, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana sobre o Exercício da Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Consulares, celebrado em Brasília, em 29 de julho de 2013.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, antes disso, eu venho aqui para dizer que quem assume a Presidência de uma sessão tem que ter tratamento isonômico, não pode ter um poder discricionário.

V.Exa. não pode prorrogar por 1 minuto o tempo de uma pessoa, ou de uma pessoa que está falando pela Liderança, e não prorrogar o de outra pessoa porque, dessa maneira, V.Exa. está perdendo o caráter magistral e a imparcialidade que a Presidência exige.

V.Exa. está repetindo os mesmos erros de uma CPI que está em curso nesta Casa, a CPI da FUNAI e do INCRA, onde os requerimentos da Oposição não são apreciados. Nós temos um requerimento para convocar e quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico de uma pessoa já condenada, que teve o seu helicóptero utilizado por membros da CPI em uma diligência.

Esse requerimento é ignorado, ao passo que todos aqueles que têm como único crime a defesa dos direitos dos indígenas, a defesa dos direitos dos trabalhadores e a democratização da terra são colocados em um pelourinho. Não se engane, ainda existem pelourinhos, inclusive literais. As prisões brasileiras estão lotadas de pelourinhos. Por isso, venho aqui defender este acordo, porque ele é justo na medida em que possibilita que os dependentes daqueles que estão em missão diplomática possam também exercer atividade remunerada, e nós possamos buscar harmonia, inclusive, das famílias. É absolutamente justo que isso aconteça, uma justiça que não há neste País.

Eu lembro que, quando Lula foi nomeado Ministro pela Presidenta Dilma Rousseff, foi dito: *"e do ponto de vista político passará sempre a certeza de ser uma tentativa de interferir de forma direta na Operação Lava-Jato"*. Foi dito pelo Senador Aécio Neves. Hoje ele se cala frente à condição de Ministro de Moreira Franco - que, aliás, está suspensa pela Justiça. Foi dito pelo Líder do PPS: *"uma decisão dessas é para fraudar a lei e tirar Lula do caminho da polícia e da Justiça de primeira instância"*. Foi dito pelo Líder do DEM: *"A Presidente comete desvio de*

finalidade porque está se utilizando de um ato ilícito para promover um ato lícito, para blindar o ex-Presidente". Este era o discurso; agora, nós vimos o mutismo.

Enganam-se aqueles que acham que o silêncio não fala. O silêncio fala. Enganam-se aqueles que acham que o silêncio não é carregado de cumplicidade. O silêncio é carregado de cumplicidade. Esses que se calam frente à desfaçatez que está em curso neste País deveriam levantar suas vozes e dizer que nós queremos um País justo, um País onde o Presidente se preocupe com o povo, não um País onde o Presidente diz: "*que se dane a minha impopularidade!*".
Fora, Temer!

Documento 11/141

008.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	15/02/2017-14:12
Publ.: DCD - 16/02/2017 - 23	AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Premência da redução do número de partidos políticos em atividade no Brasil, no bojo de reforma política.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dar como lido o meu pronunciamento sobre a prioridade da reforma política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar o seu pronunciamento no *programa A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a política, enquanto instrumento para organizar e gerir relações e os destinos da sociedade, deve se expressar através de ações com foco, prioritário, no bem-estar e na felicidade das pessoas. O ser humano é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto da política, e o seu espaço se estabelece em um mundo plural, sendo irremediável a dualidade da manifestação, bem ou mal, no seu exercício.



Em nosso País vivemos profunda e absurda ausência de foco no bem, com desvios de finalidade das práticas políticas, quando a irresponsabilidade, a incompetência e a má-fé protagonizam a desconstrução dos valores éticos e morais, consolidados através das nossas tradições histórico-culturais a partir do judaico-cristianismo. A corrupção contaminou, de forma desenfreada e sistêmica, o exercício da boa política nos diferentes níveis de liderança.

A ação recente e contínua dos agentes responsáveis pela fiscalização, controle, e repressão das práticas de desvio de conduta no exercício político de autoridades constituídas, além de revelar as fragilidades jurídicas e estruturais que induzem e facilitam a corrupção, sinaliza, também e felizmente, à possibilidade e urgência de serem adotadas medidas corretivas.

Aos poucos vai aumentando o entendimento e a conscientização das pessoas responsáveis de que, para sair dessa situação avassaladora, principalmente na política e na economia, são necessárias reformas definitivas, capazes de restaurar o poder coercitivo do Estado, a independência entre os Poderes da República, o equilíbrio orçamentário, o desenvolvimento econômico, o pacto federativo, o processo legislativo e os sistemas eleitoral e partidário, entre outros. Como toda transformação social começa e termina na política, impõe-se sua imediata estabilização para que medidas essenciais sejam adotadas ajustando também a execução orçamentária a partir do que as reformas estruturais poderão ser encaminhadas, debatidas e por fim realizadas. A estabilização e o equilíbrio assentados apenas na vontade política dos detentores transitórios do poder têm um caráter superficial e temporário, necessitando ser institucionalizados através de legislação própria e adequada que lhes garanta profundidade e perenidade.

É um princípio fundamental previsto no parágrafo único do primeiro artigo da Constituição Federal, "*que todo poder emana do povo que o exerce através de representantes eleitos ou diretamente...*". Assim, a organização da sociedade civil para exercer o poder através de representação, passa pelo sistema partidário que deve refletir os anseios e as diversidades ideológicas da população na escolha de seus representantes.

A atual legislação é bastante aberta, quase permissiva, à criação de novas siglas partidárias, as quais, frequentemente, se transformam em grupos de pessoas sem compromisso com qualquer ideário político, motivados pelo acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão, importantes moedas de negociação nos pleitos eleitorais.

A proliferação de partidos - hoje são 35 - produz efeitos danosos não apenas ao funcionamento dos três níveis legislativos (União, Estados e Municípios), como também à estabilidade das relações entre os Poderes da República, senão vejamos:



O processo legislativo é prejudicado pelo elevado número de encaminhamentos, requerimentos, emendas e questões de ordem, na grande maioria inócuos, que obstruem e retardam as votações; Cada partido representado, com pelo menos um Parlamentar, tem direito a espaços de Liderança e quadros de funcionários, criando custos desnecessários à manutenção das atividades legislativas; Um número muito elevado de partidos impõe o presidencialismo de coalizão e ao mesmo tempo dificulta o estabelecimento de base parlamentar sólida, acarretando instabilidade. Por outro lado, facilita barganhas não republicanas como atalho ao diálogo e ao entendimento da boa política;

Disputas perdidas em plenário e outras instâncias acabam gerando inumeráveis ações junto ao Supremo Tribunal Federal, principalmente de pequenos partidos políticos, judicializando a política e estabelecendo canais de interferências indesejáveis no Poder Legislativo;

As reuniões do Colégio de Líderes para o estabelecimento das pautas de votação, composição de Comissões e escolha de Relatores para projetos em tramitação, acabam se transformando em intermináveis e pouco produtivas discussões.

Isto posto, percebe-se como é significativa e urgente uma drástica redução do número de partidos políticos. Muitos projetos nesse sentido tramitam no Congresso como parte de reformas políticas, mas encontram resistências devido ao elevado grau de incertezas que geram nos interesses parlamentares.

Duas medidas nesse sentido começam a ser debatidas com prioridade, tanto na Câmara como no Senado. A primeira foca a proibição de coligações nas eleições proporcionais, ou seja, para deputados e vereadores. Os partidos que não alcançam, isoladamente, os quocientes eleitorais, costumam se beneficiar de coligações entre si, ou com partidos maiores, para manter representações mínimas do partido. A proibição provocará fusões partidárias definitivas ou simples extinções das pequenas legendas.

A outra medida, chamada de cláusula de barreira, estabelece um desempenho eleitoral mínimo para cada partido ter representação na Câmara dos Deputados. Normalmente, a barreira é imposta através da exigência de um percentual mínimo de votos a nível nacional distribuído, também, com um percentual mínimo em cada um de certo número de Estados. Para atenuar o corte do desempenho pode ser instituída a possibilidade de formação de blocos ou de federações partidárias, cuja soma dos votos obtidos supere a barreira. Os direitos parlamentares individuais serão garantidos aos Deputados dos partidos que não alcançarem os quocientes.

Parece pouco chamar essas duas medidas de reforma política, mas, como vimos, o impacto na estabilização do funcionamento legislativo, internamente e nas suas relações externas, somar-se-á às ações na



área econômica e em outros setores, formando uma corrente de confiança regenerativa na recuperação do País após a devastação ocorrida nos últimos anos.

Muitos sinais apontam para a inflexão positiva que começa a ocorrer, e que a população já percebe, renovando sua confiança e suas esperanças de que sairá da crise com o País fortalecido e num patamar mais elevado dos padrões éticos e morais nas práticas políticas.

Muito obrigado.

Documento 12/141

008.3.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária -
CD

15/02/2017-15:56

Publ.: DCD - 16/02/2017 -
58

SILAS FREIRE-PR -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Desempenho do orador em 2 anos de exercício do mandato parlamentar na Câmara dos Deputados na defesa da redução da maioria penal, da extensão do prazo de validade de concursos públicos e de investimentos na segurança pública do País. Apoio à realização da reforma previdenciária com reformulação da proposta enviada pelo Poder Executivo. Necessidade de amplo debate sobre a reforma trabalhista. Defesa de ampliação da divulgação do trabalho dos Parlamentares pela TV Câmara.

O SR. SILAS FREIRE (PR-PI. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Deputado Alberto Fraga, Sras. e Srs. Deputados, ao completar meus 2 primeiros anos na Câmara dos Deputados, cheguei à conclusão de que a população lá fora cria expectativa sobre a nossa participação no Parlamento. E muitas vezes não conseguimos atender à expectativa do eleitorado que nos traz para esta Casa.

Vou fazer uma pequena recapitulação desses 2 anos em que estou nesta Casa. Vim para cá com alguns propósitos. Um deles foi o de lutar pela regularização da redução da maioria penal. Por quê? Porque a criminalidade infanto-juvenil estava imperando à época e continua imperando no Brasil. Pode-se até perguntar: *"E se os menores estivessem presos no sistema prisional agora, com toda esta crise?"*



Primeiro: a lei aprovada nesta Casa, que ainda não foi a ideal, não levaria os menores criminosos que praticaram crimes hediondos diretamente para essas penitenciárias. Eles seriam separados. Continuo defendendo a redução da maioria penal, Sr. Presidente, como uma regra: cometeu crime hediondo, nem que seja de fraldas, tem que pagar por ele.

Penalizando os menores que adentram o crime todos os dias, não só pelas questões sociais, mas também pela sensação de impunidade, nós poderíamos evitar que eles virassem massa de manobra, quando maiores, dentro dos presídios. A maioria desses recém-maiores que adentram as penitenciárias do Brasil são escravos das drogas e massa de manobra das chamadas quadrilhas e dos grupos organizados. Agora eles é que são colocados como escudos nas manifestações criminosas dentro dos presídios brasileiros.

Sr. Presidente Alberto Fraga, nós já havíamos detectado, na CPI da Carceragem, que os presídios brasileiros estavam sob o comando das facções criminosas. Detectamos naquela CPI tão bem dirigida por V.Exa. que o Estado havia perdido o comando da população prisional do País. Detectamos naquela CPI, para a qual o Brasil resolveu fechar os olhos, que uma massa de manobra estava à disposição das facções criminosas dentro dos presídios. Isso que acontece hoje não é novidade, principalmente para esta Casa, na qual há dezenas de Parlamentares ligados à área da segurança pública, que conhecem profundamente o caos em que a segurança pública está mergulhada, que apontam a sua ferida, que apontam a solução, mas infelizmente não são ouvidos. Por isso eu iniciei o discurso dizendo que nós frustramos a população que nos traz para cá. Muitas vezes não conseguimos atender às suas demandas.

Ainda espero que nós cobremos do Senado Federal uma decisão a respeito da proposta de redução da maioria penal votada nesta Casa. Que ela seja votada no Senado. Que o Senado a aprove ou não. Que a reprove. Sabemos que o Senado defende, na sua grande maioria, a reformulação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Para nós, isso não resolve. Mas os Senadores precisam levar a matéria à votação, e não sentar em cima, como sentaram em cima da proposta de redução da maioria penal. Precisamos disso.

Quando eu vim para esta Casa, trouxe uma bandeira de luta: a de acabar com a brincadeira com a cara dos concursados, Deputado Delegado Edson Moreira. Hoje, no Brasil, se você passa num concurso público, leva meses ou anos para ser chamado e nomeado. Os governos brincam de concurso público, eles brincam com a cara daqueles que queimam livro a noite inteira, que dispensam a última casinha que têm, o último animal que têm no interior para pagar pela formação dos seus filhos, para que passem em concurso público. E muitos deles são aprovados, comemoram e são frustrados, porque não são nomeados.



Nós precisamos encontrar uma fórmula, dentro da lei, para que essa brincadeira com a cara do brasileiro que procura a estabilidade do serviço público seja encerrada. Nós também temos proposição sobre isso nesta Casa.

Voltando a falar da segurança pública, para conceder um aparte ao Deputado Delegado Edson Moreira, especialista na área, que se faz presente neste plenário, pergunto: quantas vezes nós discutimos aqui, Delegado, o financiamento da segurança? Não adianta ficar dizendo que a Polícia Militar é indisciplinada, não adianta ficar dizendo que a Polícia Militar quer fazer greve, não adianta ficar dizendo que o Governo é isso ou que o Governo é aquilo, se não houver financiamento. Segurança pública só se faz com financiamento. Esta é a grande verdade.

Eu propus nesta Casa, quando os *royalties* do petróleo eram o ouro, eram a princesa do País, que nós dispensássemos o percentual para a segurança, embora de forma temporária, na redivisão, que ainda hoje está judicializada, apenas para a educação e para a saúde, e que incluíssemos um percentual menor para a segurança, para que chegássemos a alcançar o sonho do melhor salário para o policial ostensivo deste País pelo menos, que é a Polícia Militar, que ganha mal, que não ganha bem no Brasil inteiro. Essa é a grande verdade. Nós precisamos identificar esse financiamento, seja com os *royalties* do petróleo, que já não são mais aqueles diamantes, seja com o dinheiro da repatriação, que esta Casa aprovou, seja com a legalização dos jogos. Precisamos dizer: "*Este dinheiro serve para financiar a segurança*". Com esses recursos, as forças de segurança pública terão um plano de cargos e salários, para que nós não passemos mais pelo que passamos hoje no País.

Eu concedo um aparte ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O Sr. Delegado Edson Moreira - Deputado Silas Freire, parabéns pelo tema que aborda. V.Exa. pôs o dedo na ferida. Por quê? Nós aprovamos aqui na Câmara a redução da maioria penal para crimes hediondos. A matéria foi para o Senado, e ninguém tomou conhecimento. Quer dizer, o Senado não está nem aí para a população brasileira, quer saber apenas de presídios que deverão ser construídos. Primeiramente, é preciso dizer que a segurança pública está explodindo no País, que há mortandade, carnificina nos presídios. E, o que é pior, o Estatuto do Desarmamento, que serve para defender o cidadão, está parado aqui na Câmara. A Comissão Especial o aprovou, mas até agora o Presidente não o colocou em votação, para ser renovado. E a população está decaindo. Para que V.Exa. tenha uma ideia, incendiaram 25 ônibus na Região Metropolitana de Belo Horizonte porque a polícia fez uma grande apreensão de drogas em Sarzedo, Município pequeno da Região Metropolitana. Pegaram 15 pessoas que estava ateando fogo nos ônibus - nove eram menores. De 50% a 60% dos crimes violentos no País são cometidos por menores.



Então, tem que ser feita alguma coisa. V.Exa. tocou na ferida e foi feliz no tema que escolheu. Parabéns!

O SR. SILAS FREIRE - Obrigado, Deputado.

Pode-se continuar perguntando: "*Com os presídios lotados, onde nós colocaríamos os menores delinquentes que cometem crimes hediondos?*" Eu repito: a lei que nós aprovamos nesta Casa não os colocaria nesses presídios. Os menores que cometem crimes hediondos serão os jovens adultos que se transformarão em massa de manobra das quadrilhas e das facções dentro dos presídios amanhã. É por isso que elas conseguem verdadeiros exércitos, porque os menores são criminosos motivados pelo combustível da impunidade. Chegam lá através do tráfico, porque se tornam escravos da droga, escravos químicos, e lá dentro se tornam escravos das facções, que os usam como verdadeiros escudos.

Este momento pelo qual passam os presídios brasileiros serve também para pensarmos em como ressocializar os presos. Existem aqueles que querem se ressocializar, mas existem aqueles que não querem se ressocializar. Nós precisamos abrir os olhos para isso.

Hoje o detento brasileiro encontra na lei feita nesta Casa a oportunidade de obter direito a saídas temporárias. Embora reincidente, embora cometa novos crimes e volte para o serviço prisional, ele recebe nova oportunidade de seguir a fila para conseguir novamente concessões.

Eu tenho nesta Casa também proposta sobre o fim das oportunidades para aqueles presos reincidentes no crime dentro do serviço prisional. Quem quer se ressocializar não pratica reincidência, quem quer se ressocializar agarra a primeira oportunidade que lhe aparece.

Quero falar também, Sr. Presidente, dos momentos difíceis que este País vive. Também vivi, nesses 2 anos aqui, a disputa política que começou logo depois da eleição geral, entre Oposição e Situação. Vivi nesta Casa, nesses 2 primeiros anos em que aqui estou presente, o acirramento de ânimos entre Situação e Oposição, que, é claro, não levou este País ao buraco, mas colaborou para isso. Vivi nesta Casa o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, a Presidente que teve o mandato cassado por esta Casa, cassação que foi confirmada pelo Senado. E, como o povo escolheu os representantes que cassaram o seu mandato, eu não vou discutir quem a levou à cassação ou quem cassou. Mas faço uma pergunta: se cassamos o mandato da Presidente Dilma é porque tínhamos a solução para este País. Mas ainda não a encontramos. Torcemos muito para que o atual Governo, Governo que é apoiado pelo meu partido, pelo partido do qual faço parte, acerte ou pelo menos erre menos, porque tem errado demais. Enquanto corremos atrás da recuperação dos empregos, o Ministro mais forte do Governo, numa palestra pública, diz que trocou cargos por votos.

Nós estamos perdendo tempo com besteira. Ora, os mais experientes



políticos estão tropeçando nos próprios dedos, estão cometendo erros infantis, em vez de olhar para a frente.

Eu não quero atirar pedras no Governo. Eu acho que, embora conviva com a sombra da Operação Lava-Jato - e não é fácil conviver com a sombra de uma investigação como essa -, ele busca, sim, a solução para este País, ele busca soluções econômicas, sim. Melhorou? Ainda não vi melhoras. Estagnou? *"Ah! Mas os juros diminuíram. A inflação está caindo."* O juro real não diminuiu. O juro real, quando se retira a taxa SELIC, quando se retira a inflação, hoje é de mais de 7%, muito maior do que em 2016. Vamos abrir os nossos olhos. Precisamos melhorar? Sim, senhor. Precisamos. Ainda não melhoramos, ainda não demos passos largos.

Então, vamos suspender um pouco a prática da política pela política para cuidar deste País. Nós estamos fazendo única e exclusivamente política neste País. Muitos, quando não estão tentando fugir das mãos de uma investigação nacional como é a Lava-Jato, estão fazendo meramente política por cargos.

Nós temos que enfrentar a dificuldade que estamos vivendo. O desemprego chega à casa dos milhões de trabalhadores. Não podemos nem nos dar ao luxo de dizer que só com a estagnação da taxa de desemprego já estamos felizes. Não. Porque, se ela estagnar, vai parar em 12,5 milhões de desempregados. Isso não nos serve.

Temos que chegar à diminuição da taxa de desemprego.

É hora de Situação e Oposição esquecerem o ódio e deixarem as investigações da vida correrem. Que sejam pegos nas investigações, mas vamos olhar para o País, senão este País vai acabar! Prestem bem atenção: se nós formos ligar só para a Lava-Jato e para a política, este País vai acabar.

Pois não, Deputado Alberto Fraga.

O Sr. Alberto Fraga - Meu querido amigo Silas Freire, eu queria parabenizá-lo pela lucidez do seu discurso. O seu discurso é tão importante e tão necessário que conseguiu até prender a atenção do nosso Presidente, o Deputado Rodrigo Maia. V.Exa. está sendo prestigiado por S.Exa., que, na Presidência da sessão, está ouvindo o seu discurso. O que V.Exa. fala são coisas óbvias, claras, mas, para elas, lamentavelmente, parece que os nossos governantes ficam cegos, ficam surdos - mudos, não, porque falam muitas bobagens. Veja que agora estão anunciando o nome do Ministro da Justiça. Se for Carlos Velloso, eles têm todo o nosso apoio. Nós fomos lá pedir a criação do Ministério da Segurança Pública, e estão falando em indicar José Mariano Beltrame para Ministro da Segurança Pública. Ele gastou 36 bilhões de reais no Rio de Janeiro e deixou a segurança pública naquela desgraça que está lá. Eu acho que, se os governantes não ouvirem aqueles que têm domínio sobre determinados assuntos, estarão fadados ao fracasso. Estamos aqui porque fomos eleitos pelo povo e temos as nossas bandeiras. Cada um defende aquilo que



conhece. Não podemos botar o chapéu onde não conseguimos pegar. Então, parabênzo V.Exa. pela lucidez com que abordou fatos da CPI do Sistema Carcerário, de que participou. Detectamos todos aqueles problemas. Dissemos: "*Vai acontecer*". E está aí a prova. O Ministro da Justiça, quando assumiu, anunciou medidas e ignorou totalmente o trabalho que fizemos durante 6 meses. Parabênzo V.Exa. pela coragem e pela qualidade do seu discurso.

O SR. SILAS FREIRE - Muito obrigado, Sr. Deputado. Incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento.

Já me encaminhando para o final do meu pronunciamento neste Grande Expediente, volto a dizer que precisamos enfrentar as dificuldades do País. Sem querer ser repetitivo, temos que apoiar as investigações, mas não viver só em função delas, porque, senão, este País vai parar. Esta Casa precisa andar, o Senado precisa andar, o País precisa sobreviver.

Sr. Presidente, nós temos duas reformas importantíssimas para o País. Quem disser que não temos que reformar o modelo da Previdência Social do País está completamente cego, e quem disser que a reforma da Previdência Social deste País é esta que o Poder Executivo mandou não está cego, não, está louco, está maluco.

Nós precisamos fazer, sim, uma reforma, precisamos, sim, enxugar a nossa Previdência, mas não da forma como foi proposta, sem respeito às categorias e às regionalidades, misturando-se alhos com bugalhos, tirando-se direitos do homem do campo, diminuindo-se direitos da mulher. Eu acho que não é por aí. Mas também não se pode fechar os olhos e dizer que não precisamos fazer a reforma. Precisamos encontrar o meio-termo, uma reforma que dê garantias ao País para fazer novos investimentos, uma reforma que dê garantias aos trabalhadores que sonham com uma aposentadoria tranquila.

Vem também a reforma trabalhista. Que nós encontremos um caminho que não desfavoreça tanto aqueles que há anos trabalham, que não tire direitos daqueles que já trabalham muito neste País, mas que também incentive a abertura de novos postos de trabalho, que tire a carga tributária da mão do empresário, essa responsabilidade trabalhista que assusta muitas vezes, que parece um fantasma - "*Ah Eu não vou abrir empresa porque ter empregado para mim é um terror*".

Então, nós precisamos ter cautela. Vamos exaurir os debates, vamos conversar, vamos debater, vamos esconder ou tirar muitas vezes inclusive a nossa cor partidária e olhar para o verde-amarelo brasileiro. Não podemos fugir das reformas, mas também não podemos engolir uma reforma que seja um monstro.

Sr. Presidente, ainda tenho tempo, mas estamos próximos de alcançar o quorum. Quero apenas dizer que, na campanha de V.Exa. para a recondução à Presidência desta Casa, como jornalista, propus-lhe que os instrumentos de comunicação da Casa dessem mais espaço aos

Parlamentares, que fosse criada uma programação regional. Cada um tem a sua região. As bancadas poderiam receber o seu material, produzido pela *TV Câmara*. Por exemplo, a minha bancada do Piauí poderia receber o material trabalhado pela minha bancada durante a semana ou quinzenalmente, para que nós tivéssemos a oportunidade de divulgar nas tevês das Assembleias ou mesmo em espaços conquistados por nós.

Admiramos e respeitamos muito o trabalho da *TV Câmara*, mas sentimos que, como órgão desta Casa, pode fazer mais para a divulgação do trabalho dos Parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 13/141

008.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	15/02/2017- 16:20
Publ.: DCD - 16/02/2017 - 123	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Justificativa para votação favorável do PT ao Projeto de Lei nº 6.568, de 2016, em benefício de Estados e Municípios. Críticas ao desempenho do Governo do Presidente da República, Michel Temer, nas áreas de segurança pública e de economia. Repúdio às propostas de reforma previdenciária e trabalhista.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu queria, primeiro, justificar aqui que nós estamos votando favoravelmente a esse projeto da repatriação por um motivo fundamental, que é a possibilidade de os Estados e Municípios receberem recursos e melhorarem as suas finanças. Na verdade, nós estamos vendo a crise econômica se alastrar em todo o Brasil. Em todo o Brasil, a situação das Prefeituras e dos Estados é cada vez mais grave.

O lema anunciado deste Governo é *Ordem e Progresso*. Na verdade, o lema desse Governo deveria ser *anarquia e retrocesso*, que é ao que nós estamos assistindo no Brasil: massacres de presos em Manaus e Natal, rebelião da PM no Espírito Santo, ameaças no Rio de Janeiro, o que vem acontecendo em Belo Horizonte.

Para essa situação, o Governo só tem uma única reação: colocar a Força Nacional de Segurança e as Forças Armadas para resolverem problemas que não são delas. As Forças Armadas não têm que fazer



revista de preso. As Forças Armadas não têm que ser usadas em ações de garantia da lei e da ordem - GLO em todos os momentos no País.

Qual é o objetivo deste Governo? Não é capaz de reorganizar as Polícias Militares? Não é capaz de propor uma alternativa para evitar a crise na segurança dos presídios? Não é capaz de resolver o problema dos Estados? Não! Este Governo não é capaz! Este Governo só tem uma política, a do arrocho fiscal sobre os Estados, sobre os Municípios, sobre os investimentos. Com isso, a depressão econômica atinge todo o País.

Parece que o Palácio do Planalto vive em outro mundo, em outro País. O País se acabando, e o Palácio do Planalto fazendo festa a todo momento. O Presidente da República vai justificar e arrumar uma nova jurisprudência para a manutenção de Ministros, Ministros que sejam denunciados, investigados. Criou uma nova formação jurídica.

O Ministro Eliseu Padilha vai, despidoradamente, justificar a nomeação do Ministro Ricardo Barros para a Saúde como um acordo político para obtenção de votos do PP, e considera o Ministro um notável, um notável!

Ora, Sras. e Srs. Deputados, vamos cair na real! O País está desmoronando, está se "desmilinguindo". É necessário que acordemos. A proposta de reforma da Previdência e a proposta de reforma trabalhista vão jogar o Brasil ainda mais no caos. A situação vai piorar. Se hoje nós já estamos vendo crianças pedindo esmola nos faróis, com certeza, daqui a pouco, vamos ver os velhos pedindo esmola nas ruas. Por quê? Porque eles querem acabar com a possibilidade de aposentadoria. Querem reduzir o valor da aposentadoria. Querem fazer com que a LOAS seja desvinculada do salário mínimo. Querem aprovar uma legislação que acaba, na prática, com o trabalho formal.

Essas medidas não são medidas de recuperação econômica, não são medidas para melhorar a vida do povo brasileiro. São medidas que vão aprofundar a crise. Nós temos que dizer isto: é nossa responsabilidade dizer o que está acontecendo no País.

O Sr. Michel Temer age como se nada estivesse acontecendo. O País está normal. O seu Ministério não é capaz de responder aos problemas graves que estão sendo postos.

Nós estamos aguardando a solução do acordo dos Estados. Os Estados estão falidos. A pior situação é a do Rio de Janeiro. O Governador Pezão não tem mais dinheiro para absolutamente nada, e o Estado está um caos. Então o Governo manda milhares de fuzileiros navais e soldados do Exército, para controlar a situação. Isso não é correto. Isso não é correto.

O Governo precisa tomar uma nova medida econômica, de recuperação, e não apenas essas medidas de ajuste fiscal, que não levam a absolutamente nada. A reforma da Previdência não é reforma



coisa alguma! Ela é um ajuste fiscal sobre a cabeça dos mais pobres, dos que mais precisam. Não se trata aqui de fazer uma reforma para o futuro, porque o que está sendo colocado agora é a redução do valor da aposentadoria daqueles que vão se aposentar agora, para reduzir a despesa da Previdência Social.

Porém, em nenhum momento, o Governo fala em reduzir juros reais - os juros reais -, ou seja, a diferença entre a taxa SELIC e a inflação está aumentando. Os juros não caíram! O juro real vem aumentando. E essa situação não possibilita a recuperação econômica.

A bancada do PT está preocupada com essa situação e está se mobilizando. Nós vamos mobilizar o Brasil, vamos não apenas mobilizar o Brasil contra a reforma da Previdência, mas também vamos exigir uma política econômica de desenvolvimento e de distribuição de renda, de apoio à produção, e não de condenação da produção, como querem fazer no BNDES, acabando com as condições de financiamento do BNDES.

Nós não aceitamos que continue sendo assim. Vamos lutar decididamente contra essa política, que é a política da anarquia e do retrocesso, não é da ordem e do progresso.

Documento 14/141

012.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/02/2017- 18:36
Publ.: DCD - 21/02/2017 - 43	CELSO MALDANER-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Expectativa de redução da taxa de juros da economia pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil. Importância da aprovação das reformas trabalhista, previdenciária, política e tributária. Congratulação aos Ministros do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin e Luís Roberto Barroso pela discussão da extinção do foro privilegiado para políticos no País. Necessidade de discussão e votação pela Câmara dos Deputados de matéria relativa ao valor do teto dos gastos públicos.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e demais colegas Parlamentares, eu tenho comigo que de tantas características a mais importante de todas para se ter sucesso na vida é a autoestima elevada.
Eu sinto que volta a autoestima à população brasileira - porque os fatos são concretos - pelo o que está acontecendo nesse atual Governo de

coalisão.

Aliás, espero com ansiedade que o COPOM, Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, baixe no mínimo 1% da taxa de juros em sua próxima reunião, e não só 0,75%. O nosso sonho é a taxa de juros chegar a um dígito até o final do ano.

Já temos em alguns setores até deflação. Eu acho que está na hora de o Governo inclusive baixar a meta de inflação, que é de 4,5%. Eu estou sentindo que nós vamos ter ainda este ano uma taxa em torno de 4% ou até menos, bem abaixo da meta.

As coisas começam a melhorar devido às decisões que estão sendo tomadas.

É claro que o agronegócio vai ajudar muito. Este ano, vamos injetar na economia 546 bilhões de reais. Vamos colher uma safra de 220 milhões de toneladas.

Não é só sorte, eu acho que o tempo também tem colaborado. Mas há expectativas com relação às decisões que estão sendo tomadas e que são muito importantes.

A Câmara Federal não pode faltar neste momento em que o Brasil tanto precisa, tem que fazer as reformas necessárias, sem tirar direito de ninguém. Pelo contrário, tem que dar segurança jurídica, seja na reforma previdenciária, seja na reforma trabalhista, seja na reforma tributária ou na reforma política, que temos que votar ainda neste ano. Então o Congresso Nacional tem que ser protagonista dessas decisões.

Eu gostaria também de parabenizar os Srs. Ministros Edson Fachin e Luís Roberto Barroso. Já que nós não temos coragem, não legislamos para acabar com o foro privilegiado no País - eu sei que é difícil de aprovar essa matéria aqui no Congresso Nacional -, S.Exas. estão estudando uma maneira para acabar com esse abuso. Praticamente 40 mil pessoas gozam desse privilégio. Acho que está na hora de regularizar essa situação.

E mais. Antes de aprovarmos as reformas previdenciária e trabalhista, que são muito importantes, a Câmara dos Deputados tem que trazer para o plenário matéria votada pelo Senado no final do ano a respeito do valor do teto de gastos públicos, que é de R\$ 33.700,00. Nós temos que votar essa matéria, porque hoje no Brasil 1 milhão de privilegiados custam 30 milhões. Não podemos fazer a reforma previdenciária só em cima dos que menos ganham. Temos que mexer também com os integrantes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público. Todos têm que dar sua parcela de contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Capitão Augusto) - Obrigado, Deputado.



013.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -
CD

21/02/2017-
11:04

Publ.: DCD - 22/02/2017 -
43

LEO DE BRITO-PT -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Críticas às propostas do Governo Federal de reforma trabalhista e previdenciária. Encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado do Acre, pelo Governador Tião Viana, de projetos de lei sobre concessão de reajuste salarial a servidores públicos estaduais.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para fazer um registro muito importante. O Governo Michel Temer retira agora direitos dos trabalhadores através da reforma previdenciária e da reforma trabalhista - no ano passado, apresentou a PEC da Maldade -, realiza um forte ataque aos servidores públicos, aos professores da educação básica, aos policiais civis. Já o Governo do Estado do Acre encaminha hoje à Assembleia Legislativa uma proposta de reajuste salarial para os servidores públicos.

É importante que façamos esse registro, que mostra que outro sistema é possível. A Deputada Margarida Salomão acabou de dizer de maneira clara que o Governador Pimentel decidiu que não vai fazer arrochos como os que estão sendo impostos pelo Governo Federal. Nós votamos aqui, no ano passado, o Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, que tentava exatamente promover esse arrocho, e hoje temos uma notícia como essa. Os Deputados do PSOL, como o Deputado Edmilson Rodrigues, o Deputado Jean Wyllys, do Estado Rio de Janeiro, e os Deputados do Rio Grande do Sul sabem disso. O Governador do Acre encaminha hoje à Assembleia Legislativa não só a proposta de reajuste, mas também a reformulação dos planos de carreiras e salários dos servidores, a recomposição salarial de vários servidores, as melhorias nos sistemas de progressões, de promoções, as vantagens adicionais e gratificações. O incremento é de 124 milhões de reais, só neste ano de 2017, na folha de pagamentos do Estado do Acre.

Diga-se de passagem que o Estado do Acre, em nenhum momento, atrasou salários, enquanto 15 Estados da Federação parcelaram salários, três praticamente declararam falência, com os decretos de calamidade financeira.

É importante dizer que várias categorias vão ser alcançadas por essa medida do Governador Tião Viana: policiais civis, servidores da área da segurança, da educação, da saúde, do Departamento Estadual de

Trânsito - DETRAN, gestores de política pública, das procuradorias-gerais, servidores de nível superior e técnicos em gestão. Então, é uma grande notícia que nós temos hoje para o Estado do Acre. Demonstra claramente que é possível fazer um governo que atua com austeridade, um governo que continua mantendo os investimentos nas diversas áreas, mas que igualmente tem uma compreensão muito séria, uma visão clara de que, sem a valorização dos servidores públicos, o serviço público não vai a lugar nenhum. O Governo do Acre vai exatamente na contramão daquilo que o Governo Federal, o Governo ilegítimo de Michel Temer, tem feito. O Governo Temer tem promovido um processo de desmonte da Previdência, dos direitos trabalhistas e de desvalorização dos servidores públicos e dos trabalhadores em geral. Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação, no programa *A Voz do Brasil*, deste pronunciamento, que trata dessa grande vitória dos servidores públicos acreanos. O Governo do Acre dá um exemplo para os demais Estados e para o Governo Federal, que não tem nenhum compromisso com os servidores públicos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 16/141

016.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/02/2017-09:06
Publ.: DCD - 23/02/2017 - 15		TEREZA CRISTINA-PSB -MS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Assunção pela oradora da função de Líder do PSB na Câmara dos Deputados. Compromisso do partido com a defesa das aspirações do povo brasileiro.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, caros colegas, é um prazer estar aqui nesta manhã para dizer a todos que assumi a Liderança do PSB com grande honra. Quero dizer a V.Exas. que, num momento difícil como este de transformações e reformas por que passa o nosso País, eu assumo

esse encargo com muita responsabilidade e humildade para servir ao povo da nossa Nação. Espero que Deus me ilumine nesta minha nova missão.

Peço que seja considerado como lido o meu discurso e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nós que agradecemos a V.Exa. Parabéns! Não temos dúvida de que V.Exa. vai fazer história no PSB pela sua competência e lealdade. V.Exa. é sempre muito amiga de todos. Desejamos muito sucesso a V.Exa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, informo a V.Exa. e a todos os colegas que neste ano de 2017 estarei representando o meu partido, o Partido Socialista Brasileiro, na condição de Líder.

Estejam certos de que a missão que ora abraço com muita honra terá de mim a firmeza, a dedicação e o compromisso com o esforço de bem representar a bancada de Deputadas e Deputados do PSB que me escolheram Líder numa demonstração de confiança na minha capacidade de defender aqui as suas aspirações, que são, em nossa visão, as aspirações mais genuínas do povo brasileiro.

O momento que vivemos é desafiador, mas as dificuldades não nos assustam. Eu represento o Mato Grosso do Sul, onde os desafios nos encorajam e se traduzem em realizações e conquistas. Atuo na agricultura e me habituei a ver, concretamente, o trabalho se transformar em frutos, sobretudo quando estive à frente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo, onde empreendemos especial apoio à agricultura familiar. Mais de 70 mil famílias foram atendidas e atuaram de forma extraordinária no desenvolvimento de nosso Estado.

Acredito firmemente na força transformadora do trabalho. A nossa luta, a luta do PSB, visa, intransigentemente, ao bem-estar dos brasileiros e à afirmação do Brasil como nação próspera e soberana.

Enfrentamos a mais grave crise econômica em décadas, e o seu equacionamento exige a participação do Congresso Nacional e demais segmentos da sociedade. O PSB dispõe de uma agenda para o nosso País que inclui a refundação do sistema político brasileiro em novas bases, amplamente participativas e plurais, com o fortalecimento das instituições e a valorização da coisa pública nos mais diversos níveis.

O PSB está preparado para debater quaisquer propostas que vierem a ser apresentadas para vencer essa crise, por entender que é a retomada do crescimento econômico que vai resgatar a dignidade e a autoestima dos mais de 12 milhões de desempregados.

Porém estamos de olhos abertos. Vamos defender que o peso dos

ajustes não recaia sobre os segmentos populares. Os trabalhadores, sobretudo aqueles de menor renda, têm contribuído de forma antecipada e permanente com a geração da riqueza nacional, e é sobre eles que são lançadas as consequências da desorganização dos serviços públicos a que têm direito.

Temos o compromisso declarado de defender as conquistas sociais que o Brasil alcançou por meio de lutas e sacrifícios, com destaque para a organização dos sistemas de saúde, previdência e assistência, que devem ser aperfeiçoados e verdadeiramente universalizados. Reconhecemos que tempo de crise exige, primeiro, uma visão realista e transparente a respeito do seu diagnóstico. O PSB está atento a essa condicionante e vai cobrá-la durante os debates, de modo a assegurar que as medidas a serem adotadas tragam soluções e não improvisações ou artifícios temporários perniciosos.

A orientação de nossa agenda é muito clara. Estamos empenhados na defesa de um novo pacto federativo que nos permita escapar do centralismo decisório e de recursos hoje sob o domínio da União, rumo ao reconhecimento efetivo e fundamental das instâncias subnacionais. Esse centralismo, do qual todos somos testemunhas nos Estados que representamos, consagra a dispersão e o desperdício do dinheiro público em flagrante redução da eficiência de gestão e compromete a própria noção de Federação assentada na Constituição Federal.

A nosso ver, o novo pacto federativo é imprescindível para a disciplina fiscal e a eficiência do setor público, condições indispensáveis para transformar impostos em benefícios para a população.

Reconhecemos a necessidade de ajustes emergenciais e estamos preparados para o debate construtivo das reformas já instaladas na agenda desta Casa, como são o caso da PEC da Previdência e de outras que nos forem apresentadas com a finalidade de retomarmos o crescimento e a geração de empregos.

Reafirmo que o nosso empenho seguirá a orientação dos princípios que unificam o PSB na defesa inarredável das aspirações dos brasileiros e do Brasil.

Muito obrigada.

Documento 17/141

018.3.55.O

Sessão Não Deliberativa de
Debates - CD

22/02/2017-15:06

Publ.: DCD - 23/02/2017

ADÉRMIS MARINI-PSDB -SP

- 76

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE



Sumário

Importância da região do Município de Franca, Estado de São Paulo, para os setores de indústria, comércio e serviços. Compromisso de exercício do mandato parlamentar em prol da sociedade francana. Momento de crise política e econômica no Brasil. Apoio à Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. Importância da realização de reformas para retomada do crescimento econômico do País.

O SR. ADÉRMIS MARINI (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus novos colegas Deputados e Deputadas, povo brasileiro, é com muita honra e satisfação que, pela primeira vez, faço uso desta tribuna como Deputado Federal representando a minha cidade de Franca, no interior de São Paulo, e a minha região da Alta Mogiana.

Assumo a cadeira que já foi ocupada por ilustres francanos, como o Professor Alfredo Palermo; Airton Sandoval, um Deputado defensor dos municípios, um municipalista convicto; o Dr. Fábio Meirelles, que sempre defendeu a agricultura, o agronegócio, o homem do campo; e, mais recentemente, o Deputado Federal Marco Aurélio Ubiali, defensor da inclusão e da APAE.

Sou grato à minha cidade de Franca e região pela oportunidade. Sou grato à minha família, ao meu pai, Adérmis, à minha mãe, Rosa, à minha esposa, Adriana, e aos meus filhos, Ana Laura e Lucas.

Sou grato ao meu partido, o PSDB de Franca, na pessoa do Prefeito Sidnei Rocha; ao Deputado Roberto Engler; aos meus colegas Vereadores da Câmara Municipal de Franca; aos Deputados Federais Duarte Nogueira, Samuel Moreira e Floriano Pesaro.

Faço um agradecimento muito especial Governador Geraldo Alckmin, que me apoiou para que eu pudesse estar aqui para defender o interior de São Paulo e a minha região de Franca.

Sr. Presidente, eu assumo como Deputado alicerçado nos nossos valores e nos nossos princípios, com o apoio de valorosos irmãos, de meus irmãos na Maçonaria, de meus companheiros de Lyons e do Rotary e dos meus irmãos do movimento de Cursilho da Igreja Católica.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a região de Franca é um importante polo regional de serviços, comércio e indústria, principalmente no setor calçadista. No agronegócio, produzimos um dos melhores cafés do Brasil, e o nosso basquete é destaque no Brasil. Apesar disso, carecemos de representação Federal.

Meus amigos de Franca e região, tenho certeza de que vou me esforçar ao máximo para representá-los. Aqui vou defender o

fortalecimento dos Municípios e a descentralização de recursos. Vivemos o pior momento da história política do nosso Brasil. Os escândalos de corrupção, a recessão e o desemprego marcam a insatisfação da população com a classe política. Cabe a nós tomarmos atitudes que restabeleçam essa confiança. Apoio a Operação Lava-Jato e também apoio leis e projetos que visem maior transparência e controle social sobre a classe e atos políticos.

O meu objetivo nesta Casa é lutar para ser uma voz de mudança de atitudes, praticando uma política transparente, exercendo o mandato representativo.

O Brasil precisa de reformas visando à retomada do desenvolvimento social e econômico. Apoio a reforma política, pois temos que trabalhar para diminuir o tamanho do Estado e o custo do Brasil, e a reforma trabalhista, para estimular o empreendedorismo e a retomada do emprego. Na reforma da Previdência, atuaremos com muita cautela. Vamos defender o amplo debate com a sociedade, aprofundar os estudos e receber propostas, para não cometermos injustiças. Finalmente, meus colegas Deputados, temos que ter coragem e determinação para fazer as mudanças necessárias que o Brasil exige. Peço a Deus que, além de proteção, nos dê serenidade e equilíbrio para as nossas decisões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Adérmis Marini, do PSDB de São Paulo.

Documento 18/141

018.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	22/02/2017-15:33
Publ.: DCD - 23/02/2017 - 82		NILSON PINTO-PSDB -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Legado de crise econômica e endividamento público da União em decorrência da adoção de políticas econômicas equivocadas. Importância das propostas do Governo Michel Temer de ajuste fiscal e de reformas trabalhista, tributária, política e previdenciária, para reestruturação do Brasil. Exaltação dos benefícios à sociedade brasileira decorrentes das reformas monetária, com a criação do Plano Real; do ensino fundamental, mediante o Fundo de



Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF; das comunicações e fiscal, durante o Governo do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Pesar pelo momento de impopularidade do Congresso Nacional. Defesa de estabelecimento de regra de transição gradual na reforma previdenciária, em respeito aos direitos dos trabalhadores. Defesa de realização de reforma do sistema de segurança pública e de infraestrutura de saneamento básico. Necessidade de apoio do Governo Federal aos Estados e Municípios na articulação de programa de saneamento básico, a exemplo do Projeto Alvorada, descontinuado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. NILSON PINTO (PSDB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna para comemorar este início de ano legislativo, particularmente pela pauta alentada que este Congresso Nacional e em especial, a Câmara dos Deputados, se dispõe a enfrentar.

Eu estou há 18 anos nesta Casa, meu caro Deputado Zé Geraldo, e pela primeira vez vejo a disposição de se iniciar o ano legislativo com o enfrentamento de uma agenda importantíssima para o País, que representa muito bem o desafio que a realidade nos impõe.

Nossa realidade, infelizmente, é uma crise que assola o País já há alguns anos e que exige do Congresso Nacional e do Governo Federal medidas audaciosas e corajosas para recolocar o País nos rumos.

Depois de anos de políticas econômicas equivocadas, o Brasil chegou a uma situação de crise aguda. O costume de se gastar mais do que se arrecadava, ao longo de anos, fez com que o País acumulasse, a cada ano, déficits grandes, que eram cobertos por endividamentos. Essas dívidas são sustentadas por juros altos e até exorbitantes.

O endividamento continuado e os juros altíssimos foram, aos poucos, consumindo a nossa capacidade de investimento e reduzindo os recursos disponíveis para a manutenção dos serviços básicos que o poder público tem a obrigação de oferecer à população. Dessa forma, começou a faltar dinheiro para a saúde, para a educação, para a segurança, para o saneamento, enfim, para aquilo de que o País precisa.

Na marcha em que nós caminhamos, se nada for feito, se nenhuma medida corajosa for tomada para sustar esse processo progressivo de sucateamento das finanças públicas, nós teremos, brevemente, a impossibilidade total de oferecer serviços públicos aceitáveis à população; teremos o pouco recurso de que o País disporá dedicado, fundamentalmente, ao pagamento ou amortização da nossa dívida; e não teremos recursos sequer para a manutenção dos serviços previdenciários e para o pagamento do funcionalismo público. Essa é a marcha da insensatez que nos foi legada por uma política econômica



absolutamente equivocada e que precisa ser corrigida.

Foi nesse contexto que o Presidente Michel Temer assumiu a Presidência da República, e eu fico feliz de ver que, após as primeiras medidas corajosas tomadas pela Presidência da República - que encaminhou a este Congresso, ainda no ano passado, a proposta para manter os gastos públicos num nível sustentável ao longo dos próximos anos, permitindo a reestruturação econômica do País -, agora ele manda para o Congresso propostas estruturantes de reformas fundamentais para tirar o País da crise e colocá-lo novamente no rumo do crescimento sustentado.

Eu felicito o Governo e o Congresso Nacional, como disse no início, por iniciarem este novo ano legislativo enfrentando questões cruciais para solucionar os problemas que o País enfrenta.

Na nossa agenda, eu destaco quatro ações essenciais, que não completam o rol daquilo que precisamos para colocar o País em ordem novamente, mas indicam a disposição de enfrentamento da crise.

Destaco a reforma trabalhista, que já está nesta Casa em discussão e que vai ter certamente a faculdade de melhorar a relação capital-trabalho no Brasil. Essa é uma medida essencial para mudar uma legislação anacrônica, que já dura 75 anos e que tem dificultado a oferta de empregos no Brasil.

Festejo que nesta Casa já estejamos discutindo a reforma tributária, confesso que não tão ampla como eu gostaria que estivesse ocorrendo, mas uma reforma tributária factível de ser realizada, de ser implementada, porque voltada fundamentalmente para a simplificação do nosso sistema tributário. Isso é essencial. Isso é absolutamente necessário para que o País volte a crescer.

Festejo igualmente que aqui tenhamos, pronta para discussão, a reforma política, novamente, não da dimensão que eu gostaria que pudesse ser discutida, mas pelo menos apontando para questões essenciais para melhorar o funcionamento dos partidos, para melhorar a nossa prática eleitoral e organizar a vida democrática no Brasil.

Por fim, festejo que já se tenham iniciado os debates da necessária reforma da Previdência Social, fundamental para que o País, enfim, consiga romper aquelas amarras que cerceiam o nosso crescimento e que podem vir, com a sua liberação, fazer com que o povo respire novamente e tenha condições de dar vida melhor a todos os habitantes desta Nação.

Sr. Presidente, reformas corajosas como essas não são fáceis de serem realizadas. Eu falo com a experiência de quem está aqui, como eu disse, há 18 anos e viveu o período em que este País experimentou reformas de verdade, no Governo Fernando Henrique Cardoso, quando ninguém tinha medo de colocar em discussão assuntos polêmicos que precisavam da aprovação de 308 Parlamentares, a qual era conseguida no convencimento, mostrando que aquilo era o melhor para o Brasil. Fizemos assim a reforma monetária, que criou o Plano Real -



que é tido como um plano econômico, mas certamente foi a maior de todas as reformas sociais feitas no Brasil nos últimos 20 anos, pois foi um plano que fez com que grande parte dos excluídos, dos pobres, aos milhões, neste País, pudessem ter acesso a facilidades da nossa vida econômica.

Fizemos a reforma da educação fundamental, criando o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, que trouxe para a escola milhões de crianças que estavam fora dela.

Fizemos a reforma das comunicações em um tempo - muitos não de ter esquecido - em que telefone era bem de alto valor, declarado no Imposto de Renda. Fizemos a reforma, e hoje todo mundo tem acesso ao telefone, todo mundo tem acesso à comunicação.

Fizemos a reforma necessária na área fiscal, para que os Municípios, os Estados e a própria União tivessem as condições necessárias para crescer, mantendo seu equilíbrio financeiro.

Fizemos outras reformas. Posso dizer, com a experiência do tempo que tenho aqui, que não são fáceis as discussões, mas são necessárias.

Estadistas fazem assim: trazem os grandes temas para a discussão. Infelizmente, por longos anos, após o período de Fernando Henrique Cardoso, este País estagnou no que se refere à realização de reformas. Algumas precisavam ser feitas, mas não foram.

Hoje, nós não apenas reclamamos do que não foi feito como ainda temos que arcar com os prejuízos do que foi malfeito. Hoje o País está em uma situação crítica, do ponto de vista econômico, e é preciso retomar aquele espírito do Governo Fernando Henrique de enfrentar as grandes questões de peito aberto, com a discussão, e mudar o País, para colocá-lo na direção em que precisar ir.

Eu sei que este talvez não seja o melhor momento para o Congresso Nacional realizar essas reformas. O Congresso Nacional - isto não é segredo para ninguém - está vivendo uma crise de popularidade, fruto de uma série de ações externas que têm a ver com o nosso desempenho no dia a dia.

Os trabalhos da Operação Lava-Jato, fundamental para o nosso País, respingaram neste Congresso e reduziram a popularidade de quem aqui está. As corporações que temem ter os seus direitos - os seus privilégios, na verdade - contestados trabalham contra as reformas que precisam ser feitas. As redes sociais, graças à impunidade, demonizam o Congresso Nacional.

Eu sei, portanto, e todos temos ciência disso, que este talvez não seja o momento ideal para se enfrentar reformas tão importantes e que requerem posições corajosas, que requerem posições que fujam do atendimento do aplauso fácil, porque patrióticas. Não importa! A crise não espera o momento; a crise não escolhe a hora; e o Congresso Nacional não pode esperar o momento para dar solução àquilo que é problema premente, àquilo que é situação urgente. Por isso, as



reformas estão aí.

Eu tenho certeza de que este Congresso vai encarar esses desafios com a seriedade absolutamente necessária à gravidade da situação.

Eu tenho certeza de que o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados não vão faltar àquilo que exige a Nação brasileira.

Talvez nós não tenhamos condições de realizar todas as reformas na extensão que elas merecem, mas, com certeza, dessas discussões que estão começando vão surgir grandes avanços. Se nós conseguirmos - e tenho certeza de que vamos conseguir - focar a nossa atuação e a nossa atenção naquilo que é essencial, certamente teremos condições de avançar.

Na área trabalhista, o foco é a simplificação da relação entre capital e trabalho, para afastarmos definitivamente a penalização daqueles que geram emprego neste País. Nós não podemos continuar estimulando uma política e uma legislação que dificultam a vida de quem quer gerar emprego, que atrapalham a oferta de emprego no País. Portanto, nós temos que trabalhar no sentido de modernizar as relações de trabalho previstas na lei que completa 75 anos e precisa ser atualizada, a fim de que tenhamos condições de estimular o surgimento de novos postos de trabalho no Brasil. Não é possível hoje exigir-se que o contratado se transforme em pessoa jurídica, porque a nossa CLT dificulta a contratação direta do trabalhador.

Na reforma política, é essencial que nós nos concentremos na mudança que fará com que os partidos representem melhor a sociedade. Se conseguirmos aprovar - e tenho certeza de que vamos conseguir - a mudança no sistema de coligações partidárias em eleições proporcionais, proibindo as coligações nesses casos, e se conseguirmos aprovar a cláusula de desempenho para os partidos, teremos alcançado um enorme avanço na nossa legislação partidária e dado condições a que o número de partidos seja reduzido. É impossível continuarmos trabalhando com mais de 30 partidos neste País. Não há tanta diversidade ideológica no Brasil ou em qualquer país do mundo que justifique a existência de tantos partidos. Se fizermos isso, teremos avançado no essencial.

Na área tributária, se nós conseguirmos - e o projeto que está sendo desenvolvido pelo nosso colega Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB do Paraná, avança bem nessa direção - simplificar esse emaranhado de siglas que compõem o nosso sistema tributário, perturba a vida do cidadão, atrapalha a vida das empresas e prejudica quem produz, se conseguirmos fazer isso - e temos boas condições de fazê-lo -, teremos dado um grande avanço para gerar mais emprego e mais equidade no nosso País - hoje nós vivemos, do ponto de vista tributário, no País da iniquidade. Penalizamos quem trabalha e penalizamos mais ainda quem ganha pouco.

Tenho absoluta convicção de que temos um campo aberto para avançar nessas reformas, que são essenciais, assim como tenho



convicção de que precisamos de um debate amplo e esclarecedor no que concerne à reforma da Previdência. Aqui precisamos todos de um nivelamento de informações. Não é possível que as informações sejam colocadas de forma antagônica como se fossem verdades absolutas. Não é possível que cada um afirme coisas que são absolutamente contrárias e elas fiquem como verdade. É impossível a verdade estar em dois polos opostos. Nós temos que nivelar as informações, e é recomendável que se faça um trabalho amplo de informação, para que todos tenham condições de votar com a sua consciência, pensando no Brasil.

Eu tenho certeza de uma coisa: podem-se mistificar e manipular todas as informações que quiserem sobre a Previdência Social, mas há algo que é absolutamente visível para todos, não há como negar: o fato de que a população está vivendo hoje bem mais do que vivia antes. E se antes alguém se aposentava aos 55 anos e falecia aos 60 anos, hoje, graças a Deus, isso melhorou. Em média, o brasileiro está vivendo até os 74 ou 75 anos. É insustentável, portanto, a relação entre o período de contribuição para a Previdência e o período em que a pessoa fica aposentada. Nós temos que, pelo menos, sair dessa reforma atualizando a relação entre o período de contribuição e a idade de aposentadoria.

Nesse aspecto, meu caro Deputado Luiz Carlos Hauly, eu tenho uma convicção. Já participei de várias discussões referentes à reforma da Previdência neste Congresso. Tenho certeza de que, todas as vezes em que se fala em começar já ou que se estabelece uma regra de transição muito curta ou muito abrupta, a reação é exacerbada, a dificuldade de implementação fica enorme e a reforma não é aprovada. Por isso, para todos aqueles que querem realmente aprovar a reforma, de modo que ela possa contribuir para o País, talvez seja recomendável pensar que é melhor uma regra de transição que seja gradativa, abrangente, que se estenda por mais anos e que penalize menos cada um que é por ela atingido, e até a existência de um prazo de carência, se for necessário, para que a reforma e o seu conjunto entrem em efetividade, e os direitos adquiridos, tão alegados, não sejam tão contestados.

Eu estou colocando limites para a negociação. Nós não podemos correr o risco de sair desta discussão sem reforma aprovada, porque o País é que pagará pela nossa omissão, pela nossa incapacidade de solucionar, de forma política, os nossos problemas.

Eu quero felicitar, portanto, porque esses temas estão na pauta, o Governo, que teve a coragem de puxar a discussão, e o Congresso, que teve a coragem de colocá-los para debate e para deliberação. Quero lembrar, no entanto, que esses quatro temas não exaurem o conjunto dos assuntos fundamentais para nós. Temos, a meu ver, muitas outras agendas para cumprir, mas, além dessas quatro de que já estamos tratando, temos duas que são fundamentais e sobre as



quais o Congresso precisa se debruçar já neste semestre. A primeira delas é a reforma do nosso sistema de segurança pública. Não dá para conviver por mais tempo com essa tragédia em que se transformou a violência no Brasil, que mata mais do que as guerras que eclodem em todo o nosso planeta. Nós precisamos encontrar a fórmula para colocar de vez uma equação definidora de um sistema que promova a paz no Brasil. É fundamental que se crie um sistema integrado de segurança pública no Brasil. É preciso, definitivamente, que o Governo Federal, a União, invista em segurança pública. Não dá para aceitar que apenas os Estados paguem o pato, paguem esta conta, porque eles não têm condições de fazer isso. É preciso que a União entre para fazer a articulação, para fazer aquilo que lhe compete: cuidar das nossas fronteiras para evitar o contrabando de armas e o contrabando de drogas, na medida em que as drogas estão na base da violência crescente no Brasil - o consumo de drogas pesadas corre paralelo ao aumento da violência -, e as polícias estaduais sozinhas não dão conta de enfrentar essa questão. Essa reforma é urgente e necessária, e o Congresso precisa tratar dela para que possamos avançar. A segunda grande reforma - e que talvez não dependa de decisão do Congresso, mas precisa ser colocada em prática pelo Executivo Federal - é na questão do saneamento básico. Eu sei que, de uma forma geral, há uma grande deficiência no Brasil quanto à questão da infraestrutura, mas sei que a infraestrutura só vai voltar a receber investimentos significativos quando nós tivermos começado a equacionar razoavelmente o problema dos custos da nossa dívida. Mas há um item relacionado à infraestrutura que não pode ser postergado. Eu me refiro ao saneamento básico. Quem assistiu, no domingo passado, à reportagem da *TV Globo*, no *Fantástico*, sobre a calamidade pública em que se transformou o saneamento básico no Brasil sabe do que eu estou falando. Os Municípios brasileiros - todos nós estamos cansados de dizer - são responsáveis pelo transporte público, são responsáveis pelo lixo, são responsáveis pela água. Aquilo que tem a ver com saneamento está nas mãos fundamentalmente dos Municípios, e os nossos Municípios estão sem condições de investimento. Não dá para exigir deles que resolvam os problemas de saneamento que são visíveis em todo o Brasil e, de forma particularmente acentuada, assumindo níveis catastróficos, no Norte e no Nordeste brasileiro. Há que existir uma participação do Governo Federal na articulação de um programa maior de apoio aos Estados e Municípios, particularmente aos das Regiões Norte e Nordeste, voltado para o saneamento básico - água, esgoto e lixo. Eu estou propondo aqui, Sr. Presidente, que se retome o grande Projeto Alvorada, que foi colocado em prática no Governo Fernando Henrique por inspiração do nosso então Ministro da Saúde, José Serra,

e que promoveu uma série de mudanças positivas no saneamento básico brasileiro, especialmente nos Municípios de menor IDH do Norte e do Nordeste. Precisamos de um novo Projeto Alvorada.

Eu quero conclamar o Governo Federal, a Presidência da República, o nosso Ministério das Cidades e a FUNASA a juntarem esforços, a fim de ajudarem os nossos Estados e Municípios, para que possamos retomar o Projeto Alvorada, tão tragicamente descontinuado em fevereiro de 2003, logo que o Presidente Lula assumiu o Governo pela primeira vez.

É tempo de voltarmos a investir em saneamento na forma como aqui proposto.

A agenda é importantíssima. O Brasil depende do sucesso que nós obtivermos ao tratarmos dela. Vamos todos ao trabalho!

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, meus colegas, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Nilson Pinto, do PSDB do Pará.

Documento 19/141

018.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	22/02/2017-16:24
Publ.: DCD - 23/02/2017 - 90		LUIZ NISHIMORI-PR -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Importância da realização das reformas previdenciária, trabalhista, tributária, política e educacional para modernização e desenvolvimento do Brasil.
Excelência do agronegócio brasileiro. Necessidade de revisão do pacto federativo, com o aumento da distribuição de recursos para os Municípios.
Agradecimento ao Governo japonês pela excelência da parceria com o Brasil.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PR-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Mauro Pereira, Sras. e Srs. Deputados, eu costumo dizer que acredito no potencial do Brasil, em seu potencial econômico e energético. Com certeza há no País abundância em recursos naturais. Possuímos um mercado invejável e acima de tudo uma brilhante agricultura. Porém, é inegável que nós temos que fazer



muitos ajustes para o nosso País crescer. Ainda bem que já começamos a reforma previdenciária; a reforma trabalhista já está em pauta, está sendo analisada; e teremos que fazer também, com certeza, a reforma tributária. Mas, acima de tudo, temos que fazer a reforma educacional, aliás, uma revolução educacional, para o nosso País crescer cada vez mais.

Eu estava inscrito, na verdade, no Grande Expediente da primeira sessão, contudo a minha fala só está acontecendo no dia de hoje. Eu quero deixar o meu ponto de vista neste Grande Expediente, pensando no crescimento, no desenvolvimento do Brasil.

Começo a minha fala tratando da questão da agricultura.

É de conhecimento de todos que a agricultura tem ajudado a economia do Brasil, com certeza. Já somos o maior produtor de café, de cana-de-açúcar e de laranja do mundo, o segundo maior produtor de soja e o maior exportador de carnes bovinas e de aves. O agronegócio responde por cerca de 22% do PIB nacional, 37% dos empregos e 40% das exportações do País, e ainda contribui para o saldo da balança comercial.

A Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB tem a estimativa de que serão colhidas 213 milhões de toneladas de grãos no ano de 2017, um crescimento de 14,2% ou 26,6 milhões de toneladas em relação à safra anterior. Trata-se, para o País, de um recorde histórico, que, com certeza, poderá impulsionar a nossa economia, ajudando a irrigá-la.

A maior parte do expressivo volume de reservas internacionais acumuladas nas últimas décadas, de mais de 350 bilhões de dólares, deve-se essencialmente aos vigorosos superávits anuais da balança comercial de produtos do agronegócio.

E as perspectivas para um futuro próximo são ainda mais promissoras, segundo a Organização das Nações Unidas - ONU, nos próximos 10 anos, Sr. Presidente, considerando aspectos como disponibilidade de recursos naturais, competência empreendedora e desenvolvimento tecnológico, o Brasil aumente em cerca de 35% a produção de grãos, em 25% a de carnes, em 85% a de biocombustíveis, e em 8% a de açúcar.

Sras. e Srs. Deputados, não é por acaso que eu trouxe esses números que atestam a excelência do agronegócio nacional. Estes números são uma esperança, um alento, um sinal de que há, sim, saída para a crise brasileira.

Quando constatamos a grandeza do nosso agronegócio, a competência dos nossos produtores rurais, a riqueza extraordinária que brota do campo, é impossível deixar de concluir que o Brasil tem, sim, solução. O Brasil - e os brasileiros - tem plenas condições de traçar para si um largo caminho de prosperidade, justiça e paz social.

Como já disse, tenho certeza de que o Brasil pode ser uma das maiores potências mundiais. Porém, ainda precisamos passar por



alguns ajustes na educação, na Previdência Social, assim como uma reforma tributária, trabalhista e política.

Todos reconhecem que educação de qualidade é essencial para assegurar o desenvolvimento econômico, social e cultural de um país em bases sólidas e sustentáveis.

Com educação qualificada, a sociedade tem mais condições de fazer suas escolhas, alcançar mais produtividade no trabalho, aprender a usar melhor os recursos públicos e ser menos suscetível à corrupção. Ao mesmo tempo, desenvolve a tolerância diante de opiniões e crenças contrárias, evitando o clima de ódio na política e nas relações do dia a dia.

Ensino de qualidade é também o melhor caminho para a inclusão social.

Nos últimos anos, o Brasil aumentou seus investimentos no setor, e temos agora a discussão sobre reforma do sistema educacional, mas ainda não é suficiente. Em comparação com outros países, o Brasil ainda está em grande desvantagem.

A melhoria real da educação, quando alcançada, certamente terá reflexos benéficos em todos os setores.

Na qualidade de Deputado municipalista, durante o recesso parlamentar faço questão de percorrer todo o Paraná para verificar qual a real necessidade de cada Município, e posso afirmar que algo está errado e precisa de correção.

Sras. e Srs. Deputados, nossas Prefeituras estão chegando ao limite. Precisamos rever e avançar com o pacto federativo. Na divisão estabelecida pela Constituição e pelo sistema tributário, União, Estados e Municípios dividem os recursos e as responsabilidades. Atualmente, a União fica com a maior parte dos recursos arrecadados; os Estados e Municípios recebem apenas uma parte. A União fica com 57,42%; os Estados, com 24,18%; e os Municípios, apenas com 18,40%.

Entre as obrigações estabelecidas, a União deve aplicar 18% do que arrecada com os impostos em educação, já os Estados e os Municípios, 25%. Na saúde, a União fica responsável por 50% dos custos do Sistema Único de Saúde - SUS; os Estados, por 12%; e os Municípios, por 15%.

O problema é que, com a crise que o Brasil vem enfrentando, as arrecadações diminuíram. Todos no Brasil lutam para manter as contas, e quem mais sofre são os Municípios.

A ideia do novo pacto federativo visa acabar com esse desequilíbrio. É preciso maior participação da União na obrigação com a saúde e educação. É preciso também repassar uma quantia maior aos Municípios, justamente porque eles estão mais próximos da população. O Prefeito que lida diretamente com o cidadão é quem sabe das reais necessidades desse cidadão, sabe onde o dinheiro pode ser mais bem investido.

Na minha opinião, os maiores obstáculos ao desenvolvimento



econômico brasileiro são hoje, como há muito tempo, a infraestrutura precária nas ferrovias e vias fluviais, o que dificulta o escoamento dos grãos, a escassez de mão de obra especializada, o sistema tributário, a baixa capacidade de investimento e a burocracia excessiva.

Um levantamento internacional mostra o Brasil na 76^o posição, entre 144 países, no quesito infraestrutura, Sr. Presidente, Deputado Mauro. Desse modo, com estradas de má qualidade, portos ineficientes, irregularidade no abastecimento de energia, entre outros problemas, a produção se torna mais cara, e desaparece a competitividade das nossas empresas no exterior.

Além de uma melhora significativa na educação, como já explicado, precisamos de uma revisão do sistema tributário. O Brasil tem uma das maiores cargas tributárias de toda a América Latina e figura entre os países de maior carga tributária do mundo. Isso precisa mudar!

É indispensável simplificar o sistema tributário a fim de facilitar e atrair investimentos. A legislação do ICMS pode ser alterada, estabelecendo um sistema de compensação com outros impostos e restituições, enquanto os Municípios devem receber atenção especial do Governo Federal, pois têm assumido cada vez mais encargos em áreas como saúde e educação, sem a contrapartida dos recursos necessários para isso.

É claro que não vamos superar esses obstáculos de um dia para o outro, mas precisamos enfrentá-los o mais rapidamente possível. Precisamos melhorar também em muitos outros aspectos, para que a retomada da economia se torne efetiva e não tenhamos que lamentar outras crises logo adiante.

Em meio a essa crise econômica e com a taxa de desemprego subindo, existem muitas empresas brasileiras que têm migrado para os países vizinhos que oferecem um maior incentivo fiscal, que têm menos encargos trabalhistas e menos burocracia.

Diante dessa alarmante situação, nossa legislação trabalhista necessita de reformas. O Governo precisa oferecer incentivos fiscais para estimular o crescimento do mercado brasileiro. Precisamos de ajustes na complexa e elevada carga tributária. Precisamos rever o protecionismo da legislação trabalhista para permitir que o Brasil volte a crescer.

Outra grande preocupação é com a reforma da Previdência. A situação é grave e os números impressionam. Em 2015, o INSS manteve mais de 32 milhões de benefícios, incluindo aposentadorias, pensões e auxílios, que custaram 500 bilhões de reais. Como a arrecadação foi de 358 bilhões de reais, o déficit financeiro da Previdência Social foi cerca de 150 bilhões de reais.

O Brasil tem um gasto com a Previdência muito superior aos padrões internacionais. Em 2015 gastou cerca de 13% do PIB com a Previdência, incluindo INSS e regimes públicos. Em países desenvolvidos, como, por exemplo, a Alemanha, que tem três vezes



mais idosos do que o Brasil, o gasto com a Previdência foi de aproximadamente 10% do PIB.

Se os números atuais já impressionam, quando se analisam as perspectivas futuras o quadro se torna mais alarmante. A população brasileira está vivendo mais. Dessa forma, a tendência é termos mais idosos do que jovens, o que acarretará um desequilíbrio crescente nas contas da Previdência.

Sem reforma, o déficit da Previdência para 2017 é de mais de 181 bilhões de reais. Se não ocorrer mudanças nas regras atuais, em breve não teremos condições de garantir a aposentadoria aos trabalhadores. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chegou o momento de encarmos esse assunto com muita seriedade. Precisamos garantir a aposentadoria das gerações futuras. Tenho certeza de que esta Casa vai discutir amplamente esse tema, que é fundamental para o reequilíbrio do nosso sistema de seguridade social.

O Brasil precisa recuperar sua credibilidade diante do mundo. Precisamos demonstrar que o Brasil é um país sério e de muitas oportunidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Japão, aproveito este momento para agradecer ao Governo japonês, que tem sido um excelente parceiro do Brasil, com uma cooperação de longa data, assim como à Embaixada do Japão e ao Consulado, à JICA, à JETRO e a outras instituições que possibilitam vários projetos de colaboração nipo-brasileira, como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PROCEDER, que tornou o Brasil um dos maiores celeiros do mundo, a USIMINAS, o Carajás e o projeto KUSANONE, que atende Municípios do Brasil com recursos do fundo perdido do Governo japonês.

Sr. Presidente, não vou me alongar mais. Concluo com a certeza de que, com as reformas previstas, o Brasil vai voltar a se desenvolver e a atrair cada vez mais investimentos e parcerias. Não será fácil, mas isso está ao nosso alcance, desde que tenhamos clareza dos problemas e determinação para enfrentá-los.

Da minha parte, na qualidade de Parlamentar desta Casa, não medirei esforços para continuar com meu trabalho municipalista em defesa das necessidades dos Municípios do meu Estado, o Paraná, bem como para contribuir com o progresso e o desenvolvimento do nosso Brasil.

Sr. Presidente, ainda tenho uns 7 minutos, mas vou finalizar por aqui, deixando registrados a nossa mensagem, o nosso pensamento e o nosso abraço a todos os Parlamentares e população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Mauro Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Luiz Nishimori. Parabéns pelo excelente trabalho que V.Exa. faz nesta Casa, colaborando com o seu Estado, o Paraná, e com o restante do País.

Documento 20/141

023.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	08/03/2017-18:36
Publ.: DCD - 09/03/2017 - 190		WELITON PRADO-PMB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Atuação do PMB no acompanhamento e na participação de discussões sobre políticas públicas direcionadas às mulheres. Rejeição à tentativa de unificação da idade mínima para aposentadoria entre homens e mulheres no bojo da proposta de reforma da Previdência Social. Necessidade de combate à violência contra a mulher com programas e políticas públicas.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é o Dia Internacional da Mulher, data marcada por avanços, reflexão e por uma luta intensa pelo cumprimento de direitos básicos e por igualdade de oportunidades. Como Líder do Partido da Mulher Brasileira - PMB, quero homenagear todas as mulheres e reafirmar que o lugar da mulher é onde ela quiser estar e é em todo lugar.

Parabéns, mulheres!

Sou membro da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 134, de 2015, que estabelece um percentual mínimo de representação de mulheres no Poder Legislativo, e da Comissão Externa sobre investigação de estupro coletivo.

O PMB foi criado em 2015 e, junto com a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e a bancada parlamentar feminina, acompanha e participa das discussões sobre políticas públicas direcionadas à defesa e à saúde das mulheres; empoderamento das mulheres e sua participação no Legislativo; combate à violência física, sexual, moral e doméstica; combate à discriminação



no ambiente de trabalho e até mesmo à desigualdade salarial, que é absurda. Hoje 1949 projetos tramitam na Câmara dos Deputados, e 18 estão prontos para serem incluídos em pauta, em plenário, ou seja, já foram apreciados pelas Comissões temáticas. Mas, neste momento, não há ponto mais importante que o de combate à reforma da Previdência, que quer a unificação da idade mínima da aposentadoria entre homens e mulheres.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA aponta que, em 2015, a soma do trabalho remunerado aos afazeres domésticos das mulheres eram 53,4 horas por semana; a dos homens, 46,1 horas. Ou seja, as mulheres têm uma carga de trabalho de 7,5 horas a mais que nós, homens. E essa proporção é a mesma há 20 anos.

Por isso somos contrários à retirada dessa importante conquista das mulheres, que diariamente lidam com a jornada tripla: trabalham, cuidam da casa e ainda criam seus filhos, muitas vezes sozinhas. Situação mais grave ainda vivem as mulheres do campo, que atuam em uma atividade mais pesada e precisam de aposentadoria especial.

O IPEA afirma também que as mulheres se dedicam duas vezes mais que os homens às tarefas domésticas, o que representa 3,8 horas por dia, enquanto os homens só se dedicam 1,5 hora nessas atividades. E esse tempo aumenta com a chegada dos filhos.

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS afirma que, a cada cem aposentadorias por tempo de contribuição concedidas, apenas 33 são para mulheres. Ou seja, mesmo com 5 anos de contribuição a menos que os trabalhadores masculinos, as brasileiras têm dificuldade em cumprir a contribuição.

Ainda é preciso lutar contra a violência contra a mulher. A Lei Maria da Penha, marco legal no combate à violência doméstica contra a mulher no Brasil, completou 10 anos. Ela constituiu uma grande conquista na busca da punição, erradicação e prevenção da violência contra a mulher, mas é preciso avançar.

Diagnóstico da Secretaria de Estado de Segurança Pública revela que 14 mulheres são agredidas por dia em Minas Gerais, crime que atinge 600 a cada 100 mil mulheres no Estado. No ano passado, 126.710 ocorrências desse tipo foram registradas nos 853 Municípios mineiros. O crime mais comum é a agressão física, que inclui lesão corporal, vias de fato, homicídio e tortura. Em seguida está a violência psicológica.

Setenta e dois por cento das mulheres vítimas de violência doméstica no ano passado não tinham o ensino médio completo. As mulheres negras e pardas compõem a maior parte da estatística, 46%. Em todas as estatísticas, a participação de parceiros nos atos violentos é uma tendência que se repete. Os maiores responsáveis são namorados, companheiros ou maridos. Em 38% dos casos, os agressores são cônjuges e companheiros e, em 31%, ex-maridos e ex-parceiros.

O Mapa da Violência 2015 revelou que o Brasil é o 5º colocado no *ranking* de homicídios da Organização Mundial da Saúde, que reúne 83 países. Isso significa que no País são registrados 48 vezes mais homicídios femininos que no Reino Unido; 24 vezes mais homicídios femininos que na Irlanda ou na

Dinamarca; 16 vezes mais homicídios femininos que no Japão ou na Escócia. São 13 mulheres mortas por dia em decorrência de violência no Brasil! É preciso investir em programas de proteção, educação e informação, em ações que garantam a essas mulheres emprego e renda, assistência, saúde e justiça. Antes de tudo, é preciso que haja alinhamento nas políticas públicas. É preciso valorizar sempre as mulheres.

Documento 21/141

022.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	08/03/2017-14:32
Publ.: DCD - 09/03/2017 - 40		LEO DE BRITO-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Saudação às mulheres pelas mobilizações realizadas no Brasil pelos direitos das mulheres ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Discriminação da mulher brasileira no mercado de trabalho, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA publicados pela revista Carta Capital. Participação do orador em manifestações e audiências públicas no Estado do Acre contrárias à proposta de reforma da Previdência Social. Redução dos casos de AIDS e de óbitos decorrentes da doença no Acre em 2016, segundo levantamento da Secretaria de Estado de Saúde do Acre - SESACRE.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Deputada Benedita da Silva, que preside esta sessão com muita honra, peço que sejam considerados como lidos e também divulgados no programa *A Voz do Brasil* três pronunciamentos. Faço também menção especial ao Dia Internacional da Mulher e uma saudação a todas as mulheres que estão tomando as praças, as escolas, as zonas rurais, estão se mobilizando, não só no Acre, no Rio Grande do Sul, no Brasil inteiro, mas no mundo inteiro, em luta pelos seus direitos. As mulheres têm conseguido avançar nas suas lutas, mas ainda hoje sofrem com a violência, sofrem com as diferenças que existem no mercado de trabalho, sofrem com a cultura do estupro e da violência sexual. Muitas vezes elas não têm as suas políticas públicas reconhecidas, como se vê no retrocesso promovido atualmente pelo Governo Federal.



E, sobretudo, elas recebem o presente de grego que é a reforma da Previdência que o Presidente Michel Temer está lhes dando neste dia 8 de março.

A SRA. PRESIDENTA (Benedita da Silva) - Passo a Presidência à Deputada Raquel Muniz.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, quero saudar as mulheres neste início da semana em que o dia 8 de março é o marco das atividades em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Gostaria de lembrar aqui um dado importante e alarmante do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada divulgado nesta semana na revista *Carta Capital*. Em 2015, a jornada total média das mulheres era de 53,6 horas semanais, e a dos homens, de 46,1 horas semanais. Referida distorção revela o quanto a Mulher ainda é discriminada no Brasil.

As mulheres brasileiras trabalham, em média, por semana, 7,5 horas a mais que os homens devido à dupla jornada, que inclui tarefas domésticas e trabalho remunerado. Isso, caros colegas, apesar de a taxa de escolaridade das mulheres ser mais alta.

Esse mesmo estudo observou ainda que aumentou o número de mulheres que chefiam famílias. Em 1995, 23% dos domicílios tinham mulheres como pessoas de referência. Vinte anos depois, o número chegou a 40%. A desvantagem das mulheres negras, então, é muito maior em muitos indicadores revelados por essa pesquisa.

É inacreditável que, em pleno mês de referência à conquista dos direitos das mulheres no mundo, esse Governo golpista pretenda igualar o tempo de aposentadoria entre homens e mulheres em 65 anos de idade. Esse tipo de retrocesso não considera a dupla jornada que as mães de família enfrentam diariamente em seus lares, seja no cuidado dos filhos, seja na realização de afazeres domésticos.

Além disso, a responsabilidade feminina pelo trabalho de cuidado ainda continua impedindo que muitas mulheres entrem no mercado de trabalho. Portanto, quando estão no mercado, a luta e o esforço das mulheres torna o trabalho por demais oneroso.

Contudo, senhoras e senhores, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou muito entre as décadas de 60 e 80, mas, nos últimos 20 anos, houve estabilização. Segundo o IPEA, elas não conseguiram superar os 60%, o que é considerado um patamar baixo em comparação a muitos países.

Nos últimos anos, os Governos Lula e Dilma avançaram nas políticas sociais, que incluíram as mulheres. Agora, não podemos permitir que o Governo golpista de Temer retire os direitos que as mulheres tanto lutaram para conseguir.



Finalizo, saudando todas as mulheres, nas pessoas daquelas que fazem parte de minha vida e representam tudo para mim, minha esposa Jucyane, minha filha Sofia e minha mãe Lucinda.

Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, gostaria de registrar aqui nossa luta no Estado do Acre para barrar a reforma da Previdência, essa proposta nefasta, que tem o único objetivo de acabar com a aposentadoria e retirar do trabalhador todos os seus direitos.

Tenho empenhado meu mandato em informar, conscientizar e convidar a população a conhecer os reais objetivos dessa reforma e a lutar por seus direitos.

Na última quinta-feira, mesmo após o feriado prolongado do Carnaval, convocamos a população para participar de um bate-papo com o Ministro da Previdência Social dos Governos Dilma e Lula, Carlos Gabas, especialista em sistema de proteção social no País, que nos brindou com sua experiência e conhecimento. Ao todo, mais de 400 pessoas compareceram ao auditório da Secretaria de Estado de Educação e Esporte.

Foi um debate excelente, que contou com a participação de outros Parlamentares; líderes políticos, religiosos e comunitários; gestores dos Municípios e representantes da sociedade civil, que participaram ativamente e contribuíram muito para a discussão.

Quero aqui agradecer a participação ao ex-Ministro Carlos Gabas e a todas as pessoas que se dispuseram a se unir a essa corrente de luta pelos direitos do trabalhador.

Ainda ontem participei de outro debate, também sobre a reforma da Previdência, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre - SINTEAC e a Central Única dos Trabalhadores - CUT, no auditório da Universidade Federal do Acre - UFAC, ocasião para qual todos os Deputados Estaduais e Federais e Senadores foram convidados.

O debate contou com a participação em massa de trabalhadores urbanos e rurais. Este último grupo, que será fatalmente atingido pela reforma, mostrou-se totalmente contrário ao projeto.

É de conhecimento geral que homens e mulheres do campo iniciam a jornada de trabalho muito cedo, o que contribui para o desgaste laboral dessas pessoas ao longo de suas vidas.

Infelizmente o Governo de Michel Temer elegeu os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil como inimigos. Tirar direitos do povo brasileiro é uma grande maldade e reflete a desumanidade desse Governo. Por isso, continuaremos realizando debates e audiências públicas em vários Municípios do Acre para levar essa discussão adiante e continuar munindo a população de informações sobre os efeitos que essa reforma pode causar.

O que nós precisamos cobrar desse Governo que aí está é um projeto de políticas públicas que reduza a desigualdade social, a exemplo do que fez o Presidente Lula e a Presidenta Dilma.

Não podemos permitir que Temer coloque o nosso País na contramão do mundo. O povo não pode ficar parado diante disso. Vamos juntos lutar para barrar mais essa maldade!

Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, um dado de grande relevância para a saúde do Acre: o Estado reduziu em 17% os casos de AIDS em 2016, segundo levantamento divulgado pela Coordenação Estadual de DST/AIDS e Hepatites Virais, da Secretaria de Estado de Saúde do Acre - SESACRE. Em 2016 houve 61 registros da doença, contra 74 de 2015. Além disso, o número de óbitos ocasionados pela doença também reduziu.

O Governo do Acre, por meio da SESACRE, realiza um trabalho muito importante de prevenção, voltado especialmente para o público adolescente, fato que com certeza contribui para os bons números. A política de prevenção, na qual o Governo do Acre verdadeiramente investe e acredita, dá-se no longo prazo, em parceria com Municípios, com a realização de palestras em escolas relacionadas a Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST/AIDS.

No âmbito das políticas voltadas para a juventude, quero aqui reconhecer publicamente o trabalho desenvolvido pelo programa *Se liga aí*, que realiza ações para conscientizar os mais novos acerca da importância da saúde sexual e sobre a necessidade de prevenção ao contágio da AIDS.

Em relação aos casos da doença por 100 mil habitantes, em 2015, ano do último levantamento realizado, enquanto nos demais Estados a taxa foi de 19,1 ocorrências, no Acre o número foi de apenas 6,3 casos. Apesar de ser uma vitória, o Governo do Acre não se acomoda e permanece firme no combate à doença, crendo firmemente que, com um bom trabalho de conscientização e prevenção, é possível chegar a números ainda menores.

Deixo aqui, na pessoa do Secretário Gemil Junior, meu reconhecimento ao trabalho de toda a equipe da SESACRE pelo excelente trabalho desenvolvido.

Muito obrigado.

Documento 22/141

022.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD 08/03/2017-16:34
Publ.: DCD - 09/03/2017 - 71	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Baixa participação feminina no Poder Legislativo. Dados sobre a violência contra a mulher no Brasil e no



mundo. Repúdio à equiparação do tempo de aposentadoria das mulheres ao dos homens prevista na proposta do Governo Federal de reforma previdenciária.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje é o Dia Internacional da Mulher. Não à toa estamos vendo mulheres sentadas à mesa do plenário desta Casa Legislativa. Isso, na verdade, é uma conquista, mas é uma conquista efêmera, porque ainda não estamos ocupando de fato os espaços que merecemos ocupar dentro do Poder Legislativo. Somos 52% da população, e ocupamos apenas cerca de 10% das cadeiras deste Parlamento. Diga-se, no entanto, que esse é o maior índice da história da República. Desde a Proclamação da República, é o maior índice de participação de mulheres nesta Casa. O baixo número de mulheres no Parlamento se deve a uma legislação eleitoral que dificulta extremamente a participação da mulher.

Eu gostaria, nestes minutos que tem o PCdoB, de levantar alguns dados, Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Srs. Senadores, que nos ouvem também, na medida em que realizaram hoje uma importante sessão sobre o tema.

O 8 de Março é sempre uma oportunidade de valorizarmos as conquistas femininas. Em todos os campos de atividade, a mulher está presente. É também um momento especial para renovarmos as nossas lutas. Hoje, no entanto, além de comemorarmos as vitórias, nós temos infelizmente que protestar em todos os espaços e ocupar as ruas e as redes, para impedirmos graves retrocessos trazidos pelo Governo golpista de Michel Temer.

Não podemos aceitar que fragilize ainda mais as condições das mulheres em nosso País, já que elas estão entre as principais vítimas da violência. Conforme o Cronômetro da Violência, as mulheres sofrem no Brasil um estupro a cada 11 minutos; cinco espancamentos a cada 2 minutos e um feminicídio a cada 90 minutos. Há 179 relatos de agressão por dia.

Somos, portanto, um País que ainda padece da chaga da violência contra a mulher. Temos uma legislação avançada - cito a Lei Maria da Penha -, mas é necessário que o Poder Judiciário se equipe para criar as varas especiais e que o Poder Executivo, em todos os Estados, crie as delegacias de proteção à mulher e efetivamente cumpra a lei. Menciono dados da violência no mundo, para não dizer que só no Brasil essa violência se espalha. A realidade é preocupante. A Organização das Nações Unidas - ONU calcula que, de todas as mulheres que foram vítimas de homicídio no mundo em 2012, quase metade foi morta pelos parceiros ou por membros da família. Outro dado alarmante é esta estimativa da Organização Mundial da Saúde - OMS: 35% das mulheres em todo o mundo já sofreram violência física

ou sexual em algum momento da vida.

No Brasil, vamos enfrentar este ano a reforma da Previdência. E essa reforma da Previdência é contra as mulheres. O maior presente que este País poderia dar no 8 de Março, além das flores, que recebemos com satisfação, é a retirada do projeto da reforma da Previdência em tramitação nesta Casa. É um projeto deletério.

Nós brasileiras devemos mostrar cada vez mais nossa força à sociedade. Devemos ir às ruas hoje, no próximo dia 15 e sucessivamente até derrotarmos essa falsa reforma.

É intolerável que o Presidente ilegítimo acabe com a aposentadoria diferenciada para as mulheres, exigindo idade mínima de 65 anos e 25 anos de contribuição para o acesso a qualquer aposentadoria, bem como os 49 anos de contribuição para conquista do benefício integral. A diferença salarial já é mais de 24% - na América Latina, é de 25%. E eu pergunto: o salário é menor, e a aposentadoria é igual? A dupla jornada nos aborda historicamente, e a aposentadoria é igual?

Nós queremos igualdade, mas somos diferentes. É por isso, Sra. Presidenta, que, neste 8 de Março, ressalto as conquistas, elevo o nome de mulheres importantes em nosso País, como o de Dilma Rousseff; de Loreta Valadares, que viveu na minha Bahia, a quem homenageio neste dia especial como feminista e ex-presa política; de Zuzu Angel, que homenagearemos por meio da aprovação de um projeto da bancada do PCdoB hoje.

Neste dia, homenageio as mulheres brasileiras que neste momento se debatem contra a profunda injustiça da reforma da Previdência e do abate que fizeram da Presidenta eleita, detonando a natureza democrática de nosso sistema.

Luto pela democracia e pela defesa dos direitos da mulher.

Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o 8 de Março é sempre uma oportunidade de valorizarmos as conquistas femininas históricas, em todos os campos, e de renovarmos as nossas lutas. Todos os anos, o Dia Internacional da Mulher é fundamental na nossa agenda, mas em 2017 a data é ainda mais estratégica. Neste dia especial, temos de protestar em todos os espaços e ocupar as ruas e as redes para impedirmos graves retrocessos trazidos pelo Governo golpista de Michel Temer.

Não podemos aceitar que se fragilizem ainda mais as condições das mulheres em nosso País, que já estão entre as principais vítimas de violência. Conforme o Cronômetro da Violência contra as Mulheres no Brasil, um estupro ocorre a cada 11 minutos no País. São cinco espancamentos a cada 2 minutos e um feminicídio a cada 90 minutos.



Há 179 relatos de agressão por dia.

No mundo, a realidade também é preocupante. A Organização das Nações Unidas - ONU calcula que, de todas as mulheres que foram vítimas de homicídio no mundo em 2012, quase metade foi morta pelos parceiros ou por membros da família. Outro dado alarmante é a estimativa da Organização Mundial da Saúde - OMS: 35% das mulheres em todo o mundo já sofreram violência física ou sexual em algum momento da vida.

Apesar da gravidade da situação no Brasil, vale lembrar que o primeiro ato de Temer ao assumir a Presidência da República, em maio do ano passado, foi enfraquecer o setor ao definir a extinção do Ministério das Mulheres. A Secretaria de Políticas para as Mulheres agora está vinculada ao Ministério da Justiça.

O descaso do Governo golpista se reflete ainda nas sucessivas tentativas de enxugar recursos para a área. Exemplos não faltam. No dia 21 de fevereiro, surgiu um nocivo substitutivo ao Projeto de Lei nº 7.371, de 2014, que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Nessa proposta, a ideia era transformar o fundo em orçamento geral para políticas de gênero em vez de reforçar as políticas de combate à violência. Na prática, houve uma tentativa de desvirtuamento total dos objetivos iniciais.

Nós brasileiras devemos mostrar cada vez mais a nossa força na sociedade. São inaceitáveis as propostas de reforma previdenciária e trabalhista de Temer. É intolerável que o Presidente ilegítimo acabe com a aposentadoria diferenciada para as mulheres, exigindo idade mínima de 65 anos, 25 anos de contribuição para acesso a qualquer aposentadoria e 49 anos de contribuição para conquista do benefício integral.

O Presidente ilegítimo ignora as condições adversas derivadas da dupla jornada de trabalho e a realidade de que as trabalhadoras já possuem as remunerações mais baixas, mesmo quando ocupam os mesmos cargos que os homens. Segundo anos de estudos da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe - CEPAL, os homens recebem salários cerca de 25,6% maiores do que as mulheres. Vale reforçar que a realidade da América Latina é a mesma em nosso País.

Temer quer ainda precarizar as relações trabalhistas ao propor reforma que estimula contratos temporários de trabalho com menos direitos. Essa proposta também fragiliza a representação dos trabalhadores, além de fazer com que o negociado prevaleça sobre o legislado, trazendo perdas aos empregados. Nesse jogo desigual, as mulheres terão prejuízos ainda maiores do que os homens. Não vamos aceitar nenhum direito a menos!

Como diria a escritora feminista Simone de Beauvoir, temos de estar sempre vigilantes. Não podemos esquecer que basta uma crise política ou econômica para que os direitos das mulheres sejam questionados.



Esses direitos infelizmente não são permanentes, e precisamos lutar para mantê-los e ampliá-los durante toda a nossa vida. Essa citação é extremamente válida no atual momento político.

Enfrentamos uma onda conservadora contra as mulheres no mundo incentivada pelo Presidente Donald Trump nos Estados Unidos e, no Brasil, pelo golpista Michel Temer. Temos de reagir, a exemplo das americanas que tomaram as ruas no dia 21 de janeiro para exigir que o novo ocupante da Casa Branca respeite as mulheres. A marcha contou com mais de meio milhão de pessoas de diferentes estratos sociais, que lotaram as mesmas avenidas que Trump não conseguiu encher para a sua posse.

É preciso resistir todos os dias, ainda mais no caso deste Governo, que desmonta políticas públicas de assistência e proteção às mulheres. A cada gesto, Temer demonstra que o Governo joga contra as mulheres. O golpista reforça preconceitos, a desigualdade, a intolerância e ameaça seriamente conquistas garantidas pelos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, entre 2003 e 2016.

Hoje é dia de nos unirmos para dar um basta ao desmonte. Vamos nos mobilizar em casa, no trabalho, nas ruas e nas redes para mostramos que não aceitaremos tanto desrespeito. Não daremos passos para trás. Somos mais da metade da população brasileira. Neste 8 de Março, Temer terá de ouvir a nossa voz!

Documento 23/141

022.3.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária - CD 08/03/2017-16:56

Publ.: DCD - 09/03/2017 - 76

JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Homenagem às mulheres Parlamentares pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Críticas ao Governo Michel Temer pelo retrocesso de políticas sociais. Repúdio à proposta de reforma previdenciária do Governo Federal ante a perda de direitos das mulheres e das pessoas mais pobres do País.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, inicialmente quero homenagear todas as mulheres Parlamentares, que superaram milhões de obstáculos para estar aqui neste plenário.



A cultura pesa sobre nós, a responsabilidade doméstica pesa sobre nós, a responsabilidade materna, para quem tem filho, pesa sobre nós. E não é fácil a luta política. Não temos dupla jornada, temos tripla jornada e passamos parte da semana fora das nossas casas e das nossas cidades. E eu ainda tenho filho adolescente.

Essa é a realidade que as mulheres Parlamentares vivem. Por isso, elas, independentemente de partido, merecem todas as nossas homenagens.

É muito bom ver que a Mesa dos trabalhos hoje está sendo presidida pelas mulheres em rodízio, o qual permanecerá em dois momentos deste plenário: agora e em uma sessão extraordinária que será dedicada à votação de projetos relativos a gênero.

Então, neste primeiro momento, quero me reportar a questões amplas, mas que também têm desdobramentos sobre as mulheres. A primeira questão ampla, muito característica do dia 8 de março, é a movimentação que está havendo no mundo inteiro. Há hoje 50 países indicando às mulheres o *slogan #EuParo*, indicando uma tomada de consciência diferenciada do processo normal de comemoração do Dia Internacional da Mulher.

No mundo inteiro, há dificuldades a superar, dificuldades econômicas a superar. O capitalismo está em crise há muito tempo. Isso obviamente gera impactos sociais nas populações da grande maioria dos países, com um impacto mais acentuado sobre a vida das mulheres.

É dentro dessa organização mundial que o Brasil se insere, levantando a bandeira dos direitos civis, dos direitos sexuais reprodutivos, da diversidade humana, da luta contra a violência e contra a cultura do estupro. E, aqui no Brasil particularmente, estamos levantando, como o restante da América Latina, a bandeira contra os retrocessos de conquistas sociais importantes, dos quais estamos em risco neste momento.

Na semana que agora passou, logo depois do carnaval, muitas notícias vieram à tona. É bom lembrar que, em 2 dias, o Governo perdeu dois Ministros: um argumentando licença para tratamento da saúde, e outro argumentando problema de saúde; um do PSDB, o José Serra, e outro do PMDB, o Eliseu Padilha.

Não questiono aqui o problema de doença, porque não conheço. Mas isso mostra que há, neste Governo, uma dissolução de representação cada vez maior, à medida que a conjuntura e as relações avançam. À medida que a vida avança, este Governo vai tendo dificuldade de se segurar.

Mas é bom dizer que, exatamente neste momento da vida brasileira, em que tudo está em questão, em que a criminalização da política é uma marca, não é possível que nós imaginemos que, neste País, o que era legalmente aceito passe a ser ilegal, independentemente da mudança constitucional e da mudança legal. Cito, por exemplo, o financiamento de caixa um, que era legal. Ninguém pode ser



criminalizado no período dessas regras em vigor.

Vemos que o primeiro pilar deste momento conturbação é a intolerância; que o segundo pilar é a criminalização da política, particularmente da esquerda; e que o terceiro pilar é uma agenda profundamente regressiva, que tem um impacto imenso na sociedade brasileira.

Porém quero destacar aqui, neste 8 de março, o impacto que essa agenda regressiva sobre as mulheres. Somada à intolerância, essa agenda tem aumentado a violência contra a mulher. Os dados, inclusive do carnaval, não nos deixam mentir. Na mídia, nas redes sociais, na vida concreta e na vida real, hoje a violência contra as mulheres é algo marcante sob todos os aspectos, em todas as suas áreas de atuação.

Quando olhamos a reforma da Previdência, em que quero me deter um pouco mais, observamos que ela tem uma agenda gravíssima, particularmente com relação às mulheres e particularmente com relação às mulheres pobres, entre as quais se concentra a maioria das mulheres negras.

Quando a Deputada Benedita da Silva discursava há pouco no Grande Expediente, eu disse, no meu aparte, que, se a reforma da Previdência exige uma carência de 25 anos de contribuição, sabemos que as mulheres estão excluídas do alcance da aposentadoria.

Se hoje a média dos trabalhadores brasileiros contribui 6 meses por ano, eles terão, para atingir 300 contribuições, que são os 25 anos, trabalhar por 50 anos. Essa é uma matemática simples.

As mulheres têm maior rotatividade, maior grau de precarização, maior jornada de trabalho, menor salário. E, mesmo com a emenda constitucional sobre o trabalho das empregadas domésticas que aprovamos aqui, grande parte delas nem sequer foi formalizada na sua carteira de trabalho, e são as mulheres negras.

Então, imaginem o que é o aumento da carência de 15 anos para 25 anos. Nenhuma mulher vai chegar lá. Hoje, com carência de 15 anos, a maioria já se aposenta por idade, já com 60 anos. A reforma aumentará em 5 anos a idade, que passará para 65 anos, e aumentará a carência para 25 anos. Isso representa a exclusão das mulheres da cidade e de 100% das mulheres do campo. Nenhuma mulher do campo alcançará o benefício previdenciário.

Soma-se a isso a redução da pensão para 50%, desvinculando o valor mínimo do salário mínimo e sem que possa ser acumulada a pensão do marido.

Imagine, Deputada, uma família em que a mulher ganha 1 salário mínimo e o marido também ganha 1 salário mínimo. Se um dos dois morre, o outro receberá a pensão pela metade ou a aposentadoria de um. Ou seja, abruptamente, a renda dessa família sairá de 2 salários mínimos e irá para 1 salário mínimo, porque não se poderá nem sequer acumular meio salário mínimo de pensão com 1 salário mínimo de

aposentadoria.

Quando pensamos no Benefício de Prestação Continuada - BPC, a questão é grave também, porque as mulheres em geral são as cuidadoras dos filhos com deficiência, dos idosos e dos idosos pobres. Quem recebe o BPC são pessoas que têm, no máximo, um quarto de salário mínimo de renda per capita. Se eu desvinculo esse benefício do salário mínimo e aumento a idade para 70 anos, obviamente boa parte dessas pessoas ficará num limbo de pelo menos 5 anos. Digo a partir de 70 anos porque, a cada mudança de sobrevida divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, essa idade sobe, seja de 65 anos na aposentadoria, seja de 70 anos no BPC.

Portanto, há um grau de crueldade e de imensa desumanidade nessa proposta, que tem um conceito que passa a considerar que a aposentadoria é para morrer, que aposentadoria de risco é depois que se fica doente, que não há nenhuma especificidade na sociedade brasileira, nem a das mulheres, nem a dos professores, nem a dos trabalhadores em atividade de risco.

Querem considerar que essa não é uma questão intergeracional, porque eu estou empurrando a juventude que tem condições para contribuir diretamente numa previdência aberta, e estou retirando os servidores públicos de um fundo público, abrindo-o ao mercado previdenciário aberto.

Então, além de toda a perversidade de encaixar a Previdência na PEC de Gastos - o problema não é o déficit, pois é mentira que haja um déficit na Seguridade Social -, eu ainda vou fazer um conluio com o mercado financeiro aberto, para a previdência dos brasileiros que podem pagar uma previdência privada.

Obviamente, as mulheres deste Congresso não podem, nenhuma delas, votar nessa reforma da Previdência. Precisamos fazer com que 308 votos não aprove essa reforma cruel, perversa, de conluio com o mercado financeiro e de quebra da Constituição de 88.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Documento 24/141

025.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	09/03/2017- 16:06
Publ.: DCD - 10/03/2017		PAES LANDIM-PTB -PI
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO



Sumário

Elogio a reflexões do Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes sobre o processo eleitoral, especialmente sobre o financiamento de campanhas, e a reforma política, em artigo publicado pelo jornal O Globo. Defesa de proibição do acesso a recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda na televisão a agremiações sem representantes na Câmara dos Deputados.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, muito obrigado. O eminente Ministro Gilmar Mendes, na edição do jornal *O Globo* desta terça-feira, dia 7 de abril, tece objetivas, sintéticas e profundas reflexões sobre o processo eleitoral, sobretudo no que diz respeito ao financiamento de campanhas.

Nós sabemos que S.Exa. foi praticamente o único Ministro da Suprema Corte do País que se apôs e que se mostrou reticente à proibição do financiamento privado neste País. Além de ser um grande jurista, o Ministro sempre foi um estudioso da ciência política e da história das instituições políticas brasileiras.

Enfim, é um homem conhecedor da realidade nacional. Nascido em Diamantino, no Mato Grosso, de certa maneira, ali ele vivenciou um pedaço do Brasil real.

Com muita propriedade, o Sr. Ministro Gilmar Mendes afirmou:

No sistema anterior, segundo as revelações que agora estão saindo sobre essas informações, Lava Jato e Odebrecht, talvez o caixa dois tenha sido tão forte ou às vezes até mais forte do que o caixa um.

Agora, imagine o que vai ser uma eleição presidencial em que vamos ter essa corrida de elefantes, com um sistema sem regulação.

E continuou:

Esse tema precisa estar na agenda e esse é um grande problema. Tem que estar na agenda até setembro, tem que ser decidido até setembro por conta do princípio da anualidade.

Assim afirmou Gilmar no jornal *O Povo*. Ele ontem participou em São Paulo de eventos dedicados às empresas de serviços contábeis - SESCON e Instituto Brasiliense de Direito Público.

Sei do Ministro Gilmar Mendes que a reforma político-eleitoral é "a mãe das reformas" para combater falhas no sistema de financiamento e na multiplicação de partidos. Para Gilmar, as iniciativas no sentido de reduzir os danos no sistema são em geral muito fracas, segundo o jornal.

Para o Ministro Gilmar Mendes cabe à sociedade "cobrar", em diálogo com o Congresso, a reforma, por entender que se trata de única alternativa para o "aperfeiçoamento do processo democrático". O Ministro defendeu:

Não temos outro caminho que não seja o Congresso. Este é o

processo democrático e assim têm sido todas as reformas que têm sido feitas ao longo dos anos. As outras alternativas sempre são viciadas, autoritárias.

Continua o Ministro:

Ah! O Supremo que deve fazer a legislação. O Supremo tem legitimidade democrática para isso? Acho que não. Pode ter até um assanhamento juvenil no tribunal, querendo propor esse tipo de coisa. Mas, devagar com o andor nesse tipo de coisa.

Sr. Presidente, essa foi uma ação assertiva com reflexões importantes, até porque precisamos pensar: como vai ser possível o financiamento público de campanha sem fiscalização? A Polícia Federal está localizada em poucos postos deste País. O Ministério Público Federal, que é o mais imbuído da fiscalização eleitoral, também está em poucas localidades deste País.

Como fiscalizar as eleições, para evitar o abuso de autoridades no poder com declarações, visitas a obras para levar seus correligionários políticos? Como evitar que usem meios não republicanos para favorecer seus candidatos, dentro daquela rubrica de serviço ou outro expediente burocrático orçamentário?

O mau do Brasil, Sr. Presidente, se principia... Eu fui estudante do Rio de Janeiro nos anos dourados, os anos 50, 60. E os grandes temas constitucionais do País geralmente eram relatados por Parlamentares de notável saber jurídico ou reconhecida respeitabilidade política em termos de conhecimento.

Não havia tradição acadêmica da Ciência Política no País, aliás, introduzido no Brasil nos anos 50, por meio de estudos da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de São Paulo.

A história da literatura inglesa revela um fato interessante. Dr. Johnson fazia a literatura sem o saber literário. Aqui no Brasil, se faz reforma política imaginando-se sabedor da Ciência Política ou da análise política

Recordo-me que os autores dos textos de reforma eleitoral, de reforma política, no regime de 46, eram sempre escolhidos entre Parlamentares que realmente tivessem intimidade com o assunto, com o tema. Claro, podia até haver distorção, não por falta de conhecimento do Parlamentar, mas pelas suas conveniências políticas, sobretudo no auge das paixões, PSD, a UDN, que alimentaram o regime de 1946. Vejo o próprio San Tiago Dantas, ao chegar a Brasília, em 1958, quando eleito Deputado Federal, envolvido na campanha governamental de 1960, mas mesmo assim a ele foram incumbidos na redação os principais programas legais de um país de então: a lei da transferência da Capital, a criação da NOVACAP, a criação da Universidade de Brasília e assim vários outros documentos legais exigiam argúcia e espírito jurídico. E San Tiago Dantas foi o grande portador da geração de 1946; esse homem genial, esse grande advogado, esse defensor de Direito Civil no País que tem uma visão

profunda do Direito, que estudou profundamente o Direito e soube aproveitar bem dos juízes brasileiros Rui, Clóvis, enfim todos e que morreu, prematuramente, aos 54 anos de idade.

Portanto, o Ministro Gilmar Mendes trata de assunto muito sensível do Direito Público. É preciso ter muito cuidado até para diferenciar exatamente propina que possa envolver eventualmente caixa 1, ou que envolva, como sempre, o caixa 2, evitando-se o desastre de se confundir realmente doações dadas com espírito de doação legal, embora sob o manto da legalidade, mas tudo envolvendo troca de favores, venda de interesses. Isso aqui é meio palpitante, até porque, se não tivermos cuidado, a eleição de 2018 vai ser realmente a bala funda infernal em termos de judicialização do pleito envolvendo Presidente da República, Governadores, Deputados, Senadores, etc. Outro tema que abordamos muito *en passant*, nessa conferência em São Paulo, que o Jornal *O Globo*, no dia 6 assumiu, foi o dos partidos políticos. Ou seja, o número exagerado de partidos políticos em nosso País. Não é proibido haver partidos políticos. Os Estados Unidos têm dezenas de partidos políticos. Há o Partido Comunista Americano, porém, na prática, como ele não tem participação eleitoral que lhe permita ter membros no Congresso Nacional, esse partido praticamente não tem nenhum acesso a privilégios que eventualmente possam ser dados aos partidos políticos na América do Norte.

No Brasil, confunde-se pluralismo político com dezenas de partidos. O plural são dois. Recordo-me de que nos debates que se seguiram ao regime autoritário, o Prof. Miguel Reale, certa feita, foi abordado se não seria uma camisa de força se o País tivesse apenas dois partidos, se não seria aquilo uma postura autoritária. O plural significa dois. E, nesse caso, o singular é um; o plural é dois. No Brasil, confundiram-se. E, nesse sentido, eu acho que até a nossa Suprema Corte...

Sra. Presidenta, o meu horário ficaria somado com o tempo das Comunicações Parlamentares - Liderança e Comunicações Parlamentares -, e não foi somado. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Erika Kokay) - V.Exa. tem razão. A mesa solicitou que fossem colocados 18, mas foram colocados apenas 10 minutos. Então, V.Exa. tem mais 6 minutos.

O SR. PAES LANDIM - Pois bem. Então, há uma grande confusão. E eu acho que essa confusão, de certa maneira, envolveu a própria decisão do Supremo Tribunal Federal, ao achar que pluralismo político envolve dezenas e dezenas de partidos. Partidos pode haver à vontade, são pessoas de direito privado. Não se pode impedir a formação de partidos.

Agora, ter certos privilégios, televisão, fundo partidário, esses partidos têm que ter o mínimo de legitimidade eleitoral, e essa legitimidade é provada pela presença de membros seus no Congresso Nacional, sobretudo na câmara do povo, que é a Câmara dos Deputados. Então, é absurdo que se criem legendas no País apenas para receber

benefícios de fundo partidário, de televisão, pois são partidos que não têm nenhuma densidade eleitoral, não têm representantes do povo no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados. Essa distorção precisa ser corrigida.

Agora, é preciso haver cuidado, porque nesta Casa, às vezes, os Relatores pensam que sabem a ciência política, que conhecem a análise política, e não tiveram nenhuma intimidade com ela. Daí as distorções, arremedos, falta uma liderança para impor as suas ideias perante os demais colegas. Aliás, esta Casa, como dizia o saudoso Roberto Campos, "é uma Casa ativa", era, nos outros tempos, não lidera a Nação, não comanda a Nação, ela é reativa, ela faz o que vem de fora, define-se a filtragem daqueles que têm que refletir, analisar e legislar sobre temas complexos, às vezes, da sociedade brasileira.

Sra. Presidente, temos aqui um caso singular do nosso eminente Presidente da República, Michel Temer, quando promulgou aquela lei que, aliás hoje, é tida como saudável do País, em que se o cidadão é condenado em segundo grau ele é impedido de participar do processo pré-eleitoral.

Do ponto de vista ético, você pode, claro, aplaudir e justificar. Mas vejam bem: qual é a culpa da demora do julgamento do cidadão que não vai à instância final?

A Constituição é bem clara: o cidadão é réu até quando transita em julgado uma ação impetrada contra ele.

Ora, se a Justiça é lenta, modorrenta, no julgamento das questões que lhe são submetidas, às vezes, um cidadão que pode ter seu fato mal apreciado pela segunda instância, mas na instância do Tribunal Superior, em uma reflexão mais profunda, com mais lucidez de interpretação, com mais investigação da hermenêutica jurídica, ele é absolvido. Isso demora tempos. Às vezes, você está punindo cidadãos, a minoria, é claro, acredito que a minoria, mas que no fundo da decisão final serão absolvidos. Então, é impedido de postular cargos porque nós aqui julgamos que, em segunda instância, já impede o cidadão de ser candidato.

Então, se ele for condenado, será sem prisão, sem nada.

Essa, de certa maneira, nós coroamos aqui o sistema processual brasileiro, que é lento, é um pouco medieval ainda, não dá ratificação ao processo civil e criminal em nosso País.

Eu me recordo, para concluir, Sra. Presidenta, de um grande jurista italiano Piero Calamandrei - amigo de Francesco Carnelutti - que, visitando a Inglaterra, na década de 50, ficou impressionado com a rapidificação do julgamento que assistiu no Tribunal Superior, em Londres. Ele disse: *"Meu Deus do céu! Não sabia que a questão que está sendo julgada na Inglaterra tem um ano. No meu país, que tem os melhores juristas processuais do mundo ocidental talvez, passam cinco anos, seis anos. Aqui dura um ano"*.

Depois resolveu estudar profundamente o sistema de Direito inglês.

Ele, então, visitando as universidades inglesas da Inglaterra, chegou à seguinte conclusão: enquanto a Itália, e esse é o modelo herdado no Brasil, dedicava horas e horas de estudo ao processo, as escolas de Direito da Inglaterra praticamente não estudavam o processo. Havia uma interpretação jurídica, bom senso e conhecimento profundo do Direito Administrativo, que levava à reflexão os juristas na decisão das causas.

Então, exemplificando, às vezes, nós vemos aqui um pouco apressadamente, sem esquecer que as causas, às vezes, não estão no andamento do processo, mas sobretudo por causa da velocidade do processo.

Deixo essas reflexões rápidas aqui, citadas pelo jornal *O Globo*, de 7 de março, sobre as conferências produzidas por esse grande jurista, Ministro Gilmar Mendes.

Tive o orgulho, fico até um pouco constrangido, porque eu fui seu professor na Universidade de Brasília. Mas ele é um gigante. O professor é um mero aluno dele. Essa questão do Gilmar Mendes deveria servir de fundo para uma reflexão profunda para que se debata sobre a reforma política na Casa.

Muito obrigado.

Documento 25/141

025.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	09/03/2017-16:39
Publ.: DCD - 10/03/2017 - 118		HILDO ROCHA-PMDB -MA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Acerto das medidas do Governo Michel Temer para retomada do crescimento econômico. Necessidade de realização das reformas trabalhista, previdenciária e tributária. Participação do orador na cerimônia de inauguração de escolas municipais no Município de Estreito, Estado do Maranhão. Precariedade da rodovia MA-138. Encaminhamento de indicação ao Ministério da Saúde para realização de auditoria na aquisição de medicamentos oncológicos no Estado do Maranhão com recursos do Sistema Único de Saúde em 2016. Denúncia de irregularidades na gestão do Governador do Estado do Maranhão. Atuação parlamentar do orador contra o fechamento de agência do Banco do Brasil e de unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão.



O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay, que preside esta sessão. Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, espectadores que nos acompanham pelos meios de comunicação da Casa, a *Rádio Câmara* e a *TV Câmara*, o Brasil felizmente está deixando para trás a grande recessão econômica que nos abateu nos 2 últimos anos, gerando graves consequências e grande caos social, com mais de 12 milhões de brasileiros, homens e mulheres, desempregados. Eu trago ao conhecimento da população brasileira que números alvissareiros nos são apresentados pelos institutos que analisam a economia brasileira. Sem dúvida nenhuma, nós tivemos a pior recessão da história do Brasil, que foi a de 2015 e 2016, que começou no final de 2014, por operações da equipe econômica do Governo anterior, que deixou essa herança perversa para o povo brasileiro. Graças a Deus, os números que nos estão apresentando mostram que o Brasil estancou essa ferida enorme que tínhamos da retração da nossa economia. Os números da balança comercial da primeira semana do mês de março mostram um aumento de mais de 10%, Deputado Celso Maldaner, que acompanha o nosso pronunciamento neste momento. Na primeira semana de março de 2016, ou seja, ano passado, nós tivemos 726 milhões de dólares de superávit. Na primeira semana deste ano, 2017, nós já temos 800 milhões de dólares. Portanto, a nossa economia está crescendo, está avançando. Outro dado que também é importante para o povo brasileiro é relativo à carestia, que nós chamamos de inflação. A inflação está diminuindo, os preços dos produtos e serviços estão controlados. Para que V.Exas. tenham ideia, em fevereiro de 2016, ano passado, no Governo anterior, a inflação bateu 1,42%. Em fevereiro deste ano, a inflação foi de apenas 0,53%. Portanto, todos os dados que nós temos da nossa economia melhoraram muito, melhoraram significativamente. Hoje, a expectativa do PIB para 2017 é positiva, vai acabar a retração. Nós temos, pelos especialistas em economia, a previsão de um PIB de 1 ponto positivo. E os mais pessimistas dos economistas dizem que nosso PIB vai aumentar em 0,5%. Portanto, as medidas tomadas pelo Presidente Michel Temer têm dado resultados positivos. A confirmação disso são os números. E contra números não há argumentos. Subir à tribuna, esculhambar o Presidente Michel Temer e atacar a equipe econômica, que vem trabalhando com bastante eficácia - os números dizem isso -, não resolve. Vamos entrar num entendimento nacional e ajudar o Brasil a sair definitivamente desta crise. Não podemos torcer pelo quanto pior melhor. Entendo que todos que aqui estão, Deputados e Deputadas, vieram representar os seus Estados neste Parlamento, com o objetivo de



ajudar no desenvolvimento do povo brasileiro. E para isso é necessário que a economia do nosso País melhore, que se distribua melhor a nossa riqueza, que a nossa riqueza aumente e seja distribuída de forma correta através das reformas que são necessárias: a reforma trabalhista, a reforma da previdência, que tem que ser realizada, e a reforma tributária.

Logicamente, não defendo aqui em 100% a reforma que foi encaminhada pelo Poder Executivo. Obviamente, temos que rever alguns pontos, porque não é possível que algum segmento da população venha a pagar mais do que outros, não de forma justa, mas de forma incorreta.

Sra. Presidenta, Deputada Erika Kokay, nós participamos da inauguração de duas escolas no Município de Estreito, no Estado do Maranhão: as Escolas Municipais Pedro Gomes, no Projeto de Assentamento Serafim, e Paulo Freire, no Projeto de Assentamento Altamira.

As duas unidades foram construídas pelo Prefeito Cicin, grande Prefeito que hoje aniversaria. Quero homenageá-lo falando do grande trabalho que ele tem realizado na cidade de Estreito.

Essas duas escolas foram muito bem construídas e muito bem acabadas, são escolas dignas do povo de Estreito. Eu fico feliz por ter participado dessa conquista do povo daquela cidade. Nós ajudamos a realizar um grande sonho dessas duas importantes comunidades da cidade.

Também quero lembrar que, na cidade de Estreito, hoje nós temos a pior estrada estadual do Maranhão. A MA-138 é a estrada que liga os Municípios de Estreito e São Pedro dos Crentes, são mais de 100 quilômetros de distância de lama e buracos devido ao abandono do Governo do Estado.

A estrada ainda não é pavimentada, mas, durante a campanha eleitoral de 2014, o Governador do Estado prometeu pavimentá-la. Ele dizia no palanque que, sendo eleito, pavimentaria a estrada, mas deu as costas ao povo de Estreito, onde teve a maioria dos votos dos eleitores e eleitoras.

Recentemente, nessa inauguração, todos cobraram ação do Governador: o padre, o pastor, o Presidente da Câmara Municipal. Inclusive, o Presidente da Câmara, que foi parceiro do Governador nas eleições passadas, disse publicamente que, se o Governador não asfaltar a estrada, nem precisa ir lá, porque ele mesmo, que avalizou sua candidatura ao Governo do Estado, não mais o apoiará. Portanto, eu quero deixar registrada minha tristeza em ver a situação de abandono em que se encontra aquela estrada, de grande importância, por falta da devida atenção do Governador do Estado do Maranhão.

Quero registrar também, Sr. Presidente Celso Maldaner, que apresentei a Indicação nº 3.079, de 2017, que sugere a realização de



auditoria no contrato realizado pelo Governo do Estado para compra de medicamentos superfaturados com recursos do SUS. Sugerir ao Ministério da Saúde que seja feita auditoria nesses contratos. Inclusive, já há denúncia de superfaturamento nessas compras no Ministério Público Estadual. Para reforçar ainda mais a ação, nós estamos entregando ao Ministério Público Federal.

A Deputada Estadual Andréa Murad apresentou essas denúncias. Como se trata também de recursos federais, nós estamos solicitando auditoria e reforçando a denúncia que ela apresentou na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

Ela me passou algumas informações em relação aos preços das licitações. São coisas escandalosas o que está sendo feito pelo Governo do Maranhão, pelo Governador comunista Flávio Dino. Como exemplo, eu vou citar a compra do medicamento temozolamida, cujo preço apresentado pela empresa vencedora da licitação, no começo do ano passado, foi de R\$ 13,40. Inexplicavelmente, o Governador Flávio Dino mandou comprar esse mesmo remédio, com a mesma quantidade de comprimidos, por R\$ 77,33. Ou seja, foram pagos sessenta e tantos reais a mais por unidade, totalizando mais de 500% de superfaturamento.

Portanto, configura-se aqui um grande roubo que está sendo praticado pelo Governo do Estado. O Governador do Maranhão está roubando o povo maranhense, porque não é possível que um remédio que custe R\$ 13,40 em qualquer bodega tenha sido comprado por R\$ 77,33. Essa diferença ele colocou no bolso, preparando-se para a candidatura dele à reeleição, já que é candidato.

Então, eu quero deixar registrado que nós estamos tomando providências. Em relação a tudo o que chega ao nosso conhecimento, Sr. Presidente, com relação a superfaturamento, desvio de recursos praticados pelo poder público, estadual ou municipal, nós tomamos providência e fazemos os devidos encaminhamentos. Essa é a nossa função.

Nós somos Deputados e temos o dever de apresentar projetos de lei, como temos feito aqui no nosso mandato, de debater as matérias que aqui tramitam, assim como de fazer a fiscalização. Nós temos fiscalizado, porque é obrigação do Deputado fiscalizar, seja quem for o ordenador de despesa, desde que os recursos públicos sejam federais. E nós temos feito isso, como também temos buscado recursos federais para os Municípios do Maranhão e também para o Estado. Nós fizemos isso inclusive no ano passado, quando o Maranhão recebeu 80 milhões de reais para a saúde pública do Estado, para a assistência de média e alta complexidade da saúde. Portanto, nós temos feito o nosso trabalho de legislador.

Hoje pela manhã, no Banco do Brasil, estivemos com Ribinha Cunha, grande empresário de Imperatriz, aqui presente, para tratar sobre o fechamento de uma agência da cidade de Imperatriz.

Existiam duas unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no Maranhão, e agora ficou só uma porque fecharam a de Imperatriz. Essa unidade é de grande importância não só para o povo do Maranhão, mas também para o povo do Pará e do Tocantins, porque Imperatriz é polo de diversas cidades.

A cidade de Imperatriz tem 250 mil habitantes, mas, em volta dela, mais de um milhão e meio de habitantes vão à cidade fazer compras e utilizar os serviços. Existem lá três universidades públicas e oito faculdades particulares. A cidade tem um comércio enorme e é um centro de saúde de toda aquela região.

Portanto, aquela região não pode ficar desamparada, porque a próxima cidade a ter uma unidade da Procuradoria da Fazenda é São Luís, a 700 quilômetros de distância.

Nós estivemos lá, juntamente com a Associação Comercial e Industrial de Imperatriz; com Ribinha Cunha; com o ex-Prefeito Sebastião Madeira; com os Deputados Federais Juscelino Filho e José Reinaldo; com os Deputados Estaduais Professor Marco Aurélio e Léo Cunha e também com alguns Vereadores de Imperatriz, que estão aqui em Brasília para buscar solução para esses dois graves problemas daquela região.

Então, eu quero registrar aqui essas reuniões que nós tivemos. Inclusive, quero dizer que essas duas causas contam com o apoio integral de todos os 18 Deputados Federais do Maranhão, assim como dos três Senadores.

Peço que o nosso pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, principalmente no programa *A Voz do Brasil*. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Maldaner) - Muito bem, Deputado Hildo Rocha.

Documento 26/141

025.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	09/03/2017-16:57
Publ.: DCD - 10/03/2017 - 120		ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Apoio à criação, no Senado Federal, de CPI destinada à investigação das contas da seguridade social. Crítica às propostas de reformas previdenciária e trabalhista. Contestação de discurso do Presidente da República, Michel



Temer, sobre o papel das mulheres na sociedade. Agravamento da recessão econômica no Brasil. Vinculação entre o impeachment da então Presidenta da República Dilma Rousseff e as tentativas de membros do Governo Federal de obstrução das investigações sobre corrupção. Protesto contra a não divulgação da lista de propriedades rurais suspeitas de exploração de trabalho análogo ao de escravo.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Eu assomo a esta tribuna para dar como lidos três pronunciamentos. Um deles diz respeito à iniciativa de se criar, no Senado, a CPI da Previdência.

Devo dizer que acho absolutamente fundamental a criação da CPI, primeiro porque há um cálculo atuarial que estabelece o nível de déficit, cálculo que nós não conhecemos. É uma verdadeira caixa-preta. É preciso que o Governo mostre o seu cálculo atuarial, porque, para se estabelecer um déficit, deve-se sempre fazer um cálculo atuarial. O déficit é estabelecido numa projeção futura. Portanto, nós não sabemos como o Governo chegou a esse nível de déficit.

Aliás, trata-se de um déficit que, como nós sabemos, não existe de fato. E não existe porque nós estamos falando de uma despesa na Previdência que faz parte da Seguridade Social. A Seguridade Social é composta por assistência, saúde e previdência, e é superavitária. Em verdade, o Governo estabelece um déficit porque tira a participação do Estado, e a Constituição diz que a Seguridade Social terá que ter a participação do Estado, tanto que há impostos que são específicos para a Seguridade Social.

A média dos 15 países mais ricos do mundo aponta para um percentual de aproximadamente 46% de contribuição do Estado com a previdência. Eu não falo da Dinamarca. Na Dinamarca, a contribuição do Estado é mais de 70%. Repito, na Dinamarca, mais de 70% da previdência é arcada pelo Estado! No Brasil, o Governo diz que não tem que ter responsabilidade com a Previdência. Nega inclusive a Constituição, que assegura a participação do Estado no financiamento da Seguridade Social, que, diga-se de passagem, é superavitária. É importante que tenhamos uma CPI, conforme iniciativa do Senador Paulo Paim, porque é preciso que nós vejamos quanto da Previdência foi desviado para outras funções. Cálculos do DIEESE apontam que, nas décadas de 70 e 80, nós tivemos por volta de 3 trilhões de dólares da Previdência desviados para obras, porque nós temos a desvinculação da receita da União. E esta foi alargada durante o Governo golpista. Tal alargamento possibilita que recursos que iriam para a Seguridade, com impostos afins - recursos da Previdência -, sejam utilizados em outras políticas.

Portanto, é preciso que nós tenhamos essa CPI, até porque a Comissão atestará por que o Governo quer penalizar as mulheres, os



trabalhadores rurais e a população idosa.

Deputado Zé Geraldo, desde o Governo Lula, a população idosa tem proteção. A população idosa de baixa renda tem o BPC - Benefício de Prestação Continuada, que assegura que, a partir dos 65 anos, a pessoa com renda de até um quarto de salário mínimo, *per capita* - nós estamos falando de extrema pobreza -, tenha direito a um benefício no valor de um salário mínimo. E o que o Governo faz? Agrega a essa idade mais 5 anos, atingindo uma população que está em situação de extrema pobreza e que vai ficar sem nenhum tipo de proteção, porque não vive até lá. Em 57% dos Municípios, a expectativa de vida está abaixo dos 65 anos. São pessoas que não vão se aposentar! Uma pessoa em situação de extrema pobreza tem que viver até 70 anos para ter direito a um benefício? Hoje, esse benefício assegura a sua proteção! Eu repito: 98% da população idosa recebe a proteção do Estado, para que tenha direito à vida.

Portanto, não me venham aqui fazer discurso em defesa da vida, se apoiam esta reforma da Previdência, porque a reforma vai matar o povo brasileiro!

Quanto às mulheres, elas trabalham mais do que os homens, com jornadas de 55 horas semanais, em média, enquanto a dos homens é de pouco mais de 40 horas. E, em grande medida, elas se aposentam por idade, 64,5% delas, contra pouco mais de 30% dos homens, porque as mulheres não têm constância no mercado de trabalho, uma vez que há uma construção de gênero que a subalterniza e diz que o seu lugar é dentro de casa.

Aliás, essa construção de gênero foi bastante explicitada ontem pelo Presidente sem votos, que ocupa de forma indevida e em ruptura democrática o Palácio do Planalto. Ele disse: "*Ora, as mulheres são fundamentais para educar os filhos*". E os homens não têm responsabilidade na educação dos filhos? A função e o universo de existência da mulher é o universo doméstico, e não o público?

Por isso, mulheres da base do Governo, se defenderem aquele discurso, não me venham aqui defender o empoderamento das mulheres e defender que haja mais mulheres no Parlamento e nos espaços de poder! Aquele discurso é a negação das mulheres em igualdade de oportunidades, é a desumanização das mulheres.

Nós mulheres queremos estar em todos os espaços. Lugar de mulher é onde ela quiser! Isso foi cantado ontem pelas mulheres que saíram às ruas: "*O meu corpo me pertence!*" Os fundamentalistas desta Casa, que à espreita estão pregando o obscurantismo neste País, não são donos dos ovários nem dos úteros femininos. Isso pertence às mulheres. O nosso corpo nos pertence!

Nós não somos coisas nem somos serviçais a servir aos homens, para educar os filhos dos homens! Os filhos têm que ser educados pelos pais e pelas mães. E os lugares que cabem às mulheres não são apenas o fogão, o tanque ou a casa, mas todos os lugares deste



universo.

Disse ainda o Presidente golpista que as mulheres são importantes para a economia, porque fiscalizam os preços no supermercado. Pois digo a ele que nós mulheres queremos ocupar os Ministérios, queremos ocupar posição de gestão. Somos, sim, capazes de desenvolver a economia neste País, coisa que esse Presidente não é! Eu fico olhando a ingenuidade - ingenuidade talvez, ou torcida - de alguns representantes do Governo, que dizem: *"A recessão começa a arrefecer no ano que vem"*. É puro desejo, é pura torcida! O País recrudescer no processo recessivo. Os que subiram nesta tribuna devem desculpas à Nação. Quem votou a favor do *impeachment* ou do golpe deve desculpas à Nação. Quem foi às ruas bater panela, de camisa amarela, para dizer que estava defendendo o Brasil, colocando este Presidente em um ninho de corruptos para dominar este País, deve desculpas à Nação.

Neste último ano, o número de desempregados aumentou em cerca de 1,2 milhão. A renda caiu, a desigualdade aumentou. O próprio agronegócio, que era o carro-chefe do desenvolvimento deste País, arrefeceu. Nós estamos na mais profunda recessão, por 2 anos consecutivos. Faz tempo que o Brasil não vê isso.

E falam em taxa de juros. A taxa de juros real cresceu! Cresceu porque a inflação controlada pela recessão faz com que a inflação descontada da SELIC seja maior. A taxa de juros real é maior hoje no Brasil. Hoje, segmentos sérios da indústria, e não aqueles que querem o seu lucro à custa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, já o dizem.

E há os que dizem que a CLT é anacrônica. Anacrônico é o desemprego! Anacrônica é a escravidão que se quer estabelecer neste País! Querem votar nesta Casa a terceirização da atividade-fim do poder público. Querem o Estado entregue às empresas, literalmente, como tem sido feito neste País desde a assunção de Michel Temer à Presidência de República. O Estado está sendo entregue: o papel-moeda pode ser rodado fora do Brasil por empresa contratada sem licitação; as distribuidoras de energia que dão lucro são colocadas à venda; o pré-sal é colocado à venda para as empresas internacionais. O Brasil está colocado à venda por este Governo, está sendo colocado à venda!

E este Governo tem um tripé para poder se sustentar e se proteger da corrupção. Estavam ameaçados pelo Governo de Dilma Rousseff. Estavam ameaçados pela decisão de Dilma Rousseff e de Lula de que a Polícia Federal investigasse e de que o Ministério Público tivesse independência.

E, réu confesso que é, diz aquele que assumiu inclusive a condição de Ministro do Planejamento: *"É preciso estancar essa Lava-Jato! Por isso, é preciso derrubar a Presidenta honesta e assumir o Governo, para estancar a Lava-Jato!"*

E disse ontem o ex-Presidente do Senado que quem manda neste

Governo é Eduardo Cunha. Dizem que este agora assumiu, de forma transversa, o Ministério da Justiça. E Eduardo Cunha recebeu a visita do Presidente da Comissão que discute a reforma da Previdência! Aliás, a Comissão tem como Relator alguém que foi financiado por empresa de previdência privada. E o grande articulador da reforma da Previdência no Governo é presidente do conselho de administração de uma das maiores empresas de previdência privada deste Brasil. Tudo está claro, está claro! Não me venham querer defender seus atos e insistir nessa defesa.

O País afunda na recessão. O País afunda no desemprego. O País está sendo colocado à venda. O País está assumindo, por meio daquela camarilha que está no Palácio do Planalto, o seu caráter corrupto. A corrupção está perdendo a modéstia, está perdendo a vergonha, está sendo assumida de forma muito clara.

Por fim, digo que este Governo é tão pouco transparente, que não quer que seja divulgada a lista daqueles que se utilizam do trabalho análogo ao trabalho escravo. Estima-se que esse tipo de trabalho atinja 161 mil brasileiros e brasileiras. Entraram na Justiça para impedir que a lista fosse divulgada!

E, digo eu, uma das propriedades investigadas em função do trabalho escravo chama-se Fazenda Jasmim Agropecuária, que pertence a Eliseu Padilha, um dos maiores articuladores desse Governo corrupto, que busca dilapidar o patrimônio nacional. Querem impedir que o povo brasileiro conheça o nome dessas empresas, inclusive da Fazenda Paredão, também do Sr. Eliseu Padilha, que está sendo investigada. Lá, os fiscais identificaram péssimas condições nas acomodações, presença de galões de gasolina e de vasilhames de agrotóxico. O Ministério Público chegou inclusive a encaminhar fotos ao Ministério do Trabalho. Eles querem esconder o que não dá para esconder.

Nós estamos aqui para dizer que não vamos permitir que o Brasil seja vendido e os nossos direitos, solapados!

Documento 27/141

025.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	09/03/2017-17:12
Publ.: DCD - 10/03/2017 - 122	CELSONO MALDANER-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO



Sumário

Elevada carga tributária no País. Encaminhamento ao Congresso Nacional, pelo Presidente Michel Temer, das propostas de reforma previdenciária e reforma trabalhista. Expectativa de discussão, pela Casa, de proposta de reforma tributária. Importância da realização de reforma política. Necessidade de estabelecimento de teto salarial no âmbito do serviço público. Atenção aos direitos previdenciários dos agricultores familiares. Elevado número de ações trabalhistas no Brasil. Necessidade de modernização da legislação trabalhista, em favor do incentivo à criação de empregos. Expectativa de recuperação da economia brasileira.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Erika Kokay, que preside os trabalhos neste momento, demais colegas Parlamentares, eu uso a tribuna neste instante para dizer que, quando os militares estavam no poder, a carga tributária estava em torno de 25% do PIB e, hoje, está na faixa de 38% do PIB. É uma das cargas tributárias mais altas do mundo.

Depois de tantos anos, felizmente caiu a ficha, também no Congresso Nacional, no sentido de que não é mais possível aumentar impostos, porque ninguém suporta pagar mais impostos, com essa carga tributária tão alta no nosso País. Era costume, desde Fernando Henrique, desde o Presidente Lula, desde Dilma, quando estourava o Orçamento, quando faltavam recursos, aumentar impostos. Isso não cabe mais.

Foi testado o consumismo, foi incentivado o consumismo, mas não deu certo. Chegamos a 3,8 de déficit em 2015 e a 3,6 no ano passado, em 2016. Nós não estamos conseguindo pagar nem os juros da dívida. Quanto à dívida em si, nem se fale. Não estamos honrando nem os juros. Temos mais de 1 trilhão e 100 bilhões para pagar em encargos da dívida e juros atrasados.

Essa é a triste realidade em que se encontra o nosso País. Por isso é que há necessidade de fazer as reformas estruturantes.

Michel Temer, que assumiu a Presidência da República, teve a coragem de encaminhar para esta Casa a reforma previdenciária e a reforma trabalhista - sou membro titular da Comissão Especial da Reforma Trabalhista. Em seguida chegará também a esta Casa a reforma tributária. Há necessidade de se rediscutir o pacto federativo neste País. Estão aí os Estados quebrados, endividados. A reforma política é também fundamental.

Só pelo fato de ter sido encaminhada para esta Casa a PEC que limita os gastos públicos, para não se gastar mais do que se arrecada, o Risco Brasil já caiu de mais de 500 pontos para em torno de 200 pontos. Quer dizer, está voltando a credibilidade. O Risco Brasil está caindo. E as perspectivas são ótimas. A sociedade brasileira e o



restante do mundo acreditam que esta Casa também fará a sua parte. Eu sempre digo que seria fundamental, antes de se votar aqui a reforma previdenciária, antes de votar a reforma trabalhista, votar o que o Senado votou no final do ano: o teto salarial, que é de 33.700 reais. Esse é o teto. Teríamos que quebrar esse paradigma aqui na Câmara e votar esse projeto. É fundamental votar o teto salarial.

Nós vamos discutir agora a reforma da Previdência - eu não faço parte da Comissão relativa a esse tema. Hoje, o custo relativo a praticamente 2 milhões de pessoas é maior do que o referente a 30 milhões de brasileiros aposentados neste País. Então, nós temos que analisar esse assunto. O custo relativo a uma minoria é praticamente o mesmo do referente a quase todos os aposentados. No caso do homem do campo, da agricultura, mais de 95% recebem um salário mínimo. Em relação aos aposentados pelo Regime Geral do INSS, 82% recebem, no máximo, três salários mínimos.

A grande massa realmente vai ser sacrificada? Eu acho que a questão tem que envolver todos: o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Exército, os militares. Todos têm que dar a sua contribuição.

Segundo os dados que foram apresentados pelo nosso Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a conta não fecha. A conta não fecha. Nós precisamos também estabelecer uma melhor comunicação, mostrar com transparência os números da reforma da Previdência para a sociedade, a fim de se provar a necessidade dessa reforma. Não podemos permitir que, por irresponsabilidade, este País vire uma Grécia, porque, depois que o país quebra, não há o que fazer. A questão envolve, portanto, uma grande responsabilidade.

Eu estou muito preocupado com o segurado especial, com o agricultor familiar, aquele que está lá no meio rural produzindo alimentos. É que 34% das aposentadorias hoje recaem sobre as costas do agricultor.

Uma pessoa, por exemplo, que contribuiu durante 15 anos para o INSS, por ser mulher, agrega mais 15 anos do meio rural porque o pai foi agricultor. Ele morava em área rural, tinha de oito a dez filhos. Desses, ficaram dois na colônia, e os outros foram para a cidade, que agregam então o tempo de serviço do meio rural. Se a pessoa for homem, contribui durante 15 anos e agrega mais 20 anos. Antes de 1991, até no caso de 12 anos de idade se fazia a agregação.

Por isso, há 34% de aposentadorias fruto de decisões judiciais. Os números mostram que, no ano passado, foi de 111 bilhões o déficit das aposentadorias rurais, e foi de apenas 8 bilhões a arrecadação com o fundo rural. Nós temos que rediscutir essa questão do FUNRURAL. Se realmente só deu 8 bilhões, nem vale a pena ser cobrado. Temos que encontrar outra maneira.

O segurado especial que está morando no meio rural e produzindo alimentos tem que ter um diferencial. Essa é a maior resistência que eu vejo nesta Casa. Em todos os Estados do Brasil existe agricultura



familiar. Temos que ter um olhar diferenciado para o segurado especial.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como eu disse, faço parte da Comissão Especial que analisa a reforma trabalhista. Hoje o Brasil representa 2% dos trabalhadores do mundo. Entre mais de 200 países, o Brasil representa 2% dos trabalhadores, e tem 98% das ações trabalhistas no mundo! Tem 2% de população e 98% das ações trabalhistas no mundo. Alguma coisa está errada. São 17 mil sindicatos no Brasil - mais de 11 mil sindicatos trabalhistas e mais de 5 mil sindicatos patronais.

Nós estamos muito preocupados com essa situação. A média dos encargos trabalhistas no mundo é de 20,50%, não chega a 21%. E no Brasil passa de 70%. Como diz Ives Gandra, qual é o maior inimigo do Brasil? O maior inimigo do Brasil é o Estado. Até quando vamos suportar? O setor produtivo gera empregos? Deve haver uma legislação que incentive a geração de empregos e não uma legislação que iniba ou puna isso.

Nós pensávamos que eram 3 milhões de ações trabalhistas em 2015, mas hoje Procurador do Ministério Público do Estado apresentou dados que mostram que foram mais de 4 milhões. Chegou-se a mais de 26 milhões de ações trabalhistas, considerando-se os Estados e a União. Isso não pode estar certo. Temos que perguntar se o trabalhador deste País está contente. Eu acredito que não. O trabalhador no Brasil não está satisfeito, porque foram 26 milhões de ações em 1 ano!

Nos Estados Unidos, país que é muito maior que o Brasil, foram 75 mil ações trabalhistas; na França, 70 mil ações; no Japão, 2.500 ações por ano. Há escritório do ABC, em São Paulo, que tem mais de 10 mil ações. São praticamente mais de 2 mil ações por mês. Alguma coisa está errada.

Então, temos que modernizar a legislação trabalhista para que, com negociação entre patrões e trabalhadores, através dos sindicatos, possamos ter mais segurança jurídica e encorajar os empreendedores que têm a vocação de gerar empregos neste País. A questão é que o custo está muito alto e as empresas estão fugindo. Se não vão para a China, vão agora para o Paraguai. A nova China é o nosso vizinho Paraguai, que, há anos, cresce mais de 4,5% do PIB.

Mas a boa notícia, Presidenta Erika - é algo concreto -, é que vamos ter, até o final do ano, uma inflação de menos de 4%, inferior à meta, vamos ter um crescimento de 1,5% do PIB. Nós vamos sair do buraco, do fundo do poço. De 3,6% negativos, iremos para 1,5% positivo até o final do ano. Ano que vem vamos crescer mais de 3% do PIB. A taxa SELIC, de juros, vai chegar a cerca de 9% até o final deste ano. Hoje ela é de 12,25%.

Eu estou muito confiante. Se o Congresso Nacional tiver um alto grau de racionalidade, tiver juízo, como se diz, e fizer a sua parte, o Brasil voltará aos trilhos novamente já a partir deste ano, crescendo e

gerando empregos. Nós temos que pensar nesses mais de 13 milhões de desempregados.

Era isso que eu queria trazer à tribuna na tarde de hoje.

Um abraço a todos.

Documento 28/141

029.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	14/03/2017-15:20
Publ.: DCD - 15/03/2017 - 46	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Resultados de audiência pública no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, destinada ao debate da regulação das contratações da PETROBRAS com vistas à recuperação do polo do naval gaúcho. Cobrança ao Presidente da República, Michel Temer, de interferência a favor da contratação de conteúdo brasileiro pela PETROBRAS. Contrariedade à anistia de crimes eleitorais, especialmente o chamado caixa dois. Necessidade de alterações no sistema político do País, com prioridade à regulamentação do financiamento público e às doações de pessoas físicas para campanhas eleitorais.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Mauro Pereira, no exercício da Presidência neste momento, Sras. e Srs. Deputados, quero abordar nestes 5 minutos dois assuntos de extrema relevância para o País.

O primeiro é que ontem eu estive acompanhando uma grande audiência pública na cidade de Rio Grande, ao lado de São José do Norte, a parte do polo naval brasileiro no Rio Grande do Sul.

Esse polo naval e a indústria naval, Deputado Caetano, foram recuperados ao longo dos Governos Lula e Dilma com base em diversas políticas, dentre elas, muito especialmente, a exigência de conteúdo local.

O que é a exigência de conteúdo local? É a exigência de que, nas compras da PETROBRAS, por exemplo, a maior parte dos produtos que compõem uma plataforma seja produzida por brasileiros para gerar empregos no nosso País.

O Governo ilegítimo de Temer está abandonando a política de



conteúdo local. Nós enfrentamos, neste momento, em Rio Grande e em São José do Norte, o mesmo que se enfrenta em todos os polos navais em todo o País: a demissão cada vez maior de trabalhadores. Recentemente, a empresa ECOVIX entrou em recuperação judicial, e os 3.500 trabalhadores foram demitidos. Alguém poderia dizer: *"Sim, mas a recuperação judicial é intransponível"*. É verdade! Porém, o que a PETROBRAS e o Governo Temer deveriam fazer era contratar outra empresa para concluir a P-71 no Polo Naval de Rio Grande, local onde ela pode ser feita mais rapidamente e com menor preço.

Essa nova empresa contratada pode seguramente utilizar o estaleiro de Rio Grande. Com isso, nós recuperaremos, no mínimo, 3 mil empregos, imediatamente, no polo naval do nosso Estado.

Nessa audiência pública, onde estavam mais de 1,5 mil pessoas, muitos trabalhadores, representações de empresários, o Prefeito Alexandre Lindenmeyer, a Prefeita de São José do Norte, Fabiany, lideranças das mais diversas representações, tomou-se a decisão de protocolar um pedido de audiência emergencial com o Presidente da República em exercício, Michel Temer. Isso foi feito agora há pouco, meia hora atrás, pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Edegar Pretto.

Michel Temer deve interferir para decidir que a PETROBRAS volte a contratar encomendas no Polo Naval de Rio Grande, São José do Norte e em toda a indústria naval brasileira.

Muito especialmente e mais emergencialmente, o que nós estamos exigindo, em nome dos milhares de famílias que se prepararam para construir o Polo Naval de Rio Grande e do Brasil, é que a P-71 seja retomada imediatamente. A plataforma está com a metade pronta, e as obras paralisadas.

Por fim, quero falar 1 minuto sobre a nova tentativa de anistia, a anistia ao caixa dois e a anistia aos crimes eleitorais.

Quero dizer desta tribuna que, para repactuar a democracia brasileira, para salvar a política brasileira - e respondo ao Senador Aécio Neves, que disse, Deputado Edmilson Rodrigues, que nós precisamos salvar a política brasileira -, é preciso fazer uma reforma política que garanta que empresa nunca mais financie eleições, que garanta o fim do abuso do poder econômico em eleições, que garanta um sistema político em que o povo se sinta representado.

A última coisa de que o Brasil precisa para melhorar sua política é defender anistia ao caixa dois, é defender anistia a crimes eleitorais.

Deve-se - isto, sim -, dentro do devido processo legal, respeitar o direito de defesa de cada um. Mas é preciso que haja, sim, os julgamentos dos casos que estão sendo analisados em todas as investigações que envolvem empresários, políticos e servidores públicos.

Aquilo que disse Emílio Odebrecht ontem também não serve ao Brasil. Dizer que no Brasil sempre houve caixa dois e que a política sempre foi

financiada assim não é perspectiva de futuro para o País. Nós temos que mudar o sistema político, prevendo o financiamento público de campanha e doações de pessoas físicas que possam ser acompanhadas, envolvendo pequenos valores, e não querer anistiar caixa dois para salvar aqueles que estão respondendo neste momento a acusações e processos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Henrique Fontana, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

Documento 29/141

029.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD 14/03/2017-17:02
Publ.: DCD - 15/03/2017 - 80	BETINHO GOMES-PSDB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Preocupação com possível perda de prerrogativa do Poder Legislativo de debate sobre a reforma política, ante notícia de iniciativa do Governo Federal de criação de comissão de especialistas para estudo do assunto.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria a atenção de V.Exa.. Acabo de ler a notícia de que o Governo está incentivando a criação de uma comissão de especialistas para estudar propostas para a reforma política.

Inclusive, parece ter sido isso fruto de uma reunião com o Ministro Gilmar Mendes, V.Exa. e o Presidente do Senado Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ainda não houve.

O SR. BETINHO GOMES - Bom, é o que está sendo relatado.

Eu acho que isso tem que ser visto com cuidado, porque a criação de uma comissão tira a prerrogativa do Legislativo de conduzir esse debate. Acho que qualquer opinião de especialista é bem vinda, mas também me preocupa o fato de que o Governo, com essa atitude, poderá atrapalhar o andar da discussão da reforma política, inclusive atrasar os debates. Acho que seria mais conveniente que pudéssemos avançar aqui.

O Relator da matéria, Deputado Vicente Candido, está se comprometendo a apresentar seu relatório com brevidade. Temos que cobrar da Comissão agilidade e trazer contribuições que forem

convenientes. O que não podemos é reiniciar o processo de discussão sob o pretexto de se dar mais legitimidade a qualquer proposta. Ora, este Parlamento com seus defeitos e virtudes tem a legitimidade de discutir o tema e, portanto, eu peço a V.Exa. que se informe sobre esse assunto e nos ajude a priorizar a discussão internamente.

Documento 30/141

029.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD 14/03/2017-17:02
Publ.: DCD - 15/03/2017 - 81	MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Preocupação com possível perda de prerrogativa do Poder Legislativo de debate sobre a reforma política, ante notícias de reuniões de autoridades dos Poderes Executivo e Judiciário para debate do tema. Repúdio à tentativa de concessão de anistia ao crime de caixa dois, mediante aprovação de projeto de lei. Defesa de votação nominal da proposição.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós todos temos sido apanhados de surpresa com algumas informações que circulam nos jornais: reuniões do Presidente da República com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, com o Presidente da Câmara dos Deputados e com o Presidente do Senado Federal, para discutir reforma política.

Não me parece adequado que o juiz que vai julgar os casos, resultantes das leis que saem do Congresso Nacional, participe da elaboração das leis. Os clássicos já tratam disso. É uma impropriedade, por melhor que seja a qualidade do juiz, por melhor que seja a qualidade dos demais participantes.

O Congresso Nacional renuncia dessa forma a uma prerrogativa que é exclusivamente sua, ainda mais quando se trata de reforma política, em que a Câmara dos Deputados dita os interesses do povo nos processos eleitorais.

Também, nesses dias, temos visto voltar à tona ou à baila a discussão da anistia do caixa dois. O caixa dois é crime, sim. O caixa dois em campanha eleitoral é crime.

Sr. Presidente, eu peço este tempo, porque normalmente nos noticiários dizem que todos os partidos estão comprometidos com a aprovação do projeto de anistia para o caixa dois. Pois eu lhes afirmo:



a Rede não vota a favor dessa anistia.

Eu acrescento a V.Exas.: talvez estejamos diante do que é pior até do que um crime. É pior do que um crime! Talvez seja o maior dos crimes, porque desqualificará a democracia brasileira, desqualificará o processo eleitoral; e, se o povo perder a confiança no processo eleitoral, sabe Deus o que virá em seguida! Não creio nem desejo a instabilidade de outros tempos, mas penso que não devemos colaborar para que fatos lamentáveis da História do Brasil se repitam.

Já há unanimidade que caixa dois é crime. Não há dúvida alguma. Se não fosse considerado crime, mesmo por aqueles que querem a anistia, eles não estariam tentando fazer um projeto de anistia. A anistia destina-se para o crime de caixa dois. Essa história de separar caixa dois de corrupção pode ser considerada teoricamente para um debate acadêmico, mas o caixa dois corrompe o processo eleitoral, o caixa dois corrompe a igualdade de oportunidades, o caixa dois deixa de fora da representação popular pessoas íntegras que decidiram não participar desse tipo de manobra espúria chamada de caixa dois.

Eu acredito que, vindo a plenário um projeto como esse - e eu não acredito que venha -, e sendo votado nominalmente, esta Casa o rejeitará. Da mesma forma que em uma vez aqui, se não me engano no mês de setembro, ali, daquele microfone, eu me opus à votação surpresa do projeto de anistia para o caixa dois, e os Deputados começaram a afluir e barraram a votação do projeto.

Eu não teria conseguido barrar sozinho a votação do projeto, porque nada se faz sozinho. Houve, sim, uma expressiva presença de Deputados aqui para impedir.

O que eu desejo, Sr. Presidente Rodrigo Maia - e deixo aqui consignado -, é que V.Exa. tome com a Casa o compromisso de *ex officio* promover a votação nominal desse projeto de anistia de caixa dois. É um projeto repulsivo! A Rede não concorda com ele, não participa de acordos e lamenta que ainda haja dúvida do quanto é nocivo o uso do caixa dois no processo eleitoral.

Não devemos regredir a situações em que o crime compensava. Esse será um triste final para a Lava-Jato. Os políticos comprometidos sairão livres com o seu dinheiro, com as suas fortunas, e os seus cúmplices, os empresários, continuarão presos. É bom que prestem atenção a isso.

O Brasil será objeto de ridículo. Será exposto ao ridículo no cenário internacional depois de ter se apresentado tão bem na evolução da Operação Lava-Jato.

Somos contra a iniciativa, mas, vindo ao Plenário, que a votação seja nominal e de ofício, determinada pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

Documento 31/141

031.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/03/2017-13:20
Publ.: DCD - 16/03/2017 - 31	VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância de atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB no Brasil. Reunião do Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, com representantes de movimento sociais para discussão sobre privatização de setores, com prejuízos aos trabalhadores brasileiros. Repúdio à atuação do Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais Wilson Almeida Benevides para expulsão de agricultores no Município de Baianópolis, Estado da Bahia, por plantação em terras devolutas apropriadas pelo magistrado.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de dar como lidos três pronunciamentos.

O primeiro é sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, que tem feito um trabalho significativo em todo Brasil. É um dos movimentos mais importantes que temos no País. Esta é uma semana de luta do MAB, em todos os Estados, em todos os lugares. O movimento tem pautado um trabalho contra a reforma da Previdência, em defesa da PETROBRAS e, ao mesmo tempo, contra a privatização do setor elétrico. Ele tem apresentado essa pauta política, mas também uma pauta concreta para enfrentar situações que muitas vezes os Governos abandonaram ao longo desse período.

No segundo, registro que, na próxima terça-feira, o Governador Rui Costa vai receber representantes de aproximadamente 12 movimentos justamente para discutir a situação que estamos vivendo no Brasil, com o Governo Federal tendo a intenção de privatizar diversos setores.

Como todos sabem, a privatização tem como consequência o desemprego, os baixos salários, a precarização do trabalho. Diversos movimentos, entre eles, a Consulta Popular, o Levante, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, a CUT e o próprio MAB levarão ao Governador da Bahia essa pauta, a qual eu acredito ser muito importante.

O último discurso, Sr. Presidente, diz respeito a um fato que me causou muita preocupação. No dia 8 de março, cinco trabalhadores rurais foram presos na delegacia de Baianópolis, cidade do Extremo Oeste



Baiano, por estarem produzindo alimentos numa área considerada devoluta, ou seja, terra pública que deve ser devolvida ao Estado. A área, localizada na comunidade tradicional de fundo de pasto Porteira da Cruz, em Serra Dourada, foi apropriada pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Wilson Almeida Benevides, e sua esposa, que se utilizaram de sua força política junto à delegada do Município para prender os cinco trabalhadores. É um absurdo! Essa denúncia nós levaremos ao Tribunal de Justiça da Bahia. É preciso que se faça a discriminação dessas áreas em Baianópolis, para que haja o reconhecimento dessa área de fundo de pasto. A área devoluta tem que ser destinada à produção de alimentos. É inaceitável que um desembargador de Minas Gerais vá lá e se utilize da sua força política para mandar prender trabalhadores rurais.

A CPT - Comissão Pastoral da Terra está dando assessoria, mas é preciso que o Governo do Estado, através da Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA, faça a discriminação entre áreas públicas e privadas, para que se possa devolver as terras aos trabalhadores, pois é isso o que tem que ser feito para que se produzam alimentos para o nosso povo.

Encerro saudando todas as organizações de trabalhadores que hoje estão nas ruas contra a reforma da Previdência Social. Nós não podemos perder o direito à aposentadoria.

Sr. Presidente, gostaria que meus pronunciamentos fossem divulgados nos meios da casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Movimento dos Atingidos por Barragens é um dos movimentos sociais mais importantes do Brasil. É quem, hoje, melhor formula questões acerca do direito a água e energia da população brasileira, dando luz à situação de milhares de atingidos por barragens em todo o Brasil.

Segundo o próprio MAB, o Brasil é um país riquíssimo em matéria-prima ou bases naturais que possibilitam um patamar vantajoso na produção de energia, através de várias fontes. O Movimento destaca a fonte hídrica, que, aliada a pesquisas e investimentos do Estado, proporciona ao Brasil uma matriz responsável por 70% da produção elétrica a custo baixo, se comparado ao da energia térmica. Porém, a população ainda paga uma das maiores tarifas do mundo e centenas de famílias atingidas por barragens que não possuem acesso à energia nem para uso doméstico.

Mesmo o País tendo o setor elétrico bem estruturado, com marco regulatório, com empresas estatais e Ministério responsáveis, até os dias atuais, denuncia o MAB, não possui uma política, ou lei, que



proteja e garanta os direitos das populações atingidas pelas obras. Até hoje não há um órgão responsável que responda por essas questões, muito menos recursos e programas para atender e garantir minimamente os direitos da população expulsa de suas casas em razão da construção das hidrelétricas, de barragens para captação de água ou de depósito de rejeitos.

O MAB lembra que há a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH. Conhecida como "*royalties* das hidrelétricas", ela foi instituída pela Constituição Federal da República de 1988 e regulamentada pela Lei nº 8.001, de 1990, para compensar a inundação das áreas dos atingidos por barragens em todo o Brasil. Esta compensação, repartida entre o Governo Federal, os Governos Estaduais e os Municípios atingidos, arrecada para os cofres públicos um montante considerável. Parte significativa desse montante fica com o Governo Federal. O MAB entende que os recursos arrecadados deveriam ser devolvidos às famílias das regiões atingidas por barragens como forma de reparação, na forma de projetos de recuperação e de desenvolvimento das regiões atingidas.

Nesse sentido, é ampla a pauta do MAB para a garantia do direito a energia e aos direitos dos atingidos. Destaco, a seguir, alguns itens. O Movimento exige a criação da Política Nacional dos Atingidos por Barragens - PNAB, em que esteja reconhecido o direito à informação e à participação, além do direito das populações atingidas de decidir sobre a construção da obra, ou seja, o direito de dizer "*Não!*". O MAB quer ainda a criação de um órgão de Estado responsável pela política, com a participação dos atingidos, e a criação e implantação de Planos de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades atingidas, com o estabelecimento de fundo para financiar os gastos necessários para a reparação dos direitos dos atingidos por barragens e para a execução dos projetos de reconstrução e desenvolvimento das regiões atingidas.

No que tange ainda aos direitos de quem é atingido por barragem, o MAB acredita que é preciso ter atendimento e investimento de recursos para as famílias atingidas por barragens que contemplem acesso, qualidade e geração de energia, além da realização de programas para o uso de fontes múltiplas de energia, priorizando e respeitando critérios da economicidade, conservação, uso racional e sustentabilidade ambiental. O Movimento propõe a viabilização de um projeto-piloto na produção de energia fotovoltaica, placas solares para aquecimento de água e biodigestores para produção de gás junto às famílias e regiões atingidas, e requer o cancelamento imediato de todos os aumentos nas contas de luz previstos.

Outra pauta de extrema importância defendida pelo MAB é a continuidade ao Programa Luz para Todos, além do atendimento de programas e investimento de recursos para garantir acesso à água potável para consumo humano e para a produção de alimentos para a

população atingida por barragens.

Para evitar tragédias iguais a de Mariana, em Minas Gerais, o Movimento propõe maior rigor na concessão das licenças e maior rigidez na fiscalização feita pelos órgãos ambientais, assim como o estabelecimento de mecanismos de análise de riscos e de planos de treinamento emergencial nas regiões atingidas, para lidar com situações de riscos.

Do ponto de vista mais geral, é preciso destacar o posicionamento do MAB contrário à reforma da Previdência proposta pela PEC 287/16, em tramitação na Câmara Federal, e em defesa da PETROBRAS, patrimônio do povo brasileiro. O movimento coloca-se ainda contra a privatização do setor elétrico nacional.

Não há dúvidas de que se trata de uma pauta fundamental que disputa uma visão de desenvolvimento do País cujo centro é o povo brasileiro, não um conjunto de empresas ou de interesses elitizados. O Movimento pode contar sempre com meu mandato.
Vida longa ao MAB!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na próxima terça-feira, o Governo do Estado da Bahia deverá se reunir com diversas organizações sociais para debater uma ampla pauta de reivindicações reunidas sob o título *Privatizar faz mal à Bahia*.

Sindicatos e movimentos sociais urbanos e rurais, na busca de diálogo com o Governo, apresentarão um conjunto de pautas que precisam de atenção especial por parte do Governo estadual, para que, na Bahia, a onda de privatizações de setores estratégicos, que assim retrocedem na garantia de direitos sociais e na garantia do trabalho e emprego, não ganhe corpo.

Assinam conjuntamente o documento a Central Única dos Trabalhadores - CUT, a Consulta Popular - CP, o Levante Popular da Juventude - LPJ, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, o Movimento dos Sem Teto de Salvador - MSTs, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o Sindicato dos Petroleiros da Bahia - SINDIPETRO, o Sindicato dos Engenheiros da Bahia - SENGE-BA, o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia - SINDAE, o Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social no Estado da Bahia - SINDIPREV e o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado da Bahia - SASB.

De acordo com a carta formulada, as organizações sociais querem o compromisso e o fortalecimento das lutas contra a reforma da Previdência proposta pelo Governo Federal ilegítimo. Também buscam debater o posicionamento do Governador acerca do Conteúdo Nacional e do Sistema PETROBRAS. Os movimentos defendem um sistema público e estatal e se posicionam contra o fechamento dos campos terrestres e a privatização dos seus ativos no Estado da Bahia.



As organizações também se posicionam contra a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL de autorizar uma redução no repasse da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, também conhecida como "*royalties* das hidrelétricas", para os Estados e Municípios. Além disso, elas se colocam contrárias à retirada da Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia - CERB e da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - EMBASA do Programa de Parceria de Investimentos - PPI. Também são contra à ampliação das chamadas "organizações sociais" na administração de hospitais e policlínicas. De forma mais geral, as organizações sociais solicitam a implementação do Programa Camponês para Produção de Alimento Saudável, que prevê investimentos na agricultura camponesa beneficiando os agricultores, que produzem alimentos no campo, e os trabalhadores da cidade, que irão consumir comida saudável, gradativamente sem agrotóxicos. Ela se colocam contra a venda de terras brasileiras a estrangeiros, projeto que afeta diretamente nossa soberania nacional. Querem ainda o fortalecimento do processo de regularização fundiária e a desapropriação de terras públicas do Estado em favor de camponeses e povos tradicionais e de interesse social nas áreas urbanas, além de políticas estaduais que garantam o fim do extermínio da juventude negra e da repressão aos movimentos sociais.

É uma pauta ampla, mas muito importante para o avanço de uma agenda progressista no Estado da Bahia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 8 de março, cinco trabalhadores rurais foram presos na delegacia de Baianópolis, Extremo Oeste Baiano, por estarem produzindo alimentos em uma área considerada devoluta, ou seja, terra pública que deve ser devolvida ao Estado. A área, localizada na comunidade tradicional de fundo de pasto Porteira da Cruz, em Serra Dourada, foi apropriada pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Wilson Almeida Benevides e sua esposa, Luciene Benevides, que inclusive é a advogada apontada na ação que requer a propriedade da área. Os trabalhadores tiveram a prisão preventiva decretada pelo Juiz Lázaro de Souza Sobrinho, titular da Comarca de Baianópolis. Sérgio Pereira de Jesus (50), Antônio de Jesus, José Pereira de Jesus (66), João José da Silva (64) e Geneildo dos Santos Silva (28) foram apontados de modo irresponsável por prepostos de grileiros de terras da região como "líderes" de uma ação que resultou no desarmamento de pistoleiros que faziam a "segurança" de indivíduos que iniciavam a perfuração de um poço artesiano em área de conflito fundiário. Segundo relatos de advogados, a ação da Polícia Militar se deu de forma truculenta e arbitrária, pois, além de ela chegar ao povoado da comunidade horas depois e escolher aleatoriamente quem iria ser



preso, sem indícios mínimos que indicassem a participação das pessoas detidas, houve espancamento e tortura dos trabalhadores antes da detenção. O Delegado de Polícia Antístenes Benvindo Rosal, do Município de Baianópolis, contra todas as evidências, entendeu que houve situação de flagrante dos crimes de roubo, porte de armas, esbulho possessório, dano qualificado e associação criminosa.

É preciso destacar que a Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário da Bahia já possui apontamentos que indicam a devolutividade da terra. Os posseiros usam a terra para a criação de gado ovino e caprino de forma extensiva, sem cerca, e para a produção de mandioca e foram presos por isso. Na defesa dos trabalhadores, a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia e a Comissão Pastoral da Terra, além do Coletivo de Fundo e Fecho de Pasto do Oeste da Bahia, denunciam esse absurdo e pedem à Justiça a liberdade dos detidos.

A comunidade Porteira da Cruz é composta por 90 famílias, mas a área ainda abriga outras famílias da região. Elas exigem do Governo da Bahia celeridade na ação discriminatória das terras devolutas, o que é um problema em toda a região oeste da Bahia.

O caso em questão foi judicializado em 2016, após os pretensos proprietários ingressarem com uma ação de interdito proibitório contra alguns dos membros da comunidade. Inicialmente encaminhado para a comarca de Baianópolis, o caso foi remetido para a Vara Regional de Conflito Agrário e Meio Ambiente de Barreiras e ainda aguarda a decisão da Magistrada Marlize Freire de Alvarenga a respeito do pedido de decisão liminar requerida pelos autores. O desembargador mineiro, apesar do seu nome não constar em nenhum documento da ação, compareceu à audiência de justificação prévia promovida em 9 de agosto de 2016 pelo mesmo Juiz Lázaro de Souza Sobrinho e agiu como se fosse autor da ação. O Juiz Lázaro, inclusive, proferiu promessas de prisões dos agricultores e ao advogado que os representa no processo.

É preciso também destacar que a falta da discriminação entre áreas públicas e privadas na região ocasiona conflitos constantes, sendo comum os casos de apropriação indevida e grilagem em áreas tradicionais, ou mesmo em áreas que deveriam estar voltadas para a reforma agrária.

Nos próximos dias, a CDA deverá visitar a região para verificar quais as ações que deverão ser realizadas para a resolução do caso. Ao mesmo tempo, já solicitei à Comissão de Direitos Humanos da Casa atuação no caso dos trabalhadores presos, o que sem dúvida é uma injustiça a ser sanada o mais rápido possível.

Documento 32/141

031.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/03/2017- 16:28
Publ.: DCD - 16/03/2017 - 114	HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Críticas à proposta do Governo Federal de reforma previdenciária. Importância de realização de reforma política para criação de mecanismo impeditivo de financiamento eleitoral privado. Repúdio a suposta articulação política para aprovação de anistia à prática de caixa dois em campanhas eleitorais. Relevância da Justiça do Trabalho.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Perfeito, Presidente.

Senhoras e senhores, Deputadas, Deputados, eu subo a esta tribuna para, em nome da Oposição, abordar dois temas. Primeiro, mais uma vez falo da questão que está no centro do debate político no Brasil hoje, que é a tentativa de um Governo ilegítimo, que não tem votos para governar o País, de quebrar um pacto previdenciário construído no nosso País ao longo de décadas e propor uma antirreforma da Previdência.

É uma antirreforma porque ela faz o oposto do que deveria fazer uma reforma da Previdência. Ela quer desestruturar, Deputado Glauber Braga, a previdência pública do País. Ela quer, na verdade, deslocar a dependência que todos temos de uma previdência para o futuro e entregar isso ao mercado de previdência privada.

Essa proposta, Deputado Vicentinho, tem exatamente a marca do Governo ilegítimo de Temer. Temer chegou à Presidência sem votos e vai sair da Presidência sem votos. Aliás, a matéria-prima de Temer, o esquema de Temer para se sustentar no Governo é exatamente o da venda para setores da elite econômica brasileira da ideia de que ele fará reformas impopulares que nenhum Presidente eleito poderia fazer. Mas a reforma da Previdência não será aprovada neste plenário, porque os Deputados que aqui estão precisam de votos para se eleger, os Deputados que aqui estão concorrerão de novo na próxima eleição. E como eles vão explicar para um agricultor familiar do interior do Rio Grande do Sul ou de qualquer Estado do Nordeste que a aposentadoria de um salário mínimo recebida pelas mulheres agricultoras com 55 anos e pelos homens agricultores com 60 anos é a causa das dificuldades financeiras do País? Não vão conseguir explicar



isso.

Como vão explicar a um trabalhador que começou a trabalhar aos 16 anos de idade, contribuiu para a Previdência por mais de 25 anos e está se preparando para se aposentar com uma aposentadoria de três salários mínimos, talvez 3 mil reais, que ele vai se aposentar não com 3 mil reais, mas com 1.500, 1.600 reais? Todas as aposentadorias do Brasil serão reduzidas em seu valor se essa proposta injusta, cruel de alteração da Previdência for aprovada.

Aliás, Deputado André Figueiredo, essa proposta jamais foi discutida com o Brasil. Essa proposta é muito mais um golpe previdenciário que um Governo que se constituiu através de um golpe parlamentar tenta apresentar, é uma proposta que jamais seria aprovada, no voto, pelos brasileiros.

Quero reconhecer que um dos precursores deste debate aqui foi o Deputado Silvio Costa. Nós não podemos entrar na política de emendas. A política de emendas pode ser usada em alguns setores para ludibriar a população. Um Parlamentar eventualmente dirá: *"Não, eu vou votar a favor da reforma, mas tenho o compromisso de votar a emenda que retira o agricultor familiar"*. Ou dirá: *"Não, eu vou votar a favor da reforma da Previdência, essa antirreforma, mas eu tenho compromisso de votar a emenda que retira a redução dos valores"*. Não! Nós precisamos de votos, e eu peço os votos deste Plenário, o anúncio público e imediato das opiniões dos Deputados. Digo desta tribuna que eu, Henrique Fontana, votarei contra essa antirreforma. Depois que ela for derrotada, Deputado Miro Teixeira, nós poderemos sim estabelecer um diálogo no Brasil, com um Governo legítimo, eleito pelo voto direto dos brasileiros para pactuar um sistema previdenciário que nos pareça justo.

Sejamos francos. Eu quero sempre respeitar o devido processo legal e aqui sempre homenagear o meu colega Deputado Wadih Damous. Ninguém está previamente condenado ou absolvido de todos esses inquéritos que estão em curso. Agora, não queiram me convencer de que este Congresso, de que este Parlamento está vivendo o auge da credibilidade perante a sociedade brasileira, para romper, Deputado Daciolo, o pacto previdenciário construído em décadas pelo nosso País.

Querem alterar alguma coisa? Vamos alterar algo contra o andar de cima. Vamos alterar algo que cobre a conta dos mais ricos. Vamos votar aqui o imposto sobre grandes fortunas, Deputado Chico d'Angelo. Vamos votar aqui o imposto sobre a transmissão de grandes heranças. Mas não vamos roubar a aposentadoria de agricultores e trabalhadores que estão se preparando para se aposentar com um, dois ou três salários mínimos. Isso é uma insensatez!

Antes que acabe o meu tempo, que, segundo informou o Presidente, será preciso, necessitamos dizer ao Senador Aécio Neves que, para salvar a política brasileira, é preciso votar com urgência uma reforma

política profunda, efetiva, que garanta que empresas jamais voltarão a financiar eleições!

Quem assiste a todas essas investigações, depoimentos ainda tem alguma dúvida de que empresa financiando democracia é um péssimo negócio para a ampla maioria dos brasileiros e um excelente negócio para poucas empresas que compram privilégios ao controlar o poder político através da sua capacidade de financiar eleições? Nós temos que ter eleições baratas.

Quero dizer ao Senador Aécio Neves que, para salvar a política brasileira, tudo o que não deve ocorrer é tentativa de articulação, na calada da noite, para anistia ao caixa dois. Essa anistia ao caixa dois é o Projeto Jucá, para estancar a sangria, é o projeto que embalou parte do golpe parlamentar. Havia duas intenções com o golpe: bloquear as investigações, para que os políticos tradicionais se salvassem, pois a investigação estava chegando até eles, e fraudar o programa que foi vitorioso nas eleições.

Sr. Presidente, estabelecer privatizações sem debater o assunto com o povo brasileiro, aplicar essa antirreforma é uma crueldade!

Pensem, Srs. Deputados, inclusive aqueles dos partidos da base do Governo! Não entreguem a sua história para votar uma reforma que é uma antirreforma que ataca os trabalhadores.

Quero dizer o seguinte ao Presidente Rodrigo Maia: não proponha o fim da Justiça do Trabalho! O Brasil precisa da Justiça trabalhista. As relações são desiguais. O trabalhador ainda é a parte hipossuficiente dessa relação. Não se pode propor o fim da Justiça do Trabalho.

Nada de anistia! Tudo pela reforma política! Vamos derrotar a reforma da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 33/141

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/03/2017-09:58
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 26	AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Associação ao discurso do Deputado Onyx Lorenzoni sobre a Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. Contrariedade à proposta de realização de processo eleitoral mediante voto em lista fechada, e ao voto distrital. Defesa do voto

proporcional personalizado.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Colegas Parlamentares, eu concordo em gênero, número e grau com as palavras do Deputado Onyx Lorenzoni.

A propósito, eu queria falar sobre a tentativa de uma reforma que propõe se adotar no processo eleitoral o voto em lista fechada, que, aliás, já foi rejeitada em 2015.

O voto em lista fechada contraria a cultura do brasileiro. O eleitor gosta de saber em quem está votando. O voto proporcional personalizado é uma tradição no País. Hoje a Internet e as redes sociais acabam reforçando essa situação quando mitigam a importância das relações espaço-temporais e favorecem as relações dos grupos dentro das redes, onde se juntam por categorias profissionais, por convicções próprias. Então, o voto proporcional personalizado se fortalece neste momento pela tecnologia. É um retrocesso queremos modificá-lo. É retrógrado.

Outra questão de que se fala também é o voto distrital. Ora, onde é adotado, ele é acompanhado de um orçamento impositivo, de execução obrigatória, que não é o caso do Brasil, onde o orçamento público é autorizativo. Por conseguinte, ainda reforçado pela mesma questão técnica de que as relações espaço-temporais perdem o significado, o fato de se utilizar um orçamento autorizativo seria contrário ao uso do voto distrital, que tradicionalmente alguns países utilizam porque há essa imposição orçamentária de execução obrigatória.

Era o que eu queria registrar, nobre Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Documento 34/141

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/03/2017- 10:36
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 33		MAJOR OLIMPIO-SD -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Indignação com revelação de envolvimento de políticos em esquema de

recebimento de recursos ilícitos da empresa Odebrecht, no âmbito da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. Repúdio à proposta de reforma política com instituição de voto mediante lista fechada.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados, brasileiros que acompanham o trabalho desta Casa, pensávamos que já tínhamos visto e ouvido aqui todo o tipo de barbaridade, mas, a partir de apurações e da delação de quem pagou propina, neste momento vemos mais de cem políticos com foro privilegiado - muitos Deputados, Senadores e seis Ministros - na relação da Odebrecht.

E não adianta dizer: *"Olha, agora é só para investigar."* Quem está dizendo que pagou 3,4 bilhões de reais em 7 anos está falando como doido na cadeia?

Aí começa a haver o *salve-se quem puder*: *"Vamos mudar o sistema eleitoral. Vamos para a lista fechada, porque nós damos um 'dane-se' para o povo. Nós mesmos nos colocamos na relação"*.

Quem é dono de partido, quem tem poder de decisão - e lamentavelmente nós temos partidos, a grande maioria, com dono - vai vender, vai dizer que entrar em segundo na lista custa 5 milhões, 10 milhões, 20 milhões, 30 milhões; vai botar a mulher, os filhos e os netos, e que se dane o povo. Quem tem voto não vai ter mais voto, não.

Vamos trocar o Congresso Nacional! A população quer trocar este maldito Congresso Nacional, que hoje está apodrecido. É mensaleiro, é petroleiro, e o que for investigar mais!

Aí nós fazemos o seguinte: vai ser lista fechada. Isso é o que nós queremos e, mais, com dinheiro público financiando a campanha. Quem vai financiar essa farra? O dinheiro público. Já está boa a situação do País com tudo o que foi roubado, nós já temos um fundo partidário aqui de 800 milhões de reais por ano - 800 milhões de reais - e agora nós vamos expandir isso para 4 bilhões de reais ou 5 bilhões de reais.

Concluindo, Sr. Presidente, as pessoas têm que entender isto: não existe horário eleitoral gratuito. Isso é compensado, é pago. Isso é pago com dinheiro público, o seu dinheiro, cidadão brasileiro.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte: a população tem que se colocar frontalmente contra essa safadeza que está sendo arquitetada para salvar mandatos ou para renovar mandatos.

Quem tem condição compra ou se coloca à frente nas listas partidárias. É vergonhoso o que está se engendrando nesta Casa. É vergonhoso o que está acontecendo no País. Na lista da Odebrecht, está aí o Presidente da Câmara dos Deputados, está aí o Presidente do Senado Federal, estão aí seis Ministros. O Presidente não está porque não é para estar, mas S.Exa. está. O Sr. Padilha recebia na casa, no

escritório, em tudo quanto é lugar.
Para acabar com a safadeza, nós vamos fazer mais safadeza? Vamos dizer "não" à lista fechada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Documento 35/141

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/03/2017-10:40
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 34		JÚLIO DELGADO-PSB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta do Governo Federal de reforma previdenciária.
Preocupação com os efeitos da proposta de reforma política, como a instituição do voto mediante lista fechada.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Sem revisão do orador.) -
Deputado Manato, eu agradeço a V.Exa. este tempo. Eu não ia falar a respeito desse assunto hoje, mas o Deputado Major Olimpio nos provocou de uma forma muito clara.

Já está muito pacífico na Casa que, da forma que está, essa reforma da Previdência não passará de jeito nenhum. Mas, no bojo disso, do desgaste que a reforma da Previdência traz para a Casa, se começa a discutir entre os Poderes uma reforma política que vai atingir o cidadão também.

O cidadão está preocupado com a Previdência. É bom que se preocupe também com o espírito de corpo que passa a reinar aqui, ao quererem fazer lista fechada, aumentar fundo partidário, criar burocracia partidária, como se os partidos políticos estivessem muito bem com a opinião pública.

Querem passar para o partido a decisão sobre a lista de candidatos, tirando do eleitor essa prerrogativa. Querem também dar ao partido a possibilidade de receber repasses de 4 ou 6 bilhões, proposta sustentada pelo Senador Jucá, de um fundo constituído por dinheiro público, quando se discute a existência de déficit na Previdência Social. Vamos tomar cuidado com isso. Faço um alerta, porque este será um ano muito perigoso.

A reforma da Previdência não passará!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado.

Documento 36/141

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/03/2017- 10:52
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 57	CELSO PANSERA-PMDB -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de estabelecimento de sistema de votação com lista fechada. Intuito de apresentação de proposta de emenda à Constituição a respeito da realização de plebiscito em 2018 sobre a instituição do voto facultativo no País.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero agradecer a gentileza do Presidente Manato e a compreensão do Líder Chico Alencar.

Eu vim aqui, Sr. Presidente, para registrar o meu posicionamento contra mais essa tentativa de estabelecimento do sistema de votação com lista fechada, que já valeria para as eleições do ano que vem. Eu não concordo com esse sistema. Eu farei o debate aqui com os demais Parlamentares, mas nós temos que respeitar a tradição do eleitor brasileiro, que é a de votar nos nomes dos candidatos.

Se é para fortalecer os partidos - isso é correto -, nós temos é que estabelecer uma legislação que determine o fim das coligações. Dessa forma, sim, nós vamos tornar mais claras as opções político-partidárias dos candidatos e deixar o voto mais claro para o eleitor.

Sr. Presidente, eu quero registrar que apresentei à Comissão da Reforma Política uma PEC para que se debata a questão do voto facultativo, o fim do voto obrigatório no Brasil. Nós já fizemos a votação dessa proposta em 2015, que foi rechaçada, e eu não vejo uma mudança qualitativa a respeito da quantidade de votos e de Deputados favoráveis ao voto facultativo.

Eu acho importantíssimo que a democracia brasileira tenha esse aprimoramento, mais em sintonia com os discursos e com a vontade das pessoas atualmente, que é a de decidir aquilo que querem de fato fazer.

Estou apresentando uma PEC para que, nas eleições de 2018, nós tenhamos um plebiscito para que a população, sim, possa decidir se

quer o voto facultativo ou o voto obrigatório. Nós estamos recolhendo assinaturas. Na semana que vem, passarei aqui no plenário para recolher assinaturas, a fim de apresentar à nossa Comissão da Reforma Política mais essa alternativa, para que a população, os eleitores possam, em 2018, em plebiscito, decidir se querem continuar com o voto obrigatório ou mudar, aprimorar a democracia brasileira, no caso do voto facultativo.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Agradeço mais uma vez ao Líder Chico Alencar.

Documento 37/141

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/03/2017- 10:52
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 59	CHICO ALENCAR-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma política com instituição de sistema de voto mediante lista fechada de candidatos.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem e como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Carlos Manato, Deputados, Deputadas, servidores da Casa, todos que acompanham esta sessão, tenho a honra de falar pela Liderança do PSOL, com a aquiescência do nosso querido Líder, Deputado Glauber Braga, para dizer que, na visão do partido, o condomínio do poder está inquieto.

Condomínio do poder vai além daqueles que estão agora, de maneira absolutamente questionável e ilegítima, ocupando o Governo da República. Condomínio do poder é a chamada casta política, cúpula, que, na verdade, tendo inclusive integrantes de situação e de oposição, hegemonomizam a condução política do País.

Por que há essa profunda inquietação? Porque o seu *modus operandi*, a sua maneira de fazer política, há muitas décadas, há muito tempo na má tradição oligárquica brasileira, está agora evidenciada na sua podridão.

E o que se vê de movimentações? O Senador Aécio Neves diz: "*Precisamos salvar a política*". Ninguém é contra a política, essa belíssima invenção do engenho humano, desde os gregos antigos, para tentar administrar, numa sociedade desigual, algum elemento de



bem comum. Mas, por trás dessa frase sobre salvar a política, pode estar a intenção de salvar a politicagem, os políticos dominantes no atual momento ou, ainda pior, uma forma degenerada de fazer política. O que se vê agora é a ressurreição, numa reunião estranha. Estava lá o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Gilmar Mendes, e o Presidente da República, que está questionado, no próprio Tribunal Superior Eleitoral, quanto ao seu mandato na chapa que compôs com Dilma. Portanto, o mínimo de discrição, de sobriedade, de distância me parece que seria bem necessário. Estavam lá também os Presidentes da Câmara e do Senado.

Nessa expressão máxima da casta política hegemônica no País, eles começaram a discutir, pelo que lemos, a reforma política, a chamada lista partidária, vindo com uma ideia que pode até ter sentido, como em muitos países com partidos políticos consolidados e fortes, a exemplo da Europa e mesmo em alguns países da América Latina.

O PSOL aposta realmente nas estruturas partidárias, nos partidos programáticos, ideológicos, de conteúdo, e não nas personalidades, muito menos nos individualismos, que podem gerar inclusive os tais salvadores da Pátria. Mas uma boa ideia numa hora errada torna-se uma péssima ideia. E isso está muito claro.

Quando se fala de lista fechada, nós defendemos a lista flexível, pela qual S.Exa. o eleitor ou a eleitora escolhe quem vai constituir aquela bancada partidária. O eleitor, sim, pela generosa e muito elaborada proposta liderada pela OAB e pela CNBB, que está engavetada nesta Casa, vota em dois momentos.

Primeiro, o eleitor ou a eleitora escolhe a legenda, o conteúdo de ideias e propostas da sua preferência. Segundo, de acordo com as cadeiras que aquela legenda obteve na votação popular, também escolhe quem vai constitui-la, inclusive produzindo um equilíbrio entre homens e mulheres nessa representação. Essa era uma discussão que estava avançando aqui, mas foi engavetada, paralisada.

Agora, evidentemente, em função das agruras que as investigações da Lava-Jato colocam para a casta política brasileira, volta-se com essa ideia da lista fechada, que é a consagração do caciquismo, da possibilidade, sem mais tormentas, de reprodução de mandatos, o que garante imunidade, foro privilegiado e todas as blindagens que conhecemos tão bem.

Portanto, esse é um movimento de autoproteção, casuístico, que não indica a intenção séria de fazer uma reforma política para valer, com participação popular, com imersão naquilo que é melhor para democratizar o nosso sistema político, tão colonizado pelo poder econômico.

Isso ocorre numa situação em que nós vemos que políticas públicas, até para além de licitações, são fraudadas, são orientadas para favorecer determinados interesses de grandes corporações, além de, muitas vezes, mandatos também serem alugados a serviço específico



mesmo de posições que interessam à empreiteira A, ao banco B, à mineradora C ou ao frigorífico D. Trata-se da mercantilização da política. E uma reforma que não enfrente de vez esses problemas vai produzir mais do mesmo e não ter a adesão e a simpatia da população. Por isso, Sr. Presidente, entendo que nós devemos, sim, discutir uma reforma política, para valer, séria, profunda, que tenha este norte: tirar a colonização pelo poder econômico da atividade política no Brasil que está muito forte e evidenciada, investigar até o fim aquilo que a Operação Lava-Jato tem feito e repensar, partir do zero, inclusive dando a todas as forças políticas o direito de manifestar a sua visão, a sua opinião. Seria quase uma Constituinte que seria, aliás, o melhor caminho: uma reforma política exclusiva.

Para encerrar, quero dizer que daqui a pouco nós vamos constituir o Conselho de Ética desta Casa. Eu espero que os partidos indiquem os seus melhores quadros, que seus membros tenham um espírito público elevado.

Ética no Conselho de Ética não seria mau!

Documento 38/141

034.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/03/2017- 10:52
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 61		MAIA FILHO-PP -PI
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de alterações nas regras eleitorais. Apoio à proposta de reforma política com instituição de sistema de voto mediante lista fechada de candidatos.

O SR. MAIA FILHO (Bloco/PP-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, ouvintes da *Rádio Câmara*, eu estava aqui ouvindo o discurso do nosso colega Deputado Chico Alencar, que se referia a uma nova proposta de reforma política, principalmente à criação da lista fechada. Esse assunto é bastante polêmico, há sobre ele vários pontos de vista, mas acredito que exista um consenso sobre a necessidade de se mudar as regras eleitorais para que aconteça uma reforma política verdadeira, porque as que tramitaram nesta Casa, na verdade, no conteúdo não aconteceram.
Na primeira houve a proibição de brindes e showmícios; na segunda,

mudaram-se os prazos. Mas, na essência, não houve grande mudança das regras eleitorais. Quando se fala em corrupção, muitas vezes se remete ao período da eleição, porque realmente a atual forma de se fazer campanha, de se fazer eleição está errada.

Vou me adentrar ao ponto abordado pelo Deputado Chico Alencar, até discordando do pensamento dele, para que possamos pensar melhor, até porque hoje nós já votamos numa lista, só que é uma lista aberta, o eleitor não sabe exatamente para quem vai o seu voto.

Os Deputados Celso Russomanno e Tiririca são fenômenos eleitorais em São Paulo. Eles têm muitos votos e acabam elegendo a si e a outros que o eleitor não tem conhecimento porque fazem parte de uma coligação. Muitas vezes, as coligações no Brasil não são ideológicas, mas são formadas de forma a eleger mais candidatos.

O próprio Deputado Chico Alencar é um grande puxador de votos lá no Rio de Janeiro. Na lista fechada - é preciso que os eleitores entendam isso - o eleitor já vota sabendo quem ele vai eleger. Ele está vendo na lista o Deputado A, o Deputado B, o Deputado C. Acho muito difícil um partido colocar algum candidato que não tenha uma conduta correta numa lista de partido.

Isso, sim, vai fortalecer os partidos, porque o eleitor vai votar, a partir de sua ideologia, naqueles candidatos. Eu sou favorável, sim, a essa mudança, como a outras que devam acontecer. Por exemplo, proibiu-se o patrocínio de empresas privadas nas eleições, mas sabemos que em toda a eleição há um custo e, se houver apoio de empresa privada, tira-se a isenção das eleições.

Também podemos criar um fundo - sou a favor disso - de forma legítima para que as campanhas sejam honestas e feitas de maneira adequada.

Sr. Presidente, eram essas as minhas considerações. Queremos dar celeridade à reforma política e aprofundar as discussões que ocorrerão este ano no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 39/141

035.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	16/03/2017-14:30
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 83		ADÉRMIS MARINI-PSDB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO



Sumário

Apoio à proposta do Deputado Estadual Roberto Engler, de São Paulo, de instalação de aglomerado urbano na região de Franca. Necessidade de realização da reforma política. Defesa de adoção do voto distrital misto. Tramitação na Casa de projeto de resolução de autoria do orador sobre a criação da Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública. Conveniência de debate acerca do fim do foro privilegiado.

O SR. ADÉRMIS MARINI (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, Srs. Deputados e Deputadas Federais, povo brasileiro, venho hoje à tribuna da Câmara dos Deputados para falar da minha cidade, Franca, e região.

O Deputado Estadual Roberto Engler, meu colega, com sete mandatos ininterruptos, é um valoroso defensor da nossa região e ali vem fazendo um belo trabalho. S.Exa. está propondo a instalação de um aglomerado urbano na região de Franca, juntamente com o Grupo Político e Econômico Suprapartidário de Franca - G6, que visa à participação da sociedade nos atos políticos locais, assim como o nosso fortalecimento. O G6 é formado pelas seguintes entidades: Associação do Comércio e Indústria de Franca - ACIF, Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas - COCAPEC, Sindicato da Indústria de Calçados de Franca - SINDIFRANCA, 13ª Subseção da OAB, UNIMED e Maçonaria de Franca e Região.

O grupo tem-se reunido com o objetivo de articular os Municípios para o fortalecimento da região e o aumento do poder de negociação junto aos Governos Estadual e Federal.

Nós carecemos muito de representatividade aqui na Câmara dos Deputados. Eu sou o terceiro francano de nascimento a assumir um mandato de Deputado Federal. Nós tivemos outros, mas, de nascimento, eu sou o terceiro. E nós carecemos de representatividade, principalmente no Governo Federal.

O objetivo do aglomerado urbano é o fortalecimento de ações em defesa da educação, da saúde e de políticas interligadas. Portanto, na próxima segunda-feira, às 10 horas, representantes da região de Franca estarão reunidos para discutir esse assunto tão importante.

Parabéns, Deputado Estadual Roberto Engler, meu parceiro e companheiro, por essa iniciativa. E parabéns ao G6 por acreditar que, unidos, poderemos fazer muito pela região de Franca.

Sr. Presidente, quero aproveitar o tempo que me resta para falar sobre o momento político que estamos vivendo. Ontem, ouvimos nesta Casa, de muitos colegas, que era o dia da ressaca pós-lista da Lava-Jato. Isso mostra, cada vez mais, a necessidade de uma ampla reforma política, visando mais transparência e maior controle da sociedade sobre os atos da classe política. Essa é a nossa defesa.

Estou nesta Casa há apenas 3 meses. Eu vim da Câmara de Vereadores da minha cidade de Franca, no interior de São Paulo, e lá eu lutei muito por fazer um mandato participativo e transparente. Por isso, apresentei ontem um projeto de resolução que visa à instalação nesta Casa da Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública, que vai ajudar não só a dar transparência aos atos políticos, mas a combater a corrupção, fazendo com que esta Câmara dos Deputados seja mais participativa e representativa, de acordo com os anseios da sociedade. Isso é o que faremos durante o nosso mandato.

Alguns Deputados desta Casa estão num momento muito difícil, mas não podemos deixar de falar aqui sobre a necessidade de uma reforma política. Como eu venho de uma região paulista, defendo o voto distrital misto, para que se crie o vínculo do Deputado com a sua região. E nós não podemos deixar de falar sobre outro assunto: o fim do foro privilegiado. Por quê? Para que a população realmente se sinta representada. É o que sentimos hoje nas ruas, mas, infelizmente, isso não está acontecendo.

Essa mudança depende de nós, pois devemos aproveitar a oportunidade. Dizem que é na crise que se geram as oportunidades. E está aí a grande oportunidade de ajudarmos a passar o País a limpo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Adérmis Marini.

Documento 40/141

035.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	16/03/2017- 14:48
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 86	CELSO MALDANER-PMDB -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aumento da produção de alimentos orgânicos no Estado de Santa Catarina. Lançamento, pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, de questionário online com vistas à orientação de políticas públicas para o setor. Emprego de recursos do Programa Santa Catarina Rural para fiscalização de produtos disponibilizados ao consumidor como orgânicos. Importância da eliminação de privilégios e da garantia dos interesses do professor, do segurado

especial e do agricultor familiar na reforma da Previdência.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas parlamentares, inicialmente ocupo a tribuna o lhes informar que a produção de alimentos orgânicos está ganhando cada vez mais espaço em Santa Catarina. Os produtores estão atentos à demanda por alimentos mais saudáveis, e os consumidores são cada vez mais exigentes.

Procurando conhecer melhor esse mercado e as demandas dos produtores e consumidores, a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca lançou um questionário, disponível *online*, que irá orientar as políticas públicas voltadas para este setor tão importante.

As perguntas podem ser respondidas pela sociedade em geral e também pelas pessoas envolvidas diretamente na produção de orgânicos. Com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o que pensam produtores, técnicos, público consumidor e outros agentes envolvidos com a produção orgânica de alimentos, as informações serão úteis para propor ou elaborar políticas públicas sintonizadas com a realidade do segmento, além de orientar os trabalhos de análise de resíduos, identificando os pontos fortes e fracos na produção de orgânicos em Santa Catarina.

Com os recursos do Programa Santa Catarina Rural, serão feitas, em 90 Municípios, na produção e no comércio, coletas de amostras de alface, repolho, banana, batata, cebola, cenoura, maçã, morango, tomate, pimentão, arroz, feijão e brócolis que chegam ao consumidor sob o rótulo de orgânicos.

O trabalho de acompanhar e fiscalizar produtores, pontos de venda e empresas certificadoras de vegetais orgânicos acontece desde 2012 e, em média, 95% das amostras inspecionadas estão em conformidade com a legislação. O Programa de Monitoramento da Produção Orgânica é considerado destaque nacional por sua amplitude: ao todo são monitorados aproximadamente mil produtores de vegetais orgânicos, distribuídos em todas as regiões do Estado. De 2012 a 2017, foram examinadas cerca de 1.700 amostras, metade delas coletadas no produtor e outra metade, em pontos de venda. Trata-se de uma ação muito importante, que irá identificar os pontos fortes e fracos na produção de orgânicos em Santa Catarina.

Por meio deste pronunciamento, Sr. Presidente, divulgo mais essa boa notícia do Estado de Santa Catarina.

Sr. Presidente, aproveito os minutos que me restam para dizer que os assuntos que estão em pauta hoje são a reforma da Previdência e a reforma trabalhista. É claro que a mais polêmica é a reforma da Previdência. Todos os dias, nós respondemos a muitas perguntas por meio do WhatsApp, e o apelo geral da população é para votarmos contra a proposta.

Quero destacar aqui a minha posição pessoal. Eu gostaria que, primeiro, nós fizéssemos aqui a reforma da Previdência dos privilegiados. Para nós que temos os números, ficou bem claro que a conta não fecha. Segundo o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que já esteve com a nossa e com outras bancadas, expondo e comprovando, temos um rombo de 150 bilhões de reais. E a tendência é piorar, porque menos gente entra no mercado de trabalho e há mais pessoas idosas. A conta não fecha e, cada vez mais, não vai fechar no futuro.

Então, eu defenderia, primeiro, que fizéssemos uma reforma que atingisse os privilegiados, aqueles que ganham altos salários, que teriam que dar a sua contribuição - porque 88% da população recebem até 3 salários mínimos. Quer dizer, a minoria da população, 1 milhão e poucos privilegiados, representam mais do que 30 e poucos milhões, que são a maioria do povo brasileiro.

Nesse sentido, temos que ter muita sensibilidade e usar de muita empatia na hora de dar o nosso voto. Nós temos que olhar principalmente para o professor em sala de aula, para o segurado especial, para o agricultor familiar, que trabalha no meio rural. É muito pesado passar a idade mínima para a aposentadoria para 65 anos - hoje são 55 anos para a mulher e 60 para o homem.

Tenham certeza de que nós vamos encontrar soluções para não cometermos injustiça com a reforma da Previdência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Documento 41/141

035.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	16/03/2017-14:54
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 87		FLAVINHO-PSB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Contrariedade à instituição de sistema de voto em lista fechada de candidatos no bojo da reforma política. Repúdio a tentativa dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Superior Tribunal Eleitoral de proteção de agentes políticos por meio da proposta de reforma política.



O SR. FLAVINHO (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar esses minutos que me são concedidos nessa tribuna para fazer uma reflexão com o nosso povo e com aqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação desta Casa, os nobres Parlamentares que ainda estão aqui nesta quinta-feira. Nós estamos vendo ser divulgada nas redes sociais, nas agências de comunicação, na mídia em geral, a chamada "segunda lista" do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. Há algum tempo, tivemos a primeira lista, que foi também amplamente divulgada, com vários nomes, agora somada a essa nova lista, com outros nomes vindo à tona. E assim que o Ministro Relator, Edson Fachin, decidir levantar o sigilo dessas delações, os outros nomes virão à tona.

Mas o que eu quero enfatizar nessa reflexão, neste momento, é o seguinte: nós vemos um grande alvoroço no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e no Poder Executivo. E, em meados 2015 e 2016, nós tivemos nesta Casa uma deformação política - eu a chamei mais de deforma política do que de reforma política, porque mais atrapalhou o processo do que ajudou -, exatamente no momento em que também políticos citados, partidos citados queriam se blindar. Em decorrência disso, aventou-se a possibilidade de se anistiar o caixa dois. Vieram as 10 medidas Contra a Corrupção, que tiveram uma imensa adesão popular, com 2 milhões de assinaturas. Essas assinaturas foram entregues aqui, mas esse projeto foi deformado. Ele foi votado e, agora, por ordem do STF - Supremo Tribunal Federal, retorna à Casa. Enfim, há todo esse imbróglio a respeito desse projeto que visa combater a corrupção.

Chegamos então ao momento atual, em que estamos com esta segunda lista, com vários nomes de Governadores, Deputados e Senadores, já personalidades sem foro privilegiado, como ex-Presidente e ex-Presidenta. E esta Casa volta a se preocupar com isso e quer blindar bandidos, porque aqueles que destroem o nosso País, que roubam dinheiro público, que desviam dinheiro da saúde, da educação, da assistência social são bandidos, são bandidos e assassinos, porque a corrupção mata. Os bilhões que foram desviados da PETROBRAS, os milhões e bilhões que são desviados de caixas municipais e estaduais deveriam estar salvando vidas de pessoas em hospitais, colocando crianças em escolas, garantindo creches. Com certeza, o País não estaria nessa recessão.

É importante fazer a diferenciação do que está acontecendo neste momento. Tudo o que está sendo agora mostrado pela mídia nessa segunda lista não tira em nada a força do que aconteceu no petrolão. Foram bilhões e bilhões desviados, passando pelo Rio de Janeiro. Isso quebrou o Estado, e o ex-Governador foi preso. Ele comprava joias e mais joias enquanto seu Estado estava falindo, quebrando. Os aposentados ficaram sem dinheiro para receber e a saúde foi

destruída.

Nós não podemos permitir que venha novamente essa proposta de uma deformação política, a "deforma política", proposta feita, inclusive, pelos Presidentes desta Casa e do Senado Federal, pelo Presidente Michel Temer, pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, propondo agora lista fechada para blindar mais bandidos, para que eles continuem como caciques destruindo o nosso País. Uma vez que essa matéria vem para esta Casa, nós temos que ter a honradez, como Parlamentares, de ir contra ela. Agora, não adianta ir contra também para proteger o seu, que é outro grande problema, porque dizem que a lista passa de 200 nomes de políticos. Não adianta agora querer dizer que vai fazer isso pelo bem do Brasil. É mentira. Tem que ter a cara rosada e dizer: *"Nós vamos, pelo menos agora, tentar fazer alguma coisa pelo nosso País, que está quebrado"*. Eu me envergonho, como Parlamentar, em ver ações como essas ainda acontecendo dentro desta Casa, sem Comissões Permanentes funcionando, a Casa parada como um puxadinho do Executivo, como já estive em outro momento, e nós, Parlamentares, querendo trabalhar para que o nosso País saia da recessão e avance. Infelizmente, há esse marasmo nesta Casa. E ela ainda está querendo blindar bandido que deveria estar na cadeia. Eu e toda a população esperamos que os bandidos sejam presos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado.

Documento 42/141

035.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	16/03/2017-15:15
Publ.: DCD - 17/03/2017 - 90		JOSUÉ BENGTON-PTB -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Agradecimentos ao Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, pela recepção de Prefeitos da região de abrangência do Consórcio Construtor Belo Monte, e ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Osmar Serraglio, pela recepção de comitiva de São Felix do Xingu para debate da ampliação da Reserva Indígena Apyterewa. Críticas à proposta de reforma política. Regozijo pelo aumento da população evangélica no País. Exaltação do trabalho social da



Igreja do Quadrangular Evangelho no Brasil, em especial da Pastoral da Criança e da Pastoral Carcerária. Importância do investimento em educação e valores da família para o combate à violência e a garantia de futuro das crianças brasileiras. Repúdio ao aborto.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Nação brasileira que nos acompanha pela *Rádio Câmara*, pela *TV Câmara* e pela Internet, ouvintes da *FM Liberdade*, de Belém do Pará, que transmite este nosso pronunciamento, e da nossa rádio comunitária de Santa Izabel do Pará, antes de entrar no tópico principal, quero fazer dois agradecimentos. Primeiro, gostaria de agradecer ao grande Ministro da Integração Nacional, o Helder Barbalho - pessoa dinâmica, que faz um trabalho ímpar naquele Ministério -, por ter recebido o grupo do Consórcio Construtor Belo Monte na terça-feira. Estive junto com os Prefeitos da região do Consórcio Belo Monte, lá no entorno de Altamira. Agradeço ao Ministro por tudo o que tem feito pelo nosso Pará. Segundo, gostaria de agradecer ao Ministro Osmar Serraglio, que nos recebeu ontem, junto com a comitiva de São Félix do Xingu, para debater os problemas que lá estão acontecendo com relação à ampliação da Reserva Apyterewa. Agradecemos ao Ministro pela atenção. Quero ainda fazer um comentário rápido. Em breve, vai entrar nesta Casa novamente a reforma política, matéria que não tem nada de reforma política, que é, mais uma vez, um remendo eleitoral. Então, não se trata de reforma, pois não vamos discutir tanta coisa. É mais um remendo eleitoral. Estava lendo hoje, no jornal *Folha de S. Paulo*, algo muito sério, para o qual é bom o povo brasileiro estar atento: para se esconderem da lista do Procurador-Geral da República, o Sr. Rodrigo Janot, há pessoas que já estão querendo criar de novo a chamada lista fechada, por meio da qual o eleitor não sabe em quem está votando. Os artífices desse grande projeto colocam seus nomes em primeiro lugar lá na lista, com uma porção de nomes que lá estão só para somar votos - pois não vão se eleger -, e acabam, sem receber nem sequer um voto nominal, voltando para esta Casa. Já derrotamos aqui neste plenário, inúmeras vezes, essa lista dos coronéis políticos, porque ela serve para que eles mantenham sua hierarquia e continuem no poder. Aí gente nova não tem mais chance na política brasileira. Faço apenas esse comentário. Vamos ter muito o que debater sobre isso. Mas quero agora falar de coisa boa. E falar de coisa boa é falar daquilo que dá certo no Brasil: o trabalho das igrejas, o trabalho das comunidades, o trabalho daqueles que pregam a verdade e a fé, que transmitem a esperança para um povo que parece já não mais tê-la.



Sr. Presidente, estou no Estado do Pará há pouco mais de 43 anos. Fui para lá saído da nossa Bahia querida, onde morei por alguns anos. Sou fundador da Igreja do Evangelho Quadrangular dos Estados da Bahia, do Piauí, do Maranhão, do Amazonas, do Amapá e do Pará. No Pará, estamos há mais de 40 anos, quando formamos a nossa primeira comunidade, num salão alugado. Há algo que, quando digo na igreja, até as pessoas que lá estão parecem não acreditar: quando começamos nossa primeira congregação em Belém do Pará, nas primeiras 2 semanas, não tínhamos um banco ou uma cadeira para as pessoas se sentarem durante o culto.

Lá se vão 43 anos. Hoje a Igreja do Evangelho Quadrangular no Pará é uma força. Temos quase 3.200 igrejas naquele Estado. Na cidade de Ananindeua, há 350 congregações; em Belém, há mais de 600 congregações. Portanto, passamos de 3.100 igrejas em todo o Estado do Pará, nesses 43 anos de evangelização e de pregação.

Quero aqui, além de prestar uma homenagem a todos os que fazem parte desta comunidade, abraçar o nosso Pastor e Deputado Carmona; o Paulo Queiroz, grande líder da nossa Igreja; o Pastor Paulo Bengtson, Vereador em Belém; a Ray Tavares, em Ananindeua; o Pastor Rudivaldo; o Pastor Meryvan, em Cametá; o Luiz Tavares, em Barcarena; a Pastora Cleia, lá em Ponta de Pedras, em Marajó; o Idalmir, em Castanhal; o Ronisteu, em Marabá; a Pastora Kelly, em Parauapebas; e outros dezenas de milhares de pastores que pregam o Evangelho de Jesus.

Sr. Presidente, ouvintes da *Rádio Câmara* e da rádio *FM Liberdade*, de Belém do Pará, e telespectadores da *TV Câmara*, observem o ligeiro crescimento dos evangélicos do Brasil. Em 1890, nós não éramos 1% da população brasileira. Chegavam, então, ao Brasil os primeiros pregadores evangélicos, discriminados e perseguidos, mas que deixaram semente. Em 1940, com 50 anos de evangelho no Brasil, éramos 2,6% da população brasileira, ainda uma minoria - que já era tolerada, e não respeitada. Tolerava-se a presença dos evangélicos o Brasil.

Inclusive, para surpresa dos que nos ouvem hoje - pois é quase impossível acreditar -, em alguns Municípios do Brasil, quando falecia um evangélico, havia dificuldades em sepultá-lo, porque não queriam permitir seu sepultamento no cemitério oficial da cidade. Parece incrível, mas era assim a discriminação.

Em 1960, éramos 4% da nossa população brasileira; em 1970, 5,2%; em 1980, 6,6%; em 1991, 9%; em 2000, 15%. Agora já chegamos a mais de 25% da população brasileira, formando um exército de quase 50 milhões de evangélicos no Brasil.

Ocorre que, nos últimos 30 anos, o gráfico de crescimento dos evangélicos se acentuou. E quero falar dos últimos 10 anos da Igreja do Evangelho Quadrangular do Pará. Enquanto o crescimento dos evangélicos no Brasil foi de 44% nos anos de 2000 a 2010, a Igreja do



Evangelho Quadrangular no Estado do Pará cresceu 147%, passando de 89 mil membros para quase 240 mil membros. Hoje já somos mais de 320 mil membros no Pará e um pouco mais de 2 milhões, quiçá 2,5 milhões, de quadrangulares no Brasil.

Qual é o trabalho que a Igreja faz? Normalmente, quando se fala em igreja, em pregador do Evangelho, a pergunta é: *"Qual é o trabalho social feito pelos evangélicos no Brasil?"*

Quero, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dizer que a pregação da palavra de Deus em si já é a maior obra social que alguém pode realizar.

Tenho acompanhado de perto o que acontece quando se interna um dependente químico numa instituição do Governo. Ele passa lá 2, 3, 4 meses, em tratamento psicológico e médico, tomando medicamentos para tirar a intoxicação da droga. Tudo bem! Isso é bom. Mas o percentual daqueles que permanecem livres é muito pequeno. A maioria volta atrás.

Enquanto isso, a cada dia que passa, temos o testemunho de um exército de jovens que saem da dependência química, saem das drogas e chegam à Igreja, onde têm uma experiência pessoal com Deus. E, para surpresa de todos, sem tratamento, sem medicação, sem internação, eles saem das drogas pela graça do Espírito Santo, porque fé é para quem a tem.

Notem para o víamos acontecer no começo da Igreja, quando um Saulo de Tarso, perseguidor do Evangelho, matador de cristãos, ia à cidade de Damasco, para prender os cristãos que lá havia e trazê-los para Jerusalém, para possivelmente serem apedrejados. E aquele jovem teve uma experiência com Deus, na estrada de Damasco.

A partir daí, deixa de existir o cidadão chamado Saulo de Tarso e levanta-se o maior apóstolo da história da Igreja cristã, o apóstolo Paulo, escritor do maior número de cartas apostólicas da Bíblia, do Novo Testamento. Esse homem fez com que o Evangelho de Jesus saísse da Judeia, saísse de Israel, atravessasse as fronteiras e os oceanos, invadissem a Ásia, e fosse até Roma. Até ser morto na Via Ostia, o apóstolo Paulo pregava e ensinava a palavra de Deus.

Esse é o maior trabalho social. Mas a Igreja vai além. A Igreja tem aulas, tem cursos, tem escolas. A Igreja cuida da saúde. Quero falar de dois trabalhos, dentre os muitos, que a Igreja Quadrangular realiza hoje no Estado do Pará, com um sucesso extraordinário.

O primeiro trabalho é a Pastoral da Criança, em que estamos trabalhando forte. Entendo - o nosso trabalho de Pastoral Carcerária nos revelou isto - que os presos hoje aguardando julgamento têm entre 18 e 26 anos de idade, sendo que a maioria tem entre 18 e 20 anos de idade. Ou seja, há 10 anos, eles eram meninos. Então, quando vejo a criança na rua hoje, penso como eles serão daqui a 8 anos, a 10 anos.

Não existe governo neste País, por mais bem-intencionado que seja,



que resolva esse problema. Não adianta construir presídios. Os presídios que existem hoje não comportam a metade da população carcerária, sem contar o outro tanto de pessoas que estão com ordem de prisão. Do que adianta prender alguém? Vai colocá-lo onde? Vai deixá-lo amarrado dentro do carro da polícia? Vai deixá-lo dentro de contêiner? Isso vai resolver o problema? Isso vai é aumentar o ódio, a maldade, e transformar o réu primário, aquele que pela primeira vez foi preso, em professor do crime.

Então, se quisermos mudar a história do Brasil daqui a 10, 12, 15 ou 20 anos, temos que investir na criança hoje. Darcy Ribeiro já dizia que, em cada escola que pudesse ser aberta, cada sala de aula poderia representar uma cela a menos.

Antes do Darcy Ribeiro, Deputado Lincoln Portela, outro cidadão falou um negócio há milhares de anos: *"Ensina a criança - o menino ou a menina - no caminho em que deve andar, e, quando for grande, não se desviará dele"*. Quem disse isso? Salomão, aquele que é chamado de o maior sábio da história da humanidade.

Pois bem, se quisermos um Brasil melhor daqui a 10 anos, temos que investir na criança. Falei isso ao Presidente Temer numa reunião que tivemos. Sempre faço questão de dizer: *"Eu estou aqui como Deputado, representando um segmento social que cresce neste País, que presta serviços a este País, que é o movimento evangélico. Mas o que eu sou é pastor, estou como Deputado enquanto estiver"*.

Há 56 anos, prego o Evangelho de Jesus, começando lá pelo interior de São Paulo, onde nasci, indo para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia. E agora estou há 43 anos, no Pará.

Tenho acompanhado essa questão. Se quisermos melhorar a segurança pública e diminuir a violência no Brasil, não o faremos com cadeias ou delegados. Cada um pode fazer a sua parte. Mas ninguém muda o homem no seu interior, ninguém muda o ser humano em seu interior a não ser o poder do Evangelho de Jesus Cristo. O apóstolo Paulo dizia: *"Porque eu não me envergonho do Evangelho, porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que nele crê"*.

O segundo trabalho que os evangélicos fazem de maneira extraordinária é o trabalho nos presídios - e não tocamos trombetas por isso. O Senhor Jesus falou que aquilo que se fizer com a mão esquerda, a direita não precisa saber, ou vice-versa.

Vou falar do Pará, onde começamos, há mais ou menos uns 10 anos, o trabalho de evangelização numa cadeia. Vários que estavam lá, hoje egressos, se converteram. Vários pregadores do Evangelho e pastores que saíram de lá estão à frente de trabalhos da nossa Igreja.

Mas há outros, Sr. Presidente, que ainda estão na prisão, que ainda não cumpriram a pena e estão devendo mais 4 ou 5 anos. E cada vez que converso com eles, digo que estão cumprindo uma missão lá.

Sabem o que está acontecendo, povo brasileiro? Dentro da cadeia,



existe um trabalho pastoral, feito por vários presos que se converteram, que deixaram as drogas, que deixaram o alcoolismo, que mudaram de vida e estão aguardando sair de lá.

Qual é o outro problema grave que detectamos com esse trabalho da Pastoral Carcerária? Às vezes, abrimos o jornal na semana do Ano-Novo e vimos que várias pessoas que haviam sido colocadas em liberdade, para passar o Natal com os pais, os filhos, a esposa, são presas delinquindo antes mesmo da passagem de ano.

Nós nos perguntamos: *"Mas por que isso? Será que esse camarada gosta da cadeia?"* Cadeia não é lugar para ser humano, ainda mais as nossas do Brasil, que não têm nenhum princípio de higiene e que colocam quinze pessoas onde deveriam estar quatro. É impossível!

Mas eu descobri por que isso acontece. Se o preso pertence a alguma facção - o que é a maioria -, durante o tempo que ele está na cadeia, os que estão de fora ajudam a pagar o seu advogado, ajudam a dar cesta básica para sua família. E, quando ele é solto, ainda que seja por 1 ou 2 semanas, eles já o procuram para começar a pagar a conta.

Então, mesmo quando for liberto, o preso não vai estar livre, porque estará devendo para o tráfico, estará devendo para a quadrilha.

Meus amigos, o que temos feito? Quando alguém toma a atitude de mudar de vida, trabalhamos para que sua família seja cuidada aqui fora. E quando ele sai da cadeia, de imediato procuramos colocá-lo para trabalhar, arrumando-lhe um emprego.

Só na igreja que pastoreio em Belém, há uns 15 egressos que estão cumprindo o restante da pena em liberdade, trabalhando como funcionários da igreja.

Isso é uma gota no oceano. Mas, se cada cidadão brasileiro, se cada instituição fizer a sua parte, podemos melhorar, e muito, o nosso Brasil.

Mas quero, Sr. Presidente, voltar ao que falei antes. Só existe uma maneira de resolvermos em definitivo esse problema: com a educação, o ensino e a família. Toda e qualquer criança nasceu de um relacionamento. Agora, se não existe uma família, se não existe a fraternidade, se não existe o amor paterno, se não existe o cuidado, o pedófilo vai adotar essa criança. O traficante já está adotando muitos meninos de 8 a 12 anos, para ajudá-lo no seu trabalho. Com isso, estamos nesse círculo vicioso, do qual não vejo saída.

Portanto, é necessário que invistamos nas crianças de hoje. Ou as crianças de hoje serão os grandes advogados de amanhã, os Deputados de amanhã, os bons pais de família de amanhã, ou serão mais uns marginais que estarão criando problemas para a sociedade. Ouço, com muita alegria, o Deputado Evair Vieira de Melo.

O Sr. Evair Vieira de Melo - Deputado Josué Bengtson, estou aqui não só em nome dos capixabas, mas na qualidade de colega de V.Exa. no Parlamento, para dar o meu depoimento, acima de tudo, como um homem cristão que milita aqui nesta Casa. Quero dizer que tenho um compromisso muito grande com o nosso povo, que é o povo de Deus,



mas em especial com os nossos irmãos do Pará, Estado que acolheu muitos capixabas que foram às terras paraenses na procura de um espaço para construir sua dignidade. Então, registro o meu agradecimento ao povo do Pará por nos ter dado a oportunidade de tê-lo como colega aqui nesta Casa. Quero dar ao Brasil um depoimento da militância de V.Exa., correta, digna e sincera. Acima de tudo, V.Exa. é um homem comprometido com as causas sociais, com a educação, a saúde, e o bem-estar da população, mas também com a população rural brasileira, com os homens e mulheres que têm, na agricultura, a sua fonte de renda, a partir da qual produzem alimentos e riquezas para este País. Por isso, muito obrigado pela sua amizade e pelo seu exemplo. Com certeza, V.Exa. é um dos Parlamentares que eu, sendo um cristão novo neste Parlamento, sigo e admiro. Serei o escudeiro de V.Exa. para as boas causas do Pará, que, com certeza, serão boas causas para o Brasil. Então, em nome da bancada do Espírito Santo, parabéns pelo brilhante mandato que exerce aqui na Casa!

O SR. JOSUÉ BENGTON - Agradeço, meu companheiro, pelo aparte, que já está incorporado no nosso discurso de hoje e na sua história.

Como V.Exa. acabou de se manifestar, registro que, além da *Rádio Câmara* e da *TV Câmara*, duas emissoras de rádio do Pará estão transmitindo ao vivo este pronunciamento.

Sr. Presidente, para concluir, quero agradecer a Deus em primeiro lugar. Sem Ele, não somos nada. Podemos fazer mil planos e, amanhã, ver os nossos planos serem frustrados. Mas, quando Deus sonha o nosso sonho, ou quando sonhamos os sonhos de Deus, as coisas acontecem.

Antes de abrir a primeira congregação quadrangular no Pará, passei por Vitória, no Espírito Santo, em Jucutuquara e Alto da Boa Vista, e por várias igrejas naquele Estado. Jamais poderia imaginar que hoje, 43 anos depois, teríamos quase 3.200 igrejas só no Estado do Pará, sendo mais de 600 na Capital Belém, e esse exército de mais de 300 mil quadrangulares.

Ao povo brasileiro, à família evangélica de qualquer denominação, ao povo católico, aos cristãos, que são 85% da população brasileira, a nossa saudação.

Para concluir, registro que cheguei aqui dizendo "não" ao aborto e continuo dizendo que a Igreja nunca será progressista para concordar com o assassinato de embriões.

Um abraço ao povo do Brasil. Deus abençoe o Brasil!

Documento 43/141

040.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 19:44
Publ.: DCD - 22/03/2017 - 111		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Vinculação entre os rumos da Operação Lava-Jato e a crise política e econômica brasileira. Críticas às propostas de reforma previdenciária e tributária e ao projeto de lei sobre a terceirização do trabalho.

Responsabilização do Governo Michel Temer pela paralisação de obras, pela escalada da violência no País e pela entrega de riquezas nacionais para empresas estrangeiras. Prejuízos decorrentes da suspensão das exportações de carne.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero dar como lido meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me acompanham pelos veículos de comunicação desta Casa, punir corruptos é uma coisa; quebrar o Brasil é outra.

Desde a mudança de rumo, em 2014, da Lava-Jato, que se voltou forte e violentamente para o setor de petróleo e construções - leia-se PETROBRAS e grandes empreiteiras brasileiras -, o Brasil desancou numa crise econômica e política, responsável por arruinar nossas maiores empresas públicas e privadas e por jogar o País na maior crise política que solapou nossa democracia, com um golpe que derrubou a Presidenta Dilma.

A coincidência, pelo menos na economia, entre os abusos da Lava-Jato e a quebra do Brasil tem que ser levada em conta. O Produto Interno Bruto, o PIB brasileiro, apesar das oscilações que já vinha sofrendo desde 2012 frente à crise internacional, mantendo-se sempre positivo, teve, a partir de 2014, fortíssima queda, chegando em 2015 com perda de menos 3,8% e em 2016 com perda de menos 3,6%. E, convenhamos, não podemos culpar agora somente a crise internacional e os problemas endógenos da nossa economia por crescente queda. A Lava-Jato, não preciso ser economista para afirmar isso, teve e vem tendo, sim, senhor, responsabilidade capital por esse enorme prejuízo.

Não é à toa que foi justamente a enorme retração dos investimentos na



área de construções e serviços que puxou nossa indústria e outros setores de nossa economia para uma queda bastante grande. E por que isso aconteceu? Pela maneira como foram conduzidas as investigações e abusos cometidos por procuradores e juízes da Operação Lava-Jato, que, em vez de punir os administradores corruptos e preservar as empresas e os seus projetos, miraram justamente as empresas, preservando de certa forma os corruptos em um programa de delação que mais beneficia quem cometeu atos ilícitos do que pune justamente os culpados.

O resultado não poderia ser outro: o Brasil em recessão; empresas nacionais que até ontem eram líderes mundiais quebradas; desemprego em massa; e, o que era de se esperar, a exploração de nossas riquezas e os setores de serviços entregues às multinacionais, muitas delas com piores reputações do que as finadas Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e outras.

Foi assim que, no último dia 16, constatamos esse novo ciclo de um país que em breve será totalmente entregue aos interesses estrangeiros. Neste dia, todos os editais de concessões de aeroportos brasileiros foram vencidos somente por empresas da União Europeia. Quem ganhou as concessões de quatro aeroportos lucrativos? As empresas do continente europeu, que também não vivem um bom momento. Elas ganharam as concessões porque as nossas empresas, naturalmente, estão quebradas pela Lava-Jato.

A empresa francesa Vinci ficou com o direito de administrar o aeroporto de Salvador; a suíça, com o de Florianópolis; a alemã ficou com os aeroportos de Fortaleza e de Porto Alegre, e assim por diante.

Quero dizer que este Congresso Nacional não pode fazer com que o País caminhe mais para a crise, aprovando essas reformas desastrosas. O próprio Governo, naturalmente, já entende que não há como aprovar a reforma da Previdência, mas há a reforma trabalhista e a terceirização.

A terceirização é a volta da escravidão - esta é a verdade. Vamos resumir esse assunto porque o povo lá embaixo entende mais fácil, assim como lá embaixo todos estão entendendo o que é a reforma da Previdência.

O cidadão pode não entender muito de política, pode não saber ler nem escrever, mas ele sabe que a reforma da Previdência é contra ele. E não são apenas os idosos, não; são os mais jovens que pretendem fazer uma previdência, que pretendem se aposentar quando completar a sua idade, mas não aos 69 anos, nem aos 70 anos.

Eu penso que os principais partidos que lideraram uma base nesta Casa para tirar uma presidenta legitimamente eleita, como o foi a Presidenta Dilma, agora estão acabrunhados e tímidos. Um e outro ainda têm coragem de vir à tribuna; um e outro ainda querem debitar essa crise na conta do Partido dos Trabalhadores ou dos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.



A verdade é que este País está parado. Deram o golpe dizendo que iam fazer mais obras, mas essas obras não existem nem no norte nem no sul. Lá no Pará seriam duas rodovias, a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica. Nesse ano que passou, não foram asfaltados nem 40 quilômetros de rodovia. No Rio Grande do Sul não é diferente; tampouco em Minas Gerais e em São Paulo.

As universidades estão para ser estruturadas. No Pará, nós temos quatro universidades federais criadas recentemente no Governo Lula/Dilma, mas não há dinheiro para as obras. Somente o Instituto Federal do Pará - IFPA tem obras contratadas em 90 milhões, e não há 5 milhões nos cofres para fazê-las.

Este é o Governo que a maioria de V.Exas. colocou no poder. E V.Exas. agora não podem colocar a digital em uma reforma trabalhista, em uma terceirização e em uma reforma da Previdência.

Enquanto isso, nós vamos assistindo a desemprego e a mais desemprego. A paz social não existe mais. Há violência para todo lado. Lá no Pará, ontem, mataram uma liderança do Movimento dos Sem Terra dentro do hospital de Parauapebas. Foram à casa dele, deram três tiros, ele sobreviveu e foi para o hospital. Não se contentaram, invadiram o hospital e mataram a pessoa que vivia naquela região há mais de 20 anos.

Há assaltos a bancos. Nas cidades brasileiras, o maior medo das pessoas é ser assaltadas, porque não há mais segurança neste País. Este é o resultado de um Governo ilegítimo, que foi posto por este Congresso, por parte do Poder Judiciário, por parte da grande mídia nacional e dos grandes empresários nacionais e internacionais.

Queria, Sr. Presidente, que este meu pronunciamento fosse divulgado pelos meios de comunicação desta Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, punir corruptos é uma coisa; quebrar o Brasil é outra.

Desde a mudança de rumo, em 2014, da Lava-Jato, que se voltou forte e violentamente para o setor de petróleo e construções (leia-se PETROBRAS e grandes empreiteiras brasileiras) o Brasil desancou numa crise econômica e política, responsável por arruinar nossas maiores empresas públicas e privadas e por jogar o País na maior crise política que solapou nossa democracia, com um golpe que derrubou a Presidenta Dilma.

A coincidência, pelo menos na economia, entre os abusos da Lava-Jato e a quebra do Brasil tem que ser levada em conta. O Produto



Interno Bruto, o PIB brasileiro, apesar das oscilações que já vinha sofrendo desde 2012 frente à crise internacional (só que sempre se mantendo positivo) teve, a partir de 2014, fortíssima queda, chegando em 2015 com perda de menos 3,8% e em 2016 com perda de menos 3,6%. E, convenhamos, não podemos culpar agora somente a crise internacional e os problemas endógenos da nossa economia por crescente queda. A Lava-Jato, não preciso ser economista para afirmar isso, teve e vem tendo, sim senhor, responsabilidade capital por esse enorme prejuízo.

Não é à toa que foi justamente a enorme retração dos investimentos na área de construções e serviços que puxou nossa indústria e outros setores da nossa economia para uma queda bastante grande. E por que isso aconteceu? Pela maneira como foram conduzidas as investigações e abusos cometidos por procuradores e juízes da Lava-Jato, que, em vez de punir os administradores corruptos e preservar as empresas e os seus projetos, miraram justamente as empresas, preservando, de certa forma, os corruptos em um programa de delação que mais beneficia quem cometeu atos ilícitos do que pune justamente os culpados.

O resultado não poderia ser outro: o Brasil em recessão; empresas nacionais que até ontem eram líderes mundiais quebradas; desemprego em massa; e, o que era de se esperar, a exploração de nossas riquezas e setores de serviços entregues às multinacionais, muitas delas com piores reputações do que as finadas Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Delta, etc.

Foi assim que, no último dia 16, constatamos esse novo ciclo de um país que em breve será totalmente entregue aos interesses estrangeiros. Neste dia, todos os editais de concessões de aeroportos brasileiros foram vencidos somente por empresas da União Europeia. A francesa Vinci Airports ficou com o direito de administrar o aeroporto de Salvador; a suíça Zurich ficou com o de Florianópolis; e a alemã Fraport venceu o leilão dos terminais de Fortaleza e Porto Alegre. Ficaram de fora as empresas nacionais que antes dominavam o setor. Aliás, o próprio Governo Temer já havia limado as nacionais Odebrecht, OAS e Queiroz Galvão, por medida provisória, no ano passado, com a desculpa de que essas empresas não vinham cumprindo os repasses por conta da forte crise financeira que sofreram e devido às ações da Lava-Jato. Também estão proibidas de oferecer novos lances em novos editais devido aos processos que estão respondendo. Também nem precisava desta proibição, todas elas estão irremediavelmente quebradas.

Dessa maneira, os gigantes Galeão e Cumbica também, brevemente, serão entregues, quem sabe, à estatal alemã Fraport, empresa que, pasmem, senhores, está envolvida em corrupção, com desvios fiscais na Alemanha.

Segundo o jornal alemão Süddeutsche Zeitung, o conglomerado

pertencente ao setor público e à iniciativa privada e detém empresas de fachada em Malta, no Mar Mediterrâneo. Dessa maneira paga menos impostos na Alemanha. O estado alemão de Hessen detém 31,32% da Fraport, 20% pertencem à cidade de Frankfurt, e o restante, à iniciativa privada.

Pois bem, senhores, é dessa forma que, com a desculpa de evitar que empresas brasileiras envolvidas em corrupção participem de licitações, o que de certa forma seria o certo, até que elas paguem pelo que desviaram, nós estamos importando corruptos alemães.

E assim a juristocracia e a mídia oligopolizada vão na sua cruzada pseudomoral, empurrando o Brasil cada vez mais para um abismo sem fim.

Se o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça ou mesmo o Executivo não punirem ou nada fizerem para coibir os abusos de juízes, como um certo Moro, de fundamentalistas do Ministério Público, como um certo fanático religioso Dallagnol, e de aloprados delegados da Polícia Federal, que nem sabem, ou sabem muito bem, diferenciar vitamina C de veneno e embrulhar a carne com papelão de colocar papelão na carne, seguramente, em brevíssimo tempo, estará o Brasil no fundo do poço, sem nenhuma possibilidade de saída.

Aliás, tomando aqui a mais recente crise, a da carne, já podemos dizer com toda certeza que podemos esquecer aquela tímida retomada do PIB, para 2017, de 0,2% anunciado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI. Os prejuízos com as exportações das nossas carnes serão muito maiores do que isso.

Precisamos urgentemente retomar nosso País, agora a preço de banana graças às ações da nossa juristocracia, antes que este Governo ilegítimo o arremate totalmente.

Vamos à luta!

Documento 44/141

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 14:48
Publ.: DCD - 22/03/2017 - 40	JÚLIO DELGADO-PSB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial e do Dia Mundial da Síndrome de Down. Defesa de instalação de CPI para



investigação de denúncias de irregularidades em setor produtivo do Brasil. Reiteração de posicionamento do orador contrário à proposta de reforma previdenciária. Necessidade de aprofundamento pela Câmara dos Deputados do debate sobre a reforma política. Apoio à sugestão da Presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, de realização de referendo ou plebiscito sobre a reforma política.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, nobre Deputado Manato, conterrâneo, vizinho ali do Espírito Santo, que acaba sendo sempre a nossa praia. Sr. Presidente, hoje, dia 21 de março, são comemorados o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial e também o Dia Mundial da Síndrome de Down. É importante fazer este registro para que nós possamos compreender a vida dessas pessoas especiais. Elas são especiais na vida de muitas pessoas que têm a oportunidade de conviver com elas. Entre os três pontos que eu queria abordar aqui, para um deles eu quero a presença inclusive do Deputado Luis Carlos Heinze, que fez uso da palavra. Tenho esta mesma preocupação, Deputado Heinze. Neste momento estamos de comum acordo em que seja feita uma apuração para que amanhã não se chame a Casa, o Legislativo, o Parlamento de isento. Quando se propõe, como fizemos na sexta-feira, a criação de uma CPI justamente para fazer isso que V.Exa. está fazendo, que é defender a cadeia produtiva, defender os empregos e defender os produtores que geram o maior número de empregos neste Brasil, mostramos que esta é uma grande preocupação nossa neste momento. Agora, não dá para nós taparmos o sol com a peneira. Não temos nem a Comissão de Agricultura funcionando na Casa, e dizem por aqui que nós vamos fazer uma investigação dos 21 envolvidos. Não, Deputado Heinze! Para que nós possamos retomar a credibilidade no mercado internacional em uma questão de saúde pública, nós temos que ser rigorosos na punição daqueles que estão envolvidos. E esta é uma competência desta Casa. Por isso é necessária uma iniciativa nossa, e agora vamos unificar nosso sentimento para termos uma CPI responsável. Não se trata de uma CPI para punir quem está produzindo, mas para punir quem malversou; para punir quem pegou dinheiro do BNDES; para punir quem deve à Previdência Social no momento em que se quer fazer reforma da Previdência. É para isso que nós temos que apurar com responsabilidade. Este é o nosso senso. Por isso nós vamos propor nesta Casa a instalação de uma CPI. Para concluir, eu queria dizer que nós estamos diante de duas reformas, e basicamente nesta Casa já está equacionada a dúvida de que aquela reforma proposta pelo Governo não passará. O Governo já

admite que vai fazer alterações, mas, independentemente das alterações que fizer, é importante deixar claro que o interesse principal é acabar com a Previdência pública brasileira, apesar de as pessoas quererem colocar um assunto diverso, Deputado Carlos Manato. Em Juiz de Fora, Minas Gerais, eu fui alvo daqueles que disseram que eu era a favor da reforma. Eu já me manifestei sobre isso. V.Exa. já ouviu uma dezena de vezes a nossa posição contra esta reforma proposta. Vamos votar contra, e quero deixar isso de uma forma clara, definitiva para que não pairam dúvidas em ninguém. Estes desta Casa e aqueles que me conhecem sabem que não pairam dúvidas. Por último, esta Casa tem que retomar a credibilidade para que nós possamos discutir uma reforma política verdadeira. Há gente que está até envolvido com a corrupção e tentando se safar com a reforma política.

Eu sei que há muita gente, que, como eu, foi injustamente citada. Mas eu fiz minha defesa e espero que aqueles que estão em igual situação também possam fazê-lo. Mas nós não podemos deixar de ouvir a voz da Presidente do Supremo Tribunal Federal - sensata, correta -, que diz que nós precisamos fazer um plebiscito, um referendo sobre reforma política.

Nós não podemos deixar qualquer dúvida sobre aquilo que será apurado. Será que a população, que nós representamos, aceita ou não lista fechada, aumento do financiamento e outras propostas malucas que nós estamos vendo surgir por aí?

Eu espero que tenhamos a sensatez de acompanhar a lucidez da Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Cármen Lúcia, de Minas Gerais, que propôs que nós façamos um referendo ou um plebiscito a respeito dessa matéria que envolve todos os brasileiros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 45/141

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017-15:20
Publ.: DCD - 22/03/2017 - 45	AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Distanciamento entre a sociedade e a Câmara dos Deputados como

consequência do sistema eleitoral vigente no País. Inconveniência de debate da reforma política na atual Legislatura diante da falta de credibilidade do Congresso Nacional.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu já me manifestei - e procurei me justificar - absoluta e radicalmente contrário ao voto em lista fechada. Esse é um dos temas que está embutido na reforma política. Agora quero refletir um pouco sobre o financiamento público de campanha. Sr. Presidente, colegas Parlamentares, os custos de campanha no País realmente foram levados a valores astronômicos. Isso ocorreu porque, como vimos com o mensalão, o petrolão e tantas outras operações investigatórias, o dinheiro fácil inflacionou essas campanhas e criou indústrias: a indústria do marqueteiro, a indústria da produção e, principalmente, a indústria do cabo eleitoral, porque eleição de 2 em 2 anos dá sempre um alento para os cabos eleitorais.

Eu realmente entendo a preocupação com o financiamento de campanha. Mas o subproduto mais cruel para a democracia, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, é o fato de que a "compra do voto" - vamos colocar assim, entre aspas - acaba distanciando, evidentemente, a sociedade desta Casa.

Hoje está difícil encontrar o mínimo de legitimidade nesta Legislatura no Congresso Nacional devido ao fato de que inúmeros Parlamentares estão sendo investigados, de que a cúpula do Governo e desta Casa está sendo investigada. Essas circunstâncias reduzem a credibilidade do Congresso Nacional e distanciam a Nação desta Casa. É muito triste.

Assuntos sérios como a reforma política não deveriam ser tratados neste momento. Por quê? Porque dizem respeito à autoproteção dos que estão aqui. Afinal, tivemos uma eleição sob estas regras eleitorais. Recentemente, os Prefeitos foram eleitos, os Vereadores foram eleitos, e estamos todos felizes. Vamos manter essa prática.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



22/03/2017 - 59

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Preocupação com dispositivo da proposta de reforma política relativo à instituição de sistema de voto mediante lista fechada de candidatos para eleição de Parlamentares. Apoio à decisão do Presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, de aceleração da tramitação de proposta sobre o fim do foro privilegiado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PPS-MA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, de forma rápida, queria trazer aqui duas situações. Primeiramente, a minha preocupação em relação a um ponto específico da reforma política que se pretende acelerar neste Congresso referente à lista fechada para eleição de Parlamentares em todo o Brasil.

Parece-me, de uma forma muito clara, que há uma tentativa, uma verdadeira operação para salvar aqueles Parlamentares que estão enrolados na Operação Lava-Jato. É necessário estarmos bem atentos em relação a isso, para impedir que essa manobra, que essa operação possa acontecer aqui no Congresso. Mas este é um tema que aprofundaremos mais tarde.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, queria destacar a decisão do Presidente do Senado, o Senador Eunício Oliveira, de colocar em votação, agora à tarde, requerimento que pede o aceleração da votação da PEC 10, que trata do fim do foro especial por prerrogativa de função, o foro privilegiado - uma vergonha, no meu entendimento. Hoje, no Brasil, mais de 22 mil pessoas têm prerrogativa de foro. Para mim, fica muito clara a busca incansável na tentativa de encontrar uma guarida, já que, segundo dados da Associação dos Magistrados Brasileiros, desde a Constituição de 1988 até 2006, dos 130 processos em curso, nenhum veio realmente a julgamento, com sentença; apenas um, em 2010. Há uma morosidade e uma tentativa de buscar guarida para aqueles criminosos que procuram, na vida parlamentar, na vida pública, uma forma de não cumprir e de não pagar as suas respectivas penas.

Sr. Presidente, outro dado apresentado, inclusive pelo Senado, de uma pesquisa que ouviu mais de 40 mil pessoas em todo o Brasil, mostra que apenas 137 pessoas são favoráveis à manutenção do foro privilegiado. Ou seja, todos precisam ficar em pé de igualdade. O aceleração dessa votação no Senado é extremamente fundamental. Esta Casa precisa acompanhar isso, porque será uma resposta para o Brasil e, no meu entendimento, uma resposta para a



redução da impunidade.

As funções públicas, especialmente os mandatos políticos, não podem ser guarida para a proteção de quem quer que seja que cometa algum tipo de crime e que vá se esconder, levando anos a fio sem nenhuma punição, por parte da magistratura do nosso Brasil, exatamente pela morosidade do processo relativo ao foro privilegiado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Capitão Augusto) - Obrigado, Deputada.

Documento 47/141

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017-17:32
Publ.: DCD - 22/03/2017 - 71		FÁBIO SOUSA-PSDB -GO
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Declaração de voto contrário ao modelo de voto em lista fechada no âmbito da proposta de reforma política.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna já trouxe a maioria dos Deputados que usaram da palavra no dia de hoje. Trata-se da proposta que, mais uma vez, chega a esta Casa como uma tentativa de solucionar os problemas eleitorais e políticos que nós enfrentamos nos nossos processos eleitorais. Cria-se, de novo, a ideia da lista fechada. Não sei se isso é medo de outra lista, não sei se é interesse única e exclusivamente partidário, mas fala-se de novo na tal lista fechada. Eu vou me posicionar devidamente contra, primeiramente porque não acredito que as pessoas queiram eleger partidos. Elas querem eleger pessoas que fazem parte de um partido. Isso é claro: façam a pesquisa em qualquer lugar do Brasil e vão ver que é assim. Em segundo lugar, sou contrário à lista fechada pelo modo como seriam montadas essas listas. Lista fechada no Brasil é perpetuação do caciquismo. Aliás, diga-se de passagem, o caciquismo político já manda no Brasil há muitos e muitos anos. O partido tem os seus caciques, e eles vão continuar mandando, até porque eles é que vão

estipular quem será o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto da lista, isso se eles mesmos não forem os primeiros e, quando ficarem um pouco mais velhos, passam para o filho, passam para o neto, e assim continuam fazendo do processo eleitoral algo familiar.

Sou contra lista fechada porque não existe democracia interna partidária, salvo raríssimas e localizadas exceções. Não existe! Existe, sim, o caciquismo. Vão dizer para mim que existe partido que decide de forma democrática, internamente, quem serão os seus candidatos? Até que no passado existia, mas das últimas eleições para cá, não. Foi a tal da unção do candidato, da escolha de "postes", e V.Exas. viram aonde foram dar essas escolhas erradas.

Por fim, sou contra a lista fechada porque acredito na democracia ampla, em que o eleitor escolhe o seu representante.

É lógico que nós precisamos ter uma reforma política e uma reforma eleitoral que pelo menos amenizem - embora não vão resolver - os grandes problemas que nós temos, mas essas reformas não podem privar o brasileiro de escolher a pessoa certa, que ele acha que deve representá-lo aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 48/141

039.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	21/03/2017- 17:40
Publ.: DCD - 22/03/2017 - 74	DANIEL COELHO-PSDB -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à adoção de sistema de voto em lista fechada para eleições parlamentares no País.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de falar um pouco de um tema que está ocupando os debates no País: a proposta da lista fechada, defendida por alguns.

Lembramos que essa foi a proposta defendida pelo PT na tentativa de reforma política que este Plenário já avaliou. E, como eu discordo da lista fechada naquela época, continuo a discordar dela hoje.

A lista fechada impede que o eleitor escolha o seu candidato, o seu Parlamentar. Ela dá um poder desproporcional aos dirigentes partidários, além de fortalecer partidos artificiais que existem no Brasil. Aqui há mais de 30 partidos, poucos deles com identidade ideológica, com identidade de princípios, com propostas claras para o País. A população brasileira não quer votar em partidos. Ela pode até ter preferência partidária, o que é salutar no processo democrático, mas quer ter o direito de, dentro do partido de sua preferência ou de outro, escolher o seu Parlamentar.

Se hoje já existe um sentimento da grande maioria da população brasileira de que este Congresso não representa o povo, imaginem se ela não puder votar diretamente nos seus Parlamentares!

É evidente que precisamos, sim, discutir uma solução para o financiamento das campanhas do ano que vem. Há aqueles que defendem o financiamento privado com limites e aqueles que defendem o financiamento público. Mas essa solução não pode passar pela lista fechada, não pode passar por um modelo que tire do eleitor a possibilidade da escolha.

Quero deixar bem claro à população brasileira, aos nossos eleitores e simpatizantes que, como fui contra a proposta apresentada pelo PT na reforma política, hoje sou contra qualquer tentativa de se aprovar a lista fechada para as eleições de 2018.

Precisamos, sim, fazer uma reforma política que proponha o voto distrital, o voto distrital misto, que seja um modelo que aproxime o eleitor do seu representante e que barateie o processo eleitoral. Mas é preciso que permaneça o direito de escolha do eleitor, que merece escolher seu Parlamentar, seja Vereador, Deputado Estadual ou Deputado Federal. De maneira alguma, a reforma política pode tirar esse direito do eleitor, o que enfraqueceria ainda mais o elo, que já está frágil, entre o Congresso Nacional e o povo brasileiro.

Portanto, sou contra e continuarei sendo contra qualquer tentativa de se estabelecer lista fechada em eleições parlamentares em nosso País.
(Palmas).

Documento 49/141

043.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -
CD

22/03/2017-
16:40

Publ.: DCD - 23/03/2017 -
165

JORGE SOLLA-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à política econômica e às propostas de reformas previdenciária e trabalhista do Governo Michel Temer.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o momento que o País está vivendo com este Governo golpista é um negócio escandaloso. Ou se acaba com esse golpe, ou esse golpe acaba com o Brasil, porque estão destruindo a economia e desempregando milhões de brasileiros. E quais são as respostas que eles nos dão e querem que acreditemos? Que tal solução vai resolver o problema da destruição da economia por eles causada.

Querem acabar com os direitos dos trabalhadores e criar um exército de reserva para além dos desempregados. O sonho deles é ser como os Estados Unidos, que podem pegar o trabalhador que passa fome e pagar uma hora de trabalho e dispensar sem nenhum problema. Esse é o sonho de consumo deles.

Querem rasgar a CLT, feita na época de Getúlio; rasgar os direitos trabalhistas; acabar a previdência. É isso que esse Governo golpista quer.

Documento 50/141

041.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	22/03/2017-13:06
Publ.: DCD - 23/03/2017 - 47		AFONSO MOTTA-PDT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância do debate da proposta de modificação do sistema eleitoral brasileiro. Defesa de adoção de sistema eleitoral como garantia de aperfeiçoamento da democracia e do Estado Democrático de Direito.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, neste pouco tempo de manifestação, quero chamar a atenção para o debate público que está posto com relação à lista fechada ou outro sistema de voto. Eu digo sistema de voto, mas é sistema eleitoral. O sistema eleitoral é a

expressão do voto que possa vir a atender àqueles mínimos do processo eleitoral.

Ontem foi realizado um seminário internacional que nos trouxe uma contribuição valiosíssima, com figuras dos Estados Unidos, do México e de Portugal. Foi um debate realmente muito rico, em que se relatou o conjunto de experiências da legislação eleitoral mundo afora.

Os Parlamentares da Comissão Especial da Reforma Política que tiveram a oportunidade de se manifestar chegaram pelo menos a um consenso: o atual sistema não garante os mínimos para o processo eleitoral de 2018.

Acho que nós não devemos nos impressionar com esse tensionamento que está aí. Antes de se travar o debate sobre o sistema de voto, sobre o sistema eleitoral, querem fazer outro debate, aquele que desmerece a política, que precariza os partidos políticos, que criminaliza a todos. Esse é um debate que esta Casa tem que respeitar, como todo debate público, mas não é aquilo que vai contribuir para a construção do sistema eleitoral.

Portanto, é preciso que tenhamos grandeza e que trabalhem muito com bastante dedicação.

Para se construir efetivamente uma alternativa mínima para o processo eleitoral de 2018, para que isso aconteça, o que é um grande desafio, teremos que trabalhar muito para ver a melhor alternativa e reconhecermos que essa alternativa pode ser transitória e que, para os próximos pleitos, teremos que qualificar mais ainda.

Essa alternativa precisa ser viável e precisa dar uma resposta efetiva para sociedade. Que essa alternativa não alimente os argumentos que estão sendo colocados: o de defesa de quem está sendo investigado, de defesa da classe política.

Nós queremos a construção de um sistema eleitoral que atenda o mínimo para o aperfeiçoamento da democracia e do Estado Democrático de Direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 51/141

045.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/03/2017-09:48
Publ.: DCD - 24/03/2017 - 26		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Apoio à criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigação de fatos relacionados à Operação Carne Fraca, da Polícia Federal. Transcrição de artigo de autoria de orador, intitulado Incômodo no condomínio do Poder, sobre a proposta de reforma política em debate no Congresso Nacional.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Tenho até 20 segundos. É o Presidente que faz esta concessão. Dobrou o tempo, dobrou a meta. *(Riso.)* Obrigado.

Sr. Presidente, venho, muito rapidamente, deixar como lidos dois pronunciamentos. O primeiro pronunciamento que trago é sobre o perigo que estamos correndo de a investigação de corrupção na fiscalização de produtos processados por grandes frigoríficos poder se transformar em atentado contra a economia nacional.

É evidente que a Polícia Federal às vezes abusa. Mas desviar o foco é inaceitável. Vamos investigar isso. Daí a CPI proposta pelo nosso Deputado Ivan Valente, assim como pelos Deputados Carlos Zarattini e Júlio Delgado, é extremamente importante.

O segundo pronunciamento é sobre a importância de uma reforma política séria, para valer, envolvendo a população. Não vale fazer uma armação para proteger quem está sendo investigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, o escândalo da vez envolve mais uma operação da Polícia Federal para desvendar a relação promíscua entre grandes empresas e o Estado brasileiro: a Operação Carne Fraca.

Alguns, como o Presidente Michel Temer, querem nos fazer crer que são casos isolados, que há pequenos problemas em algumas poucas parcelas - 0,5% - das grandes empresas no Brasil. O histórico delas e do atual Governo dizem o contrário, no entanto.

Desde 2013, nosso mandato já questionava o Governo da época - do PT, de Dilma, e do PMDB, de Temer - sobre como se dava a relação entre os órgãos de fiscalização e as grandes empresas do ramo de carnes no Brasil. Naquela época, um ex-Diretor da empresa Big Frango foi contratado para ser fiscal do Ministério da Agricultura, e indagamos se isso não se trataria de um conflito de interesses.

O Ministério, pateticamente, respondeu que não lhe competia verificar isso!

Não é de hoje, portanto, que essas empresas compram lugares na administração pública, para burlar leis e fazer avançar seus lucros.



Esta é a principal lição da Operação Lava-Jato: empresas não só corrompem fiscais, mas lutam para colocar pessoas de sua confiança nesses postos e para financiar suas campanhas e partidos. Esse estado de coisas tem como pano de fundo a ingerência partidária sobre a nomeação dos Superintendentes do Ministério da Agricultura nos Estados. Em sua maioria, são representantes de interesses dos empresários do setor. Sabe-se que, dos Superintendentes nos 27 Estados, apenas 10 são servidores de carreira; 2 são cedidos por outros órgãos; e 15 são indicações de Parlamentares, pessoas que vêm de fora do Ministério, sem maiores conhecimentos técnicos. Mesmo os de carreira precisam ter o aval de caciques partidários regionais!

Há necessidade de novos concursos diante do enorme déficit de 1.500 auditores agropecuários, com 182 postos sem fiscalização de origem animal. Também urge a definição de critérios para a escolha das diretorias! Como está proposto por servidores sérios e éticos, é preciso que eles sejam dos quadros de carreira e concursados, com nível de escolaridade compatível com o cargo, tenham 3 anos de experiência no setor e um plano de trabalho a ser realizado para um mandato de 2 anos.

Tivemos acesso ao Ofício nº 647, de 2013, em que o então Deputado Eduardo Cunha, à época Líder do PMDB na Câmara, encaminha currículos dos Srs. Pedro de Camargo Neto, Flávio Braile Turquino e Rodrigo José Pereira Leite Figueiredo, com vistas a ocuparem Diretorias na Secretaria de Defesa Agropecuária. Ora, sabemos que cabe ao Poder Legislativo a fiscalização dos atos do Poder Executivo, e não a ingerência ou tráfico de influência sobre a nomeação de cargos.

Para não ficar somente nesta seara, é bom lembrar que a JBS e a BRF - ambas alvos da Operação Carne Fraca - são campeãs em reclamações trabalhistas. Só no Mato Grosso, essas empresas respondem a quase 3.500 processos. Aliás, onde está o Ministro da Justiça Osmar Serraglio, para dar explicações acerca do envolvimento do seu nome? Hoje é um Ministro fantasma...

Nosso Líder Glauber Braga denunciou aqui o fechamento do Laboratório Nacional Agropecuário - LANAGRO na cidade do Rio de Janeiro antes da operação da Polícia Federal. Numa circunstância dessas, como se explica o fechamento de uma instituição responsável pela análise de alimentos de origem animal e vegetal?

O cientista político Sérgio Abranches alerta para a tentativa de desvio do foco das empresas ao desqualificar denúncias que são graves e devem ser investigadas de forma transparente e efetiva. Diz ele: *As empresas estão usando alguns mal entendidos da operação "Carne fraca" para desviar a atenção de questões importantes como o fato de que 80% das carnes produzidas pelos grandes frigoríficos são consumidas dentro do país. Além disso, muitos consumidores*



compram de marcas menores, onde a fiscalização é ainda mais frouxa. Destaco também a importante reflexão de Leonardo Sakamoto: "Crítica a Carne Fraca com base em nacionalismo é tapa nos trabalhadores". Indaga ele por que segmentos de formadores de opinião, de direita ou de esquerda, consideram "que o capital nacional explorar as comunidades no campo é muito diferente do Centro mundial explorar a Periferia". Não seria ingenuidade achar que as empresas brasileiras atuam sempre em defesa de um 'interesse nacional?!

A suposição de uma "teoria da conspiração" contra a indústria nacional pode minimizar um grave problema de saúde pública, além de encobrir outras denúncias que já vêm feitas sobre a existência de sérias irregularidades por parte de setores do agronegócio em termos de superexploração de operários em unidades de processamentos, violência contra populações tradicionais e crimes ambientais. CPI já! É evidente, pois, que o descuido com os consumidores de carne é um reflexo do total desrespeito com as pessoas em geral. Eles exploram trabalhadores, desconsideram a saúde pública e o meio ambiente e o zelo para com a segurança alimentar do nosso povo. Agradeço a atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para transcrição nos Anais da Casa, do seguinte artigo de minha autoria, publicado dia 21 de março, no Blog do Noblat:

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Incômodo no condomínio do Poder

O papo de "Reforma Política", no Congresso, caiu como um raio em céu azul. Esse assunto - absolutamente urgente, faz tempo - estava adormecido: beneficiários de um sistema serão os últimos a querer alterá-lo.

De repente, não mais que de repente, a conversa ressurge. E não só na penumbra dos bastidores, nas reuniões das madrugadas, atrás das cortinas. Também no palco iluminado do Palácio do Planalto, quando os presidentes da República, do Senado, da Câmara e do Tribunal Superior Eleitoral se reúnem.

Os três primeiros com seu carimbo de investigados na Lava Jato ou nas contas de campanha (as situações se imbricam). O último na inusitada condição de julgador em tratativas com o julgado...

Refaço: não foi tão de repente assim. Afinal, a Lava Jato chegou na cúpula política, gerando inquietação, tensão, pressa em "resolver a situação". Está aguçado o furor por legislar em causa própria, pois a tempestade se avizinha.

O que se articula é salvar a pele, em nome de "salvar a política". Tem o projeto "declarou, limpou": sacraliza-se o Caixa 1, e registrar o recebido na Justiça Eleitoral livra obrigatoriamente aquele recurso de qualquer origem ilícita.

Tem o projeto "anistia": diz-se que Caixa 2 não é crime (e é, eleitoral, de abuso do poder econômico e falsidade) para apagar toda investigação sobre malfeitos passados, na linha do "daqui pra frente tudo vai ser diferente".

E tem a lista fechada, uma boa ideia na hora errada: ótimo valorizar partidos e suas doutrinas (quantos no Brasil têm uma "ideologia pra viver"?), e poder votar, como em muitos países da Europa e da nossa América, no programa progressista, conservador, socialista, ecológico, republicano, social-democrata, trabalhista, nacionalista... sem individualização.

Mas a lista pré-ordenada que se propõe é aquela definida pelos caciques partidários. Que, claro, vão tratar da própria sobrevivência. Querem transferir para o Erário o que as empresas antes repassavam, cobrando "serviços". Só na eleição para deputados federais, em 2014, foram gastos R\$ 5 bilhões! Uma exorbitância absoluta.

Isso não é Reforma Política. Sobre ela há diversas propostas bem articuladas dormindo nas gavetas do Congresso. A principal deriva de uma Iniciativa Popular de Lei, liderada pela OAB e CNBB, apoiada por mais de cem entidades populares: por um sistema político democrático, austero, transparente e participativo.

Uma outra lista, a de Janot, confirma: o atual governo, coalizão de investigados e privatistas (agora é o Ministro da Justiça na fita, com conversas estranhas em defesa de um frigorífico), não tem legitimidade para liderar uma mudança séria no país. E o atual Congresso, envelhecido na metade da legislatura, não tem condições de fazer uma autêntica Reforma Política, obcecado que está com sua autoproteção. Por sinal, olho vivo na composição de um importante colegiado da Câmara dos Deputados, derivado de indicação dos líderes partidários: vale pedir ética... no Conselho de Ética!

Documento 52/141

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	23/03/2017-14:42
Publ.: DCD - 24/03/2017 - 122		JOSI NUNES-PMDB -TO
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta do Relator da Comissão Especial da Reforma Política, Deputado Vicente Candido, de implantação do sistema de votação por lista fechada nas eleições proporcionais de 2018 e 2022. Apoio à sugestão da Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, de realização de consulta popular para definição de pontos da reforma política.

A SRA. JOSI NUNES (PMDB-TO. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, imprensa, em outubro do ano passada foi instalada, nesta Casa de Leis, a Comissão Especial da Reforma Política, que tem como prioridade discutir o financiamento de campanha e o sistema eleitoral. Desde então, a tão almejada reforma política voltou a fazer parte do nosso cotidiano, bem como dos noticiários. Entretanto, esta semana, uma notícia em torno desse conjunto de propostas que busca modificar o atual sistema eleitoral e político do Brasil nos pegou de surpresa. O Relator da Comissão, Deputado Vicente Candido, adiantou que irá propor a adoção do sistema de votação de lista fechada para as eleições proporcionais de 2018 e 2022. Conforme informações do próprio Relator, esse novo sistema, que substituiria o atual, daria início a uma transição gradual, para que, em 2026, o Brasil pudesse adotar o sistema distrital misto alemão, em que se vota no partido e no candidato. Mas o que seria esta lista fechada? Também chamada de lista pré-ordenada, a lista fechada prioriza a escolha do partido na votação. Isso significa que o eleitor, neste sistema de votação, vota de acordo com uma relação de candidatos apresentada pelo partido. O voto irá diretamente para o partido e ajudará a eleger os candidatos da lista. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 2015, participei como titular da Comissão da Reforma Política que culminou nas pequenas mudanças no sistema eleitoral que já funcionaram nas eleições para Prefeito no ano passado. Na ocasião, o sistema de votação foi um dos temas mais debatidos por aquela Comissão. Temos plena consciência de que o sistema de votação do Brasil precisa de mudanças. Como bem disse o Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, o Ministro Dias Toffoli, o atual sistema está falido. Entretanto, embora saibamos que o sistema de lista fechada seja utilizado em vários países, como Espanha, Portugal, Israel, Argentina e Uruguai, de todos os sistemas discutidos, o de lista fechada, na minha avaliação, é o mais injusto com o eleitor. O cidadão tem todo o direito de escolher o seu representante, e não cabe a nós tirar-lhe esse direito.

Se hoje temos, como disse o Ministro Toffoli, um sistema em que "não há aproximação entre o eleitor e o eleito", irnaginem isso com um sistema de lista fechada. Discordando, com todo o respeito, da opinião do Ministro, achoque precisamos reforçar que, mesmo de forma tímida, nós temos, sim, uma aproximação com nosso eleitorado no atual sistema, tanto é que muitos dos nossos eleitores acompanham o nosso posicionamento nas votações e estão sempre nos cobrando, dando sugestões ao nosso trabalho nesta Casa. Com o sistema de lista fechada, como estabeleceríamos esta relação? Ou melhor, como aconteceria essa aproximação?

Volto a repetir: o nosso sistema precisa, sim, de mudanças, mas qual seria o melhor sistema de votação para o Brasil? Eu acredito que a proposta defendida pela Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, a Ministra Cármen Lúcia, sobre a realização de um referendo ou plebiscito para definir pontos da reforma política é a mais sensata neste momento. Acredito que a participação popular seria a melhor maneira de definirmos o sistema mais adequado. Pelo resultado da minirreforma que fizemos aqui, ficou mais que comprovado que a verdadeira reforma política só irá acontecer quando o povo fizer parte desse processo.

Nosso povo tem maturidade suficiente para escolher o modelo ideal, e eu tenho certeza, pelos movimentos de protesto que estão previstos, de que a população não quer o sistema de lista fechada.

Portanto, fica aqui esta reflexão a este Parlamento.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este meu pronunciamento seja publicado nos Anais desta Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado, nobre Deputada.

Documento 53/141

046.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	23/03/2017- 17:12
Publ.: DCD - 24/03/2017 - 149		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Críticas à aprovação, pela Casa, de projeto de lei sobre terceirização do trabalho. Alegação de improcedência dos argumentos do Governo Federal



favoráveis à reforma previdenciária. Efeitos da Operação Lava-Jato sobre o País e o PT. Defesa de realização de reformas política e tributária. Consequências da Operação Carne Fraca. Indagação ao Juiz Sergio Moro sobre os motivos da prisão do blogueiro Eduardo Guimarães. Responsabilização dos apoiadores do impeachment da então Presidenta da República Dilma Rousseff pela crise econômica no Brasil. Inconsistência da generalização de críticas à classe política. Preocupação com os rumos do País. Uso excessivo de agrotóxicos na agricultura.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos aqueles que me ouvem neste momento, gostaria de aproveitar este tempo para tecer alguns comentários sobre acontecimentos desses últimos dias, principalmente sobre o que aconteceu aqui ontem à noite, quando foi votado o projeto a respeito da terceirização.

As pesquisas indicam que os trabalhadores terceirizados trabalham mais, ganham menos e sofrem mais acidentes. E ontem aqui se liberou geral. Existem setores no Brasil em que mais de 50% da atividade já é terceirizada, como é o caso do setor elétrico. O que nós votamos aqui ontem à noite foi uma irresponsabilidade total deste Parlamento, que está de joelhos diante do comando de um Presidente ilegítimo, Michel Temer, e de um Ministro que só pensa em arrecadar dinheiro para o capital especulativo. Tudo aquilo que Henrique Meirelles está pregando e está mandando fazer é exatamente para atender interesses do grande capital e do capital especulativo.

A reforma previdenciária, por exemplo, serve exatamente para isso. A Previdência não é deficitária. Ela é deficitária quando a União não paga a sua parte. Quando a União paga a sua parte, como acontece em todos os outros sistemas previdenciários do mundo, ela deixa de ser deficitária e se torna até superavitária.

Eu quero agora falar sobre os estragos que a Operação Lava-Jato tem feito neste País. Nós sabemos que os temas relacionados ao mensalão e à Operação Lava-Jato estão ligados a financiamentos de campanha. No Brasil, os financiamentos de campanha são privados, e as campanhas foram encarecendo neste País nos últimos 12 anos. As campanhas legais foram alvo da minoria dos recursos nos últimos anos, e às campanhas ilegais, em que há caixa dois, foi destinada a maioria dos recursos.

Prova disso está surgindo agora. Estão sendo feitas as delações da Odebrecht, e estão aparecendo os caciques do PMDB, os caciques do PSDB, os caciques do PSD, do PP, do PR. Há delações que mostram que o Senador tal recebeu 5 milhões, 10 milhões; o candidato a Governador tal recebeu 25 milhões. Quando é um candidato do PT ao cargo de Deputado Federal ou de Senador ou um Deputado ou Senador do Partido dos Trabalhadores que supostamente usou caixa



dois, são 300 mil, 500 mil, 800 mil, quando muito, 1 milhão. Mas, em relação aos demais partidos, e agora começam a aparecer o Sr. Aécio Neves, o Sr. Geraldo Alckmin, o Sr. José Serra, o Sr. Gilberto Kassab e assim por diante, são 5 milhões, 10 milhões, 15 milhões, 20 milhões, e por aí vai.

O povo brasileiro começa a perceber que houve realmente uma satanização do PT durante esse tempo, porque este era o objetivo: derrubar a Presidenta Dilma, enfraquecer o PT, acabar com o PT, o que não conseguiram nem vão conseguir.

Mas é claro que provocaram um grande estrago sim. Nesses anos, nós não só perdemos uma Presidenta do nosso partido, legitimamente eleita, honesta - não há comprovação contra ela -, como também deixamos de eleger mais Vereadores, mais Prefeitos, mais Deputados Estaduais, mais Deputados Federais, mais Senadores, mais Governadores. Desde a época do mensalão, foram pregando para os eleitores brasileiros que era o PT que usava o caixa dois para realizar as campanhas.

Eu não sei por que a delação da Odebrecht continua em sigilo até agora. Se apenas membros do nosso partido tivessem sido citados nessa delação, talvez ela não fosse mais sigilosa. Mas alguém ainda tem que estar sob sigilo, porque vai aparecer, numa delação, que uma grande liderança de um partido recebeu um apartamento em Paris. Essa pessoa o recebeu mesmo, ela o comprou e o doou. Tudo isso vai aparecer agora.

Começam a se movimentar para fazer uma reforma política, para que essa reforma possa inclusive proteger lideranças de partidos que não terão condições de disputar as eleições, de se eleger ou se reeleger nas próximas eleições.

Então, uma grande injustiça foi cometida contra um partido, um dos maiores partidos do Brasil, que tem um grande legado, que governou este País como ninguém jamais governou, que fez por este País o que ninguém fez nesses 500 anos.

O Governo Temer, que é uma junção de praticamente todos os partidos, exceto os partidos de esquerda, até agora não conseguiu fazer nada! O Brasil vai de mal a pior, com aumento do desemprego.

As operações irresponsáveis continuam acontecendo, como a Operação Carne Fraca. Algumas autoridades da Polícia Federal não têm responsabilidade com este País, não estão nem aí. Na minha avaliação, houve exagero na Operação Carne Fraca. Existem coisas ali a serem corrigidas. Uma operação não pode colocar um setor produtivo de um país, principalmente em momento de crise, numa situação de fragilidade, como aconteceu relativamente a essa operação. Isso prova que este é um Governo fraco. Nem o Ministro da Justiça nem o Ministro da Agricultura sabiam que essa operação estava acontecendo.

Eu quero dizer ao Juiz Sergio Moro, que já critiquei muito desta tribuna, que, na minha avaliação, ele cometeu mais um ato de



irresponsabilidade nesta semana ao mandar prender o blogueiro Eduardo Guimarães. Faço novamente uma pergunta ao Juiz Sergio Moro. Se ele não quiser me responder, não me responda. Juiz Sergio Moro, por que mandou prender Eduardo Guimarães? Quero ver se é homem para me responder, por telefone, por correspondência ou por intermédio de algum assessor seu. Mandou prendê-lo por perseguição, porque em determinado momento o jornalista o denunciou, ou achava que ele poderia ter alguma coisa que pudesse ser um jeito de você mandar prender Lula? Até agora não conseguiu. Está tão desesperado que mandou prender até jornalista. Foi uma prisão foi totalmente ilegal. Tanto é que já mandou liberar o jornalista, porque você não achou aquilo que queria em gravações, em computadores, em celulares desse jornalista que foram apreendidos. Então, é uma irresponsabilidade total.

Eu quero dizer ao povo brasileiro que, se houve um golpe neste País, parte do Judiciário brasileiro também foi peça dessa engrenagem, parte da Polícia Federal foi peça dessa engrenagem, parte do Ministério Público foi peça dessa engrenagem, e, naturalmente, os partidos que perderam a eleição pela quarta vez e não se conformaram foram peças dessa engrenagem. O PSDB, o Democratas perderam as eleições e sabiam que não têm chance nenhuma de ganhar de Lula nas eleições em 2018. E o resultado foi a crise.

A crise do Brasil tem nome. Quem provocou a crise foram aqueles que perderam as eleições no voto para a Presidenta Dilma em 2014: o Sr. Aécio Neves; parte do PMDB (aqui havia uma parte do PMDB liderada por Eduardo Cunha, e depois Temer acabou aderindo às forças golpistas neste País); partidos que hoje formam a base do Governo, que contribuíram para um dos piores episódios deste País.

Este País nunca perdeu tanto. Os prejuízos são trilionários. Se a Justiça brasileira, se o Ministério Público, se a Operação Lava-Jato querem comemorar porque estão conseguindo trazer de volta 5, 10, 15, 20 bilhões, precisam se lembrar de que houve uma quebra de empresas brasileiras, que agora não conseguem ganhar uma concessão nem de restauração de rodovia ou de reforma de aeroporto neste País, não conseguem construir.

Empresas que estavam construindo fora do Brasil, na América do Sul, hoje não conseguem ganhar uma concessão referente a aeroporto. Na última concessão que houve, relativa a quatro grandes aeroportos, superavitários, quem ganhou foram empresas europeias. E a Europa não anda bem das pernas, nem econômica nem socialmente. Em alguns países europeus, a crise tem sido feia, continua sendo grave. Portanto, este é o saldo da Lava-Jato. Com a intenção de acabarem com o PT, com a intenção de derrubarem o Governo da Presidenta Dilma, acabaram derrubando o Brasil. Acabaram com o Brasil, estão enterrando o Brasil, gerando desemprego, propondo uma reforma da Previdência para matar a classe trabalhadora e aprovando a



terceirização, como fizeram aqui ontem à noite.

Foi uma irresponsabilidade desta Câmara. Aqui, a maioria dos Deputados não tem compromisso com um projeto de futuro para este País. Aliás, muitos que estão sentados nessas cadeiras gastaram 5, 6, 8, 10, 15 milhões de reais, ou seja, compraram a eleição, e agora não têm autonomia para exercer o mandato de maneira livre. Não existe condição de um Parlamento como este funcionar.

Na minha avaliação, a reforma política é que deveria estar sendo discutida neste País. As duas grandes reformas do Brasil teriam que ser a reforma tributária e a reforma política, e não reforma trabalhista, reforma previdenciária. Temos que reformar muita coisa. Mas, sem reforma política, eu quero ver como alguém governa este País, com 27, 28, 30 partidos, quero ver como a política vai ser qualificada, com 27, 28, 30 partidos. Já passa de 40 o número de partidos neste País.

Então, nós temos que fazer uma reforma política. Não se deve tratar só de lista fechada. Lista fechada é um tema. Nós temos que discutir o financiamento público de campanha, porque as campanhas estão cada vez mais caras. As campanhas para os cargos de Prefeito e Vereador neste País custaram mais do que as passadas. Depois de todo o debate sobre petrolão, caixa dois, financiamento, três candidatos juntos gastaram, em Municípios com 12 mil eleitores, 3 ou 4 milhões de reais para disputar os votos desses eleitores. Há candidatos a Prefeito em Municípios pobres por aí afora que gastaram 2 ou 3 milhões de reais em uma campanha. Eu pergunto: quem paga tudo isso?

A reforma política, portanto, precisa ser ampla. Nós temos que discutir também, por exemplo, essa questão da suplência dos Senadores.

Como é que pessoas que nunca receberam um voto viraram Senadores? Por que os mais votados não se tornam Senadores, e o seguinte, suplente? Ano que vem, 2018, vai haver duas vagas para o Senado em cada Unidade da Federação. Os dois mais votados seriam os dois eleitos, e o terceiro mais votado seria o suplente. Em caso de vacância, ele assumiria o cargo.

Para que nós temos que ter vices neste País? É Vice-Governador, Vice-Prefeito, Vice-Presidente da República.

E que tal propormos um plebiscito para discutirmos o voto obrigatório?

Hoje eu participei de uma entrevista, e foi feita esta pergunta: *"Como aproximar o político, o candidato, o Deputado do eleitor?"* Se nós estamos aqui há tanto tempo satanizando a política, se nós estamos dizendo para os eleitores que os políticos não prestam, será muito difícil aproximar o Deputado e o Senador do jovem que quer ingressar na política. O que se fez aqui até hoje foi a satanização da política.

Se há políticos desonestos, se há políticos picaretas, se há políticos que estão aqui dentro para defender interesses que não sejam os do povo, pode-se dizer que a maioria não é assim. A maioria trabalha, a maioria vem para cá, a maioria tem interesse em ver o seu Estado e o seu País melhorando.



É lamentável que nós deprecemos a política neste País. É lamentável, porque nós estávamos indo bem. O Brasil tinha a sensação de ser um país desenvolvido, um país em que os trabalhadores estavam melhorando. O microempresário estava virando pequeno empreendedor; o pequeno estava virando médio; o grande também estava podendo se expandir (havia geração de empregos); o trabalhador autônomo estava conseguindo se sobressair. Agora, de repente, não há mais concursos públicos. O jovem não tem mais esperança de ingressar na carreira pública. As universidades que foram abertas estão com dificuldades de se manter. Não há dinheiro para obras. Não temos mais INCRA, não temos mais Ministério da Reforma Agrária, não temos mais Ministério da Pesca.

Este País começa a entrar num clima de desespero. A violência aumenta em todos os mais de 5 mil Municípios do País, desde o maior Município, São Paulo, até o menor Município do Norte ou do Sul do Brasil. Há violência em todas as cidades. A paz social já não existe mais. A tendência é andarmos nas ruas e vermos cada vez mais mendigos pedindo ajuda, como há 20 anos, no Governo da Nova República, que foi governado exatamente por esses que estão sentados nessas cadeiras atualmente.

Eu lembro muito bem que Sarney assumiu porque Tancredo faleceu. Veio Sarney, e não deu certo. Inventaram Collor, e não deu certo. Veio Itamar, veio Fernando Henrique Cardoso, que inventou o Plano Real. Rodovias como a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica passaram 20 anos sem reforma. Nem as pontes de madeira eles reformaram, e havia muita madeira! De repente, Lula veio e começou a asfaltar a Cuiabá-Santarém, a Transamazônica.

E a transposição de águas do Rio São Francisco? Desde D. Pedro I falavam nessa obra. Lula teve que aparecer, teve que chegar ao Governo para fazer a transposição de águas do Rio São Francisco. *"Ah, a obra está atrasada, não terminou!"* Não terminou ou não está mais avançada porque o Governo que estava dando certo foi destituído, por mentiras, corroboradas inclusive por grandes meios de comunicação, fazendo mentiras virarem verdade, como no caso de uma tal de pedalada fiscal.

Juiz Sergio Moro, você está desesperado porque não achou, nem vai achar, alguma razão para mandar prender o Presidente Lula. Tem que mandar prender exatamente aqueles que merecem ser presos.

Eu pergunto ao povo brasileiro, eu pergunto aos eleitores brasileiros, eu pergunto à Justiça brasileira: por que, nesses 12 anos, só os tesoureiros do PT foram presos? Três tesoureiros do PT que participaram das campanhas foram presos, mas nunca foi preso um tesoureiro do PMDB, nem do PSDB, nem do Democratas, nem do PPS, nem do PR, nem do PSD. Para resumir, até hoje, nesses 12 anos, a Justiça brasileira só mandou prender três tesoureiros do PT. Essa é a realidade.

Nós estamos aqui também, no momento em que a conjuntura nos favorece, para começar a descriminalizar o nosso Partido dos Trabalhadores, que continua sendo um dos maiores partidos do Brasil, continua sendo um dos partidos que mais fez por este País. De acordo com as pesquisas, o Presidente Lula está indicado para voltar a governar este País a partir de 2018. O PMDB não tem candidato, o PSDB não tem candidato, ninguém mais tem candidato. E não adianta quererem inventar um candidato, como inventaram Collor de Mello, que até a poupança do povo confiscou.

Então, meus amigos e minhas amigas, povo brasileiro, a partir do momento em que a Presidenta Dilma foi destituída do cargo e Michel Temer, Meirelles e os empresários nacionais e internacionais assumiram o poder, este País começou a virar uma verdadeira bagunça. Este País não tem como gerar empregos. É mentira que a terceirização vai gerar empregos. Nós vamos desempregar mais, nós vamos fragilizar mais a classe trabalhadora.

Chega de mentir para o povo brasileiro! Chega de fazer operações irresponsáveis, de que nós do Partido dos Trabalhadores fomos vítimas. Agora o Brasil está sendo vítima da Operação Carne Fraca. Imaginem a hora em que forem feitas as operações soja fraca, leite fraco, café fraco, mamão fraco, tudo fraco.

Há muito agrotóxico sendo usado nesses produtos. Daqui a pouco, ninguém vai comer verdura nem soja, nem milho, nem feijão, nem cacau, não vai tomar café porque no Brasil a quantidade de agrotóxicos aplicada na produção agrícola não é mais a permitida por lei.

Agrotóxicos que já foram proibidos em outros países continuam sendo aplicados no Brasil.

Ontem à noite, os Deputados que votaram a favor dessa proposta sobre terceirização - não foi o meu caso - cometeram um crime contra o Brasil e contra a classe trabalhadora.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Franklin Lima) - A solicitação de V.Exa. será atendida, Deputado Zé Geraldo.

Sumário

Transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa dos Municípios de Itirapina e Corumbataí, Estado de São Paulo. Defesa de alterações nas propostas de reformas previdenciária e tributária. Inconveniência de patrocínio de clubes de futebol pela Caixa Econômica Federal diante de dificuldades financeiras da estatal.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Delegado Edson Moreira, demais Srs. Parlamentares, assomo à tribuna para cumprimentar dois Municípios da região central do Estado de São Paulo: o Município de Itirapina e o Município de Corumbataí.

O Município de Itirapina comemora o aniversário de 82 anos de emancipação política. O Prefeito José Maria Candido vem fazendo um bom trabalho, na medida do possível, tendo sido reeleito. Estivemos presentes na solenidade do ato cívico, cumprimentando toda a população, as autoridades e todos os nossos amigos da cidade de Itirapina.

O Município de Corumbataí, cujo Prefeito é o Leandro Martinez, também comemora seu aniversário de emancipação política. Quero saudar todas as autoridades do Município e também a população de Corumbataí.

Em vários eventos na região, o assunto foi a reforma previdenciária, que tramita na Casa, assim como outras reformas de que trataremos: a trabalhista, a política e a tributária. As discussões estão em andamento, e é preciso discutir muito mesmo. Já discutimos com o Relator da reforma da Previdência, Deputado Arthur Oliveira Maia, e com o Relator da reforma trabalhista, Deputado Rogério Marinho. Temos que avançar, mas com certa parcimônia, considerando questões que são tão importantes para o Governo quanto a própria reforma.

Na bancada do PSDB, já colocamos algumas posições para que a reforma da Previdência tenha o nosso apoio. Do jeito que está, fica muito difícil aprová-la aqui na Câmara dos Deputados. Por isso, é preciso que haja algumas alterações.

É preciso também alterações nas outras reformas. Em relação à reforma tributária, por exemplo, vamos tentar chegar a um entendimento com todos os Estados, para que não se prejudique, mais uma vez, o nosso Estado de São Paulo. Vira e mexe, o Estado de São Paulo, no fim, complementa muito as receitas da União, o Orçamento da União, em detrimento até de outras áreas que, às vezes, recebem

muito menos do que seria justo para dar continuidade aos serviços, como é o caso da saúde e da educação, em nossas universidades, e até das nossas estradas.

Essa é uma importante discussão entre o Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e entre todos os Secretários da Fazenda, para que possamos ter um entendimento entre os Estados. O prejuízo não pode recair nas costas de um só Estado ou de alguns Estados, em detrimento de outros. Nós também sabemos que o Governo Federal vem tentando fazer algumas economias.

À Caixa Econômica Federal, que, por intermédio do seu Presidente, vem fazendo algumas economias - talvez algumas agências sejam fechadas -, peço que, na parte de *marketing*, reveja a questão da publicidade que envolve vários times de futebol. Se a Caixa está com muitas dificuldades, não dá para ficar patrocinando centenas de times de futebol, principalmente no futebol profissional.

Documento 55/141

051.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	29/03/2017- 14:34
Publ.: DCD - 30/03/2017 - 60	EDMILSON RODRIGUES-PSOL -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Protesto contra tentativa de destruição dos direitos indígenas e quilombolas e da política agrária para o pequeno produtor familiar. Repúdio ao corte de recursos orçamentários destinados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme matéria da jornalista Mônica Bergamo, do jornal Folha de S.Paulo. Cumprimentos à Frente Brasil Popular e à Frente Povo Sem Medo pela convocação de mobilização nacional contra as propostas do Governo Federal de reformas trabalhista e previdenciária. Defesa da tese de ilegitimidade do Governo Michel Temer. Artigo intitulado Reforma da Previdência: a morte como horizonte da aposentadoria, de autoria do orador, publicado pela revista Carta Capital.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero registrar o meu veemente protesto contra a tentativa de destruição dos direitos indígenas e quilombolas e contra a destruição de qualquer resquício de política



agrária voltada à pequena produção, à produção familiar. Quero também manifestar a minha preocupação - e, ao mesmo tempo, o meu repúdio - com os cada vez mais poucos recursos destinados ao IBGE. Ontem, no jornal *Folha de S. Paulo*, a jornalista Mônica Bergamo publicou, com as fontes devidas, que o recenseamento agropecuário previsto para 2015 somente agora será feito. O instituto perdeu recursos e reduziu de 80 mil para apenas 26 mil os recenseadores. O mais grave é que retirou da pesquisa as questões inerentes à agricultura familiar, ao uso de agrotóxicos, à raça das pessoas, entre outros itens importantes.

Isso é realmente impor um prejuízo inestimável ao esforço de compreensão deste Brasil tão complexo, tão plural, tão diferenciado, que necessita do fortalecimento de um órgão da estatura do IBGE, ao qual jamais poderia ser imposta essa verdadeira seca de recursos que inviabiliza os avanços e até impõe retrocessos àquilo que o instituto já conquistou.

Sr. Presidente, quero parabenizar a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, que convocaram para o próximo dia 31, sexta-feira, um grande ato de mobilização nacional. No dia 15, nós trabalhadores já demonstramos nossa força; no dia 31, vamos parar o Brasil, porque somos solidários, somos todos trabalhadores do campo, da cidade. Neste momento, a minha categoria, em quase todo o Brasil, está em greve lutando contra a reforma trabalhista e, particularmente, contra essa reforma criminosa que quer tirar os direitos previdenciários, colocando como o horizonte da aposentadoria a data da morte do trabalhador.

Parabéns à Frente Brasil Popular! Parabéns à Frente Povo Sem Medo! O ato do dia 31 tem um grande objetivo: conclamar as classes trabalhadoras e mobilizá-las para a grande greve geral. Essa greve estava indicada para o início de abril, mas, em razão dos feriados, houve consenso entre várias Centrais Sindicais sobre nova data: no dia 28 de abril o Brasil vai parar.

Este Congresso, como Casa do Povo que é, não tem o direito de trair o voto soberano que o povo nos deu. No entanto, quando a chamada Casa do Povo trai a soberania popular, somente o povo, nas ruas, pode dar um basta a essa tentativa criminosa de um Governo golpista de destruir o direito à dignidade do nosso povo com reformas trabalhista e previdenciária e com essa criminosa terceirização aqui aprovada.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja dado como lido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna parabenizar a Frente Brasil Popular e a Frente do Povo Sem Medo pela



convocação de um dia nacional de mobilização, o dia 31 de março, com vistas a uma data para chamarem greve geral, provavelmente na primeira quinzena de abril. Não apenas parabenizo, como convido todos os brasileiros e brasileiras para se juntarem a esse grande dia. Por esta Casa, é verdade, passam as principais decisões do País. Mas, quando a maioria dos representantes não representam os interesses do povo brasileiro, é preciso que o povo resista e demonstre seu poder. Para barrar a reforma da Previdência, a reforma Trabalhista e o projeto da terceirização (que, apesar de aprovado aqui, ainda não foi sancionado), apenas a força do povo nas ruas.

Força essa, inclusive, que já foi sentida aqui pelos Deputados e pelo Governo Temer depois dos dias 8 e 15 de março, quando as ruas estiveram cheias de brasileiros e brasileiras contrários aos retrocessos. Como resposta, o Governo fez uma manobra que simulava poupar os servidores municipais e estaduais da Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, na esperança de tirar das ruas os milhares de professores que foram a vanguarda dos dias 8 e 15. Em jogada ensaiada, Rodrigo Maia desenterrou a PL da Terceirização, o Projeto de Lei nº 4302, de 1998, da época de FHC, e o Congresso aprovou, na última quarta-feira, dia 22, esse ataque que rasga a CLT. Não há dúvidas de que o que pretendem é sacrificar, até as últimas consequências, os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, retirando seus direitos e sua vida para que os que sempre lucraram neste País sigam lucrando cada vez mais.

Por isso, é fundamental que cada piquete em porta de fábrica, que cada assembleia de professores em greve, que cada plenária ou comitê regional se transforme em instrumento para a construção da greve geral pela base.

O povo resistirá! Todos e todas às ruas dia 31 de março!

Sr. Presidente, ainda a respeito desse tema, gostaria de fazer agora a leitura de artigo de minha autoria publicado hoje na revista *Carta Capital* e intitulado *Reforma da Previdência: a morte como horizonte da aposentadoria*.

*Reforma da Previdência:
a morte como horizonte da aposentadoria*

Quando, há um ano exatamente, alertávamos que um golpe estava em curso, nos referíamos ao desrespeito à Constituição. Era ela que estava em jogo. Ao rasgar-se uma página dela, autorizaríamos queimar todo o resto. O governo Temer assumiu há menos de um ano e, provando ter ocupado a cadeira de forma ilegítima, imoral e impopular, tentamos salvar uma página desta Magna Carta que este governo ignora. Ocorre que, desta vez, ele tenta colocar na fogueira aquele direito que atinge a todos os brasileiros e brasileiras diretamente e



indistintamente: o direito a se aposentar.

A contribuição que o trabalhador vê mensalmente ser descontada de seu contracheque pode nunca chegar a seus bolsos. A proposta de Reforma da Previdência não pretende outra coisa senão acabar com o direito à previdência pública e, desse modo, viabilizar o fortalecimento das empresas privadas do setor, subsidiárias dos grandes bancos. Trata-se de um roubo institucionalizado do fundo previdenciário público.

A proposta do texto é nada menos que cruel. Propõe como ponto principal o estabelecimento da idade mínima de 65 anos para a aposentadoria, para homens e mulheres, sem distinção, o que representa um retrocesso histórico. Além do mais, a cada ano adicional na média brasileira de expectativa de sobrevida será acrescentado um ano à idade mínima de 65 anos.

Haverá também a exigência de 25 anos de contribuição, o que representa também grande dano, dado que hoje o mínimo é de 15 anos para a aposentadoria por idade no INSS. Um requisito que colocaria à margem milhares de brasileiros, uma vez que o mercado de trabalho brasileiro é caracterizado pela informalidade e pela rotatividade nos postos de trabalho.

Como observa Denise Gentil (UFRJ), 60% das aposentadorias por idade concedidas em 2015 foram para trabalhadores que não chegaram sequer aos 20 anos de contribuição e 79% não alcançaram os 25 anos propostos. Na verdade, a aposentadoria, hoje, para grande maioria da população é justamente a idade. No Pará, por exemplo, esse percentual ultrapassa 90%, o que ressalta a perversidade da proposta de idade mínima de 65 associada à exigência de, no mínimo, 25 anos de contribuição.

Está claro que essa nova regra atingirá sobretudo a população mais pobre, que contribui por menos tempo por ser mais sujeita ao trabalho informal e ao desemprego. Sabe-se que o sonho de qualquer cidadão é ter um emprego com carteira assinada. Ter a possibilidade de contribuir sem interrupção ainda é, contudo, privilégio de poucos trabalhadores brasileiros.

Mesmo para os que tiverem a oportunidade de contribuir será quase impossível se aposentar com a integralidade do salário, haja vista que, para isso, a proposta exige 49 anos comprovados de contribuição. As mudanças propostas dão razão ao temor que levou milhares de brasileiros e brasileiras às ruas no último dia 15: o de ter que trabalhar até a morte.

No caso das pensões, ela será reduzida para 50%, acrescentando-se 10% por dependente (até o limite de 100%). Desta forma, com a morte de seu cônjuge, uma pessoa pode perder até 40% de seu benefício. A Reforma ainda eleva de 65 para 70 anos a idade mínima para se fazer jus ao benefício de Assistência Social, e permite o aumento automático dessa idade sempre que a expectativa de sobrevida aumentar. Além



disso, estabelece que o valor do benefício será fixado em lei, em substituição à atual previsão de um salário mínimo.

Haverá apenas uma regra de transição para as pessoas que já estiverem no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) do INSS, e que na data de publicação da Reforma já tenham 50 anos ou mais (se homem) ou 45 anos (se mulher), que poderão se aposentar em condições menos piores, mas ainda com regras bem severas.

Além do mais, a proposta revoga o direito de aposentadoria diferenciada para policiais, professores e trabalhadores rurais, representando um retrocesso histórico e no reconhecimento das diferenças no mundo do trabalho que devem ser consideradas pela legislação.

Todo o diagnóstico oficial, de que no futuro a relação entre aposentados e trabalhadores ativos irá se multiplicar, se torna irrelevante quando consideramos quem são os verdadeiros privilegiados no orçamento público: os grandes bancos, investidores e empresas. Isto sem mencionar que a arrecadação (inclusive do INSS) tem sido prejudicada pelas constantes desonerações tributárias, e pela recessão econômica (desemprego), resultante das altíssimas taxas de juros, que privilegiam os beneficiários da dívida pública.

A reforma da Previdência tem sido anunciada como uma grande necessidade, supostamente porque haveria um déficit no setor, e que no futuro não haveria dinheiro para pagar os benefícios. Porém, na realidade, o verdadeiro problema das contas públicas não é a Previdência, mas outros fatores que buscam blindar esses que sempre são privilegiados para colocar a conta nas costas do trabalhador. E, desta vez, a conta é a própria vida.

Indico aqui, por exemplo, a questionável dívida pública, que beneficia principalmente grandes investidores e bancos, que são exatamente os que mais vão ganhar com a precarização da Previdência Pública. Em 2017, o Governo Federal, conforme a Lei Orçamentária, planeja gastar 1,722 trilhão de reais com juros e amortizações da dívida, que jamais foi auditada, e que representa 50,66% do orçamento. Este valor é quase o triplo de todos os gastos previstos com a seguridade social, incluindo a Previdência Social (INSS e Regime Próprio dos Servidores Públicos), previstos em 650 bilhões de reais.

Nos dois últimos anos consegui que o Congresso Nacional aprovasse emenda de minha autoria à Lei de Diretrizes Orçamentárias prevendo uma auditoria sobre esta dívida obscura, com a participação de entidades da sociedade civil. Porém, Dilma e Temer a vetaram. O governo prefere manter este gasto absurdo com a dívida pública, às custas da perda de direitos dos trabalhadores e aposentados.

Por que as empresas devedoras ao INSS não são cobradas? De acordo com dados da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), R\$ 426 bilhões é o montante dessa dívida, o que equivale a três vezes o alegado déficit da Previdência em 2016. A maior parte



dessa dívida está concentrada na mão de poucas empresas ativas, como a JBS e Bradesco.

Somente 3% das companhias respondem por mais de 63% da dívida previdenciária. A procuradoria classificou 32.224 empresas devedoras e constatou que apenas 18% delas estão extintas. Ora, se a grande maioria, ou 82%, são ativas, somente um conluio entre o governo e empresas pode explicar a falácia do déficit para a privatização da previdência pública.

As justificativas usadas pelo governo para defender essa reforma são absurdas. É preciso desmentir o suposto "déficit" na previdência dos servidores públicos e no Regime Geral (INSS). No caso do INSS, o governo anuncia "déficit" de R\$ 181,2 bilhões em 2017. Porém, omite que a Previdência Social está inserida no Sistema de Seguridade Social (que abrange as áreas de Saúde, Assistência e Previdência), e conta com expressivas receitas, como a COFINS e a CSLL. Mesmo em 2015, quando a recessão econômica e o desemprego já eram expressivos houve um Superávit de R\$ 11,17 bilhões. A Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil mostra que nas últimas três décadas o sistema sempre foi superavitário. Já no Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), o governo federal anuncia "déficit" em 2017 de R\$ 35,12 bilhões na Previdência dos Servidores Civis, e R\$ 52,16 bilhões no total (incluindo-se os militares). Porém, fabrica-se esse déficit por meio do desmonte do Estado.

De 1991 a 2015 (em 24 anos), o número de servidores civis ativos do Poder Executivo cresceu apenas 8% (de 662 mil para 717 mil). No mesmo período, a população brasileira cresceu 39%. Desta forma, é lógico que as contribuições dos ativos não irão cobrir as aposentadorias.

Além do mais, não é verdade que o gasto com previdência dos servidores está explodindo. O gasto com pessoal (incluindo-se aposentados e pensionistas, de todos os Poderes) caiu de 54,5% da Receita Corrente Líquida em 1995 para 38% em 2015. Investindo em mais em pessoal, inclusive ampliando o número de fiscais, haveria uma melhora na fiscalização e no combatendo a sonegação, além da melhoria da qualidade do serviço público.

Por fim, é necessário acabar com as desonerações sobre a folha de pagamento das empresas, revisar as isenções previdenciárias e acabar com a Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre o orçamento incidente sobre a seguridade social, que retiram bilhões de reais e fragilizam o sistema de proteção social. Somente em 2016 a DRU desviou mais de 100 bilhões de reais do setor.

A reforma da Previdência não é uma saída para corrigir um anunciado déficit, que é falacioso. Trata-se de uma escolha política que pretende retirar mais direitos, retroceder em direitos trabalhistas e sociais para atender a quem sempre lucrou neste país. Caso se desejasse buscar

saídas para esse problema, a Comissão Especial da Reforma da Previdência na Câmara, seguramente, teria mais tempo de existência e chamaria a todos os interessados para um amplo debate democrático e plural. Exatamente o contrário do que temos vivido nesse espaço. A saída não é outra: essa reforma cairá pelas mãos da pressão popular.

Documento 56/141

051.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	29/03/2017-14:50
Publ.: DCD - 30/03/2017 - 67		DÉCIO LIMA-PT -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Análise do orador sobre a perda de espaço de manifestações convocadas pela direita em apoio ao Governo Michel Temer e o crescimento do movimento de resistência contra a perda de direitos pela população decorrente de medidas do Governo Federal.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço apenas que considere lidos pronunciamentos em que faço uma reflexão sobre a conjuntura.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Deferido.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a última manifestação da direita brasileira, a favor da reforma da Previdência, a favor do Governo ilegítimo do PMDB/PSDB e a favor do fim da CLT evidencia que o círculo de ferro da ideologia golpista ruiu. A direita perdeu as ruas na medida em que o povo brasileiro se deu conta dos ataques aos seus direitos. Em contrapartida, cresce um movimento espontâneo e também organizado dos setores populares por uma greve geral contra os ataques aos trabalhadores. Parafraseio aqui Karl Marx: Trabalhadores de todo o Brasil, uni-vos! Fora Temer, Fora PMDB/PSDB, rumo à greve geral dos trabalhadores!
Eu rogo a V.Exa., portanto, que receba como lido este pronunciamento

e lhe dê a divulgação nos meios de comunicação desta Casa.
Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as últimas semanas marcam a consolidação de uma nova conjuntura política no Brasil. O sucesso das manifestações da frente contra o golpe e suas reformas, que no dia 15 de março mobilizou 1 milhão de trabalhadores em todo o País, e o fracasso dos atos convocados pela direita no dia 26 passado marcam, creio, o início de uma virada no quadro político brasileiro. Mais precisamente, parece-me que estamos diante, finalmente, do triunfo da verdade factual sobre as muitas narrativas em disputa no Brasil. O cenário de histeria que, pela sabotagem político-econômica e manipulação das informações, o bloco golpista conseguiu criar e que culminou na cassação, ao arrepio da lei, da Presidenta Dilma, começa a se dissolver no ar, mostrando o que realmente é: uma cortina de fumaça para derrubar um Governo legítimo e progressista e ocultar o maior saque aos direitos dos trabalhadores e as riquezas da Nação, praticado em toda a história do Brasil.

Poucos meses do Governo ilegítimo de PMDB e PSDB foram o bastante para que as pessoas, praticamente todas, percebessem quem são e o que desejam os que tomaram o poder de assalto. Assolado pela corrupção, imobilizado pela incompetência e dedicado exclusivamente a vender o País e retirar os direitos obtidos pelos cidadãos no último século, o bloco golpista rapidamente caiu em desgraça com quase todos os setores da sociedade. Não fosse a, regamente recompensada, fidelidade da grande imprensa, que insiste, inescrupulosamente, na defesa de uma falsa narrativa contra o real, a fortaleza já teria ruído e todos saberiam que só há ratos atrás dos muros. Os setores médios, base social fundamental para o golpe, se desiludiram rapidamente com o grupo que alçou ao poder e se desmobilizam na proporção que percebem quem são os verdadeiros corruptos e passam a ver seus direitos ameaçados. Por outro lado, os trabalhadores e seus sindicatos e centrais, diante da iminência do maior retrocesso da história dos direitos trabalhistas no Brasil, se incorporam, em número cada vez maior, à frente ampla que deseja resgatar a democracia. Um dos primeiros sinais de erosão da legitimidade do Governo golpista do PMDB e PSDB foi o a votação da lei da terceirização. Embora uma tragédia para as relações de trabalho, e para a economia, o resultado mostrou que grande parte dos Deputados da base governista começa a recuar diante da pressão popular e que não será fácil aprovar a reforma da Previdência e a reforma trabalhista.

Apesar disso, não nos enganemos, o Governo golpista conta, ainda, com o apoio da grande mídia, de parte significativa do judiciário, do Congresso Nacional e do capital rentista internacional. Aposta em narrativas, repetidas incansavelmente pela imprensa e cada vez mais

desligadas da realidade que, somadas com a desilusão política de alguns setores, podem gerar um efeito de inércia na sociedade brasileira. O Governo golpista não precisa de legitimidade para arruinar o Brasil. Sua "legitimidade", lembremos, não vem da população, é antes resultado de um pacto nefasto entre imprensa e judiciário, ele só precisa que a sociedade não se mobilize contra ele. Isso é o que não devemos permitir.

Os ventos da conjuntura viraram, mas se não içarmos as velas não navegaremos de volta para a democracia. É preciso centrar esforços no fortalecimento da frente única e na agenda da resistência ao golpe. Isso implica, necessariamente, em ampliar o número de pessoas, grupos e entidades mobilizados pelo resgate da democracia e contra a retirada de direitos.

O círculo de ferro da ideologia golpista ruiu, e a verdade começa a ficar clara. Finda assim, progressivamente, a impermeabilidade para com a razão, fenômeno que marcou muitos setores e pessoas no último período. É hora de conversarmos com tais pessoas e setores. Sem rancor, porque ódio pertence à direita, vai contra nosso radical compromisso com a humanidade e nada nos adiciona. É preciso, ao mesmo tempo, dialogar com os trabalhadores e suas entidades, que serão definitivos nos dias que virão, mas também com os setores que apoiaram o golpe e se frustraram com ele.

Não devemos permitir que a desilusão, que floresce agora nos setores médios, degenere-se, como sempre é possível, em patologias políticas de natureza fascista.

É hora de a esquerda ocupar as ruas e disputar corações e mentes, não com rancor e sim com o que torna nossa causa justa: a verdade, o afeto e a razão.

Documento 57/141

051.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	29/03/2017-15:02
Publ.: DCD - 30/03/2017 - 70		WADIH DAMOUS-PT -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Denúncia de violência da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro na repressão a manifestação popular contra a reforma da Previdência. Advertência

a autoridades estaduais sobre a possibilidade de conflitos diante da previsão de realização de novas manifestações populares.

O SR. WADIH DAMOUS (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna neste momento para relatar alguns episódios acontecidos no último dia 15 de março, dia em que ocorreram grandes manifestações pelo Brasil contra a reforma da Previdência.

No meu Estado, na minha cidade do Rio de Janeiro, a repressão se deu de maneira brutal e selvagem. O detalhe não é a repressão à manifestação, como é de praxe, quando a polícia, tradicionalmente e infelizmente, sempre reprime as manifestações desta ou daquela maneira. No dia 15, o que aconteceu foi uma repressão seletiva até a quem não estava se manifestando, com bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha a pouca distância.

O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS foi cercado pela Polícia Militar, que tacou bombas de gás lacrimogênio dentro do prédio. O Bar Amarelinho, por exemplo, onde a manifestação já havia acabado - as pessoas estavam lá bebendo, comendo, confraternizando -, foi obrigado a fechar as portas. No entanto, um policial militar, um psicopata, conseguiu jogar uma bomba de gás lacrimogênio no interior do Bar Amarelinho, antes que o garçom conseguisse fechar totalmente a porta.

Isso ocorreu, Sr. Presidente, no cenário do Rio de Janeiro, que está à deriva.

O PMDB, partido que governa o Rio de Janeiro há muitos anos - não é do meu agrado, mas infelizmente eu tenho que dizer isto aqui -, está praticamente todo na cadeia; só estão faltando mais alguns. E com que autoridade moral este Governo pode reprimir isto ou aquilo? Isso significa que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro não tem controle; perdeu-se o controle sobre a Polícia Militar. O batalhão de choque nessas manifestações faz o que bem entende, reprime a torto e a direito como se houvesse uma orientação para gastar o arsenal de balas de borracha e de bombas de gás lacrimogênio.

Sr. Presidente, parte da população do Estado do Rio de Janeiro está vivenciando esse terror. No dia 31 de março, haverá novas manifestações que prometem ser muito mais massivas, e eu não sei o que poderá acontecer. Poderá acontecer uma tragédia. Parece que é isso que estão esperando, porque, como sempre ocorreu no Brasil, para que se tomem providências, deve haver um mártir, uma mártir, uma morte, um ferimento grave.

Apelo para o pouco que resta de bom senso em relação às autoridades do Rio de Janeiro, a fim de que atentem para este quadro. No dia 31 de março, haverá grandes manifestações em todo o Brasil e também no Rio de Janeiro. E qual padrão será adotado? Será o padrão do terror, o

padrão da repressão indiscriminada, o padrão de agressão a estudantes, a professores, feito de forma indiscriminada por parte de alguns psicopatas, sobre os quais não se tem mais controle? Portanto, esse é o apelo e essa é a advertência que faço às autoridades do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Documento 58/141

051.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	29/03/2017-15:30
Publ.: DCD - 30/03/2017 - 75		AFONSO MOTTA-PDT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pesar pela inexistência de acordo entre Parlamentares para debate da proposta de reforma política no âmbito da respectiva Comissão Especial.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, mais uma vez, quero expressar o sentimento de quem exerce o mandato procurando criar vínculos na intimidade do trabalho Parlamentar, nas Comissões, aqui no plenário, procurando, respeitosamente, nas divergências, construir alternativas. Passamos mais uma semana em que percebemos claramente que a pauta que poderíamos trabalhar acaba sendo precarizada, que a expectativa que se construiu em torno do funcionamento das Comissões não foi alcançada e houve aquele tensionamento da espera por algo pior.

Há divulgações que envolvem um conjunto importante de Parlamentares. As saídas para os impasses políticos e institucionais da Nação acabam não se consumando. Ou seja, há aquela sensação de tempo perdido, de que poderíamos ter feito mais.

Como integrante da Comissão da Reforma Política, percebo claramente que o objetivo não é mais o melhor debate, não é avaliarmos a proposta que veio do Senado, que proíbe as coligações partidárias nas eleições proporcionais e cria a cláusula de desempenho. Há a escolha por um sistema de voto. Eu digo sistema de voto, mas é o sistema eleitoral, que sempre é a expressão do voto.

Com tudo o que tem acontecido, e principalmente pela pauta da mídia, a Comissão da Reforma Política hoje vive um grande tensionamento. Há a lista fechada, que de certa forma impede o bom debate, dificulta um relatório que, ao vir a este plenário, possa merecer consideração e do qual se possa dizer: *"Eis uma reforma política que vai contribuir com a democracia, com o Estado Democrático de Direito, que vai dar uma solução para o processo eleitoral, que vai contribuir para o debate necessário."*

Por isso a nossa preocupação com o Parlamento, com o exercício do nosso mandato, com as nossas responsabilidades, por todo o tensionamento e por toda a expectativa que tem a sociedade brasileira. Eu queria cumprimentar o Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, que chega à sessão.

Boa sorte para todos nós!
Obrigado.

Documento 59/141

056.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	30/03/2017- 16:39
Publ.: DCD - 31/03/2017 - 108	EDUARDO BOLSONARO-PSC -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de implementação do sistema de lista fechada no bojo da reforma política. Resultado de audiência pública da Comissão Especial do novo Código de Processo Penal. Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2016, relativo à sustação dos efeitos do inteiro teor da Resolução nº 213, de 2015, do Conselho Nacional de Justiça, sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Registro de voto contrário à cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSC-SP. Pela ordem e como Líder. Sem revisão do orador.) - Devo dizer, como baixo clero, que nunca tive tanto tempo nesta tribuna: 6 minutos.

Sr. Presidente, inicialmente, eu queria esclarecer ao público que nos assiste o que é a lista fechada, de que tanto fala o Deputado Caio Narcio. Lista fechada, prezados, é o seguinte: você não votaria mais no



Deputado Caio Narcio, no Deputado Eduardo Bolsonaro ou no Deputado "x". Você votaria no partido. E conforme a votação que o partido tivesse, entrariam dois ou três Deputados. Assim, o cacique do partido iria decidir qual Deputado iria entrar.

No meu caso, eu fui eleito por São Paulo pelo PSC, que elegeu três Deputados Federais. Não necessariamente eu estaria nessa lista, porque dependeria do Presidente do partido ou do Líder do partido, ou seja, não haveria meritocracia.

Isso, meus caros, é o que todo o cacique de partido aqui quer, porque significa mais poder para ele e, com certeza, a perpetuação no poder. É a garantia do foro privilegiado e de todas as prerrogativas daqueles políticos que estão morrendo de medo da Operação Lava-Jato e de dar de frente com o Juiz Sergio Moro.

Falando nisso, prezado Presidente Hildo Rocha, eu vim agora da audiência que trata do novo Código de Processo Penal. Entre os juízes presentes, estavam o Ministro Velloso e o Juiz Sergio Moro. E lá fiz uma indagação sobre a audiência de custódia.

A ONU recomendou ao Brasil a instauração da audiência de custódia, já que nós temos cadeias superlotadas, que é uma grave violação dos direitos humanos. Eles estão se lixando para a quantidade de policiais que morrem no Brasil, o país onde mais morrem policiais no mundo.

A audiência de custódia é uma matéria de Processo Penal, cuja legislação é competência privativa desta Casa, do Congresso Nacional. Porém, quem regulamentou a audiência de custódia no País foi o Conselho Nacional de Justiça. Através de uma resolução, ele atropelou o Congresso Nacional e editou a audiência de custódia, que na prática em 24 horas solta o criminoso preso em flagrante.

De fato, o País está dando uma aula de isonomia. Está tratando o preso em flagrante adulto igual ao preso em flagrante menor de idade. Ambos estão indo para a rua na mesma hora. Depois não sabem por que a criminalidade está desse jeito.

Por isso, eu entrei com o Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2016, que foi assinado por outros Deputados, dentre eles o Deputado Delegado Waldir, recordista de votos no Goiás, para nós sustarmos os efeitos dessa audiência de custódia. Porém, o Presidente da Casa não parece muito sensível à matéria isso, porque até hoje não pautou esse projeto, que foi protocolado há mais de 1 ano. Ato contínuo, fiz um projeto de lei para engessar o Código de Processo Penal, e não permitir que instrumentos como audiência de custódia venham a vigorar no Brasil. Lugar de bandido é na cadeia. Não tem que responder em liberdade, coisa nenhuma! Dessa maneira, quem vive na cadeia somos todos nós, Sr. Presidente.

O último assunto que venho tratar diz respeito ao projeto de lei de minha autoria que trata do fim do imposto sindical. Na verdade, não é muito bem o fim, estou tornando facultativo o que hoje é obrigatório. Aquele imposto em que um dia de trabalho seu por ano vai para os

sindicatos. Ora, por que vai para o sindicato um dia de trabalho seu por ano? Qual é o mérito disso?

O meu projeto de lei vem no sentido de que siga havendo o imposto sindical desde que o trabalhador manifestamente, por ato voluntário, diga que quer colaborar com os sindicatos. Eles entendem como o fim do imposto sindical porque, com certeza, a expectativa é a de que muitos dos trabalhadores não sigam com essa contribuição, uma vez que muitos sindicatos - não vou generalizar - são extensões de partidos políticos. Estão se lixando para o trabalhador. Querem o quê? Querem causar uma instabilidade nos Governos Estadual ou Federal, muitas das vezes. Exemplo notório disso, Deputado Caio Narcio: quando a Dilma propôs a terceirização, a CUT nada falou. Agora, quando o Temer propõe a terceirização, ocorre manifestação, dizem que vão acabar com direito do servidor, e assim por diante.

Aproveito o gancho para dizer que é igualzinho à matéria de ontem. Ontem o meu voto aqui foi contrário a que estudantes de cursos de pós-graduação paguem mensalidades para universidades federais. Vejo isso como atecnia, é um monstro jurídico. É uma entidade federal cobrando pelos seus serviços. Ora, se o Estado está falido e vai cobrar pelo serviço público, então que privatize, meu Deus do céu! Ou será que vamos concordar também - se essa moda pega - e amanhã uma estrada federal, caindo aos pedaços, vem o Estado: *"Ah, não, além do IPVA, vamos cobrar aqui também um pedágio nessa estrada aqui caindo aos pedaços"*. Pelo amor de Deus!

Sr. Presidente, o País precisa de coragem para tratar do tema das privatizações. Se o Estado não consegue pagar, é porque é hora de debatermos temas com a iniciativa privada. Desde já, alerta a todos: o meu posicionamento é o de a que exploração de atividade econômica é de competência da iniciativa privada. O Estado não tem que criar estatal, como fez a Dilma Rousseff, que a cada 50 dias criava uma estatal, para gerar cabide de emprego e criar agência que não serve para nada, não regula nada. Ou pior: até regula, atrapalhando a vida do empresário.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a V.Exa. a tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro. V.Exa. fez um belíssimo pronunciamento.

Publ.: DCD -
31/03/2017 - 124

RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador sobre pontos da reforma política em debate na Câmara dos Deputados.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

Eu gostaria de registrar aqui alguns pontos do debate de que participei nesta semana, junto com o Deputado Esperidião Amin, do PP de Santa Catarina, acerca da reforma política.

Considero que é de extrema importância reconhecer que é excessivamente necessário que se faça alguma mudança no sistema eleitoral. O nosso modelo vigente deu como resultado o Congresso mais rico, o mais processado da história e, conseqüentemente, o que tem menos legitimidade, onde o povo se identifica como menos representado. O ideal é que reconhecemos que o atual modelo não deve prosseguir.

Sobre o sistema de voto em lista, é o formato que tem coerência com o desejo da Constituição. A nossa Constituição escolheu a democracia partidária. Não é possível participar das eleições sem partido. E para isso, a pergunta deveria ser como fortalecer os partidos?

A cultura de que o eleitor vota no candidato e não no partido, induz o eleitor a achar que o candidato deve algum direito de benefício do Parlamentar eleito. O eleitor acha que o candidato, ao ser eleito, deve defender os seus interesses e geralmente favores pessoais.

Além disso, na eleição, quem se confronta com o candidato é o seu correligionário, o seu colega de partido, que disputa uma mesma vaga. Durante a campanha, período que toda a sociedade está mobilizada para debater, quem confronta comigo é um filiado do meu partido, porque nós dois estamos disputando a mesma vaga. Enquanto o importante seria discutir os projetos para melhorar a vida do cidadão,

ressalto. Isso é algo em que deveria ocorrer o contrário: candidatos do mesmo partido deveriam defender a mesma bandeira, lutar pelos mesmos projetos.

A meu ver, a tentativa de voto em lista é uma forma válida, que tem que ser aperfeiçoada. É preciso haver ajustes. Não adianta importar modelo que deu certo em outro país, achando que isso dará certo no Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Documento 61/141

059.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD 04/04/2017-16:32
Publ.: DCD - 05/04/2017 - 87	HENRIQUE FONTANA-PT -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Convite aos Deputados para participação no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Brasileira. Solidariedade a movimento grevista de servidores públicos municipais de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul. Anúncio de apresentação ao Relator da proposta de reforma política de emenda sobre a adoção de eleições primárias abertas.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, faço um convite a todos os colegas. Logo mais, às 17h30min, lançaremos, no Plenário 8, a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Brasileira, indústria que está sendo fortemente atacada pelas políticas equivocadas do Governo Temer.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, solidarizo-me com todos os servidores públicos do Município de Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul, que estão organizando uma greve para resistir a um conjunto de ataques absurdos que estão sendo votados na Câmara Municipal.

Em terceiro lugar, trato do assunto de fundo que me traz à tribuna, Sr. Presidente. Hoje foi apresentado o relatório parcial da reforma política para debatermos e votarmos, reforma política tão necessária para o País.

Existem ali temas, na minha avaliação, extremamente positivos, como a manutenção da proibição do financiamento empresarial. Esse é um grande consenso no Brasil: não devemos voltar a permitir que empresas financiem eleições. Portanto, o financiamento deve ser

público e com pequenos valores provenientes de pessoas físicas. Mas uma questão que toma conta do debate é o sistema eleitoral que vamos adotar. O sistema atual deve ser, de fato, modificado. Trata-se de um sistema ultrapersonalista, caro, despolitizador, enfraquecedor dos partidos e dos programas políticos. Portanto, qualquer sistema que venhamos a adotar, seja o de lista fechada, seja o de lista flexível, seja o distrital misto proporcional, de inspiração alemã, deve ter uma lista preordenada.

E aqui chego ao ponto principal, Sr. Presidente: no meu ponto de vista, se qualquer sistema for proposto para que os partidos políticos, em convenções fechadas, definam a ordem das listas, esse sistema não será apoiado pelo povo brasileiro, e eu defenderei posição contrária. Nesse sentido, estou apresentando emenda para propor ao Relator a solução que pode democratizar qualquer sistema eleitoral: a adoção de primárias abertas.

As primárias abertas devem ocorrer com voto livre e facultativo, neste caso, e 120 dias antes da eleição. Todo e qualquer cidadão brasileiro - o nosso eleitor, o nosso cidadão - poderá ir à urna em primárias abertas simultâneas e obrigatórias para todos os partidos e ordenar a lista partidária, qualquer que seja o sistema eleitoral proposto.

O fato de o poder desse ordenamento ficar nas mãos do eleitor é fundamental para que a proposta de reforma tenha credibilidade. Essa proposta não pode, em um momento de forte crise da representação dos partidos e deste Parlamento, prever que partidos, em convenções fechadas, possam ordenar listas como quiserem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana. Parabéns por seu pronunciamento.

Documento 62/141

059.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD 04/04/2017-17:04
Publ.: DCD - 05/04/2017 - 93	HERÁCLITO FORTES-PSB -PI
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de reforma política com adoção de sistema de votação mediante lista fechada de candidatos em eleições proporcionais.
Defesa de debate da matéria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para falar sobre a reforma política. Ela é iminente, é necessária, não



pode mais ser adiada.

Um dos pontos colocados à frente do debate é o famoso voto em lista. Eu, pessoalmente, sou contra, embora esteja aberto ao diálogo e à espera de alguém me convencer de que este modelo resolverá as questões políticas do País.

O voto em lista será instrumento de uso do caciquismo político no Brasil - infelizmente, é verdade -, dos que são donos de partido e, principalmente, dos que controlam com mão de ferro as cotas do fundo partidário e que têm ascensão sobre os liderados. Essa é a questão. Além do mais, nós estamos num momento que, pela sua delicadeza, o que há de mais importante e necessário é a transparência do gesto e do ato. O eleitor tem que saber em quem votou.

O voto da lista, repito, Deputada Yeda Crusius, é como aquela famosa música do Chico Buarque, *Noite dos mascarados: "Quem é você? Adivinha, se gosta de mim!"* Eu quero saber. Você só vai saber na Quarta-Feira de Cinzas, em quem votou e como votou.

O Brasil não pode conviver com isso neste momento. Nós temos que ter a lista que elege os mais votados, acabar com aqueles fenômenos eleitorais que têm 1 milhão de votos e trazem, de contrafilé, de contrapeso para cá, oito ou dez Deputados, que geralmente não engrandecem o debate deste Parlamento.

A partir do momento em que tivermos aqui os Parlamentares eleitos, acabando-se com as coligações proporcionais, haverá uma requalificação do debate nesta Casa. É disso que precisamos já faz algum tempo.

Portanto, faço este pronunciamento aos colegas desta Casa para que faça uma reflexão. O voto em lista deu certo em outros países. Mas esse não é o caso do Brasil.

Nós estamos vivendo um amadurecimento democrático que vem desde a redemocratização, e nós precisamos pisar com cuidado sobre essas questões das reformas.

Daí por que eu deixo aqui aos meus companheiros essa proposta: "não" ao voto em lista, "não" ao voto no escuro, "não" ao voto comandado pelos caciques partidários; e "sim" o voto da escolha soberana do povo brasileiro, através da proporcionalidade justa em que se elege realmente os mais votados.

Eram estas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as considerações que gostaria de fazer nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço a V.Exa., Deputado Heráclito Fortes.

Documento 63/141

059.3.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 04/04/2017-17:14
 Publ.: DCD - 05/04/2017 - 95 ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP
 CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
 DISCURSO

Sumário

Informações sobre o cronograma de trabalho da Comissão Especial da Reforma da Previdência. Alerta ao Governo Federal sobre inquietações políticas em países do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e possíveis problemas no Brasil em face da reforma previdenciária.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas deixar registrado que nesta semana, tanto hoje quanto amanhã, não teremos reunião da Comissão de reforma da Previdência. Só na quarta-feira da próxima semana será apresentado o relatório. Logicamente iremos pedir vista. A partir daí, só na outra semana poderemos começar a discussão desse relatório e a votação dos destaques e das emendas que iremos apresentar.

Lembro que o Brasil tem que tomar cuidado. Na semana passada, aconteceram dois fatos bastante preocupantes no MERCOSUL: no Paraguai, invadiram o Senado e colocaram fogo; na Venezuela, o Maduro - ele está maduro demais - acabou usando a Justiça para suspender o Legislativo. Depois, ele mesmo pediu para voltar atrás. Portanto, lembro apenas que o Brasil também é um país do MERCOSUL. Nós não vamos aceitar essa reforma da Previdência impunemente. O Governo que coloque suas barbas de molho.

Documento 64/141

061.3.55.O Sessão Deliberativa Extraordinária - CD 05/04/2017-13:06
 Publ.: DCD - 06/04/2017 - 52 ZÉ GERALDO-PT -PA
 CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
 COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprofundamento das discussões sobre a reforma política. Críticas à gestão do Governo Michel Temer.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, e todos aqueles que me ouvem neste momento, novamente nós estamos discutindo uma reforma política para este País. Eu cheguei a esta Casa em 2003. De lá para cá, em alguns momentos, nós tivemos a discussão da reforma política. A sociedade brasileira vai criando expectativas sobre aquilo que nós estamos discutindo aqui, muito embora muitos já não acreditem que se transforme em realidade o que debatemos. Eu penso que nós vamos ter um grande trabalho para avançar em alguns pontos importantes da reforma política neste plenário. Parece-me que nós deveríamos ter realmente uma constituinte para eleger Parlamentares para fazer a reforma política, porque aqui muitos Parlamentares só estão pensando na eleição do ano que vem, só estão pensando na sua eleição ou na sua reeleição. Mas não há como não mudarmos a Lei Eleitoral deste País. Há coisas com as quais não podemos mais conviver. Cito, como exemplo, os gastos nas campanhas políticas deste País. A Lava-Jato está sendo discutida. A Justiça Eleitoral já fala em cassar a chapa Dilma-Temer. E as eleições municipais que aconteceram recentemente foram as mais caras deste País. Eu acompanhei a eleição. Em Município no Estado do Pará com 12 mil, 13 mil ou 14 mil eleitores, três candidatos a Prefeito gastaram juntos em torno de 4 milhões de reais! Um dos candidatos chegou a gastar 2 milhões de reais na campanha! Se no Pará isso aconteceu, deve ter acontecido em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul também. Portanto, daqui para frente, com esta lei que está aí, quem é rico e tem amigo rico pode disputar eleição. Pobre não tem dinheiro e tem amigo pobre, que também não tem dinheiro. É o que vai acontecer, conforme a lei que está aí, com a previsão de doação de pessoa física. Nós precisamos fazer mudanças urgentes. Não adianta ficar só falando aqui da Lava-Jato, apresentando isso para a sociedade, querendo até dizer para a sociedade que está sendo feito um combate à corrupção neste País. Na verdade, o objetivo é outro, e o estão alcançando: estão quebrando o Brasil. E por que cassar o Temer? O Temer já não tem mais como governar! Aliás, nunca governou, está desmoralizado. E o Brasil, sem rumo. A economia, que deveria gerar emprego, está gerando desemprego. E ainda me parece que há a intenção de fazer com que, cassada a chapa Dilma-Temer, a ex-Presidenta Dilma Rousseff se torne inelegível, mas

o Presidente Michel Temer não se torne inelegível. Vejam bem a situação que nós estamos vivendo neste País!
Portanto, nós precisamos nos aprofundar no tema, sim. Os partidos precisam ter essa responsabilidade, assim como nós Parlamentares precisamos fazer uma reforma política, para que possa melhorar o comportamento dos candidatos nas próximas eleições. E que os eleitores possam entender que reforma política é esta que nós estamos fazendo aqui.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Peço que a minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido.

Documento 65/141

061.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/04/2017- 13:34
Publ.: DCD - 06/04/2017 - 60	ALIEL MACHADO-REDE -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Eleição do Prefeito e da Vice-Prefeita do Município de Piraí do Sul, Estado do Paraná, respectivamente, José Carlos Sandrini e Profa. Ludi Castanho, em eleição suplementar realizada em março de 2017. Transcurso do 138º aniversário de fundação do Município de Palmas, Estado do Paraná.

O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho a grata satisfação de trazer ao Congresso Nacional a notícia da eleição de um grande companheiro, José Carlos Sandrini, e da sua Vice, Profa. Ludi Castanho, na eleição suplementar para Prefeito que aconteceu no último dia 2 na cidade de Piraí do Sul, na região dos Campos Gerais. A eleição de Zé Carlos Sandrini, novo na política - é a primeira vez que exercerá um mandato eletivo -, com o grupo liderado por ele, Ludi, Dr. Serginho, Douglas, Renato, Demário e todos os nossos companheiros, significa que a população está atenta, não a novos discursos, mas a novas práticas, e que ela está tomando novas decisões.

Isso deve servir de alerta para esta Casa. Esta Casa tem que parar de fazer conluios internos, de fazer esquemas, de fazer negociatas, para atender ao interesse da população e, muitas vezes, cortar na própria

carne.

Deixo aqui meu apoio e meu carinho a nossa querida cidade de Piraí do Sul. Reforço o compromisso, como Deputado mais votado daquela cidade, de continuar levando recursos, como já levamos. Entretanto, agora tenho um compromisso ainda maior, militando, andando nas ruas, conversando com as pessoas e apoiando integralmente a gestão de Zé Carlos Sandrini, Prefeito eleito da cidade de Piraí do Sul.

Quero também citar que, agora em abril, a cidade de Palmas, no Paraná, completará 138 anos de emancipação política. Nossos Vereadores Lagarto e Paulo nos convidaram - e nós estaremos presentes - para a festa que acontecerá na cidade de Palmas, a 40ª Feira Estadual de Bezerros, que será realizada no Parque de Exposições Luiz Fernando Ferreira, o famoso Pé Vermelho. Haverá inúmeras atrações, o que demonstra que a cidade de Palmas está em pleno desenvolvimento, com forte atuação política e a garra do seu povo trabalhador. A cidade tem muita influência rural.

Agora, eu comento a minha visita a Carambeí. Na última sexta-feira, a cidade de Carambeí, por iniciativa do Presidente da sua Câmara Municipal e também do Vereador Ratinho, organizou uma audiência pública para discutir a reforma da Previdência. E o que foi definido? Nada diferente das demais audiências: a cidade não concorda com a reforma da Previdência, que retira direitos.

A cidade de Carambeí incumbiu-me de trazer esta notícia à Câmara dos Deputados: ela não aceita a retirada de direitos e considera que essa reforma prejudica os mais pobres, os trabalhadores, os professores, os trabalhadores rurais.

Não à reforma da Previdência!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado. Vamos divulgar o seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, se assim V.Exa. permitir.

Documento 66/141

061.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/04/2017-14:12
Publ.: DCD - 06/04/2017 - 68	LINCOLN PORTELA-PRB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta do Governo Federal de reforma política, com adoção

de sistema de votação mediante lista fechada de candidatos em eleições proporcionais.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar a minha posição, em 1 minuto, contra mais uma reforma que o Governo Federal nos impõe. Não é uma reforma que vem pela Casa, vem por lá. Falo dessa reforma política. Ouvir os homens dizerem que estão valorizando as mulheres, colocando na lista dois homens e uma mulher, faz-me lembrar bem do que ocorreu na praça de Weinsberg, quando as mulheres carregaram seus maridos nos ombros. Os homens estão se escondendo atrás de uma mensagem seríssima, que é o reconhecimento e a valorização das mulheres. Não é dessa maneira que se deve proceder, fazendo com que elas sejam suportes, fazendo com que elas carreguem seus maridos, como aquelas mulheres fizeram na praça de Weinsberg, para fugirem do rei, que ia destruir todos que lhe eram opostos. É lamentável que esse fato ocorra na Câmara dos Deputados, por meio dessa reforma política, que vem sendo discutida há 16 anos. Para concluir, sou contra essa malfadada, suspeita e encrocada lista fechada. Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 67/141

061.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/04/2017-14:14
Publ.: DCD - 06/04/2017 - 68		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de participação da sociedade no debate da reforma política.
Contrariedade à proposta de aumento de recursos para o Fundo Partidário.
Repúdio à proposta de adoção de sistema de votação mediante lista fechada de candidatos nas eleições proporcionais.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Exatamente na linha do que falou o Deputado Lincoln Portela, ontem, com o relatório do Deputado Vicente Candido, abriu-se mais uma vez, pela enésima vez, o grande debate sobre a reforma política. E, para nós do PSOL, há alguns pontos fundamentais.

Em primeiro lugar, é preciso envolver a sociedade diretamente ou através das suas instituições intermediárias interessadas no tema, que é nacional.

Em segundo lugar, não consideramos adequado aditar mais nenhum centavo público ao Fundo Partidário, para além do que já há nele, com a finalidade pura e simples de campanha. Temos que pensar muito nisso em relação a esse Fundo.

Em terceiro lugar, uma lista preordenada, na qual S.Exas. o eleitor e a eleitora não podem interferir, cujos nomes eles não podem escolher, mesmo na chapa partidária, não é aceitável. Ela pode servir para acobertar quem está com medo da Lava-Jato.

Por fim, há um conjunto de propostas ousadas que merecem discussão. Inclusive, sugeriu-se separar as eleições para o Legislativo das para o Executivo e estabelecer tempo de mandato para Ministros de Tribunais Superiores. Tudo é muito positivo. Agora, creio que nós não vamos dar conta de debater tudo isso.

Então, vamos fazer o bom debate, democrático, intenso, para que as maiorias sociais possam ser, no Brasil, maiorias políticas. Isso é o essencial.

Muito obrigado.

Documento 68/141

061.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/04/2017-14:58
Publ.: DCD - 06/04/2017 - 77		VITOR VALIM-PMDB -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à proposta de adoção do sistema de voto em lista fechada nas eleições proporcionais. Descaso com os anseios da população brasileira no âmbito dos debates sobre a reforma política.

O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero lamentar o que este Congresso Nacional está fazendo, esta Casa principalmente, na discussão dessa reforma política.

No meio do descrédito da classe política com a população, que quer ver mais transparência desta Casa e se sentir representada pelos seus representantes, donos de partido querem que o povo vote na lista e não no candidato.

Ora, será que o povo vai se sentir representado votando numa lista? Candidato tem rosto. O eleitor quer votar em alguém e não numa lista. Imagine eu, que teço duras críticas ao Presidente nacional do meu partido, que não me representa, o Senador Romero Jucá, para que lugar eu vou na lista? Vou ficar a mercê dos caprichos de Romero Jucá ou do povo do meu Estado do Ceará?

Sr. Presidente, quero lamentar esta reforma política, que não está representando os anseios da população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Vitor Valim.

Documento 69/141

063.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	05/04/2017-15:48
Publ.: DCD - 06/04/2017 - 114		FÁBIO SOUSA-PSDB -GO
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Descontentamento com a aprovação de projeto de lei, pela Câmara dos Deputados, com alterações prejudiciais aos prestadores de serviço de transporte privado urbano pelo aplicativo denominado Uber. Contrariedade à proposta de adoção do sistema de voto em lista fechada de candidatos, em apreciação na Comissão Especial da Reforma Política.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero lamentar o retrocesso que tivemos ontem neste plenário quando desconfiguramos

um projeto que prejudicou aplicativos como Uber e outros de transporte de passageiros.

Parafraseando um Deputado do meu partido, eu fico até preocupado com que, na tentativa de salvar os Correios, que enfrenta certa dificuldade, talvez queiram daqui a pouco cancelar os aplicativos de conversa no celular porque podem ser prejudiciais aos Correios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fico mais preocupado ainda com o retrocesso que está sendo proposto na Comissão Especial da Reforma Política.

Num país como o nosso, onde o sistema político é caciquista, onde o caciquismo impera, onde os caciques políticos regionais mandam nos partidos, onde as pessoas não conseguem distinguir entre partido A e partido B, até porque temos quase 40 partidos - chegaremos a 40 até o final do ano -, onde as pessoas têm identificação pessoal com o candidato, falar de lista fechada é sem dúvida um desrespeito aos nossos eleitores, e talvez seja medo de uma tal lista que está preocupando alguns políticos. Querem emplacar a lista fechada porque com ela será mais fácil conquistar votos.

Na reforma política que está sendo proposta também se fala de um fundo eleitoral que supera em 2 bilhões de reais o atual Fundo Partidário, que os partidos já recebem. Ou seja, nós estamos propondo aos eleitores - eu queria que os Deputados e as Deputadas refletissem comigo - que na próxima eleição paguem mais do que já pagam pelo processo eleitoral, sem escolher o seu representante na Câmara Federal, sem escolher o seu representante na Assembleia Legislativa. Ele vai escolher o partido, e o partido, pela definição que vai fazer, vai escolher quem é o primeiro, quem é o segundo, quem é o terceiro e quem é o quarto da lista. Na verdade, todo mundo sabe que a escolha será feita pelo dono do partido. Nós estamos propondo que o eleitor pague mais e não escolha o seu eleito. Como dizem no meu Estado de Goiás: *"É para acabar com os pequis de Goiás"*.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 70/141

065.3.55.O

Sessão Deliberativa
Extraordinária - CD

06/04/2017-10:14

Publ.: DCD -
07/04/2017 - 35

AROLDE DE OLIVEIRA-PSC -RJ

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES

Sumário

Preocupação com a proposta de adoção de sistema de votação mediante lista fechada de candidatos em eleições proporcionais. Pedido à Presidência de não inclusão da matéria na pauta de votações da Câmara dos Deputados.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu retorno à tribuna para reafirmar a minha preocupação com o voto em lista fechada. Insisto que o voto em lista fechada tem o mesmo significado, para o eleitor, da anistia ao caixa dois. É um instrumento para proteger eventuais investigados pela Operação Lava-Jato e outras similares em nosso País.

É claro que, na lista fechada feita pelos partidos, os caciques partidários, aqueles que hoje dispõem de mandato, serão os primeiros da lista e, eventualmente, os votados. Por conseguinte, não haverá renovação. O eleitor não vai poder escolher o candidato e votar nele. Não havendo renovação, continuaremos aqui todos nós em 2019. Vamos tirar do eleitor o gosto de rejeitar os maus políticos. Isso é uma crueldade! Nós não podemos fazer isso.

Faço um apelo ao Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, e ao Governo Federal para que desmontem essa tentativa do voto em lista fechada. E que a reforma política seja restringida à aprovação da PEC que já está nesta Casa e que estabelece o fim das coligações e a cláusula de desempenho eleitoral, a chamada cláusula de barreira. Aí, sim, haverá um número menor de partidos. Quem sabe, no futuro, poder-se-á fazer uma reforma política que estude e avalie a hipótese de voto em lista fechada.

Neste momento em que a paciência da Nação com os políticos chegou ao limite - "*É um pote até aqui de mágoa*", como disse o poeta -, não podemos nos degradar mais do que já fomos degradados pela corrupção de muitos, que atinge a todos desta Casa. Eu peço ao Presidente da Casa que desestimule o Relator desta matéria a colocá-la em pauta.

Sr. Presidente, quem serão os partidos votados na lista fechada, caso seja aprovada? Serão os nobres colegas do PT e seus aliados? Só o PT e seus aliados levarão vantagens; eles serão os grandes beneficiários, evidentemente. São partidos que têm duas componentes muito fortes: a ideológica, com militância profunda, e a fisiológica, que vem do Governo Lula, petista, que acabou de deixar o Governo. Isso ainda não foi desmontado.

Mais da metade da população vai se abster de votar, fazendo com que os partidos de esquerda, com militância ideológica ou fisiológica, encham esta Casa. Haverá aqui grandes bancadas de esquerda, que



irão prosseguir com seus projetos gramscistas e transformar o nosso País em uma República socialista de cunho comunista. Gostaria de alertar a Nação sobre essa realidade. Não sejamos idiotas! Nós não somos idiotas! Nós sabemos o que está acontecendo! Dirijo apelo ao Presidente Rodrigo Maia para que não entre nessa, porque S.Exa. vai passar para a história como aquele que fez a mudança radical que vai levar o Brasil ao que é hoje a Venezuela. Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

Documento 71/141

066.3.55.O

Sessão Não Deliberativa de Debates -
CD

06/04/2017-
15:00

Publ.: DCD - 07/04/2017 -
85

POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apresentação do Projeto de Lei nº 7.869, de 2010, sobre a instituição do sistema de lista fechada flexível nas eleições proporcionais. Esclarecimentos sobre a matéria. Expectativa de apreciação da proposição pela Câmara dos Deputados no âmbito dos debates da proposta de reforma política.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Câmara dos Deputados debate de forma intensa, ativa e muito interativa a questão da reforma política. Eu tenho participado da Comissão até porque sou autor de um dos projetos que está em debate na reforma política: o Projeto de Lei nº 7.869, de 2010. Este projeto não é do mês passado, do ano passado, enfim, ele é da década passada. Ele já está tramitando aqui há 7 anos.

Sr. Presidente, com a experiência que tenho de nove mandatos na condição de Vereador, Prefeito, Deputado Estadual três vezes e Deputado Federal quatro vezes aqui na Casa, quero dizer que se faz necessária uma reforma política. Porém, vamos devagar com o andor, porque o santo é de barro.

Em primeiro lugar, em 1999, quando aqui cheguei, eu apresentei um projeto de lei que proibia coligações nas eleições proporcionais; ou seja, os partidos não poderiam se coligar para Vereador, para



Deputado Estadual e nem para Deputado Federal, de tal sorte que cada partido tinha que concorrer com sua própria estrutura, com seu próprio time, com sua própria lista, com sua própria legenda. Seria como no colégio, antigamente, quando jogávamos a turma A contra a turma B. No entanto, não valia enxerto, não valia pegar um atleta da outra turma e enxertar no time.

Através desse modelo, uma vez aprovado, não sendo permitidas coligações, sobriam sete ou oito partidos no País. Os outros desapareceriam, porque não teriam votos, pois não elegeriam nem Vereador, nem Deputado Estadual, nem Deputado Federal. Isto por si só já seria uma reforma política.

Mas eu vejo que o debate hoje está a favor da lista. Eu sou um estudioso desta questão, dedico-me, gosto. Quem faz o que gosta não cansa do que está fazendo. Então, em 2010, apresentei esse Projeto de Lei nº 7.869, sobre a lista.

Eu não sou a favor da lista fechada. Tenho minhas divergências, minhas diferenças, minhas angústias. No entanto, propus, através desse projeto, uma lista flexível. Eu a chamo assim porque ela é uma lista fechada, apresentada pelos partidos, mas o eleitor, ao escolher a lista, abre a lista e, ali dentro, escolhe quem quer eleger.

Funciona assim, por exemplo, o meu partido, o PDT, faz a sua lista: primeiro, segundo, terceiro. Ele pré-ordena a lista. O eleitor vota na lista nº 12. Ele abre a lista e escolhe um dos que estão lá para elegê-lo. Feito isso, vamos imaginar que o PDT elegeu quatro Deputados Federais nessa lista. Quem serão os eleitos? O primeiro eleito será o primeiro da lista. O segundo eleito será o primeiro mais votado pelo eleitor. O terceiro eleito será o segundo da lista. O quarto eleito será o segundo mais votado. Assim seguem os suplentes, um da lista feita pelo partido e um da lista feita pelo cidadão, o eleitor.

Nós não podemos fazer uma lista fechada porque o art. 14 da Constituição diz que o voto é universal, direto e secreto. Se a lista é fechada, ele continua sendo universal, continua sendo secreto, mas deixa de ser direto.

Se for a lista flexível, o voto será universal, secreto e direto, porque se vai votar primeiro na lista fechada, que se abre para a escolha do candidato. Isso é muito parecido com a realidade hoje, com uma diferença, não teremos mais as candidaturas individualizadas, não teremos mais gastanças de um e de outro candidato.

Aliás, os candidatos nem terão contas. A campanha será feita coletivamente, será feita pela chapa, será feita pela lista.

Subliminarmente, vai-se pedir o voto na lista, mas nunca com campanha individual, nem com gasto individual.

Com isso, nós não tiramos os poderes de S.Exa. o eleitor, o cidadão. A cidadania continuará influenciando na composição da eleição dos Vereadores, dos Deputados Estaduais e dos Deputados Federais.

Sr. Presidente, essa é a minha contribuição. Eu espero que esta Casa

tenha a grandeza de examiná-la com transparência. Hoje a lista fechada pura e simplesmente pode esconder muita coisa lá dentro. Agora, a lista fechada que se abre permite que o partido faça a lista e que o eleitor dê a última palavra, corrigindo, melhorando, aperfeiçoando, elegendo e escolhendo quem ele entende deve ser eleito.

Se o partido fizer a lista e colocar só os caciques, o eleitor pode buscar lá no fim da lista aquele que ele acha que tem que ocupar um lugar melhor na lista.

Os partidos saem valorizados, o eleitor sai respeitado e a democracia cresce, melhora, se qualifica, com essa metodologia e com essa proposta. Por isso, defendo o Projeto de Lei nº 7.869, de 2010, com a lista flexível para eleição de Vereadores e Deputados.

Documento 72/141

066.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	06/04/2017- 16:15
Publ.: DCD - 07/04/2017 - 97		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Saudação aos filiados do PT pela realização de eleições diretas para dirigentes municipais do partido. Apoio do PT a itens de proposta de reforma política. Fracasso do Governo Michel Temer. Anúncio de realização de greve geral no Brasil. Realização de audiência pública pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia destinada ao debate sobre plano de fechamento de agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e de demissão de funcionários da estatal. Uso de recursos de caixa dois por diversas agremiações partidárias. Preparação do PT para a candidatura do ex-Presidente da República Luiz Inácio Luiz da Silva às eleições presidenciais de 2018.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que me ouvem neste momento, primeiro, quero aproveitar parte do meu tempo nesta tribuna, nesta tarde, para saudar todos os filiados e filiações ao Partido dos Trabalhadores de todo o Brasil, em especial os filiados e filiações ao Partido dos Trabalhadores do Estado do Pará, pelo qual eu fui eleito Deputado Federal.
O PT é o único partido neste País que exerce a democracia para eleger



os seus dirigentes municipais, estaduais e nacional. E o que vai acontecer neste domingo é que um dos maiores partidos deste País, em todos os Municípios brasileiros, mobilizará a sua militância, os seus filiados, os seus dirigentes para fazer um grande debate sobre a conjuntura econômica, política e nacional, aproveitando o momento da eleição democrática, que, no PT, chama-se PED.

O Deputado que me antecedeu nesta tribuna, do PSB, cujo nome não vou citar, não perdeu tempo e se referiu ao *"Governo corrupto do PT"*. A corrupção está nos homens, e a delação da Odebrecht demonstra que praticamente todos os partidos tiveram nomes citados por terem feito uso de dinheiro do suposto caixa dois.

Portanto, quero aqui dizer que nós estamos de cabeça erguida. Nós não temos medo do fim da aliança proporcional. Estamos defendendo isso na reforma política que vamos discutir nos próximos meses. Nós não temos medo de cláusula de barreira e vamos defender isso na reforma política nos próximos meses. Nós não temos medo de financiamento público exclusivo para financiar as campanhas e estamos defendendo isso. Aliás, são poucos os partidos que defendem o financiamento público e exclusivo, e o PT é um deles.

Eu quero ver quem terá a coragem de enfrentar uma reforma política neste País para que nós possamos melhorar a vida dos partidos, para que possamos fortalecer os partidos.

Quantos partidos nós teremos em breve, no futuro, se fizermos uma verdadeira reforma política? Com certeza não serão mais 27 partidos que terão representação nesta Casa, pelo menos não com direito a Fundo Partidário e etc.

Eu quero saudar a militância do PT e desejar que neste próximo domingo nós façamos um grande debate por este País afora e que possamos nos organizar cada vez mais para defender que voltemos a ter neste País um Governo legitimamente democrático - e isso só se dará através de eleições, porque o Governo Temer, além de não ser legítimo, além de não ter sido eleito pelo povo, já acabou.

Este País vai de mal a pior. Eles mentiram para o povo brasileiro, dizendo que tinham que tirar a Presidenta Dilma porque o País precisava melhorar a sua economia, porque o País precisava gerar mais empregos. Mentiram muito. Inventaram as tais pedaladas fiscais para justificar a derrubada da Presidenta Dilma, e já faz 1 ano que toda essa equipe do Governo Temer assumiu, com a maioria dos partidos da base, inclusive o PSDB e o Democratas, e eles não têm nada a apresentar para o povo. E o povo está ficando revoltado. Por isso, no dia 28, nós teremos uma grande greve geral neste País, de Norte a Sul e de Leste a Oeste.

Hoje nós tivemos uma audiência pública na Comissão de Integração Nacional para discutir a situação dos Correios. Querem também enfraquecer os Correios e, de certa forma, fazer com que essa instituição, daqui para frente, não seja o que foi até agora: uma grande



instituição quase milenar, de marca nacional e de credibilidade. E agora a nova Direção do Ministério das Comunicações e a nova Direção dos Correios querem acabar até com o plano de saúde dos funcionários, das famílias dos funcionários dos Correios. Querem demitir mais de 25 mil funcionários dos Correios, uma empresa que, se ainda não é superavitária em vários Estados, poderá ser, pois muitos serviços que hoje estão com a iniciativa privada, com empresas privadas, poderão ir para os Correios, a fim de fortalecer a empresa. Portanto, o que esse Governo que assumiu de forma ilegítima fez com o Brasil foi exatamente levar o País para a falência; entregar as nossas empresas para o capital internacional. Até a viação aérea tem sofrido com isso. V.Exa. percebem que uma empresa forte como a TAM agora já pertence ao Chile, a uma empresa chilena? Além disso, quem ganhou as últimas concessões de aeroportos no Brasil, recentemente, foram empresas da Europa - nenhuma brasileira ganhou. Quem está ganhando as concessões de rodovias são empresas espanholas e de outros países. Estão vendendo o setor elétrico. Estão vendendo a PETROBRAS a preço de banana. Estão quebrando o Brasil. Esta é que é a realidade!

E o povo brasileiro começa a descobrir que se o Partido dos Trabalhadores, ou alguns Deputados do Partido dos Trabalhadores, ou alguns Senadores do Partido dos Trabalhadores, usaram recursos do caixa dois - porque nas delações os delatores dizem isso, e a mídia diz isso -, os outros partidos usaram muito mais. O PSDB e os seus Deputados, Senadores e Governadores usaram muito mais. Quando aparece um delator dizendo que um Deputado ou Senador do PT gastou 200 mil, 500 mil, 1 milhão, com relação aos outros partidos, os valores são de 1 milhão, 5 milhões, 10 milhões, 20 milhões. Mas até agora, nesses anos de Mensalão, Petrolão, Lava-Jato, não há nenhum tesoureiro de outros partidos, como o PSDB, o PMDB ou o PSD, preso. Somente foram presos, e ainda estão, os tesoueiros do PT. E o Aécio Neves gastou tanto quanto a Presidenta Dilma na sua campanha. E o mesmo dinheiro com que a Odebrecht financiou a campanha Dilma/Temer financiou a campanha do Aécio Neves. E agora, como a elite percebe que não dá para aguentar o Temer até 2018, está preparando a cassação da chapa Dilma/Temer. Não dá para aguentar mais o Temer até 2018, principalmente depois dessas reformas fracassadas, como a reforma da Previdência, que não passa neste Congresso da forma como eles encaminharam. Portanto, nós queremos que o processo democrático seja restabelecido neste País. E o Partido dos Trabalhadores vai se organizar, vai trabalhar para ganhar as eleições novamente, com o Presidente Lula, em 2018, porque esse povo que está governando aí já governou o Brasil durante 20 anos, no período da Nova República, desde o Sarney, Itamar, Collor, Fernando Henrique, e nunca fez nada por este País. As coisas aconteceram no Brasil nos 12 anos em que nós

governamos, com o Lula e a Dilma. E agora o Brasil começa, de novo, a ir para o fundo do poço.
Sr. Presidente, gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.
Era isso que eu tinha dizer.

Documento 73/141

066.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	06/04/2017- 16:27
Publ.: DCD - 07/04/2017 - 99	ADÉRMIS MARINI-PSDB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à proposta de adoção do sistema de lista fechada nas eleições proporcionais e ao aumento dos recursos do Fundo Partidário para financiamento de campanhas no âmbito da reforma política. Defesa do fim do foro privilegiado de autoridades públicas. Apresentação pelo orador de projeto de lei sobre a atualização dos valores expressões em reais na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física.

O SR. ADÉRMIS MARINI (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados aqui presentes, a reforma política não era o tema do meu discurso, pela Liderança do PSDB, mas, como estou sucedendo o Deputado Zé Geraldo, do PT, que falou sobre o assunto - e estão aqui as Deputadas Erika Kokay e Benedita da Silva -, acho que é importante me posicionar a respeito.

Eu estou nesta Casa há 90 dias. Venho da Câmara de Vereadores da minha cidade, Franca, e sinto uma frustração muito grande porque acho que esta Casa não vai conseguir, enquanto eu estiver aqui, fazer uma reforma política decente, uma reforma política que realmente venha a fazer com que a população brasileira se sinta efetivamente representada pelos Deputados.

Eu gostaria de reiterar a minha posição contrária à proposta de adoção de lista fechada, porque acho um absurdo. E é importante esta Casa trazer ao debate, o mais rapidamente possível, logo que o Senado Federal se posicionar a respeito, a proposta relativa ao fim do foro privilegiado. Nós precisamos acabar com o foro privilegiado.



Discute-se a questão do caixa dois, que nos remete a outro assunto, o do financiamento público das campanhas eleitorais. Uma das propostas do Relator é a do aumento do Fundo Partidário, à qual também me posicionei contrariamente. Segundo os dados iniciais, chegaria a algo em torno de 5 bilhões de reais. No momento em que nós estamos discutindo aqui uma série de reformas e estamos cobrando da população sacrifício, como é que votaremos uma proposta que, de repente, aumenta o Fundo Partidário para algo em torno de 5 bilhões?

Sr. Presidente, esta é a minha posição: eu acho que a Câmara dos Deputados dificilmente vai aprovar uma reforma política decente, do meu ponto de vista.

Defendo, com base num debate que eu fiz com alguns nobres colegas Deputados e no que ouvi a Ministra Cármen Lúcia defender, o plebiscito sobre reforma política. Defendo que a população brasileira apresente proposta sobre a reforma política. Aí, sim, nós teremos uma reforma política decente.

Nem vou falar da questão partidária, como Líder do PSDB, para não entrarmos em discussões. E agradeço. A Deputada Erika Kokay já está me olhando. Eu disse que ia falar por apenas 3 minutos.

Mas o que me traz à tribuna é o Imposto de Renda Pessoa Física. Eu protocolei nesta Casa um projeto de lei sobre o assunto. Queria agradecer ao meu colega Éder Brazão, advogado da minha cidade, de Franca, que me alertou para esse assunto, e começamos a fazer um estudo. Vi que a Deputada Laura Carneiro também apresentou um projeto a respeito do tema, mas o projeto que acabamos de protocolar é mais completo, porque visa ao reajuste da tabela do Imposto de Renda para 2018 e 2019.

Só para os nobres colegas Deputados terem uma ideia, desde 1990, quando a economia brasileira iniciou a chamada desindexação, até os dias atuais, houve doze reajustes na tabela do Imposto de Renda, mas esses reajustes ficaram muito aquém da realidade.

A título de comparação, para os nobres colegas Deputados terem uma ideia da defasagem da tabela do Imposto de Renda hoje, destaco que, em 1996, o limite de isenção do Imposto de Renda era de 900 reais. E, naquela época, o salário mínimo era de 112 reais. Ou seja, o salário mínimo representava 12% da faixa de isenção. Atualmente, o limite é de 1.903 reais, para um salário de 937 reais. Ou seja, essa proporção corresponde a 49% do salário mínimo. No ano-calendário de 2007, 36% da população tinha imposto a pagar na declaração do Imposto de Renda. Em 2014, esse número passou para 59%.

Em virtude disso, nós apresentamos projeto de lei que atualiza a base de cálculo do Imposto de Renda e as deduções legais pelo IPCA acumulado de abril de 2015 e dezembro de 2016. No final deste mês, todos os brasileiros que não estão fora da faixa de isenção têm que apresentar a declaração do Imposto de Renda. Isso acaba se tornando

aumento do imposto no País.

Nós precisamos fazer justiça. Gostaria do apoio dos nobres colegas para discutirmos esse tema na Câmara dos Deputados o mais rapidamente possível. A Deputada Laura Carneiro também apresentou projeto, que eu assinei, junto com ela.

O brasileiro não aguenta mais essa carga tributária que, por causa da crise por que passa o País, já corresponde a 37% do PIB. Qual é o benefício que a população tem? Quase nenhum. Essa é a realidade. Então, nós precisamos fazer justiça.

Sr. Presidente, nobres Deputadas, obrigado pela paciência.

Documento 74/141

068.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/04/2017-19:12
Publ.: DCD - 11/04/2017 - 90		MISAEL VARELLA-DEM -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade às propostas de financiamento de campanhas e à adoção do sistema de escolha de candidatos por lista fechada contidas no bojo de reforma política em apreciação pela Câmara dos Deputados.

O SR. MISAEL VARELLA (DEM-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Congresso corre o sério risco de criar uma reforma política anômala, com as propostas de lista fechada e financiamento de campanhas. É o momento de pensarmos se, na atual crise, devemos onerar ainda mais os cofres públicos com repasses aos 35 partidos políticos existentes hoje. Cabe também uma profunda reflexão sobre a tão cobrada transparência de nossa classe, ao propormos que o sistema de lista fechada seja adotado justamente quando o foro privilegiado sustenta a liberdade de nomes nesta Casa. A reforma política que a população tanto almeja ainda não foi apresentada. A diminuição ou até mesmo o corte total de repasses públicos e de siglas, através de uma eficiente cláusula de barreira, o fim da reeleição e a obrigatoriedade do voto, temas tão debatidos pela população, não chegam ao Congresso. É impensável falar em mudanças sem que nada ou pouco mude, sem que possamos ouvir

quem realmente paga o preço de campanhas Brasil afora. Mais uma vez, a volta da credibilidade dos políticos em todas as esferas do poder vai sendo deixada de lado. Resta saber se os demais Parlamentares, que, assim como eu, não estão envolvidos em escândalos de corrupção, compartilham das mesmas opiniões a respeito do tema.

Uma reforma de verdade deve cortar o mal pela raiz, propor novos rumos para a estrutura política vigente e sanar de uma vez por todas as desconfianças e desilusões do povo com os governantes que escolheram.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 75/141

068.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/04/2017- 19:14
Publ.: DCD - 11/04/2017 - 100	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Esclarecimentos sobre apoio do orador ao substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017. Críticas ao Governo Michel Temer pela adoção de políticas de depressão econômica. Contrariedade à proposta do Governo Federal de reforma previdenciária.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em primeiro lugar, nós gostaríamos de colocar nosso posicionamento em relação a esse projeto. Muitas vezes as pessoas tentam distorcer o nosso posicionamento real e dizem que nós não queremos resolver o problema dos Estados, particularmente do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. É verdade que esses Estados estão numa situação de muita dificuldade, com problemas financeiros sérios, com atraso de pagamento de seus funcionários, enfim, com um conjunto de questões que colocam uma dificuldade real na administração. Não vamos discutir aqui as razões pelas quais chegaram a essa situação, mas, com



certeza, são equivalentes às de outros tantos Estados que ainda não chegaram a essa situação, mas que estão caminhando para ela. Muitos dizem: "Ah, houve irresponsabilidade". Eu não quero aqui julgar cada caso, se houve responsabilidade. O fato concreto é que o Brasil vive uma crise econômica, que a política do Governo Federal é de depressão econômica, de desinvestimento, de impedir o investimento através de altas taxas de juros, que o Banco Central mantém cada vez mais altas. E agora começou a falar em reduzi-las, mas já mantém há 1 ano taxas de juros violentas contra a economia nacional que beneficiam apenas o capital financeiro.

É isso que vem quebrando os Estados, é isso que quebrou esses três Estados, por causa da queda da arrecadação, por causa das dificuldades de ajustar a sua quase impossibilidade de honrar a folha de pagamento, de honrar suas despesas à realidade da queda de arrecadação.

A situação que vivem esses três Estados é a mesma a que outros 10 ou 15 vão chegar, inclusive São Paulo. O Governador Geraldo Alckmin se arvora em ser austero e grande gestor, mas o Estado está próximo dos limites colocados pelo projeto do Governo.

O que nós queremos é simplesmente votar um substitutivo que dê a todos os outros Estados a possibilidade de reorganizar as suas finanças através de uma negociação com o Governo Central, através de um diálogo em que possa haver um alívio no pagamento das dívidas.

Afinal, o que qualquer sistema bancário que se preze ou qualquer loja de massa faz é negociar as dívidas, para que possa recebê-las e não levar o cliente à falência. É isso que se espera de qualquer renegociação. E o que se pretende com o nosso substitutivo é exatamente isto: permitir a todos os Estados que participem dessa negociação.

O Governo, especialmente o Ministro Henrique Meirelles, que é quem dirige efetivamente o País, e só diz não, porque defende a banca, defende os interesses do capital financeiro, não está nem aí para os serviços públicos, não está nem aí para a educação e para a saúde. Ele quer é que se explodam, porque para ele interessa unicamente uma coisa: ajuste fiscal. Não existe da parte desse Governo nenhum plano de retomada de crescimento, nenhuma medida incentivadora ao crescimento econômico. Nada! Absolutamente nada! Por isso é que nós vamos apresentar esse substitutivo.

O Governo é tão arrogante que acha que, porque anunciou que faz algumas modificações que nós nem sabemos quais são na PEC da Previdência, vai obter o apoio do povo brasileiro. Para obter esse apoio, faz terrorismo o tempo todo com o povo brasileiro, dizendo que não vai pagar a Previdência, que ela vai quebrar, que o povo não vai receber aposentadoria. São mentiras e mais mentiras da parte desse Governo.



Nós precisamos é retomar o crescimento econômico para que haja sim equilíbrio fiscal, mas não reduzir, cortar, como fez agora. Esses cortes só vão acelerar a depressão, só vão acelerar prejuízos para as empresas e para os trabalhadores. E o desemprego vai continuar aumentando.

Mexer em pontos periféricos da Previdência, sem mexer no que é o principal, não vai mudar a oposição popular a esta reforma. Enquanto o Governo insistir em colocar a idade de aposentadoria em 65 anos para homens e mulheres, enquanto o Governo insistir em aumentar o tempo de contribuição de 15 anos - muita gente já não consegue chegar a isso - para 25 anos como condição para a aposentadoria e enquanto o Governo insistir em manter um redutor do valor da aposentadoria de 49 anos, um redutor em que cada ano inferior a 49 você perde 1% no valor da sua aposentadoria, enquanto esses três pontos estiverem em vigor, nós vamos ter uma proposta que não vai deixar de ter a oposição da maioria esmagadora do povo brasileiro.

Não se iludam, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, com jantares no Palácio da Alvorada ou no Palácio do Jaburu. Podem acontecer muitos jantares. Aliás, eu sempre recomendo aos eleitores, em campanhas eleitorais, que, quando algum candidato oferecer um churrasco, vão lá comer. É bom. A comida talvez seja boa lá no Palácio. Mas o importante é o seguinte: na hora de votar, não votem contra o povo brasileiro, não votem a favor deste desmonte da Previdência Social. Isso não terá desculpa nas próximas eleições.

O povo não vai esquecer o nome de quem votou a favor do desmonte da Previdência, porque o projeto do Sr. Meirelles - o projeto do Sr. Meirelles, repito -, é excluir da aposentadoria milhões de brasileiros e brasileiras que trabalharam e trabalham, mas que muitas vezes não têm registro em carteira, não contribuem mensalmente. Esses vão ser os grandes prejudicados.

Não venham falar em tirar privilégios, como agora, em propaganda do Governo, que quer jogar a opinião pública contra políticos e funcionários públicos. Ora, todo mundo sabe que os programas de televisão execram os políticos. Mas querer jogar o povo contra os funcionários públicos, contra o médico, o professor, a merendeira escolar, o funcionário que trabalha atendendo a população dizendo que há privilégios? Há privilégios sim, em algumas categorias, mas não para os milhões de funcionários públicos deste País, que têm que ser respeitados como qualquer trabalhador.

Sr. Presidente Michel Temer, retire essa propaganda da televisão. É uma vergonha querer colocar o povo brasileiro contra o funcionalismo. Um Governo que se preze tem que valorizar seus funcionários.

Nós vamos continuar dizendo "não" a esta reforma. "Não" ao desmonte da Previdência Social!

Documento 76/141

073.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	12/04/2017-09:28
Publ.: DCD - 13/04/2017 - 21		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Artigo intitulado *Vida Antes da Morte*, de autoria do orador, publicado no Blog do Noblat, a respeito do momento político brasileiro sob a ótica do significado da Páscoa. Defesa de Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para a reforma política.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, eu queria registrar que ontem fiquei surpreso: a tal recuperação fiscal acabou rapidamente. Parece que muitos estavam querendo se recuperar de uma fiscalização externa talvez excessiva. Enfim, vamos tentar voltar à atuação normal do Parlamento. Registro meu artigo publicado no Blog do Noblat chamado *Vida Antes da Morte* e outro texto, feito a partir de reflexões desta noite sobre o tal fim do mundo e a necessidade urgente de reformar radicalmente o modo de fazer política e o financiamento de partidos, para que não haja o central dessas investigações todas: a promiscuidade entre grandes empresas, que são corruptoras, e parte do mundo político público e privado, e troca de favores. Tudo isso é absolutamente indevido. Temos que enfrentar!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento, para inserção nos Anais da Câmara, artigo publicado hoje, dia 11 de abril, no Blog do Noblat. Trata da Páscoa e da necessidade de nos renovarmos na política também. *Vida antes da morte.*

Na Semana Santa, lembra-se que a dialética vida-morte-ressurreição atravessa a caminhada da humanidade. Ela vai além das religiões: tese, antítese e síntese estão no âmago de tudo o que pulsa no planeta. O cristianismo, religião oriental que se espalhou pelo Ocidente, carrega esse fascinante mistério no seu próprio coração, ao afirmar



que a morte não tem a última palavra.

Hoje já se entende que não é possível ficar esperando o paraíso depois de uma existência de privações. É preciso começar a construí-lo aqui e agora: *"Venha a nós o vosso Reino"*. Para quem celebra a Páscoa, a preparação nos dias que a antecedem é plena de humanismo. O Cristo aclamado com ramos na entrada em Jerusalém, sobre um jumentinho - e não sobre um cavalo dos reis belicosos -, será o mesmo a ser repudiado dias depois, com a multidão pedindo sua crucificação. O Cristo que sua sangue no Horto das Oliveiras, na iminência do terrível sofrimento - *"Pai, afasta de mim esse cálice!"* -, é o mesmo que, horas antes, celebra a fraternura na doce partilha do pão com seus amigos fiéis. Companheiros, os que repartem o mesmo pão! O que é a vida, então, senão sofrimento e superação, dor e alegria, medo e coragem, angústia e serenidade, morte e ressurreição? O escuro da cruz, na sexta-feira da paixão, prenuncia a páscoa dominical, *pesach*, travessia de luz. Libertação de todos os cativeiros.

Assim também na história dos povos e nações, mediatizada por conjunturas sócio-políticas concretas. No Brasil de hoje, a crescente cavalgada da discriminação, da eliminação do que difere, é sinal sombrio de morte. É abominável quando uma figura pública fala, altissonante, de seu ódio a indígenas e quilombolas - tratando-os como animais sem direito a território, os *"que nem para procriar servem"* - e às mulheres, geradas por *"uma fraquejada"*. O ovo da serpente do fascismo está sendo chocado quando é aplaudido por uma multidão, talvez ignorante de recentes tempos sombrios, *"passagem desbotada na memória de nossas novas gerações"*.

A morte entra devagarinho na vida social quando um modelo econômico, fundado no êmulo da ganância, deixa mais de 13 milhões desempregados. Ou quando o poder público, quebrado por desonerações a grandes empresas e pelo roubo dos gestores, mostra-se incapaz de prestar os serviços básicos de saúde, saneamento, educação, moradia e locomoção à maioria dos cidadãos. O véu da morte também cobre um sistema político agonizante, sustentado até então pelo poder dissolvente do dinheiro, no qual as maiorias sociais não conseguem representação.

A Páscoa - dos ateus, da cosmovisão afro e nativa, dos cristãos, judeus, muçulmanos, budistas e adeptos de todos os credos - só chegará para quem se empenhar em gastar sua vida enfrentando as forças da morte e agregando mais vida à sociedade, para torná-la menos injusta.

O ovo, de energético chocolate, muito além do consumismo, tem enorme simbolismo, que Adélia Prado destaca: *"túrgido de promessa, guarda um sol ocluso: o que vai viver, espera"*. Que, removida a pedra do túmulo, possa emergir um humanismo radical.

Agradeço a atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, eis o meu pronunciamento.

Fim do mundo.

A quase centena de inquéritos sobre autoridades no STF e os duzentos processos em outras instâncias da Justiça devem-se a duas razões fundamentais - e deploráveis: grandes corporações empresariais financiaram figuras públicas e legendas em troca de atendimento a seus interesses, como privilégios em licitações nos Executivos e aprovação de leis facilitadoras de seus negócios nos Legislativos; candidatos e autoridades cobraram apoio financeiro de empresas para colocar-se a seu serviço, sendo que isso permitiu ilícito aumento patrimonial a vários e fatura de recursos - muitas vezes, pelo caixa dois - nas campanhas, desequilibrando a disputa.

Poderosos corruptos e corruptores cederam ao poder dissolvente do dinheiro. O sistema político está apodrecido e precisa ser substancialmente modificado. Na minha visão, só uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para a reforma política, com intensa participação popular, será capaz de avançar neste sentido.

Face à mais grave crise da República desde que superamos a ditadura civil-militar, é de interesse público que sejam realizadas investigações também sobre Michel Temer, para as quais o PSOL entrará com representação ainda hoje; que as autoridades que têm funções especiais de mando - como Ministros, Presidentes de Poderes e relatores de projetos - delas se afastem, até que tudo se esclareça; que os órgãos de controle ético da Presidência da República e do Congresso Nacional abram, de ofício, procedimentos apuratórios preliminares da conduta dos investigados; que os denunciados (ou simplesmente citados) se coloquem publicamente, apresentando suas razões, abrindo suas contas e colocando-se à disposição da Justiça; que o poder constituinte originário, o povo, seja demandado para, através de regras eleitorais claras e paritárias, escolher seus novos governantes e legisladores.

Documento 77/141

073.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	12/04/2017- 11:30
Publ.: DCD - 13/04/2017 - 46	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO



Sumário

Críticas à forma de condução da Operação Lava-Jato. Prejuízos causados ao País pelo descrédito da classe política perante a opinião pública. Defesa de realização da reforma política. Reafirmação do compromisso do PT com a defesa dos interesses do povo brasileiro. Contrariedade às propostas de reforma trabalhista e previdenciária.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ontem, o País assistiu à divulgação da famosa lista da Odebrecht, uma divulgação feita, como se esperava, com todo o alarido e da forma mais ampla possível, de modo a atingir todos os grandes partidos políticos deste País, abrangendo Governadores, Senadores, Deputados, Prefeitos e um sem-número de pessoas que não têm mandato e vão ser processadas e investigadas através de outras varas da Justiça.

Nós consideramos que essa divulgação e a forma como vêm sendo feitas as investigações da operação Lava-Jato caracterizam claramente um estado de exceção em nosso País, um estado de exceção em que se aceitam delações como provas, em que se fazem prisões sem provas, em que praticamente deixou de existir o instituto do *habeas corpus*, que nem na própria ditadura militar tinha deixado de existir, em que não existe mais a presunção da inocência. Ao contrário, todos são culpados até que se prove o contrário.

Esse estado de exceção vem sendo, na prática, referendado de forma completamente arbitrária por órgãos como o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que reconheceu que a Operação Lava-Jato poderia funcionar desrespeitando a legislação, porque se tratava de uma operação de exceção, e, muitas vezes, com o beneplácito do Supremo Tribunal Federal.

A forma de divulgação dessa lista atinge a reputação e a credibilidade de todos os que foram citados, de forma irreparável.

A abertura do inquérito, em tese, não coloca ninguém sob suspeição. Isso não é uma prova. A abertura do inquérito não significa o julgamento, mas, da forma como foi feita essa divulgação, não há dúvida de que todos aqueles que foram citados aparecem na sociedade como culpados.

Todos os que foram parar no noticiário sem contraditório, porque não houve possibilidade sequer de haver um, já estão condenados pela opinião pública, e a redução do prejuízo só vai ocorrer ao final de um longo processo.

Eu quero relembrar aqui a todos os Deputados e Deputadas, a todos os que assistem à *TV Câmara* e que nos acompanham pela Internet que o PT sempre, na sua história, defendeu o financiamento público de

campanha, em primeiro lugar, para impedir que o poder econômico decidisse os rumos do País e, em segundo lugar, para que não se colocasse sob suspeição permanente a atividade política, que é o que acontece hoje.

Hoje existe uma desconfiança em todo o País em relação aos políticos, sejam do Legislativo, sejam do Executivo, e isso desacredita, desune, desagrega o País. Precisamos reverter essa situação. E vamos fazer isso por meio de uma reforma política.

Quando o foco era exclusivamente o PT, muitos se aproveitaram e nunca questionaram a fundamentação daquelas denúncias; muitos se alegraram com as denúncias contra o PT, e muitos se utilizaram delas para afastar a Presidenta Dilma do Governo.

Agora, as denúncias atingem todos os partidos, todas as correntes, e é necessário que se faça, sim, uma investigação, que se instaurem os inquéritos, mas também que se permita que esta Casa, este Congresso, faça uma reforma política que, evidentemente, afaste o poder econômico da atividade política. Isso tem que ser realizado. Isso tem que ser feito.

A bancada do PT vem se manifestar nessas condições. Ela vem dizer que todos os Deputados e Senadores do nosso partido que serão investigados deverão exercer o seu direito de defesa perante a Justiça brasileira, mas nós não aceitamos, em hipótese alguma, uma condenação prévia. Nós não aceitamos, em hipótese alguma, uma condenação midiática, como a que vem sendo feita, e vamos continuar trabalhando permanentemente, sem nenhuma vacilação, em defesa do povo brasileiro.

Aqueles que acham que o nosso partido vai parar de combater reformas como a da Previdência, que quer retirar direitos de milhões de trabalhadores até a sua aposentadoria; como a reforma trabalhista, que quer jogar na completa desorganização o mercado de trabalho, desrespeitando direitos duramente conquistados, querendo impedir que o nosso partido defenda os trabalhadores da cidade e do campo, a democracia e a soberania nacional, vão se equivocar.

O nosso partido vai continuar lutando, vai continuar batalhando. Vamos nos defender de qualquer acusação, mas vamos continuar defendendo o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 78/141

073.3.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária -
CD

12/04/2017-
11:30

Publ.: DCD - 13/04/2017 -
53

JÚLIO DELGADO-PSB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apreensão do Congresso Nacional e da sociedade brasileira diante da divulgação de lista de políticos alvo de inquérito no âmbito da Operação Lava-Jato. Falta de credibilidade ao Parlamento para a realização de reformas sem consulta popular, por referendo ou plebiscito homologatório.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho aqui nesta manhã para dizer que o Congresso, Brasília e o Brasil foram tomados não por surpresa, mas por apreensão e inquietude muito grande com a divulgação da quebra do sigilo dos inquéritos cuja abertura foi autorizada pelo Ministro Fachin.

Quero dizer que nós não devemos, neste momento, Deputado Flavinho, prejudicar ninguém. Eu acho que a isenção clara se faz necessária, assim como é necessário que possamos apurar a conduta daqueles que, citados e investigados, vão provar a sua inocência. Eu tenho certeza de que muitos nomes nesse meio foram citados à revelia ou sem a comprovação de eventual envolvimento na Lava-Jato, mas é preciso responsabilizar também aqueles que se locupletaram de dinheiro público e que participaram de todo o esquema de corrupção que envolveu não só a PETROBRAS, mas todos aqueles que estão sendo investigados pela Lava-Jato.

Eu quero manifestar claramente essa nossa posição, e é assim que vamos atuar.

Brasília ontem foi tomada por surpresa quando da divulgação da lista - é lógico, complicada -, que envolvia nomes importantes, que inclusive conduzem reformas que estão sendo discutidas nesta Casa, a ponto de poderes e forças antagônicas se juntarem para tentar uma blindagem, na votação para a escolha dos membros do Conselho de Ética - isso aconteceu na noite de ontem, quando a sessão aqui foi interrompida. Houve uma pressa danada para escolher o Conselho de Ética, depois de toda a demora, para poder, de certa forma, fazer essa blindagem. Forças totalmente antagônicas estavam juntas, e nós, Deputado Flavinho, eu e V.Exa., que estávamos no Conselho de Ética, acompanhamos isso.

Quero dizer que neste momento, Deputada Jô Moraes, nós não temos a menor condição de patrocinar determinadas reformas - trabalhista, previdenciária, política, renegociação das dívidas - sem consultar a sociedade, que está aturdida com o que aconteceu aqui no Parlamento.

Não dá para fazermos; não há credibilidade suficiente para isso; não há respeito nenhum da sociedade para que possamos patrocinar determinadas reformas que vão atingir o cidadão, que vão mexer com

a vida do cidadão. Isso não pode ser feito por pessoas que estão neste momento, de certa forma, envolvidas. Espero que elas possam provar a sua inocência e o seu não envolvimento, mas este Congresso está violentamente comprometido em função disso tudo.

Como foi dito aqui por vários colegas - o Deputado que me antecedeu falou da questão previdenciária, outro Deputado que me antecedeu falou da reforma política -, nós não temos como fazer qualquer tipo de reforma neste momento sem passar por uma consulta popular. Uma reforma política comprometida tem que passar, depois, por um referendo ou, antes, por um plebiscito; uma reforma da Previdência tem que passar por um referendo ou um plebiscito; uma reforma trabalhista tem que passar por um referendo ou um plebiscito.

Nós temos que, neste momento, já que não dá para fazer uma Assembleia Constituinte, fazer com que os nossos atuais Constituintes deleguem ao povo essa decisão, para não haver suspeição, de modo que ele diga se concorda ou não com o que vai ser aprovado.

Este é o nosso posicionamento. Queríamos que isso fosse ouvido pelos Líderes que conduzem esta Casa, com a responsabilidade devida, dando ao povo a regalia de, por referendo ou plebiscito, homologar qualquer decisão que este Parlamento tome daqui por diante.

Muito obrigado.

Documento 79/141

080.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/04/2017-19:04
Publ.: DCD - 19/04/2017 - 142		ORLANDO SILVA-PCDOB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Deputados da Oposição pela rejeição do requerimento de urgência para apreciação da matéria.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero saudar a Oposição do Parlamento brasileiro, que conquistou uma grande vitória nesta tarde, impedindo a aprovação do requerimento de urgência. Essa é uma vitória do movimento sindical e dos trabalhadores que se mobilizaram e discutiram com muitos Deputados nas suas bases. Essa vitória, Sr. Presidente, vai abrir oportunidade para que a Câmara

dos Deputados examine a proposta em tela. Hoje de manhã, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público - CTASP, junto com a Comissão de Legislação Participativa, realizou uma grande audiência pública, com ampla presença de Parlamentares. Até mesmo o Relator, Deputado Rogério Marinho, esteve lá e acompanhou o debate.

O que fica claro, Sr. Presidente, em primeiro lugar, é que a proposta apresentada pelo Deputado Rogério Marinho já não tem nada a ver com a proposta original. Modificar 117 artigos da CLT é desfigurar completamente a Consolidação das Leis do Trabalho. Fica claro, nesse projeto, um ataque ao movimento sindical, quando se acaba com o imposto sindical, quando se corta o financiamento às entidades sindicais no Brasil. Fica claro, na proposta, um ataque ao Direito do Trabalho e à Justiça do Trabalho, com tantos obstáculos que são colocados para que o trabalhador possa acessar a Justiça do Trabalho. E fica claro também um ataque aos direitos dos trabalhadores. Por exemplo, trabalho intermitente é como se fora a volta a um tipo de escravidão, sem nenhum seguro, sem nenhuma segurança para os trabalhadores do Brasil.

Por isso, eu peço a cada Deputado e a cada Deputada que leia com atenção o texto e não dê a sua digital nem a esta versão nem a nenhuma outra versão, porque o que vai gerar emprego, desenvolvimento e crescimento econômico é outra orientação no Governo, é a redução de juros, são novas eleições, a fim de que um Governo legítimo possa apontar para a retomada do desenvolvimento nacional. Só assim voltaremos a gerar empregos, porque foi com essa CLT que, em 2013 e em 2014, o Brasil vivia o pleno emprego. Portanto, não é verdade que só com mudanças na lei serão gerados empregos, porque, com essa lei, nos momentos em que o País tinha um rumo certo, produziam-se empregos e direitos para o nosso povo. Saudação da Oposição ao movimento sindical. A luta continua! Não à reforma trabalhista!

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 80/141

079.3.55.O

Sessão Deliberativa
Extraordinária - CD

18/04/2017-14:00

Publ.: DCD -
19/04/2017 - 22

LUIZ COUTO-PT -PB

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Ações de centrais sindicais, da Diretoria Executiva do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba - ADUFPB, da Câmara Municipal de São Carlos, da Câmara Municipal de Soledade e da Câmara Municipal de Vereadores de Caraúbas, Estado da Paraíba, contrárias à proposta do Governo Federal de reforma previdenciária. Carta do Cariri, com abaixo-assinado contra a proposta de reforma previdenciária.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço registrar pronunciamento que faço sobre a ação das Centrais Sindicais e da Diretoria Executiva do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba - ADUFPB contrária à Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016.

Registro ainda documento da Câmara Municipal de São Carlos em repúdio à PEC 287, pedindo que votemos contra a proposta; e a Carta Aberta Contra a Reforma da Previdência, do Município de Caraúbas, na Paraíba.

A Câmara Municipal de Soledade, na Paraíba, também se manifesta contrariamente, dizendo que os Parlamentares da Paraíba que votarem favoráveis à PEC terão uma resposta em 2018, quando não receberão votos.

Registro, por fim, a Carta do Cariri, com um abaixo-assinado, intitulada: *Levante do Cariri*.

Gostaria que tudo fosse dado como lido e peço que seja dada publicidade nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muitas vezes, ainda este ano, manifestei desta tribuna o meu apoio à sociedade brasileira, aos sindicatos e aos movimentos sociais de todo o Brasil, em greve. Hoje retorno aqui para prestar o meu apoio e solidariedade às Centrais Sindicais e à Diretoria Executiva do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba - ADUFPB, do Município de João Pessoa, assim como à população pessoense que, inevitavelmente, sofrerá com as reformas enviadas pelo Executivo ao Congresso Nacional.

As Centrais Sindicais estão denunciando a abrupta reforma da Previdência, a explicação para as chamadas crises econômica e política e a reforma trabalhista, que prejudica os planos de cargos e



salários, a assistência à saúde e as melhores condições de trabalho.

Todas as denúncias mais do que justas!

A decisão pela mobilização, que vai até o dia 19 de abril, foi definida do dia 30 de março ao dia 2 de abril, em assembleia da categoria.

Com a paralisação, marcada para 28 de abril, setores importantes para a vida da cidade deixam de funcionar. Além destes servidores, entendemos que o sindicato deve ampliar o seu empenho, a partir das ações de greve, no sentido de continuar o fortalecimento, construindo a unidade entre as diferentes categorias, movimentos sociais e populares, centrais sindicais, sindicatos, frentes e fóruns nos Municípios e Estados, para organizar uma greve geral, que será realizada no dia 28 de abril.

De acordo com o comando de greve, que representa a categoria, a crise pela qual passa os Estados e Municípios é a expressão avançada da política regressiva do Governo Federal, que privilegia os interesses do bloco político-social no poder, em detrimento dos interesses dos trabalhadores/as e do povo, a qual precisamos combater.

A luta por estabelecer a garantia dos direitos já conquistados tem sido árdua. Os trabalhadores/as e populares já fizeram paralisações pontuais desde o golpe de 2016, na tentativa de sensibilizar Estados e Municípios. De acordo com informações prestadas pelos grevistas, existe uma grande intransigência do Governo golpista e usurpador de Michel Temer em atender o comando de greve para garantir os direitos já conquistados.

Desta forma, quero aqui me solidarizar com a luta das Centrais Sindicais, dos movimentos sociais, dos sindicatos da Paraíba e de toda a população brasileira e reafirmar o meu compromisso com a categoria. Na oportunidade, quero fazer um apelo a toda a população para que se estabeleça, emergencialmente, uma frente mais ampla de reivindicação para que novas eleições diretas venham a ocorrer neste País, e a democracia venha a ressurgir novamente.

Fica, portanto, o meu apoio à luta dos servidores e o meu apelo à busca de um novo amanhã.

Finalmente, quero registrar a nota da Diretoria do ANDES-SN sobre a greve geral de 28 de abril, convocando todas as entidades sindicais para participarem da greve geral com o grito de greve: *A hora é agora! Unir e mobilizar para a greve geral em 28 de abril!*

Era o que tinha a dizer.

(O abaixo-assinado com assinaturas originais a que se refere o Deputado Luiz Couto encontra-se na Coordenação de Arquivo do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, conforme GT nº 01/2014 - SERAD/DETAQ, emitida pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação - art. 98, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

Carta Aberta contra a reforma da Previdência (PEC 287/2016)

As autoridade e demais pessoas abaixo assinadas, reuniram-se no dia 18 de Março de 2017, na Câmara Municipal de Vereadores da Cidade de Caraúbas-PB, manifestam posicionamento contrário sobre a Reforma da Previdência Social, tendo em vista que ela está fundamentada em premissas equivocadas e contém inúmeros absurdos contra os direitos sociais.

A PEC 287/2016 apresentada pelo governo sob discurso de catástrofe financeira e "déficit", que não existem, considerando-se grave o descumprimento aos artigos 194 e 195 da Constituição Federal de 1988, que insere a Previdência no Sistema de Seguridade Social, juntamente com as áreas de Saúde e Assistência Social, sistema que tem sido, ao longo dos anos, altamente superavitário em dezenas de bilhões de reais.

O superávit da Seguridade Social tem sido tão elevado que anualmente são desvinculados recursos por meio do mecanismo da DRU (Desvinculação de Receita da União), que são retirados da Seguridade Social e destinados para outros fins, especialmente para o pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição.

Diante disso, a proposta de reforma apresentada pelo governo desfigura o sistema da previdência social conquistado ao longo dos anos e dificulta o acesso a aposentadoria e demais benefícios à população brasileira que contribuíram durante toda sua vida.

Além disso, tal reforma prejudicará diretamente a economia dos municípios, uma vez que a grande maioria sobrevive dos benefícios da previdência social, que superam o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Diante disso, somos todos CONTRA a PEC 287/2016 até que se discuta democraticamente, mediante a realização de audiências públicas que possibilitem a participação da sociedade no sentido de construir alternativas que venham melhorar o sistema de Seguridade Social e ampliar a sua abrangência, impedindo o retrocesso de direitos sociais.

Caraúbas, 18 de Março de 2017.

Diretoria do ANDES-SN divulga nota sobre greve geral de 28 de abril
A diretoria do ANDES-SN divulgou na última segunda-feira (3), por meio da Circular 087/17, uma nota na qual ressalta a importância da construção da Greve Geral de 28 de abril para barrar os ataques que os governos federal, estaduais, municipais e o Congresso Nacional têm desferido aos direitos dos brasileiros.

Nota da Diretoria do ANDES-SN



A hora é agora! Unir e mobilizar para a greve geral em 28 de abril!
A diretoria do ANDES-SN reunida em Brasília, no período de 30 de março a 2 de abril de 2017, avaliou que a construção das lutas nos dias 8, 15, 28 e 31 de março foi positiva e acertada, demonstrando a disposição e a possibilidade da classe trabalhadora de se mobilizar, reagindo à crise econômica e política pela qual passa o país.

As ações do mês de março demonstraram que o empenho do ANDES-SN, junto com outras entidades e movimentos sociais, no sentido de construir a unidade de ação é o caminho para barrar as contrarreformas em curso. Junto com o aumento quantitativo e qualitativo das lutas e da indignação social contra o ilegítimo governo Temer, mergulhado profundamente na lama da corrupção, há também uma evidente crise no sistema político institucional que tende a se agravar nos próximos dias. Temos que intensificar os esforços de esclarecimento e mobilização da nossa categoria e da população, além de ampliar a unidade na luta.

Entendemos que o Sindicato deve ampliar o seu empenho, a partir das ações da diretoria, das secretarias regionais e das seções sindicais, no sentido de continuar fortalecendo e construindo a unidade entre as diferentes categorias, movimentos sociais e populares, centrais sindicais, sindicatos, frentes e fóruns nos municípios e estados, para construir a greve geral.

Esse é o momento de ampliarmos a mobilização interna em nossas instituições de ensino, fazendo panfletagens, assembleias dos três segmentos, debates e visitas aos departamentos; dialogando com os professores/as sobre os riscos das contrarreformas da Previdência (PEC 287) e trabalhista, da terceirização e dos cortes de verba, para a classe trabalhadora e para os serviços públicos, destacando seus impactos para a educação pública. Também devemos intensificar a pressão sobre os deputados/as e senadores/as nos estados, exigindo posicionamento público contrário às contrarreformas em pauta.

Entendemos que a crise pela qual passam as universidades estaduais e municipais é a expressão avançada da política regressiva do governo federal, que privilegia os interesses do bloco político-social no poder, em detrimento dos interesses dos trabalhadores/as e do povo, que está sendo imposta ou reproduzida pelos governos estaduais e municipais, contra a qual temos que nos mobilizar para combater.

Manifestamos, enfaticamente, nossa maior solidariedade e disposição de luta junto com os/as professores/as, a comunidade acadêmica e a população dos estados e municípios que estão sendo objeto de ataques selvagens nos seus direitos!

A hora é agora! Temos que dar uma resposta à altura dos ataques que estamos sofrendo. Mobilizar, resistir e avançar na organização dos professores/as em articulação com os demais trabalhadores/as para defendermos os serviços públicos e os direitos.

Nenhum direito a menos! Fora Temer! Rumo à greve geral em 28 de

abril!

Brasília, 2 de abril de 2017

Diretoria do ANDES-SN

Boletim Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa - Paraíba

Greve geral

A Diretoria Executiva da ADUFPB se dirige a toda comunidade acadêmica da UFPB para abrir um amplo e democrático debate acerca da convocatória feita por todas as Centrais Sindicais do país para construirmos, no dia 28 de abril, a Greve Geral dos trabalhadores(as) brasileiros(as) contra as medidas do governo Temer. Em 2016, esse debate já havia sido pautado entre nós em razão das necessidades à época, especialmente em razão das propostas de ajuste fiscal empreendidas pelo governo federal, que culminou com a aprovação da PEC do limite dos gastos sociais, atual Emenda Constitucional 95. Portanto, a Diretoria da ADUFPB sente-se mais uma vez instada a se manifestar para evitar que qualquer desinformação sobre as características distintivas a respeito desses dois instrumentos de luta dos trabalhadores - Greve Geral e Greve Específica - possam se transformar em óbices para nossa participação neste importante momento da história das lutas no país.

Como já afirmamos noutra oportunidade, o atual momento político brasileiro caracteriza-se, a nosso ver, pela inquestionável intenção do governo ilegítimo de Michel Temer de servir de forma abjetamente submissa à representação social - nacional e internacional - do capital rentista globalizado, no sentido da superação da crise - mais uma, cíclica, inerente ao próprio processo de produção capitalista em sua dinâmica - de acordo com os ditames emanados por essa representação. Para tanto, busca de um modo geral "jogar a conta" da mencionada crise nas costas da classe trabalhadora brasileira, usando, como principal instrumento para atingir essa finalidade, a retirada dos direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores, ao longo de muitos anos de lutas, desde o final do século XIX e início do século XX: esse é o real objetivo do governo quando apresenta as reformas trabalhista e da previdência social.

Não temos dúvidas de que o processo em curso, no qual os propósitos estão nitidamente manifestos, caso seja bem sucedido, irá penalizar, com toda a sua dureza, o conjunto dos integrantes da sociedade brasileira que obtêm sua subsistência por meio de seus salários. Esses serão alijados, ainda mais do que já o são, de seus direitos ao trabalho protegido, aos benefícios previdenciários, à saúde, à educação e demais políticas públicas, gratuitas e de qualidade.

O conjunto dos trabalhadores brasileiros, por intermédio de diversas Centrais Sindicais, sindicatos de base, frentes de lutas e demais organizações políticas, em presença no cenário brasileiro contemporâneo, vem buscando, coletivamente, amadurecer a



concepção e efetivação de uma estratégia que possa barrar esse verdadeiro sequestro de seus direitos. E, nesse processo de construção tático-estratégico, configura-se como elemento de importância capital a realização de uma greve geral, envolvendo o máximo possível aqueles a serem mais duramente atingidos pelas medidas governamentais pretendidas - muitas delas já anunciadas e outras em processo de implementação. Ou seja, o horizonte almejado para a abrangência da greve é a totalidade dos trabalhadores brasileiros.

Isso posto, é evidente que, por conta da abrangência pretendida e das condições concretas da atual realidade brasileira, a previsão é que ela seja de curta duração, como alerta e sinalização da postura mobilizada, disposta à luta e resistência dos trabalhadores brasileiros, frente à ameaça de retirada de seus direitos.

Greve específica

Cabe expressar, ainda, que não está, no atual momento, colocada dentre as perspectivas de luta, nem da ADUFPB, nem do ANDES-SN, qualquer indicação de greve específica docente, nos moldes do movimento paredista realizado nacionalmente pelos professores das IFES em anos anteriores. Ainda que tenhamos a clara percepção da existência de uma forte articulação entre as dimensões específica e geral das lutas dos trabalhadores, tal instrumento de luta tem sua aplicabilidade adequada a outro contexto, bastante distinto do que se apresenta no presente.

Por fim, nunca é demais repetir, as decisões e definições dos instrumentos de luta a serem acionados em cada contexto que se apresente foram, são e serão, sempre, tomadas pela categoria, soberanamente e democraticamente, em suas instâncias próprias de deliberação. Neste sentido, aproveitamos a oportunidade para convocar todos os docentes para nos dias 18 e 19 de abril participarem da rodada de Assembleias, que terá como principal pauta o debate e a decisão da categoria sobre a Greve Geral do dia 28.04.2017.

Diretoria Executiva da ADUFPB

Estado da Paraíba
Poder Legislativo Municipal
Câmara Municipal de Soledade
"Casa Conselheiro José Osório da Nóbrega"

Ao Exmº Sr.

Deputado Federal - Luiz Couto - PT

Carta Soledade-PB

Aos vinte e um dias de março do ano de dois mil e dezessete, a Câmara Municipal de Soledade-PB, reuniu-se em Sessão Especial no Plenário desta casa, contando com a presença do Exmº Sr. Prefeito Geraldo Moura Ramos, Vereadores, Líderes Sindicais e Comunitários, Trabalhadores do campo e da cidade e Sociedade Civil Organizada



para debatermos em sua totalidade a PEC 287 (Reforma Previdenciária) e os malefícios à classe trabalhadora deste país. Diante disto, comunicamos a Vossa Excelência que em Soledade-PB, nós, vereadores deste município, em sua totalidade, não votaremos e não representaremos nas eleições de 2018, candidatos que votarem pela retirada dos direitos previdenciários dos trabalhadores do campo e da cidade.

Vereadores:

Reginaldo Gomes Falcão - PR

Osório Guedes Policarpo Neto - PROS

Adeilson Joellby Martins Mariano - PMDB

Vânia Maria Ouriques Leal - PR

Júlio Cezar de Vasconcelos Garcia-PMDB

Alexandre Gomes de Souza - PSDC

Wellington Di Karlos de O. G. Ramos Pereira - PSDB

José Correia de Queiroz Neto - PTdoB

Sala de Reuniões, 21 de março de 2017

Carta do Cariri

Aos vinte e quatro dias do mês de março de 2017, reunidos, em São João do Cariri, "Cidade mãe" do Cariri Paraibano, presentes ao ato público intitulado de Levante do Cariri Contra a Reforma da Previdência, a sociedade organizada do Cariri e de outras regiões do Estado da Paraíba, representada por seus Vereadores, Prefeitos, Professores, Agricultores Familiares, Sindicalistas e toda população do semiárido nordestino, evidencia sua discordância em relação ao texto da proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/2016), tendo em vista que esta não considera a força de trabalho deste segmento que inicia sua vida laboral ainda criança e com a aprovação desta PEC subjugará toda região.

Consideramos que antes de retirar direitos dos trabalhadores se faz necessários esforços no combate a sonegação e na busca de créditos dos devedores que ultrapassam 400 bilhões de reais com o INSS, como é de conhecimentos de todos. Ainda, sejam reavaliados a necessidade de manutenção dos bens imóveis da previdência social, uma vez que dos 5.685 imóveis, 3.485 estão irregulares e não utilizados e 2.200 em uso, consumindo cerca de 20 milhões de reais anuais apenas com manutenção e condomínio, configurando um verdadeiro descaso com o dinheiro do trabalhador.

Consideramos também que os recursos da Seguridade Social, Artigos 194 e 195 da CF, estão sendo desviado a outros propósitos originais de nossa Carta Magna, utilizando-se inclusive os mecanismos da DRU (Desvinculação de Receitas da União), que em moeda corrente representou nos últimos anos a desvinculação de mais de 270 bilhões de reais.

Toda economia de nossos municípios está à beira de uma enorme



crise, sem precedentes tendo em vista que com o vácuo que será criado com esta nefasta PEC 287, devido ao aumento da idade mínima para aposentadoria do agricultor, pois o valor originário das aposentadorias rurais ultrapassam os FPM dos municípios desta região.

Corroboramos com o entendimento do Ministério dos Direitos Humanos que a PEC 287/2016 afronta direitos sociais e representa um retrocesso social.

Exigimos a suspensão da tramitação da PEC 287/2016, com a finalidade de discutir ampla e democraticamente alternativas, através de audiências públicas em todos os estados brasileiros e demonstrar toda a transparência os recursos da Seguridade Social.

Apoiamos a CPI da previdência, a fim de apurar no Congresso Nacional obscuridades em nosso sistema previdenciário, tomando as medidas punitivas exemplares aos responsáveis de irregularidades encontradas.

Exigimos que nenhuma regra para concessão de aposentadoria ao Agricultor Familiar seja alterada.

Esclarecemos ainda que, todos os abaixo assinados recusam a votar em qualquer um deputado ou senador que apoie esta PEC maldita e qualquer outro retrocesso aos direitos trabalhistas e sociais do povo brasileiro, ou ainda que apoie a chamada lista fechada para futuras eleições, manchando ou evidenciando a capacidade da histórica política destes maus representantes.

São João do Cariri - PB, 24 de março de 2017

Câmara Municipal de São Carlos

Capital do Conhecimento

Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais

Referência:/Ita/

Processo no 1159/2017

Ofício-Circular

São Carlos, 05 de abril de 2017.

Cumpre-me informar que esta Câmara Municipal, em sessão ordinária ontem realizada, aprovou a Moção de Repúdio nº 0167, de iniciativa do vereador Moises Lazarine, subscrita por esta presidência e pelos Vereadores: Malabim, Marquinho Amaral, Cidinha do Oncológico, Laíde das Graças Simões, Robertinho Mori e Roselei Françoso, Manifestando Repúdio à PEC 287/2016, que trata da Reforma da Previdência (conforme cópia inclusa). Prevaleço-me da oportunidade para renovar-lhe protestos de elevada estima e apreço.

Júlio César Pereira de Souza

Presidente

Excelentíssimo Senhor

Luiz Couto

Deputado Federal



Brasília - DF

Câmara Municipal de São Carlos

Senhor Presidente:

Senhores (a) Vereadores (a)

Moção de Repúdio

Repúdio a PEC 287/2016 da reforma da Previdência .

Considerando que homens e mulheres, urbanos e rurais, só poderão se aposentar ao completarem 65 anos de idade; aumenta o tempo de contribuição mínimo de 15 para 25 anos.

Considerando que reduz de maneira drástica os rendimentos dos futuros aposentados, ao modificar as regras de cálculo do valor da aposentadoria; as pensões serão cortadas quase pela metade, pois a viúva ou o viúvo receberão apenas 60% do rendimento do titular; as pensões e o BPC serão desvinculados do salário mínimo, o que significa que os rendimentos poderão ser inferiores a um salário mínimo.

Submeto ao plenário esta Moção de Repúdio, contra as atitudes ocorridas em nosso País , uma vez que esta atitude vem de encontro com os interesses da sociedade brasileira e são-carlense.

São Carlos, 03 de Abril de 2017

Moisés Lazarine

Vereador

Marquinho Amaral

Vereador

Malabim

Vereador - PTB

Robertinho Mori

Vereador - PSDB

Roselei Françoso

Vereador-REDE

Julio Cesar

Presidente

Câmara Municipal de São Carlos

Para dar sequência e intensificar a campanha contra a reforma da Previdência, enviamos em anexo um modelo de moção contra a PEC 287/2016 para que seja apresentado aos vereadores. Após a aprovação da Câmara Municipal, solicitar que o Presidente da Câmara do município encaminhe aos Deputados Federais e Senadores, para que votem contra essa PEC.

Sindicato dos Metalúrgicos de S. Carlos e Região

Nós, Vereadores da cidade....., reunidos na sessão XX do dia..... de 2017 àsh, concordamos que a PEC 287/2016 da reforma da Previdência, se aprovada, vai impor prejuízos a todos os trabalhadores e trabalhadoras, assim como trará imenso prejuízo à economia local,

pela falta de distribuição de renda, configurando uma redução drástica de direitos e rendimentos de enorme parcela da população da nossa cidade.

É comprovado que a reforma retira direitos consagrados, pois: Estabelece que homens e mulheres, urbanos e rurais, só poderão se aposentar ao completarem 65 anos de idade; aumenta o tempo de contribuição mínimo de 15 para 25 anos; as regras para acessar os benefícios de prestação continuada (BPC) dificultam ou impedem o acesso aos que mais precisam (idosos e deficientes); reduz de maneira drástica os rendimentos dos futuros aposentados, ao modificar as regras de cálculo do valor da aposentadoria; as pensões serão cortadas quase pela metade, pois a viúva ou o viúvo receberão apenas 60% do rendimento do titular; as pensões e o BPC serão desvinculados do salário mínimo, o que significa que os rendimentos poderão ser inferiores a um salário mínimo.

Portanto, ao dificultar o acesso à aposentadoria, a Reforma da Previdência reduzirá os proventos das pessoas e prejudicará a vida e a economia do município. Com a redução da renda dos aposentados, pensionistas e beneficiários, os impactos negativos no comércio e na produção local serão irreversíveis. Haverá desemprego e queda da arrecadação municipal, prejudicando todos os moradores da nossa cidade;

Em vista dos fatos acima mencionados, nós, vereadores, aprovamos esta moção contra a PEC 287/2016 e pedimos aos nossos Deputados Federais e Senadores que votem contra a aprovação da Reforma da Previdência.

Documento 81/141

079.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/04/2017- 14:54
Publ.: DCD - 19/04/2017 - 53	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Inoportunidade da apreciação pela Câmara dos Deputados de propostas de reformas previdenciária, trabalhista e política.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do



orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho à tribuna de chapéu, respeitosamente, dizer que não consigo compreender como esta Casa pretende fazer as reformas que estão postas aí: a reforma da previdência, a reforma trabalhista e a reforma política, quando sabemos dos problemas gravíssimos que transitam no Parlamento nacional, na política nacional, em relação a questões éticas e a questões de relacionamento institucional.

O povo brasileiro tem me cobrado, o povo gaúcho tem me cobrado. Este final de semana houve a Páscoa, tempo de reflexão, tempo de retiro, que serviu para também nos cobrarem: "*Deputado Pompeo de Mattos, a Câmara dos Deputados tem muitos Deputados sob suspeita*". Eu não estou aqui acusando ou apontando ninguém. Mas que moral tem a Câmara dos Deputados para fazer uma reforma da previdência a toque de caixa, correndo como se fosse tirar o pai da forca, no desespero; ou fazer a reforma trabalhista por baixo dos panos, debaixo do tapete, detrás da porta, às escondidas, às escuras? Que desespero é esse? Será que não estão enxergando, não estão vendo? O pior cego não é aquele que não vê, mas aquele que não quer ver para não enxergar a realidade. Essa é a verdade.

Por isso, eu venho à tribuna, Sr. Presidente, pedir aos meus colegas Parlamentares, aos Líderes, à Mesa Diretora, ao Presidente da Câmara, ao Relator, ao Presidente da Comissão da Reforma da Previdência o seguinte: alto lá! Segura aí, parceiro! Devagar com o andor que o santo é de barro!

O Brasil não vai engolir isso. O Brasil real não é Brasília. Brasília é o Brasil virtual. O Brasil real está lá nos Estados, nos Municípios, nos bairros, nas ruas, nas casas, nas famílias, no cidadão, no trabalhador, no operário, na carteira assinada, no dia a dia, no suor do rosto do agricultor, da dona da casa, da viúva, da pessoa com deficiência, do idoso que precisa de amparo. Esse é o Brasil real, e não o Brasil nababesco de Brasília. Não! Não! Alto lá, senhoras e senhores! É o apelo que eu quero fazer. Pode até parecer patético, mas é verdadeiro, é sincero, é de coração.

Tenho sido cobrado e repasso a cobrança que recebo para que outros ouçam o que nós estamos sentindo e vendo aí fora. E o Parlamento tem que ser sensível a isso. O Parlamento tem que enxergar isso, senão vai ser atropelado.

Eu estou aqui, Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, há 14 anos e vejo a coisa ficando cada vez pior. É mais do mesmo, o pior do pior, se é que é possível ficar pior. Estão no fundo do poço e estão cavando para baixo, ao que parece, para afundar mais.

Não é hora de fazer esse tipo de reforma! É hora de arrumar a casa! É hora de olhar para si! É hora de olhar no espelho, de se enxergar, de assumir seu papel, de fazer mea-culpa, de dar resposta à sociedade, senão a sociedade vai cobrar lá fora. E tem gente que vai pagar caro, vai pagar muito caro. É a advertência que faço.



Parem com as reformas! Não é hora de reformas! Chega dessas reformas! Essas reformas não vão nos levar ao Brasil que queremos, ao Brasil de que precisamos, ao Brasil que os brasileiros merecem! Essas reformas são para o Brasil dos políticos! Essas reformas são para o Brasil do atraso! Essas reformas são para o Brasil de uma população sofrida que não merece esse sofrimento! Por isso, em nome do povo gaúcho, em nome do povo brasileiro, faço este apelo: não é hora de seguir nessa senda! O caminho está errado! Vai dar na ribanceira! Vai dar no atoleiro! Vai dar num sumidouro! Esta Casa vai se atolar! Aqui vai pegar, como dizia o Dr. Brizola, a maldição dos pobres. Os pobres vão amaldiçoar esta Casa! O pobre vai amaldiçoar o Governo, porque está tirando direitos dos pobres! O pobre pouco pode fazer, mas amaldiçoar pode! E a maldição pega! Alto lá! Alto lá! Devagar com o andor que o santo é de barro! Parem com essas reformas, porque elas não são boas para o País!

Documento 82/141

079.3.55.O

Sessão Deliberativa
Extraordinária - CD

18/04/2017-15:06

Publ.: DCD -
19/04/2017 - 54

JÚLIO DELGADO-PSB -MG

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Perda da legitimidade do Congresso Nacional para votação de propostas do Governo Federal de reformas política, trabalhista e previdenciária, por falta de consulta prévia à sociedade brasileira. Defesa de eleição de Assembleia Nacional Constituinte para o debate sobre os temas. Preocupação com jogo virtual intitulado Baleia Azul, dada a vitimização de jovens no Brasil. Necessidade de investigação dos patrocinadores do jogo.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro agradeço ao Deputado Carlos Manato a deferência em relação à troca dos nossos nomes, para que eu pudesse falar em Breves Comunicações. Nós estamos, a todo momento, em Brasília, vivendo uma verdadeira agitação em função de tudo que está acontecendo: tentativa de votação das reformas, análise das delações que vieram a

conhecimento e das denúncias que foram oferecidas semana passada. Deputado Simão Sessim, eu tenho dito que a Câmara dos Deputados, que o Congresso Nacional perdeu a legitimidade para votar essas reformas sem que haja uma consulta popular. Eu tenho defendido claramente uma Constituinte específica, exclusiva, para que nós possamos delegar ao povo a reforma política, a reforma trabalhista, a reforma previdenciária. Muitas questões que estão sendo discutidas aqui porque, com o Congresso sob suspeição, nós não temos mais condições levar ao povo qualquer decisão.

Deputado Zé Geraldo, eu uso esta tribuna para falar neste momento de uma preocupação grande dos mineiros e do povo brasileiro. Trata-se de tema recorrente. Todos nós temos filhos jovens e adolescentes.

Esse final de semana, Deputado Simão Sessim, nós tivemos duas vítimas do jogo Baleia Azul. Um jovem de 19 anos de Pará de Minas e um de 16 anos da região nordeste de Belo Horizonte foram vítimas dessa brincadeira, do tal desafio da Baleia Azul, jogo que tem colocado jovens num grau de comprometimento do qual não conseguem sair.

Eu quero registrar aqui a preocupação do Parlamento, a nossa preocupação. Eu espero que as autoridades, com os meios de investigação pelas redes sociais, possam investigar aqueles que estão patrocinando, incentivando a proliferação desse jogo no nosso País. Há uma grande preocupação com a população jovem, que, a cada dia, está mais inserida nas redes sociais e no mundo virtual. Não podemos aceitar que jovens e adolescentes percam suas vidas, uma vez demonstrado o desejo de se desvencilhar desse desafio extremamente pernicioso para quem se compromete a dele participar.

É preciso que seja feita uma fiscalização. Pedimos que seja feita uma apuração pela Polícia Federal para que seja descoberta a origem do jogo no Brasil e do estímulo à sua continuidade no nosso País.

Era isso que eu queria dizer. Agradeço a V.Exa., Deputado Carlos Manato. Hoje, a nossa preocupação é com os jovens que estão morrendo em decorrência do desafio da Baleia Azul.

Documento 83/141

079.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/04/2017- 16:36
Publ.: DCD - 19/04/2017 - 71		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO



Sumário

Críticas ao financiamento privado de campanhas políticas nas eleições de 2016, ante o endividamento financeiro dos Municípios. Defesa de realização de reforma política com vistas à aprovação do financiamento público de campanhas eleitorais.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, já era esperado, e essa era a grande expectativa, que, com as delações da Odebrecht e a forma como ela se organizou para fazer essas delações, haveria uma grande repercussão.

Eu não imaginava que um poderoso veículo de comunicação neste País começasse na quarta-feira, na quinta, na Sexta-Feira Santa, no Sábado de Aleluia, no Domingo de Páscoa, na segunda-feira falando exatamente desse modelo de financiamento de campanha que funcionou no Brasil nos últimos 20 anos, com o apoio empresarial de grandes empresas, seja ele legal, seja ilegal.

E é claro que em todas as eleições - a Justiça Eleitoral sabe muito bem disso... Inclusive esta última eleição de prefeitos e vereadores, de norte a sul do País, continuou sendo uma das mais caras do Brasil.

Eu conheço um Município do Estado do Pará, com 12 mil eleitores, onde 2 ou 3 candidatos a prefeito gastaram mais de 3 milhões de reais para disputar a eleição. E às vezes o candidato que ganhou não tinha nem 1 real para financiar a campanha. O dinheiro foi todo emprestado a juro caríssimo.

E agora quem está pagando a conta é a pobre Prefeitura lá do interior, que às vezes não tem dinheiro para comprar uma máquina para consertar estradas, mas tem que pagar as milionárias campanhas, dinheiro emprestado de agiotas a 10%, 15%. E a Justiça Eleitoral sabe disso.

Então, não adianta agora ficar uma semana só falando de caixa dois, só falando da lista da Odebrecht, dos políticos que receberam dinheiro e das grandes lideranças de quase todos os partidos. O PSDB, que pensava que ia escapar, agora está aí com o Fernando Henrique, o Aécio Neves, o José Serra e o Alckmin. E não é dinheirinho, 500 mil reais ou 1 milhão de reais não, são 5 milhões de reais para cima. Vinte milhões de reais foram para a Suíça e voltaram para cá. É Rodoanel de São Paulo, é não sei o quê...

Então, Sr. Presidente, só para encerrar, quem pensou que ia se salvar nessa história toda está enrolado até os fios dos cabelos.

A pergunta que eu faço é a seguinte: o que fazer agora neste momento? Está aí o debate da reforma política. Mas que reforma política? Como serão as eleições de 2018 - isto é, se houver eleições? Para quem já deu um golpe violento, como o do dia 17 de abril do ano



passado, que completou 1 ano ontem, para dar mais um golpe não falta muita coisa, até porque as maiores lideranças de partidos, como as do PMDB e do PSDB, estão governando o Brasil. Quem manda no Brasil, neste momento, quem dá o rumo, quem está vendendo o Brasil, quem está gerando desemprego, quem dá as cartas e quem comanda este País é o PMDB e o PSDB. Esses partidos, Sr. Presidente, estão com muita dificuldade.

É claro que tudo isso continua sendo para tirar o Lula da disputa da eleição de 2018, porque só tem uma liderança neste País com credibilidade, e as pesquisas mostram isso. O único momento que este Brasil andou para frente foi o momento que o PT, que o Lula e a Dilma governaram o Brasil. Nem antes e nem depois eu vi nada de novo na história deste País.

Portanto, Sr. Presidente, nós precisamos fazer uma reforma política, para que tenhamos dinheiro público para financiar as campanhas, porque senão, em 2018, teremos muita gente gastando 5, 10 milhões para comprar uma cadeira de Senador e de Deputado Federal no Congresso Nacional, enquanto alguns não terão 100, 200 mil reais para gastar em uma campanha eleitoral.

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 84/141

079.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/04/2017-16:48
Publ.: DCD - 19/04/2017 - 73		MAIA FILHO-PP -PI
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de realização das reformas política, trabalhista e previdenciária.
Importância de sinalização para o mundo da capacidade do Brasil de superação da crise institucional.

O SR. MAIA FILHO (Bloco/PP-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, hoje o Brasil vive um momento em que alguns querem passar a impressão de que nós estamos no caos.
Cabe-nos aqui, como representantes do povo brasileiro legitimamente

eleitos, fazer a nossa parte, fazer o nosso trabalho. Espera-se que o Executivo faça o trabalho que é de sua competência e o Judiciário também.

Nós não podemos nos boicotar e querer parar o Brasil, querer parar as ações que se fazem necessárias.

Hoje, se ouvirmos qualquer analista político, qualquer analista econômico, ele vai nos expor a necessidade que tem o Brasil de aprovar as reformas - que já deviam ter sido aprovadas outrora - como a reforma política, como a reforma trabalhista e como, fundamentalmente, a reforma previdenciária.

Não podemos fazer discursos eminentemente para jogar para a plateia, para pensar em voto, para pensar em eleição ou colocar o nosso povo como massa de manobra que pode ser manipulada por discursos. Nós temos que jogar as palavras com sinceridade. Temos que mostrar os dados, mostrar a necessidade que o Brasil tem de fazer as reformas pensando também no futuro, pensando na instabilidade que pode ter um aposentado brasileiro daqui a 10 ou 15 anos, mas é importante observar que isso já está acontecendo em alguns Estados, como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, e mesmo em alguns países, como a Grécia. Se não votarmos a reforma agora, vamos ter que votá-la depois, sob pena de o caos se instalar no Brasil. Isso é fato.

Nós temos que saber que, se dermos indicação de que o Brasil não vai aprovar as reformas, de que o Brasil está um caos, de que o Poder Legislativo está parado, está paralisado e não vai ter condições de reagir, nem de trabalhar, as consequências serão imediatas: haverá especulações negativas para nossa Nação e nossos papéis lá fora.

A partir do momento em que nós sinalizarmos que não vamos ajustar nossas contas, que o Brasil não tem perspectiva de ter um ajuste fiscal e econômico, certamente será doloroso, porque os juros vão ter que subir, o dólar vai subir, as empresas vão deixar de investir, o desemprego vai ser crescente.

Temos que pensar na responsabilidade, e não pensar em discursos para jogar para a plateia. Quem não tiver coragem de estar aqui para votar com responsabilidade, para votar pelo Brasil, para votar com sensatez não merece representar o Poder Legislativo brasileiro.

Nós temos, sim, que votar pensando no bem desta Nação, no bem do coletivo, sem fazer nenhum proselitismo político, porque o futuro está em nossas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

079.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	18/04/2017- 17:08
Publ.: DCD - 19/04/2017 - 90	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância da reforma política. Crítica ao relatório da reforma trabalhista.
Oposição da população brasileira à proposta de reforma previdenciária.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós estamos aqui, hoje, discutindo um dos projetos mais importantes que tramitam nesta Casa. Mas nós deveríamos, neste momento, fazer aqui outra discussão. Nós deveríamos, agora, enfrentar a reforma política, porque estamos vivendo uma profunda crise política neste País. Este Congresso, o Poder Executivo e o Poder Judiciário vivem uma crise profunda, uma crise que estremece o País, que estremece as instituições e que coloca em risco a democracia.

A forma como atuam o Poder Judiciário, principalmente o STF, o Ministério Público, a Procuradoria-Geral da República e os responsáveis pela Operação Lava-Jato, todos aliados com a mídia, está colocando em risco a democracia brasileira! Estão misturando totalmente alegações que não têm comprovação, que não foram investigadas, e colocando todos na mesma vala.

Nessa situação, esta Câmara não poderia discutir uma reforma trabalhista que altera mais de cem artigos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, retirando direitos dos trabalhadores.

O Relator dessa matéria, o Deputado Rogério Marinho, pegou um projeto ruim e conseguiu transformá-lo num projeto horrível para os trabalhadores brasileiros. Esse projeto vai transformar a vida do trabalhador num martírio.

O Relator diz que o projeto vai gerar empregos. Ora, o que este Governo fez até agora na área social, como disse o Temer, foi jogar 13 milhões e meio de trabalhadores no desemprego. Não há nenhuma política de crescimento, de melhoria, de desenvolvimento das forças produtivas. Ao contrário, há juros cada vez mais altos e principalmente uma política de contração da economia, que leva à redução do emprego e ao aumento da miséria.

Sras. e Srs. Deputados, prestem atenção no que está sendo votado. O Relator deveria ter feito um detalhamento sobre definição de trabalho temporário; deveria ter discutido a ampliação da multa por falta de registro do empregado; deveria ter discutido a prevalência das



convenções coletivas sobre a lei, ou seja, a prevalência do acordado sobre o legislado; e deveria ter discutido a ampliação do número de horas de trabalho em regime parcial, mas não o fez. E não parou por aí.

Em vez disso, ele diminuiu o valor da multa quando não há registro do empregado, o que é um verdadeiro absurdo! Ele reduziu a competência da Justiça do Trabalho, retirando dela o poder normativo e outros poderes. Todos nós sabemos - e o trabalhador também sabe - que a Justiça do Trabalho é a única a que ele pode recorrer.

O Relator também amplia a duração da jornada de trabalho, porque não remunera o deslocamento. Ele permite que, por acordo individual, em vez de acordo coletivo, haja criação de bancos de horas. Ele possibilita jornada de trabalho de 12 horas por 36 horas, sem acordo coletivo. Ele permite o fracionamento das férias ao bel-prazer do patrão. Ele revoga a integralidade do gozo de férias aos maiores de 50 anos e aos menores de 18 anos. Ele cria uma figura chamada de teletrabalho, em que o trabalhador será vigiado na sua casa, para se saber se está trabalhando ou não, e terá que levar trabalho para casa. A casa não é lugar para trabalhar, é lugar para descansar, é lugar para conviver com a família, mas o trabalhador terá que trabalhar. Isso é o teletrabalho.

Ele também permite que gestantes e lactantes atuem em trabalho insalubre. Ele cria o chamado trabalho intermitente, em que o patrão vai dizer quantas horas o trabalhador vai trabalhar por dia, sem nenhuma regularidade - o trabalhador que quiser estudar não vai poder fazê-lo. Ele cria uma negociação diferenciada para o trabalhador que ganha mais de 10 mil reais e tem nível superior. Não se vai negociar mais pelo sindicato, vai-se fazer isso individualmente.

Ele ainda acaba com a rescisão de trabalho no sindicato, reduz à metade as verbas rescisórias, se houver acordo entre o patrão e o empregado na demissão. Isso é a permissão da instituição do *bullying*. O patrão vai torturar o trabalhador até que ele peça demissão e, em vez de pagar completamente as verbas rescisórias do trabalhador, vai pagar apenas 50%.

Ele também acaba com a obrigatoriedade da contribuição sindical, de forma que milhares de sindicatos vão à falência neste País e não poderão atender aos trabalhadores.

Ele reduz o valor das multas por falta de registro do empregado e ainda explicita que pode ser terceirizada qualquer atividade do contratante.

Sr. Relator, este é um projeto que desregulamenta completamente o trabalho em nosso País, permitindo ao patrão fazer o que bem entender com o trabalhador. Com a atual situação de 13 milhões e meio de desempregados, o trabalhador brasileiro vai ter que aceitar aquilo que o patrão quiser.

Eu não acredito que esta Câmara dos Deputados, onde há Deputados eleitos pelo povo, possa votar favoravelmente a um projeto como esse,

possa votar favoravelmente a um projeto que nem sequer foi discutido na Comissão Especial, porque o Relator não levou esses temas ao debate, não apresentou esses temas ao debate. Ele omitiu que iria apresentar o seu relatório e o faz de surpresa! E agora o Presidente da Casa coloca em votação um requerimento de urgência que não permite nem a esta Casa nem ao povo brasileiro ter conhecimento do que se está votando.

Querem votar no atropelo porque sabem que o povo brasileiro repudia completamente uma proposta como essa.

Quanto à reforma da previdência, matéria que o povo brasileiro teve a oportunidade de saber o que se está discutindo, as pesquisas demonstram que mais de 90% se opõem a ela. É uma reforma rejeitada em todos os cantos deste País, com manifestações que vão se avolumar, inclusive, no dia 28, com a previsão de uma grande greve geral que vai paralisar as principais cidades e categorias dos trabalhadores brasileiros.

Essa postura do Governo de querer votar no atropelo é uma postura de Governo golpista, antidemocrático, com práticas fascistas.

Eu quero registrar aqui, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que Michel Temer diz que não quer mais ser candidato a nada, que a função dele é simplesmente fazer terra arrasada com os direitos do povo brasileiro, que a função dele é entregar a PETROBRAS, que a função dele é entregar as riquezas do povo brasileiro.

Ele não vai ser candidato, mas os senhores e as senhoras serão candidatos, terão que pedir voto nas ruas no ano que vem. Pensem bem no que estão votando, porque o povo brasileiro está cada vez mais atento, cada vez mais consciente e quer efetivamente acompanhar o voto dos Deputados do seu Estado, dos Deputados da sua cidade, dos Deputados da sua categoria.

Por isso, vamos colocar a cabeça no lugar, vamos resolver a crise política e vamos deixar para votar esse projeto e a proposta de reforma da previdência mais para frente, porque precisamos dar rumo ao debate político, para superarmos a crise política.

Muito obrigado.

Documento 86/141

084.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	20/04/2017-10:10
Publ.: DCD - 21/04/2017 - 27		JOSÉ NUNES-PSD -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Urgente votação da reforma política.

O SR. JOSÉ NUNES (PSD-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos a apenas 5 meses do prazo para votar a reforma política nesta Casa. Infelizmente ela não tem avançado. Essa é uma grande preocupação minha, que deveria ser do Congresso Nacional todo.

O Senado aprovou uma PEC em novembro que ainda não foi apreciada por esta Casa. Certamente teremos dificuldade para apreciá-la e votá-la. Existe a Comissão de estudos, mas até agora ela não elaborou o relatório. Acho que a melhor forma que teríamos seria ainda a lista fechada, que certamente iria trazer tranquilidade para a política brasileira e, com certeza, evitaria muito sacrifício.

Muita gente é contra a lista fechada, dizendo que ela iria proteger os Parlamentares que estão envolvidos em certas situações da Justiça. Eu não acredito nisso, até porque nenhum eleitor certamente iria votar no partido que tivesse na sua lista quatro, cinco ou seis envolvidos na Lava-Jato. Também não acredito que os eleitores fossem votar numa lista que tivesse, como dizem, o pai, a mãe, o avô, o neto. Isso seria um absurdo. Acho que os partidos iriam primar por escolher aqueles que pudessem melhor representar a sociedade e o partido.

É preciso avançarmos no sentido de aprovar a reforma política urgentemente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 87/141

086.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	20/04/2017- 16:00
Publ.: DCD - 21/04/2017 - 60		ZÉ GERALDO-PT -PA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Denúncia de existência de perseguição política ao Partido dos Trabalhadores.
Importância das obras de infraestrutura realizadas nos Governos do PT.
Defesa, pelo PT, de realização de reforma política.



O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, e todos aqueles que me ouvem neste momento, vou aproveitar estes 12 minutos para continuar fazendo crítica àqueles que se organizaram para dar o golpe e derrubar uma Presidenta da República democraticamente eleita e reeleita.

Eu quero estar sintonizado exatamente com a conjuntura do momento. E qual é a conjuntura do momento? É uma intensidade no debate dos financiamentos de campanha no Brasil, legais e ilegais - o caixa dois, do qual os brasileiros já ouvem, mas há o caixa três, o caixa quatro, e por aí vai -, que culminaram com a maior delação da Odebrecht, a empresa que mais financiou campanhas nesses últimos 30 ou 40 anos. Esse mote que os opositores ao Partido dos Trabalhadores, ao Presidente Lula e à Presidenta Dilma pegaram agora, na verdade não é de agora. Começou lá quando o Presidente Lula foi eleito, em 2002. É bom que se diga aqui que o PT nunca teve paz!

O Presidente Lula, para ganhar, disputou quatro eleições. Ele ganhou na quarta eleição. Foram várias manobras para impedir que Lula chegasse antes. Quando eles não tinham mais alternativa, produziram um Collor de Melo, que era o salvador da pátria, o que ia salvar o Brasil. Depois eles mesmos tiveram que se organizar para tirar o Collor de Melo - aí com a nossa ajuda.

Então, veio o Itamar Franco. Não deu certo. Antes, já tinha vindo Sarney, que não tinha dado certo. Era inflação, Plano Real, Plano Collor, Plano Bresser, Plano Pereira, Plano Cruzado 1, Plano Cruzado 2, e não tinha jeito! Quando o Lula ia ganhar as eleições, veio o Fernando Henrique e o Plano Real. O Plano Real durou em torno de 4 anos, depois fez água.

Quando os brasileiros viram que não havia mais jeito, muitos disseram: *"Vamos deixar o Lula ganhar essas eleições, para desgraçar o resto"*. O povo tinha medo do Lula, tinha medo do PT. Satanizaram o PT. Diziam que era comunismo, que se comia criancinha. Diziam que, se o Lula ganhasse, trocaria a bandeira do Brasil, que os empresários iriam para fora do Brasil, que tomariam a casa das pessoas. Fizeram um verdadeiro terrorismo!

E a verdade é que, quando Lula se elege, eles inventaram o Mensalão. Então, eles conseguiram fazer com que o PT fosse o mais atingido ou o único atingido. Isso porque, no caso do PSDB, foi somente o Eduardo Azeredo que depois teve de renunciar ao mandato, mas o Aécio ficou protegido, o Serra ficou protegido, o Alckmin ficou protegido.

E agora, com essas delações, o Serra, o Aécio, o Alckmin - estou falando das três principais lideranças, dois que foram candidatos a Presidente da República e perderam as eleições, e um que estava se preparando para ser candidato em 2018, o Alckmin -, esses estão com milhões e milhões! Não é 1 milhão, 2 milhões, 3 milhões de reais, não!



São 10 milhões, 20 milhões ou 30 milhões de reais de propina, de caixa dois, de dinheiro nas contas da Suíça!

Mas eu quero fazer quero um desafio. Eu gostaria que algum brasileiro que esteja me ouvindo tivesse tempo para, de hoje até os próximos 10, 12 ou 15 dias, ouvir ou assistir a todos os jornais da *Globo* e da *Globo News*, de manhã, ao meio-dia, à tarde, à meia-noite, e contar quantas vezes será citado o nome de Lula e quantas vezes será citado o nome de Aécio, Serra e Alckmin. Tentem fazer isso. Verão que, enquanto falam 50 vezes o nome do Lula, falam uma ou duas vezes o nome do José Serra, do Geraldo Alckmin e do Aécio Neves. É isso que vai acontecer. Se não for assim, aposto com vocês. Tenho coragem de apostar.

É por isso que faço aqui uma crítica a essa engrenagem que provocou a crise no Brasil. A crise tem nome, a crise tem nome! Quem gerou a crise, quem criou a crise foram os que perderam as eleições quatro vezes no voto. Essa é a verdade! Não adianta vir à tribuna e dizer: "*Ah, nós estamos pagando!*" Não tinha nada para pagar.

No primeiro ano do Governo Dilma Rousseff, as obras estavam sendo pagas, aquelas que estavam prontas. Há muitas obras Brasil afora. Todos sabem que no Governo Lula e no Governo Dilma Rousseff os convênios aconteciam para todos os Prefeitos e para todas as Prefeitas do Brasil - do Democratas, do PSDB, dos partidos que faziam oposição radical ao Governo Lula e ao Governo Dilma Rousseff. Todos recebiam no Município a Unidade Básica de Saúde - UBS, a Praça da Juventude, a quadra de esporte, água do PAC, obras, o Minha Casa, Minha Vida. Não se perguntava se o Prefeito era do PSDB ou do Democratas, ou se era aliado ou não. Eram programas que iam para o Rio Grande do Sul, para o Acre e para o Pará, e iram para todos os Municípios do Brasil.

Acontece que até hoje há muitas obras que se tornaram irregulares, inclusive em Municípios no Pará, no caso do PAC 1 para água e esgoto, para Municípios com até 50 mil habitantes, coordenado pela FUNASA, e não pelo Ministério das Cidades, que coordena no caso de Município com o número acima de 50 mil habitantes. Ora, o Município não conseguiu aplicar o PAC 1, com 3 milhões, 4 milhões, 5 milhões de reais. E no PAC 2, o Município recebeu 10 milhões de reais e não conseguiu aplicar, não conseguiu aprovar o projeto, não conseguiu iniciar uma obra, sendo que na conta da Prefeitura havia 2 milhões de reais ou 3 milhões de reais.

Eu cito o exemplo de um Município do Pará, de uma região que conheço muito bem, pois moro lá há quase 40 anos, o Município de Uruará. Eu ajudei a levar 10 milhões para Uruará no PAC 2. No PAC 1, não haviam funcionado o esgoto e a água, que estavam sendo organizados. "*Mesmo assim, vamos levar, porque lá não há água. As famílias cavam poços rasos nos quintais das suas casas, para ter água*". Até hoje fazem isso, em uma cidade que já vai fazer 40 anos. A



Prefeitura recebeu mais de 2 milhões na conta, mas se passaram 4 anos e a Prefeitura não conseguiu operacionalizar. E ainda tirou o dinheiro da conta, gastou o dinheiro! Isso é culpa da Presidenta Dilma? Não. Então, também não se paga.

Portanto, há muitas obras que podem ainda não estar sendo pagas. Ou pode até haver algumas com irregularidades sendo pagas neste Governo. Pode haver obras que não estão sendo feitas, mas eles estão liberando o dinheiro. É preciso darmos uma olhada nisso.

O que fazer diante de tudo isso, diante dessa dinheirama nas campanhas? Eu quero ver se este Congresso tem coragem de aprovar uma reforma política para resolvermos esta situação.

O Partido dos Trabalhadores quer uma reforma política. Nós defendemos o financiamento público exclusivo de campanha. Nós queremos isso. Coloquem em votação, para ver se todos os nossos Parlamentares vão votar. Nós não temos medo de lista. Nós aprovamos o fim da coligação proporcional e da cláusula de barreira. Será que vamos ter, daqui a pouco, 30 partidos com representação neste plenário?

Se fizermos uma pesquisa e perguntarmos ao povo brasileiro o que acha de haver hoje 27 partidos, recebendo dinheiro do Fundo Partidário, que não representa coisa nenhuma, os brasileiros vão dizer que não concordam com isso.

Como é que nós vamos mudar essa estrutura partidária, se não for com o fim da cláusula de barreiras, se não for com o fim da coligação proporcional? Há pessoas que só se elegem de carona, só se elegem puxados, como dizemos lá no Pará. Há candidato que tem 105 mil votos, mas não chega até aqui. E há candidato que tem 50 mil, 40 mil, às vezes 30 mil votos e chega até aqui, porque alguém lá no seu partido ou na sua coligação teve 200 mil votos. Como tem 200 mil votos? Quanto gastou?

Muitos que estão sentados nestas cadeiras gastaram mais de 10 milhões para se elegerem Deputados Federais. E não é meia dúzia, não! E não é só uma dúzia, não! É um grande número de Parlamentares, muitos financiados pelo Eduardo Cunha, que dirigiu o golpe aqui com a autorização do Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal do Brasil tem culpa no golpe, porque interveio no Senado no caso do Delcídio e interveio no Executivo, não deixando o Lula ser Ministro. Mas não interveio aqui. O Ministério Público, Sr. Presidente, já tinha pedido a saída do Cunha, ele já era réu. *"Mas não, ele não pode sair de lá porque, se ele sair de lá, não há golpe."* Depois que se votou o *impeachment*, aí sim pediram a saída dele. Muito bonito!

Portanto, nós temos que continuar este debate, porque há quem só está entendendo agora e há quem só vai entender depois. Só que *"a vaca já foi pro o brejo"*, como diz o ditado popular. Mas a vaca ainda pode se atolar no brejo e pode ser difícil tirá-la de lá, porque a situação



caminha para o pior.

Esta coisa do Meirelles, essa coisa de alguns meios de comunicação que estão alinhados com o Governo, essa coisa de fazer um esforço, de dizer que está melhorando, que vai melhorar, isso é papo-furado. De onde não se bota, não se tira! Se você quer que uma vaca de leite dê muito leite, você tem que dar muita ração a ela. Se você quer que uma planta produza mais fruto, você tem que dar boa adubação e irrigar. Se você quer que um aluno aprenda mais, é preciso dar melhor educação, é preciso haver livro, e não ensino a distância. Ensino a distância já tem o nome: "a distância". Agora, se nós queremos mais empregos, mais obras, mais universidades, temos que colocar mais dinheiro. Mas nós... Nós não, porque eu não votei assim! A maioria desta Casa votou aqui uma lei que limita gastos por 20 anos!

E há a reforma política também. Em minha opinião, com este Congresso eleito com todos os vícios, que ainda aposta na eleição de 2018 com esses mesmos vícios, a campanha será milionária de novo, como foi a de Prefeito no Brasil, com dinheiro para dar no meio da canela. Em municípioinho com 10 mil, 15 mil ou 20 mil habitantes, rolaram 2 milhões, 3 milhões, 4 milhões de reais!

Quem é rico ganha eleição, porque se financia. E quem é rico tem amigo rico. Quem é pobre tem amigo pobre, e o pobre não tem dinheiro. O nosso modelo deixou de ser empresarial para pessoa física. Então, o cidadão que tem um capital de 10 milhões, 15 milhões ou 20 milhões pode gastar recursos. Depois ele sabe como vai fazer para recuperar esse dinheiro.

Para terminar, Sr. Presidente, digo: eu gostaria que a principal reforma do Brasil fosse a reforma política, que o principal debate para extirpar esse câncer da política brasileira fosse o debate sobre a reforma política.

Vamos parar de mentir para o povo brasileiro! Os partidos todos têm responsabilidade. Nós temos que aproveitar este momento e fazer uma reforma política!

Contudo, pelo que estou vendo, nós podemos não ter reforma política coisa alguma, como não houve no período do Eduardo Cunha, que enrolou e enrolou, e nada aconteceu.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e registrado nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha) - Será publicado pelo programa *A Voz do Brasil*, Deputado Zé Geraldo.



086.3.55.O

Sessão Não Deliberativa de Debates -
CD

20/04/2017-
16:24

Publ.: DCD - 21/04/2017 -
64

HILDO ROCHA-PMDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Necessidade de modificação do atual sistema eleitoral e da forma de financiamento das campanhas políticas.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Vicentinho, Sras. e Srs. Deputados, discute-se neste momento, tanto na Câmara Federal quanto no Senado da República, a reforma política.

Obviamente, nós temos que modificar o atual sistema eleitoral e a forma de financiamento das campanhas políticas. A meu ver, a lista fechada é incoerente com o sistema partidário hoje existente em nosso País. Na maior parte dos partidos ainda existe aquela figura que é a dona do partido, que o comanda.

A lista preordenada, ou seja, a lista fechada existe justamente nos países onde há partidos fortes, onde a legislação promove a democracia interna nos partidos. São poucos os partidos no nosso País em que existe essa força interna, essa democracia dentro do partido. Não vejo a mínima possibilidade de virmos a mudar de lista aberta, em que o eleitor possa, no dia da eleição, escolher livremente o seu representante na Câmara Federal, na Câmara Municipal ou na Assembleia Legislativa.

Com relação ao financiamento de campanha, a campanha exclusiva de recurso público só pode ser possível em lista fechada, em lista preordenada. Como não é possível hoje se estabelecer a lista fechada, porque nós não temos de fato um conjunto de partidos democráticos, não temos como fazer com que o financiamento de campanha seja apenas exclusivamente com recurso público.

A nossa ideia é a de que o financiamento continue com o fundo partidário, separando parte dele - algo em torno de 70% - para fazer as campanhas. O dinheiro que está indo do fundo partidário para os partidos está promovendo uma farra partidária! Eles estão comprando helicópteros e aviões, utilizando o dinheiro apenas para o interesse dos donos do partido. Esse recurso do fundo partidário tem que ser utilizado para fazer as eleições.

Portanto, não vejo necessidade de se criar um novo fundo para usar mais recursos que serão arrecadados de tributos destinados para patrocinar uma eleição.

Acredito que as pessoas individualmente também podem contribuir

numa eleição. É claro que já está provado que, quando as empresas contribuem, elas têm um segundo interesse. Desse modo, não podemos mais aceitar o financiamento de campanha empresarial. Está correta a decisão de não mais permitir isso. Devemos continuar, sim, com o fundo partidário e a doação de pessoas físicas em até 10% daquilo que tiver como renda no ano anterior e, ainda mais, até cinco salários mínimos, que possam ser deduzido no Imposto de Renda. O objetivo é o de que as pessoas venham a contribuir e de criar essa cultura de financiamento de campanhas de partidos políticos, a fim de que possamos ter de fato verdadeiros partidos. No momento em que fortalecermos os partidos e houver democracia em todos eles, aí, sim, poderemos pensar em listas preordenadas. Dessa forma, a democracia será fortalecida pelo voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho) - Obrigado, nobre Deputado Hildo Rocha.

Documento 89/141

086.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	20/04/2017- 16:30
Publ.: DCD - 21/04/2017 - 64		ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Críticas às propostas de reformas trabalhista e previdenciária. Ilegitimidade do Governo Michel Temer. Atribuição da demissão do Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ao não atendimento a pedidos de nomeação feitos pelo Líder do Governo no Congresso Nacional, Deputado André Moura. Denúncia de perseguição política contra o ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem e como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente Vicentinho, é um prazer imenso vê-lo neste lugar, porque seguramente, se isso fosse permanente, nós não teríamos os resultados que estão postos nesta Casa e que sangram a democracia e os direitos.

Os direitos estão sangrando. A democracia está sangrando neste País. O que nós vimos ontem foi a aprovação da urgência de uma proposta de reforma trabalhista que ainda não pôde ser conhecida em profundidade pelo conjunto dos Parlamentares e que tira direitos



fundamentais. Tanto é que o Fórum em Defesa do Direito e da Justiça do Trabalho, do qual fazem parte Associações de Procuradores, Associações de Magistrados, posiciona-se absolutamente contrário a essa reforma trabalhista e aponta que esse é o maior golpe nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras deste País, diferentemente do que dizem os defensores.

Querem criar uma concepção e uma capa de que está se falando de modernização. Não se está falando em modernização, está-se falando do retorno às senzalas. O próprio tempo dos trabalhadores, com o trabalho intermitente, passa a não ser controlado pelos trabalhadores. Quando nós estabelecemos o horista, significa dizer que você vai ganhar por hora e não sabe quanto vai trabalhar. Veja, você pode trabalhar 2 horas numa semana, 3 horas na outra, 4 horas na outra. Portanto, o tempo vai ser arrancado de você mesmo, e o tempo é inexorável.

O tempo que nós estamos vivenciando hoje neste momento, nesta quinta-feira, não volta mais. O que vemos é o roubo do tempo dos trabalhadores e trabalhadoras. Quando se estabelece o trabalho em casa, também há uma invasão da lógica do trabalho no universo doméstico. É roubo de tempo também.

Foi a jornada de trabalho que levou as mulheres de Nova York a lutarem e inclusive a morrerem carbonizadas, o que deu origem ao 8 de março, e foi a jornada de trabalho que fez com que os trabalhadores de Chicago fossem enforcados em praça pública porque lutavam para que tivéssemos o direito ao nosso próprio tempo.

Há um processo extremamente profundo de desumanização. O trabalhador ficará à disposição da empresa e será chamado quando a empresa desejar. Portanto, esse trabalhador estará sempre trabalhando em uma profunda pressão, porque trabalhará quando houver excessiva demanda de trabalho. E quanto vai ganhar? Vai ganhar menos que o salário mínimo seguramente. O próprio salário mínimo está sendo flexibilizado com essa reforma trabalhista.

Mas dizer que gestantes e lactantes podem trabalhar em locais insalubres fere a Constituição quando diz que criança e adolescente são prioridades absolutas e têm direito a serem protegidas. Eles são destinatários da lógica, da proteção integral em uma fase peculiar de desenvolvimento. Portanto, rasgam-se conquistas que representaram muita luta desse povo -muita luta!

Nós estamos fazendo neste ano o aniversário de 100 anos da primeira greve geral deste País. Em 1917 os trabalhadores paralisaram, cruzaram os braços para dizer que existiam enquanto pessoas, mas há uma invisibilização da nossa humanidade. É como se não fôssemos humanos.

Humano é um mercado para este Governo sem votos, este Governo que tem 5% de aprovação do povo brasileiro. Nunca houve na história deste País um Governo com tão baixa aprovação, um Governo sem



nenhum voto, mas coalhado de denúncias de corrupção, um Governo que está na capa de um jornal estadunidense! O Governo é dirigido por uma pessoa que tem mais de 40 citações em delações premiadas e que tem a denúncia de ter tirado dos cofres públicos milhões de reais, um Governo que diz e reconhece que o *impeachment* foi fruto do ódio de Eduardo Cunha, porque o Partido dos Trabalhadores decidiu não apoiá-lo no Conselho de Ética, e fez bem o PT.

Fez bem o PT em dizer que políticos como Eduardo Cunha, que articulou o fundamentalismo e que criou uma grande rede alimentada com recursos ilícitos, não podiam representar o povo brasileiro. Em razão disso, Eduardo Cunha - isso é dito Presidente golpista - decidiu tocar adiante o processo contra Dilma Rousseff. Ou seja, não houve motivos técnicos. Se o PT tivesse apoiado Eduardo Cunha no Conselho de Ética, teria se descaracterizado enquanto partido dos trabalhadores e das trabalhadoras, mas Eduardo Cunha teria se calado e não teria dado prosseguimento ao *impeachment* contra a Presidenta Dilma Rousseff. O Presidente golpista é réu confesso - réu confesso! Hoje está nos jornais que foi destituído o Presidente da FUNAI.

Segundo notícias dos jornais, sua demissão foi forçada pelo Líder do Governo no Congresso, Deputado André Moura - esse que disse, em um comício da sua esposa, em Sergipe, que ela teria tudo o que quisesse, porque ele era Líder do Governo nesta Câmara -, porque este Presidente da FUNAI se negou a nomear 25 pessoas indicadas pelo partido do Sr. Deputado André Moura. Isso é loteamento, como houvesse uma capitania hereditária pós-moderna, onde os nacos do Estado são concedidos. Essa é a mesma lógica corrupta, porque o patrimonialismo se apodera do que não lhe pertence, ou quer se apoderar do que não lhe pertence. Este Governo é isto: é um governo corrupto - corrupto!

Eu fico imaginando como se sentem aqueles que bateram panelas luxuosas, ou aqueles que vestiram verde e amarelo, apropriando-se do que não lhes pertence, porque verde e amarelo são cores da bandeira nacional do povo brasileiro, ou aqueles que saíram às ruas para destituir Dilma Rousseff e efetivar um coro de apoio ao golpe ao terem no poder este que colocaram para governar este Brasil, Michel Temer. Aí, dizem: "*Mas Michel Temer era Vice-Presidente!*" Mas a Presidenta Dilma Rousseff estava defendendo as eleições gerais, que houvesse eleição neste País para se escolher o novo Presidente, sem que ocorresse o *impeachment* para macular a nossa história e esgarçar o tecido da proteção social e sem vermos surgirem reformas como a previdenciária e a trabalhista.

Aliás, reforma da Previdência que o golpismo, a partir do seu arauto sem votos e com 5% de intenção ou de apoio da população, diz que é uma reforma que vai atingir apenas os ricos. Que mentira! Como desprezam o povo brasileiro dessa forma e acham que nós não temos inteligência? Atenta-se contra a inteligência do povo brasileiro porque a



expectativa de vida da população pobre é menor do que a da população rica. A expectativa de vida significa e tem como variável a assistência à saúde, à segurança, à educação, à habitabilidade, ao saneamento. Essas condições são desiguais no Brasil e se tornarão mais desiguais se sair essa reforma da Previdência.

E eles mudam para tirar os anéis; dão os anéis para permanecerem os dedos. Isso não nos basta! Os dedos asfixiam a democracia e os direitos. Os dedos que eles querem preservar rasgam a Constituição brasileira, que fala em dignidade humana.

Esse golpe começou a latejar, de forma constante, quando se estabeleceu um teto para as despesas primárias e se liberou as despesas financeiras e, a partir daí, houve o projeto de terceirização, com o projeto da reforma trabalhista, que destrói as entidades sindicais.

Aliás, o ódio sindical ficou claro quando Parlamentares expressavam todo o seu ódio pela organização da classe trabalhadora, que se organizou com marcas na pele e na alma, marcas nas salas escuras das torturas, marcas das baionetas, marcas daqueles que querem amordaçar os trabalhadores para dominá-los e jogá-los de novo em uma senzala, nessa senzala metafórica, que neste momento querem literal.

Por isso, há tanta perseguição a Luiz Inácio Lula da Silva. Agora, dizem que é preciso investigá-lo porque foi feita uma reforma em um sítio que não lhe pertence, que não é dele. Dizem que não poderia ter havido essa reforma, que Lula difundiu os interesses de empresas nacionais. E Lula diz que sim, diz que defendeu as empresas brasileiras, coisa que este Governo não faz!

Aliás, o Governo acabou com o conteúdo nacional na PETROBRAS, que gerou 80 mil empregos na indústria naval. Acabou com isso e vendeu o Complexo Petroquímico de Suape por um terço do preço que estava sendo avaliado. E o campo de Lapa, da PETROBRAS, foi vendido pelo preço de um barril de petróleo, o equivalente ao preço de uma garrafa de refrigerante.

Este Governo não tem qualquer intenção de defender as empresas nacionais, mas, sim, de saquear o Brasil e entregá-lo em pedaços ao capital internacional. É o que tem sido feito!

Por isso, Luiz Inácio Lula da Silva, operário, na década de 70, disse: *"Nunca ousem duvidar da capacidade de luta e transformação da classe trabalhadora brasileira"*.

Lula sabe da dor e da delícia de ser brasileiro e aposta neste País. Ele, a partir da autonomia da Polícia Federal e do fortalecimento do Ministério Público, nomeando aquele mais votado para Procuradoria-Geral da República, estabeleceu e começou um dos mais profundos processos de desvendamento da corrupção entranhada e invisibilizada. Segundo representante da Odebrecht, existem esquemas de corrupção há 30 anos ou mais, e só foram desvendados durante o Governo Lula,

durante o Governo de Dilma Rousseff! Seguramente, esses governantes fizeram com que o Brasil pudesse ver as suas entranhas e tomar conhecimento do nível de corrupção instalada para assim trabalhar e fazer com que o Brasil se livre dessas heranças colonialistas dos nossos períodos traumáticos.

Perseguem tanto Luiz Inácio Lula da Silva porque o programa por ele defendido aposta no Brasil, aposta em um modelo de desenvolvimento nacional que ganhou o mundo e que fez com que Lula fosse convidado por várias empresas e por vários países para falar sobre a tecnologia social implementada no Brasil que tirou 40 milhões de brasileiros e brasileiras das garras da fome.

Lula fez também com que filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras sonhassem com um diploma e um curso superior e pudessem empunhar numa mão uma foice e na outra mão um diploma para dizer: *"Esta agricultura familiar que está paralisada e menosprezada neste Governo me trouxe o diploma de doutor"*. Por isso, eles têm muito medo.

Encerro lembrando uma música da época da ditadura que dizia: *Que medo, que medo vocês têm de nós*.

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Documento 90/141

089.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	25/04/2017-11:40
Publ.: DCD - 26/04/2017 -	LINCOLN PORTELA-PRB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Indignação contra proposições de reforma política ante a ilegitimidade do Congresso Nacional para votação da matéria.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, eu não poderia deixar de registrar, mais uma vez, a minha indignação contra a reforma política proposta tanto pelo Senado quanto pela Câmara dos Deputados.

Talvez seja falta do que fazer, porque, se realmente tivessem o que fazer, não estariam pensando nessas colchas de retalhos, tampouco nessas propostas esdrúxulas, que só servem para fazer com que a população brasileira se indigne ainda mais contra este Parlamento. Esta Casa precisa ter uma coisa chamada desconfiômetro para entender o apelo das ruas, o chamado das ruas. Lamentavelmente, na minha avaliação - discorde quem quiser -, não temos hoje legitimidade para votar uma reforma política. Deixemos que os próximos representantes desta Casa votem! Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 91/141

089.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	25/04/2017- 17:02
Publ.: DCD - 26/04/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	YEDA CRUSIUS-PSDB -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Discurso da oradora sobre o conceito da banalidade do mal, de autoria da filósofa alemã Hannah Arendt, em face dos resultados da Operação Lava-Jato. Iniciativas exitosas da oradora no cargo de Governadora do Rio Grande do Sul no sentido de reversão do déficit público do Estado. Compromisso da oradora com a aprovação das reformas tributária, política, trabalhista e previdenciária.

A SRA. YEDA CRUSIUS (PSDB-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero dar como lido o meu discurso que, em tempos de Lava-Jato, trata da banalidade do mal, que é um conceito de Hannah Arendt.
Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vivemos em uma época em que novos e diferentes desafios vão se impondo, em sequência acelerada, para os que, como nós, têm, na democracia e na liberdade, valores fundamentais e inegociáveis.



A democracia está em xeque em todo o mundo. Sobre isso, cito o artigo *A Democracia Sitiada*, de Sérgio Abranches, publicado pela *Folha de S.Paulo*, em 23 de abril de 2017. Também a liberdade está a requerer contornos ampliados nesta era da globalização da informação, da Internet e das redes sociais.

O nosso País em particular vive um período de transformações que considero como uma oportunidade de melhorar o sistema democrático que conquistamos e que precisa evoluir. E isso é possível.

Mergulhados numa crise multifacetada - pois que é crise econômica, moral, social, política e ambiental -, os cidadãos e cidadãs brasileiros já têm se manifestado aos milhões, nas ruas e nas redes sociais, com suas opiniões e exigências para se dar fim à corrupção sistêmica, punindo seus responsáveis, e ao mau uso do dinheiro público, que engole os esforços de políticas públicas fundamentalmente necessárias, como educação, saúde, segurança.

Já passamos, muitas vezes, por períodos de turbulências e mudanças, que deixaram suas lições. Há quem as tenha aprendido, embora muitos ainda não o tenham.

Quero me referir a alguns eventos atuais, como o *impeachment* da ex-Presidente Dilma, em 2016, motivado por graves infrações à Lei de Responsabilidade Fiscal. Também há a Operação Lava-Jato, que, dirigida de Curitiba pelo Juiz Sergio Moro, desde 2014, investiga desvios bilionários na PETROBRAS.

Nunca é demais frisar que, na construção da sociedade que queremos, a Lava-Jato tem papel importantíssimo. Ela é uma oportunidade ímpar de se afirmarem as instituições ligadas à justiça. De sua completude e condução depende muito o nosso futuro como um país moderno, livre e democrático.

Do processo de *impeachment*, nasceu o compromisso de se fazerem as mudanças necessárias para barrar a gigantesca crise na qual o País estava mergulhado.

No caso da Lava-Jato, o País todo e o mundo assistem, pelas TVs, ao desfile de vídeos de delações premiadas, sejam dos donos da Odebrecht, sejam de seus subordinados, contando como os desvios bilionários da PETROBRAS constituíram um sistema de corrupção, como se banais fossem. Aqueles, os donos, davam ordens, e estes, os subordinados, simplesmente cumpriam ordens, para colocar em operação o sistema de corrupção.

Também no mundo, democracia e liberdade têm enfrentado crescentes desafios. E, como não somos uma ilha, como fazemos parte de processos globais de crise e de mudanças, o que acontece lá fora repercute aqui e inevitavelmente nos afeta.

A lista de eventos externos que trago para o tema dos desafios da democracia e da liberdade é imensa. É a emergência do Estado Islâmico - EI; são as crises humanitárias geradas pelo êxodo de milhões de pessoas de países em guerra ou sob o terrorismo, levando



à tragédia da migração em massa, em direção à União Europeia, transmitida em tempo real por qualquer canal de TV, celular, mídias, Internet; são as mudanças em vários países democráticos, apontando para o retrocesso que se vem registrando, com experiências do tipo bolivariano, sendo a da Venezuela a mais grave, e árabe, como a guerra na Síria e o plebiscito deste mês, na Turquia.

Como se tudo isso não bastasse, assistimos, agora mesmo, à disseminação, através da Internet, pelo mundo e pelo Brasil, desse terrível jogo, o Baleia Azul, que tem levado um sem-número de jovens a se mutilarem até o limite do suicídio.

Todas essas situações, Sr. Presidente, representam um enorme desafio à sobrevivência de instituições democráticas e livres e dos valores que as sustentam. Isso acaba inevitavelmente por nos remeter aos estudos sobre a banalidade do mal, da notável Hannah Arendt, e à sua tese central de que, contra essa banalidade do mal, não há saída fora da política. Esta é sua grande lição: é a política o instrumento essencial para a construção da liberdade e da democracia.

Uma das maiores estudiosas de comportamento coletivo, como o acontecido durante o nazismo, foi Hannah Arendt, filósofa política alemã de origem judaica, autora de *As Origens do Totalitarismo*, de 1951.

Já nos Estados Unidos, para onde emigrou durante o nazismo, a autora publicou *Eichmann em Jerusalém - Um Relato sobre a Banalidade do Mal*, de 1963, a partir de suas observações durante o processo de julgamento deste que ficou conhecido como o "arquiteto do holocausto". Quis ela entender como é possível que verdadeiras massas de pessoas, as que têm pavor do isolamento social, são capazes de optar por pertencer ao rebanho e, assim, confundindo escravidão e liberdade, sigam tais líderes com devoção e subserviência.

Eichmann afirmou, durante seu processo, que seguia ordens e, como eram ordens, deveriam ser obedecidas. Cada um da cadeia de "trabalhadores" que promoviam as ações que culminavam no fornecimento de todos os materiais, inclusive humanos, dos campos de extermínios, estaria apenas "cumprindo suas funções", mesmo que fossem para construir e operar os campos de extermínio!

De fato, a obra de Arendt tem muito a nos ensinar sobre as questões que hoje enfrentamos. Com efeito, pertence a nossos dias a compreensão deste signficante: a banalidade do mal. Cito o caso do extermínio de comunidades de cristãos crucificados; dos assassinatos de prisioneiros vestindo uniformes laranja, por degola, transmitidos pelo Youtube em tempo real; do lançamento de gays dos telhados de edifícios, todos pelo Estado Islâmico.

No Brasil, é só observarmos o que acontece no já gigantesco sistema de crime organizado do tráfico de drogas e armas. Provas de fidelidade são exigidas, como degolas; assassinatos ao acaso; chacinas que não



distinguem crianças e mulheres dentro de suas casas; destruição de ônibus a partir de comando dos presídios; matança de policiais dentro de seus postos nas cidades; cooptação de crianças para o "negócio do tráfico". E assim vai.

Mas o que mais importa, o que, para mim, é o elemento essencial da tese de Arendt é que o conceito de banalidade do mal vem acompanhado pela afirmação de que, somente pela via política - e, não, fora dela -, é possível o equacionamento das graves questões que, de outra forma, conduzem ao conflito e, por fim, aos regimes totalitários. A negação da política, Sr. Presidente, para usar outra expressão de Arendt, é onde se encontra a origem de todos os totalitarismos.

Evidentemente, o conceito de banalidade do mal tem enorme importância no Brasil de hoje, pois aponta para a necessidade de as instituições se reafirmarem como fundamento para a sustentação de uma sociedade justa, face aos novos eventos que citamos como exemplo. Elas são a garantia da dignidade pessoal de cada cidadão e cidadã brasileiro, dentro dos valores que são a base da civilização ocidental.

A democracia que temos não é perfeita, disso sabemos. Mas é somente pela política, balizada pela democracia que temos, por ela e através dela que deve se dar a construção de uma sociedade melhor. É uma falácia pensar que é possível aprimorar a democracia e suas instituições por caminhos não democráticos. A negação da política acaba por ser a negação da liberdade e da democracia.

Assim, é mais do que nunca necessário que nós políticos trabalhemos para consolidar nossas instituições democráticas, para elas que sejam o fundamento de uma sociedade justa e a garantia efetiva da dignidade pessoal de cada brasileiro.

Minha confiança nas instituições vem de minha própria formação e educação, bem como da minha experiência recente. Sendo eu uma pessoa política, enfrentei vários processos próprios ao jogo político e pude confirmar que as instituições de Justiça funcionam - cedo ou tarde, mas funcionam. E, no meu caso, felizmente funcionam mais cedo do que para outros. Embora com alguns problemas e possíveis incorreções por parte de alguns de seus membros, elas, sim, funcionam.

Quero referir os casos mais midiáticos acontecidos durante o meu Governo e pelos quais paguei caro em termos de imagem e de reputação: o do processo criminal conhecido como Operação Rodin, sobre o DETRAN do Rio Grande do Sul, de 2007; e o da compra de minha casa, de 2006. Fui inocentada dos dois: no caso da compra da casa, pelo Ministério Público Estadual - MPE e pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE, em 2008, menos de 2 anos depois da abertura da investigação; e, no caso criminal da Operação Rodin, pelo Tribunal Regional Federal - TRF de Santa Maria, em 26 de março de /2014, 7



anos depois.

Quanto à instituição Poder Executivo, que comandeí no Rio Grande do Sul, durante o meu Governo de 2007 a 2010, a turbulência política vivida no período poderia ter me feito desacreditar da capacidade de funcionar como o requerido. Mas, então, seriam vencedores os que buscam manipular o povo, fazendo-o descrer das instituições, desde a escola até a Igreja e a Justiça, e levando-o a se submeter a um líder ou uma ideologia.

Fui eleita Governadora do Rio Grande do Sul com compromissos claros e transparentes, escritos no Plano de Governo de 2006, que seguimos ponto a ponto. Organizadas para inverter o histórico déficit público de 40 anos, que esgotara a capacidade de se honrarem os pagamentos, inclusive com o funcionalismo e com as leis, como a dos precatórios, todas as nossas ações seguiam o método de gestão: objetivos, metas e avaliação. Transparência, responsabilidade e respeito à lei eram normas de conduta exigidas de todos.

Enviei, por duas vezes, à Assembleia Legislativa um Plano de Reestruturação Fiscal do Estado - e, por duas vezes, ele não foi aprovado. Busquei, então, alternativas, felizmente bem-sucedidas. A primeira medida, contando com o inestimável apoio do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - PGQP, foi reduzir fortemente as despesas públicas, dando-lhes maior qualidade, e, ao mesmo tempo, aumentar as receitas por todos os instrumentos disponíveis. A segunda medida foi o IPO do BANRISUL, realizado em 2007, que ampliou o capital do banco público através da venda de novas ações em todo o mundo, o que permitiu a formação dos fundos de previdência pública, para dar suporte às mudanças estruturais do sistema previdenciário.

A terceira medida foi o contrato de reestruturação da dívida com o Banco Mundial, em 2008, o primeiro contrato que ele fez com um ente subnacional - um Estado -, que permitiu trocar papéis de dívida cara e de curto prazo por outros com taxa de juros muito menores e prazos maiores. Isso permitiu a formação de um saldo para financiar o Governo, vindo de prestações menores da dívida pública.

É exatamente isso o que se busca para o Brasil de hoje e para os Estados em quase falência, como mostra o Plano de Recuperação Fiscal em discussão no Congresso Nacional, destinado aos Estados de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que decretaram emergência fiscal e não conseguem sequer pagar a folha do funcionalismo a cada mês.

Mostrei, em meu Governo, contra todos os prognósticos, que o equilíbrio fiscal é possível e é bom para todos, pois, com déficit zero, melhoraram todos os indicadores econômicos e sociais.

Volto à questão central deste pronunciamento.

Em notável artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo* de 16 de abril último, o ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal - STF e condutor



do processo do mensalão, o eminente Ministro Carlos Ayres Britto, alertou que é indispensável que se separe o joio do joio, separando crimes mais ou menos graves nos processos em andamento na Laja-Jato, como, de resto, em qualquer procedimento judicial.

Com a devida vênia do Ministro, é, sim, necessário separar o joio do joio, mas - e S.Exa., mais do que ninguém, sabe disso - é igualmente importante separar o joio do trigo, porque, Srs. Deputados, felizmente ainda há trigo na política brasileira, e muito trigo! Ainda há muito, mas muito mais trigo do que joio. Do contrário, o colapso decorrente da crise, se tivesse continuidade, teria acontecido.

Cito fatos do Executivo de meu Estado: trigo foi o déficit zero alcançado em 2008, em meu Governo no Rio Grande do Sul; joio foi a opção pela volta do déficit público em proporções significativas no Governo seguinte, o que levou o Estado a esta situação de penúria atual.

Trigo é o IPO do BANRISUL, que ampliou o valor do banco na Bolsa de Valores e lhe permitiu não apenas assumir o pagamento da parcela da dívida extralimite que se soma à parcela do contrato de 1998, para ficar com o banco público. Mas isso também permitiu que fossem melhoradas as condições de crédito em todos os setores.

Trigo é o contrato firmado com o Banco Mundial em 2008, mundialmente conhecido por ser o primeiro contrato do banco com um ente subnacional. Joio é o aumento insustentável da dívida pública por déficits sequenciais.

Trigo é a viabilização da revolução do Plástico Verde, concluído pelo meu Governo, na planta do Polo Petroquímico de Triunfo, de onde surgiu a invenção, com patente mundial, do próprio plástico verde, reconhecida no período. O valor ambiental dessa inovação tecnológica é incomensurável!

O Plástico Verde é produto biodegradável produzido a partir da cultura da cana-de-açúcar, setor de porte em nosso País. Através do Programa de Incentivos Fiscais, além da qualidade diferenciada de meu próprio Rio Grande, disputei e ganhei, em nome do Estado, a planta que todos os Estados e mesmo países desejavam.

A empresa decidiu pelo nosso Estado e pelo Polo Petroquímico de Triunfo por razões empresariais. Eu decidi pelo gigantesco valor ambiental, reconhecido em todo o mundo. Foi a primeira planta mundial de produção de plástico biodegradável a partir da cana-de-açúcar!

Assim como a decisão dessa planta, a produção de centenas de outras empresas beneficiadas pelo incentivo fiscal do mesmo programa de atração de investimentos permitiu que o crescimento do PIB e do emprego, de 2007 a 2010, mesmo em plena crise mundial, fosse significativo durante todo o período.

Essa foi a decisão de governo, essa foi a minha intenção, transparentemente escrita no meu plano de governo apresentado durante as eleições de 2006, vitoriosas.

Somada à própria vocação do Estado para receber tal investimento, de



R\$ 1 bilhão à época, a aplicação do Programa de Incentivos Fiscais permitiu-nos vencer a disputa com o resto do mundo. Como ilustração da importância do investimento, quero citar:

- Plástico Verde produzido no Rio Grande do Sul é usado por astronautas (<http://wp.clickrbs.com.br/acertodecontas/2016/11/07>).
- Empresa japonesa começa a utilizar plástico verde produzido no Rio Grande do Sul

- (http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/06/economia/503256).

- Plástico Verde dá prêmio de sustentabilidade para O Boticário em Paris (<http://www.embalagemmarca.com.br/2016/11>).

- Milhões em sacolas de plástico biodegradável diariamente são fornecidas pelas cadeias de supermercado do Estado e do País.

Por oportuno, registro que estou solicitando, junto à Secretaria da Fazenda, o processo de concessão de incentivos à cadeia produtiva da química e do plástico, bem como o específico caso da produtora do Plástico Verde, a Braskem, para depositá-los junto aos responsáveis pela investigação da Operação Lava-Jato.

Defensora que sempre fui da reforma tributária, que avança aqui na Câmara dos Deputados sob a liderança do Deputado Luiz Carlos Hauly, estarei realizada quando a guerra fiscal patrocinada pelas distorções do atual sistema fenecer pela mudança das regras que hoje levam a ela.

O Rio Grande do Sul vivenciou os resultados da guerra fiscal quando o setor de calçados foi, em grande parte, transferido para o Nordeste, pela redução do ICMS patrocinado por aqueles Estados. Outros Estados e outros setores têm o registro dos impactos dessa guerra em sua história.

Há décadas, estamos, no Congresso Nacional, buscando eliminar as distorções do atual sistema tributário, buscando simplificá-lo e torná-lo mais eficiente dentro do federalismo, que hoje tem concentrado os recursos fiscais nas mãos da União, impedindo que Estados e Municípios tenham autonomia e responsabilidade de decidir pelos seus caminhos de desenvolvimento. Enquanto essa reforma não for finalizada, não estará completa a mudança a favor de maior equilíbrio federativo, fonte de muitos conflitos distributivos no País.

O meu compromisso com as reformas em discussão hoje - tributária, política, trabalhista, previdenciária - e, creio, o compromisso do Governo Temer, que o deixou explícito durante o processo de *impeachment*, é enfrentar as distorções que levam inclusive a comportamentos corporativos de um tempo que já não existe, atrasando o necessário ajuste que irá tirar o peso da ineficiência e da malversação dos recursos públicos dos ombros das próximas gerações. Como mostra a situação dos Estados em emergência fiscal, os quais apenas antecipam o que acontecerá no País se as reformas não forem feitas, chegamos ao limite!

Finalmente quero reafirmar, com Hannah Arendt, a minha crença na



política como instrumento para se chegar, na prática, a um sistema em que os valores da liberdade e da democracia estejam presentes. Há, sim, valores inegociáveis. Dentre esses, sem dúvida, o mais importante é o da permanente busca da verdade, fim último da promoção da justiça. Lembremo-nos de que a própria Hannah Arendt, que faz parte da comunidade judaica, alertou para o fato de que os processos em Israel contra os carrascos nazistas deveriam servir à justiça e à verdade, jamais à vingança.

Tenhamos sempre presente que verdade que é objeto de comércio deixa de ser a verdade pura, é mera mercadoria esvaziada de seu conteúdo moral e ético, que facilmente se torna instrumento de interesses pessoais por vezes os mais indignos. É o que ocorre, por exemplo, no mercado da destruição de reputações, em que se permite quem com ele lucre. Ao se negociar a verdade, facilmente passa-se a tomar como verdadeira a própria mentira, a dizer que é verdadeiro o que é simplesmente falso, para que se gerem benefícios para o mentiroso ou seus superiores. Conspirar e ser ator no mercado de destruição de reputações de terceiros ou de opositores políticos é fazer da verdade, da dignidade e da honra das pessoas as primeiras e maiores vítimas.

Separar o joio do joio, bem como o joio do trigo, conservando os valores da justiça, da verdade, da liberdade e da democracia, este é nosso grande desafio. Estou segura de que conseguiremos vencê-lo se soubermos, com Hannah Arendt, reafirmar e valorizar a política como o principal instrumento para a construção da sociedade que queremos. Muito obrigada

Documento 92/141

089.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	25/04/2017- 17:02
Publ.: DCD - 26/04/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	CARLOS ZARATTINI-PT -SP COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Criminalização da atividade política por parte de segmentos do Ministério Público Federal, Poder Judiciário, integrantes da Operação Lava-Jato da Polícia Federal e empresas de comunicação. Ilegitimidade moral de parte de Deputados e Senadores para condenação de prática de corrupção. Posicionamento contrário do orador à realização das reformas previdenciária e trabalhista. Convite à população para participação em greve geral.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do



orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós estamos assistindo, no Brasil, a um processo violento de criminalização da política, organizado por uma parte do Ministério Público, por uma parte do Judiciário, pela Operação Lava-Jato e pela mídia, que, a cada dia, promove um verdadeiro festival de ataques e denúncias contra políticos de todos os partidos. O mais estranho é que, em vez de se estabelecer aqui um clima de diálogo, um clima de debate político, um clima de busca de soluções para o País, nós assistimos a Deputados que vêm a este plenário querer colocar mais lenha na fogueira, querer colocar fogo no circo, querer dizer que há corrupto, que o corrupto é esse, o corrupto é aquele. Às vezes, observamos que esse tipo de pessoa não dura muito.

Eu me lembro daquele Senador Demóstenes Torres, que era o campeão da moralidade. Ele acusava todo o mundo, até o dia, Deputado Caetano, em que o pegaram com a boca na botija, porque ele também estava envolvido.

Eu me lembro de, recentemente, na época do golpe, do *impeachment*, das manifestações de vários Deputados e de vários Senadores que foram bater panela na Avenida Paulista, que foram falar mal da Presidenta Dilma, do Presidente Lula e do PT. E eis que, de repente, Deputada Benedita da Silva, aparece a lista da Odebrecht e lá estão os nomes desses Deputados e desses Senadores. Não é a acusação de que têm um sítio em Atibaia ou um apartamento no Guarujá, mas de que têm conta na Suíça, têm recibo de depósito da Odebrecht na conta deles. Por que foi feito um depósito na Suíça, um depósito nos Estados Unidos, em outros países? Não, definitivamente, não é caixa dois eleitoral. Definitivamente não se trata disso. Trata-se de outro tipo de desvio, o chamado enriquecimento ilícito. Nós não estamos falando de eleição, não estamos falando de caixa dois, estamos falando de enriquecimento ilícito. Mas há Deputado que vem aqui, com a maior cara de pau, e quer tentar, ainda, desmoralizar alguém!

Ora, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o Brasil vive uma crise medonha, agravada por um Governo golpista, por um Governo que só tem um único objetivo: retirar direitos do povo brasileiro, retirar a soberania nacional, vender a PETROBRAS aos pedaços, vender o petróleo brasileiro do pré-sal, entregar os direitos trabalhistas, como está na proposta do relatório do Deputado Rogério Marinho, que vai ser votado aqui amanhã. Nós vamos votar contra, vamos trabalhar contra ele, firmemente com a nossa bancada, com a bancada do PT. Vamos lutar contra esse desmonte, essa demolição da Previdência Social, pois estão acabando com as aposentadorias no Brasil, querendo impedir que o povo brasileiro se aposente, sob o manto de dizer que estão retirando privilégios.

Ora, quem é a mulher, quem é o homem que vai chegar aos 65 anos de idade e ter mais que 25 anos de contribuição? Essa é uma trava duríssima, que vai impedir que muitas pessoas cheguem a se



aposentar. E, se chegarem a se aposentar, essas pessoas não vão receber o valor total da sua aposentadoria, porque o Relator criou e colocou no relatório um redutor da aposentadoria, e este redutor vai impedir que as pessoas recebam aquilo que deveria ser justo e calculado para sua sobrevivência quando chegar a velhice.

Senhores e senhoras, nós precisamos reverter esse estado de coisas. E esse estado vai se reverter é com mobilização popular, é com o povo na rua. Aqueles que acham que não vai haver mobilização, eu acho que vão tomar um susto, vão tomar um susto grande, porque o povo brasileiro vai se levantar no dia 28. Nós vamos ter muita gente indo às ruas, e muitas categorias paralisando seu trabalho. Não pensem os senhores que o povo brasileiro está contente.

Hoje, na Comissão da dita reforma trabalhista, um Deputado da base do Governo falou: *"Vamos aprovar essa reforma, porque vai chover emprego de todos os lados"*.

Ora, qual é a teoria econômica que justifica que a precarização do trabalho, a redução de direitos promove empregos? Muito pelo contrário. Nós vimos a menor taxa de desemprego exatamente em dezembro de 2014. E não havia nenhuma reforma trabalhista, nenhuma reforma da Previdência. Estava-se cumprindo a CLT, e foi exatamente com esta CLT que está em vigor que se conseguiu reduzir o desemprego. A redução do desemprego não tem absolutamente nada a ver com mexer no direito do povo brasileiro, no direito dos trabalhadores.

Por isso, nós queremos saudar aqui a todos aqueles Deputados e Deputadas que estão combatendo essa reforma trabalhista.

Queríamos fazer uma saudação especial ao Partido Socialista Brasileiro, que fechou questão contra essa reforma. Parabéns ao Partido Socialista Brasileiro porque tomou uma decisão correta, a qual nós temos que aplaudir. *(Palmas.)*

Venham conosco! Vamos derrotar essa reforma! Vamos derrotar a reforma da Previdência! Vamos nos engajar, nos mobilizar e levar o povo à rua no dia 28. Eu tenho certeza de que vai ser uma grande mobilização neste País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós sabemos muito bem o que estamos enfrentando. Temos clareza de que esse enfrentamento não é um enfrentamento só contra um Governo golpista. Ele é um enfrentamento muito maior, com forças que querem aniquilar o Brasil, que querem acabar com a nossa soberania, que querem entregar as nossas riquezas, que querem fazer deste País um país exportador de minério e exportador de produtos agrícolas.

Mas o povo brasileiro não se conforma com isso. O povo brasileiro quer desenvolvimento, quer conhecimento, quer educação, quer um sistema de saúde digno. O povo brasileiro quer melhorar a sua vida e a vida do seu País. É por isso que nós do PT não vamos abaixar a cabeça.

Façam o discurso que quiserem! Nós vamos continuar lutando e

defendendo o Brasil.

Documento 93/141

093.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	26/04/2017- 14:20
Publ.: DCD - 27/04/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Inconsistência dos argumentos contrários à proposta de reforma trabalhista.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós tivemos dezenas e dezenas de audiências públicas, e Deputados do Partido Comunista participaram delas também. Ouvimos líderes sindicais, empresários do Brasil inteiro e a sociedade. Todos leram, todos leram. Foi muito produtivo na Comissão.

Então, dizer aqui e jogar essa decisão para o ano que vem? Quantos desempregados estão nos ouvindo? Quantas famílias angustiadas que perderam o emprego nos últimos 7 anos do Governo que o Partido Comunista apoiou...

A SRA. ERIKA KOKAY - Mentira!

O SR. DARCÍSIO PERONDI - V.Exas. têm que botar a mão na consciência! Jogaram quase 13 milhões de desempregados! E digam a verdade: o acordo sobre o legislado já existe há muitos anos! É que não tem base na CLT, então, quando um empregado sai da empresa ou é demitido, derruba o acordo que existia já há 1 ou 2 anos entre patrão e empregado.

V.Exas. querem destruir essa capacidade negocial!

Eu tenho a impressão de que os partidos de Oposição estão unidos num conluio, como a administração do Lula e da Dilma fez com o capitalismo tupiniquim. Mas não é capitalismo tupiniquim, V.Exas. estão num conluio com os advogados, com os juízes, com os promotores, com os escritórios de advocacia que não querem uma simplificação da CLT, que é o que o mundo inteiro está fazendo.

V.Exas., sim, estão votando contra as relações de confiança entre patrão e empregado.

Documento 94/141

094.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	26/04/2017- 18:12
------------	--	----------------------



Publ.: DCD - 27/04/2017 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS

ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Direito de manifestação em plenário. Posicionamento favorável ao não encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vi vários Parlamentares da atual base do Governo criticarem os companheiros que estão portando cruces, caixões, que demarcam um momento que para nós é muito triste, para todos que defendem os direitos dos trabalhadores, que são consagrados. Sabemos que esses direitos foram conquistados com muita luta, e agora, de supetão, estão sendo surrupiados.

Esses mesmos colegas que hoje compõem a base, quantas vezes vieram aqui com panela na mão, portando bonecos do ex-Presidente Lula vestido de presidiário, botando gravações? Agora se julgam no direito de dizer que isto aqui não é um Parlamento sério por conta de uma manifestação como esta.

Quero dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que a seriedade maior é vermos a consequência que este nosso ato de hoje, se eventualmente aprovarmos esta reforma, vai causar para milhões de trabalhadores brasileiros.

Ouvi o Deputado Rogério Marinho dizer que evitou a "pejotização". Ora, muito mais grave é o art. 442-B, que determina a possibilidade de contratação, por parte de qualquer empresa, de trabalhadores autônomos, de forma contínua e exclusiva. Isso, sim, é precarização, e isso não foi excluído do texto.

Talvez a maioria não saiba, mas o empresário pode determinar que o empregado agora não tenha tempo para o almoço, não tenha intervalo, contanto que lhe pague uma hora extra. Isso é uma extrema perversidade! Nós do PDT, não apenas a nossa bancada, mas todo o partido, na última convenção nacional, fechou questão contra essa reforma - nosso Líder, o Deputado Weverton Rocha, e toda nossa bancada reunida. Quem votar a favor dessa reforma, por favor, saia do nosso partido, o PDT, ou será expulso. *(Palmas.)*

Não aceitaremos, em nenhuma hipótese, que, nessas duas reformas perversas, os direitos dos trabalhadores e dos aposentados sejam

surrupitados. Fechamos questão contra ambas e assim faremos. Tenho absoluta certeza de que vários companheiros que estão aqui, da base ou não, vão saber muito bem se portar na hora de se posicionar. A pressão do Governo é conjuntural, mas a pressão popular é eterna. A consequência dessa votação não virá agora, virá daqui a muitos e muitos anos, companheiros e companheiras.

Por isso, nós do PDT, mais uma vez, posicionamo-nos. O que está acontecendo aqui é uma verdadeira manipulação das massas. Cada vez mais, ilusões são colocadas para tentar mistificar uma mentira. Do mesmo jeito que nos posicionamos na reforma da Previdência, aqui o fazemos mais uma vez.

Eu não sei se o Deputado Arthur Oliveira Maia está presente, porque, na Comissão, ele nunca ficou por mais de 10 minutos. Ele se omite em discutir as mentiras, para dizer que o relatório atual da reforma da Previdência minimiza danos. Ele é pior do que o anterior.

Da mesma maneira, apesar do esforço do Deputado Rogério Marinho, esse relatório da reforma trabalhista consegue ser pior do que a lei da terceirização enviada para cá por Fernando Henrique Cardoso, na década de 90, e aprovada em 2002.

Companheiros e companheiras, no dia 28 o Brasil vai parar! O Brasil vai mostrar que sabe, sim, ir às ruas, que sabe, sim, brigar por seus direitos. Nós que fazemos parte deste Poder, que fazemos parte daquele que é o mais democrático dos Poderes, temos aqui o dever de prestar contas à população que nos elege e não a quem nos financia, não àqueles que financiam, às vezes, campanhas milionárias para chegarem ao Parlamento e terem seus representantes. Nós somos representantes é do povo brasileiro.

Por isso conclamamos os companheiros do PDT, do PT, do PCdoB, da Rede, do PSOL, do Solidariedade, do PHS, do PSB e de todos os partidos que um dia tiveram uma história de luta pelo trabalhador.

É chegado o momento de encararmos essa luta. Na verdade, quem tomou o poder no País através do golpe parlamentar contra a Presidenta Dilma está no seu direito de golpear também o trabalhador brasileiro.

Porém, nós que temos o dever histórico de nos posicionarmos pelo Brasil temos a missão de garantir que o Brasil não seja um símbolo de desrespeito ao povo mais humilde, ao trabalhador, ao aposentado.

Por isso nós votamos pelo não encerramento da discussão. Nós vamos nos posicionar sempre em defesa do que é mais sagrado, que são os direitos dos trabalhadores brasileiros.

É isso aí, companheiros, à luta sempre!



Publ.: DCD - 27/04/2017 -
CÂMARA DOS
DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

JULIO LOPES-PP -RJ
COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Congratulações a Deputados opositores pela trajetória política e ideais. Competência do Parlamento brasileiro de atualização e modernização da legislação trabalhista. Crítica à criminalização da política. Elogio ao Presidente da República, Michel Temer, pela defesa da modernização do Brasil.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar a sua Presidência nesta noite e também cada Deputado e cada Deputada que está neste recinto, principalmente aqueles da Oposição, por quem tenho admiração e respeito.

Quero citar aqui nominalmente o Professor e Deputado Chico Alencar, de quem tive a honra de ser aluno e já citei algumas vezes, por quem tenho uma admiração grande; quero citar o Deputado Afonso Florence, por quem igualmente tenho admiração; a Deputada Benedita da Silva; o Deputado Bohn Gass; o Deputado José Guimarães; e tantos outros nomes da Oposição, por quem tenho grande admiração e respeito, mesmo que essa admiração e esse respeito não me sejam recíprocos, porque assim é.

Estou muito feliz nesta noite, Sr. Presidente, de estarmos aqui prestando um serviço ao Brasil. Essa nossa atividade criminalizada, aviltada e desrespeitada hoje serve ao Brasil. É uma discussão que tem fundamento: a atualização ou não das normas trabalhistas que regem o trabalho no Brasil.

É fato que todos nós aqui tenhamos as ideias que temos. Somos propositores do bem para o Brasil e para o seu povo. Nenhum desses políticos que aqui está quer o mal de qualquer trabalhador brasileiro ou de qualquer cidadão. O que queremos é uma sociedade forte e cidadãos fortes, com mais oportunidades e com mais chances.

Por isso, Sr. Presidente, quero saudar cada cidadão e cada Deputado da Situação. Ao mesmo tempo, saúdo cada Deputado da Oposição. Deputado Glauber Braga, Deputada Luiza Erundina, ainda que não tenham o mesmo respeito e admiração por mim, tenho por suas histórias e trajetórias grande respeito.

Deputado Arlindo Chinaglia, é exatamente nesta Casa que há o debate de ideias, o confronto ideológico de pensamento e de atualização, para o bem do Brasil.

É exatamente por isso que também quero parabenizar cada Deputado que trouxe, nesta noite, uma cruz, porque ela significa, sim, o enterro do atraso, o enterro de uma lei que faz 40 anos e que precisa, sim, ser



modernizada. De 1942 aos dias atuais são 65 anos que precisam ser modernizados, que precisam ser reciclados, para o bem do Brasil. Que cada caixa desse que foi trazido a este plenário signifique, sim, o enterro do entendimento do trabalhador como alguém hipossuficiente, alguém que não é capaz de lutar por suas próprias ideias, convicções e oportunidades.

O trabalhador brasileiro amadureceu ao longo de toda essa trajetória, com o PT, com Fernando Henrique, com todos que aqui chegaram. É por isso mesmo que ele tem hoje que ser alforriado de ser tutelado por sindicatos dos quais ele não quer ou não decidiu fazer parte. Temos que dar aos trabalhadores a oportunidade de decidir se querem ou não se sindicalizar e pagar aos seus sindicatos, porque isso é moderno, é cidadão. Isso dá a cada um o direito de melhor decidir e empreender por suas próprias vidas.

E este Parlamento está, sim, de parabéns, porque, embora criminalizados nas ruas, embora aviltados em cada esquina, nós somos os trabalhadores da legislação do Brasil e nos compete debater e atualizá-la, sim. Temos que entregar ao País um texto mais moderno, mais capaz de incluir as centenas de milhares de brasileiros que estão à margem da lei, que estão à margem da legalidade, dos impostos, da cobertura da legislação trabalhista, da cobertura da Previdência, porque não podem e não têm como fazê-lo, porque não têm como custeá-lo.

O posto de trabalho no Brasil custa imensamente mais caro do que no resto do mundo, e isso não é desenvolvimento.

Hoje essas cruzes e esses caixões, neste plenário, enterram o atraso da tutela, enterram o atraso do que não serve mais ao País.

Entregamos aos trabalhadores a oportunidade de serem homens livres, mulheres livres, capazes de empreenderem carreiras e soluções para um Brasil que será mais próspero, que será mais competente, que será mais produtivo.

Temos taxas absolutamente aviltantes de produtividade. Será, Deputado Baleia, que conseguiremos mudar a produtividade do País se não mudarmos as leis?

Será que teremos um País mais próspero se não mudarmos esse ambiente de tutela, em que o trabalhador, sem querer, é obrigado a contribuir para um sindicato que não queira, Deputado Chico? Não é razoável! Quando aprendi história, sob a sua regência, aprendi que o homem deve desejar ser livre, empreender e lutar por sua liberdade. Eu acho que, entre nós, há muito debate, muitas acusações, muita luta, mas, sobretudo, há a visão de empreender o bem para cada brasileiro e cada brasileira. É o que vamos legar nesta noite, Sr. Presidente, seja qual for o resultado desse embate. Que enterremos hoje aqui essa desnecessária e absurda criminalização da política. Tenhamos nós todos mais altivez. Tenhamos nós todos mais coragem de dizer isso a esses procuradores, que salvaram, sim, o Brasil de um sequestro de

competitividade, de um sequestro de legalidade, que fizeram o sequestro do Brasil da corrupção - esses salvadores da Pátria estão de parabéns. Mas eles não precisam criminalizar dessa forma a atividade que empreendemos aqui, porque também somos homens de bem.

Acusados, indiciados ou não, nós temos de ter a presunção da inocência e aqui trabalhar pelo bem do País, para empreendermos leis e serviços melhores para a população. É o que estamos fazendo hoje. Por isso, dou os meus sinceros parabéns a cada elemento da Oposição, mesmo que eles não queiram receber de mim, mesmo que não tenham respeito pelo respeito que tenho a eles.

Aqui coloco que é absolutamente fundamental recuperarmos a institucionalidade desta Casa, discriminalizarmos a nossa atividade, tão aviltada. Não há razão de não sermos mais considerados homens ou mulheres de bem! Estou aqui vocacionado. Estou aqui porque, cada dia da minha vida, decidi servir ao Brasil e aos seus cidadãos. Sou professor e me dediquei - e me dedico - a formar pessoas.

Sr. Presidente, é exatamente por isso que falo aqui com essa veemência, porque hoje formamos pessoas, formamos brasileiros mais fortes, trabalhadores mais capazes de se representar e de se defender. Leis mais atuais darão os instrumentos modernos para que cada empresa, para que cada microempresa, para que cada microempreendedor individual faça um Brasil mais forte, um Brasil mais livre, um Brasil mais próspero.

O Presidente Temer teve, sim, coragem, porque podia ficar encastelado ou escondido no seu Palácio, defendendo apenas o seu mandato, e se propõe a defender a modernidade do País; se propõe a defender a modernidade das leis, ainda que lhe custe a pouca popularidade que ele tem. Portanto, bota, sim, sua vocação pública e seu serviço a bem do Brasil.

É isso, senhoras e senhores. Quero saudá-los, quero parabenizá-los. Não permitamos mais a criminalização indevida e absurda da nossa atuação, quer seja aqui, quer seja nas ruas.

Que se faça a greve na sexta-feira, porque esse é o direito de todos. Que vão às greves! Que mobilizem o País! Que nós tenhamos força institucional e de Governo para mostrar que estamos fazendo o melhor e que entregaremos um País mais próspero, melhor para o futuro, para nossos filhos e netos.

Muito obrigado a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



27/04/2017 -

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Antônio Cardoso, Estado da Bahia. Êxito da gestão do Prefeito Toinho Santiago. Participação do orador em audiência pública destinada ao debate sobre o Projeto de Lei nº 6.437, de 2016, sobre as atribuições das profissões do agente comunitário de saúde e do agente de combate às endemias, a ampliação do grau de formação profissional e o estabelecimento das condições e tecnologias necessárias para a implantação dos cursos de aprimoramento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. Não pagamento do piso salarial dos agentes comunitários de saúde pelo Prefeito Antonio Carlos Magalhães Neto, de Salvador, capital do Estado da Bahia. Defesa de rejeição da proposta de reforma trabalhista. Realização de mobilização nacional contra a reforma.

O SR. ROBINSON ALMEIDA (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo brasileiro que nos acompanha, eu queria registrar o aniversário de emancipação do Município de Antônio Cardoso, na Bahia, no último dia 18 de abril. Quero parabenizar toda a população, em especial o Prefeito Toinho Santiago. Toinho assumiu a cidade recentemente e tem feito um trabalho diferenciado, já conseguindo, com o Governador Rui Costa, o recapeamento do acesso à cidade do povoado de Santo Estêvão Velho e também a ampliação do sistema de abastecimento de água, tanto para a sede como para a zona rural, em especial a extensão de rede para o povoado de Travessão, o que beneficia milhares de famílias que não tinham acesso à água de forma regular nesse povo. Portanto, parabéns pela emancipação, Antônio Cardoso! Parabéns, Prefeito Toinho Santiago! Que consigamos, nesses 4 anos, fazer muitas transformações na cidade. Queria também, Sr. Presidente, registrar minha alegria de ter participado, junto com os agentes comunitários de saúde da Bahia, de uma audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 6.347, de 2016, um projeto de lei que busca ampliar os direitos dos agentes comunitários de saúde, categoria fundamental para prestar assistência básica à nossa população mais carente e que vai ter, entre outras iniciativas, a possibilidade de uma formação técnica para melhor atender o nosso povo mais pobre no interior do Brasil. Quero aqui denunciar a atitude do Prefeito de Salvador, ACM Neto, que não paga o piso aos agentes comunitários de saúde. Ele consegue inclusive pagar abaixo do salário mínimo - 780 reais.



Prefeito ACM Neto, reveja sua política. Os agentes comunitários de saúde vão às áreas mais pobres de Salvador, até mesmo às áreas aonde a polícia não consegue chegar. Então, os agentes comunitários de saúde precisam ser mais bem tratados.

Por último, Sr. Presidente, eu não posso deixar de registrar que este dia de hoje é muito importante para o povo brasileiro, especialmente para os trabalhadores brasileiros. Está agendada a votação da reforma trabalhista neste plenário, que é um verdadeiro golpe aos direitos dos trabalhadores, conquistados durante décadas no nosso País.

O relatório apresentado ontem na Comissão Especial da Reforma Trabalhista é um atentado às garantias que existem hoje no texto normativo e que asseguram a possibilidade de se ter hora extra, 13º salário, férias, licença remunerada, e tantos outros direitos que foram conquistados na última década.

Por isso, peço a atenção e vigilância dos trabalhadores a essa sessão. E, em especial, peço uma grande mobilização para o dia 28, porque quem vai barrar esse golpe e vai barrar essa reforma é o povo organizado nas ruas.

Queria que este meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado. Vamos divulgar o seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero aqui parabenizar o Município de Antônio Cardoso, localizado na região do Sertão da Bahia, pela passagem do aniversário de emancipação da cidade. São 55 anos de luta e história.

Estendo a saudação a todos, na pessoa do Prefeito Toinho Santiago, que está hoje em Brasília em busca de mais investimentos para a região.

Congratulo-me também com as ações do Governador da Bahia, Rui Costa, que tem levado serviços e investimentos para o povo do interior do Estado. Em especial, destaco os investimentos em melhorias na rede de água do Município de Antônio Cardoso, que há muitos anos vinha sofrendo com a estiagem.

Por meio dessas ações, 2 milhões de reais estão sendo investidos para ampliação do volume de abastecimento de água na sede do Município e para extensão até o distrito de Travessão, investimentos que vão melhorar a vida do povo trabalhador que já enfrenta grandes períodos de estiagem na região.

Sr. Presidente, registro também que, no mês de aniversário da cidade, a população agora vai poder contar com uma estrada de acesso à cidade totalmente recapeada: 6 quilômetros da BA-862 e um trecho da

BR-116, que dá acesso ao distrito de Santo Estevão Velho. São ações importantes para o desenvolvimento do território do sertão da Bahia. Gostaria que este meu pronunciamento fosse registrado nos Anais da Casa.

Documento 97/141

098.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	27/04/2017- 11:26
Publ.: DCD - 28/04/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	MAURO PEREIRA-PMDB -RS PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações à Presidência da Casa pela aprovação de projeto de lei relativo à reforma trabalhista. Importância de medida provisória em pauta para o desenvolvimento do Brasil. Vinculação de greve geral ao PT.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, colegas Deputados e Deputadas, em primeiro lugar eu quero parabenizar o Presidente Rodrigo Maia e toda a Mesa pelo trabalho importantíssimo e pela oportunidade que nós tivemos, na noite de ontem, de aprovar um projeto de lei que, com certeza, vai ajudar e muito a Justiça do Trabalho, porque até então a nossa lei trabalhista era feita em cima de resoluções. Nos últimos 70 anos, na Justiça do Trabalho, quem podia mais chorava menos. Agora tudo vai estar na lei que aprovamos ontem. Essa lei vai facilitar a Justiça do Trabalho a cumprir o seu papel. Todos estão de parabéns aqui pelo presente que nós demos ao povo brasileiro, em especial àqueles trabalhadores que eram desassistidos, aqueles que trabalham no final de semana, no sábado e no domingo, que agora vão ter todos os seus direitos respeitados.

Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que esta medida provisória que nós vamos votar daqui a pouco - o Relator é o nosso amigo, o Deputado Sergio Souza, do Paraná - é uma medida muito importante para o desenvolvimento do nosso País, que são as nossas concessões para as rodovias, ferrovias, aeroportos e hidrovias. Isso é muito importante.

Eu gostaria de lembrar os Deputados do Partido dos Trabalhadores que o povo brasileiro é um povo muito inteligente. Quem for para a rua

amanhã apoiará o PT, o PCdoB, a Rede, o PSOL e outros; apoiará a Presidenta Dilma e o Presidente Lula. A estes quem sair for para a rua amanhã vai dar apoio. Há um detalhe: estou pensando bem e acho que vão fazer também uma manifestação contra o Juiz Sergio Moro, porque eles estão com muita raiva de Moro. A Lava-Jato merece todo o nosso respeito. Amanhã, quem for para a rua sairá sob o comando do PT. Isso é muito perigoso.

Lembro que, na época passada do Governo Dilma, ela não discutia o que iríamos votar. Ela mandou dinheiro para Cuba, mandou dinheiro para Angola, mandou dinheiro para os países dos amiguinhos, como a Venezuela, sumiu com o dinheiro brasileiro. Hoje não é assim, estamos aqui para discutir uma medida provisória que vai beneficiar o povo brasileiro e vai gerar emprego no Brasil.

Essa é a diferença do Governo Temer, essa é a diferença deste Congresso, de quem está aqui agora.

Então, Presidente Rodrigo Maia, nós estamos no caminho certo.

Errado foi todo o dinheiro do povo brasileiro que Dilma mandou para fora do País, inclusive para beneficiar a Odebrecht, porque todos sabem o que a Odebrecht fez. Nós, não, estamos trabalhando com seriedade. Essa medida provisória vai facilitar a renovação e a melhoria de aeroportos, de ferrovias, de rodovias, de portos e tudo o mais. Esse é o nosso trabalho.

Nós temos que ter consciência de que ontem aprovamos uma lei que vai beneficiar, que vai proteger o trabalhador brasileiro. É lógico que nós tiramos agora a contribuição obrigatória dos sindicatos. A CUT não vai ter mais dinheiro para ficar gastando à moda bicho. Não, vai ter que agora trabalhar direitinho. Foi isso que nós fizemos, e é por isso que eles estão bravos, porque, daqui para frente, só vão contribuir com o sindicato os trabalhadores que o desejarem.

Documento 98/141

099.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	02/05/2017-13:58
Publ.: DCD - 03/05/2017 -		CHICO ALENCAR-PSOL -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa da tese de ilegitimidade do Governo Michel Temer. Artigo de autoria do orador publicado no Blog do Noblat, intitulado Direito ao trabalho, direito dos trabalhadores, sobre tentativa do Governo Federal de extinção de direitos dos trabalhadores. Registro de carta aberta aos Parlamentares, da Plataforma

dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, sobre as propostas de mudanças no sistema político em curso no Congresso Nacional.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero destacar o ambiente de generalizada insatisfação e de revolta mesmo que há neste País com o Governo ilegítimo, com a sua implementação do golpe - aí, sim - no cotidiano dos trabalhadores e das trabalhadoras. Aqui fica o registro de artigo de minha lavra, que dou como lido, intitulado *Direito ao trabalho, direito dos trabalhadores*, lembrando inclusive os 14 milhões de brasileiros que hoje vivem o drama do desemprego.

Não é acusando as leis protetivas do trabalho e promovendo o desemprego que vamos avançar. Isso tudo é interesse do capital espoliativo, dos grandes grupos econômicos.

Quero também deixar como lido o registro de uma manifestação muito importante da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, que cobra de nós aqui a sintonia com os anseios populares por uma reforma democrática efetiva, profunda e radical.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado. Vamos divulgar o seu pronunciamento pelo programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para transcrição nos Anais da Casa, artigo publicado hoje, dia 2 de maio, no Blog do Noblat, que trata da tentativa atual do Governo Temer de retirar direitos dos trabalhadores.

Agradeço a atenção.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Direito ao trabalho, direito dos trabalhadores.

Trabalho vem de "tripalium", instrumento de tortura no Império Romano. Para alguns, trabalho é condenação divina, que está no livro do Gênesis como pena complementar à expulsão do Jardim do Éden: "ganharás o pão com o suor do teu rosto".

De fato, a história humana tem a marca da exploração laboral: escravidão antiga e colonial, servidão feudal, jornadas subassalariadas de 14 horas, espoliação da mão de obra infantil. Fartura para poucos aristocratas, miséria de proles imensas.



Foi a análise dos mecanismos do capitalismo - para a qual Marx tanto contribuiu - que permitiu um outro olhar sobre o trabalho: o de criador de riqueza e de realização do ser humano. A doutrina social da Igreja Católica, também nascida no século XIX, com a "Rerum Novarum" de Leão XIII, afirmou a dignidade do trabalho. O(a) trabalhador(a) é portador(a) de direitos, inclusive o de salário digno, e de se reconhecer na sua própria obra, deixando de ser mera parte alienada de uma engrenagem. Tempos modernos!

Compreendendo isso, torna-se mais escandalosa ainda a realidade brutal do Brasil de agora, com seus 14,2 milhões de desempregados - correspondente à população somada de Pernambuco, Piauí e Sergipe! Só no primeiro semestre, nada menos que 1,3 milhões de postos de trabalho foram fechados, sendo 599 mil de carteira assinada. Que modelo econômico é esse?

Para grandes rentistas, agroexportadores, parte do empresariado industrial, Banco Mundial, FMI e governo federal, a melhoria do "ambiente de negócios" depende da "flexibilização" na legislação. Financiados ou pressionados por esses setores, 296 deputados aprovaram "o maior projeto de retirada de direitos trabalhistas desde o advento da CLT", como denunciaram as associações nacionais do Ministério Público, dos Juízes do Trabalho e dos Magistrados brasileiros.

Vários parlamentares governistas afirmaram que o "excesso de leis protetivas do trabalhador" inibe a geração de empregos.

Convenientemente, "esquecem" de que com essa mesma legislação - que vem de 1919, foi consolidada em 1943 (CLT, 922 artigos) e já sofreu 723 atualizações de lá para cá - houve períodos de pleno emprego no Brasil. Para a casta dominante, intocáveis são unicamente os lucros.

Modernizar a legislação não é vulnerabilizar categorias já frágeis na relação contratual com o capital, nem deixar os trabalhadores independentes, inclusive microempreendedores, à mercê dos humores do mercado, que só sorri para a ganância. Modernizar não é individualizar e "empresarializar" as negociações, secundarizando o coletivo e a organização sindical - que deve, sim, ser autônoma e não depender do Estado.

A ideologia e prática do estado mínimo - exceto para reprimir manifestações - e do privatismo máximo atualizam a gabolice do bilionário Warren Buffet, publicada no NYT há quase 11 anos, e lembrada há pouco pelo professor André Singer: *"existe sim guerra de classe, mas é a minha classe, a dos ricos, que está fazendo a guerra, e estamos ganhando"*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todas e todos que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para transcrição nos Anais da Casa, carta aberta aos Parlamentares feita pela Plataforma

dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político sobre as propostas de mudanças no sistema político em curso no Congresso Nacional.

Agradeço a atenção.

CARTA ABERTA A QUE SE REFERE O ORADOR

O Congresso Nacional debate neste momento uma nova proposta de "reforma política" - como em outras ocasiões, olhando apenas para as próximas eleições. Não teremos, entretanto, um sistema político legítimo e representativo se esta postura do Parlamento brasileiro não mudar. Independentemente das propostas aprovadas, a leitura que se faz do que tramita hoje no Congresso é de que não se trata de melhorar nosso sistema eleitoral, algo tão necessário, mas de assegurar o mandato de inúmeros parlamentares envolvidos com corrupção, garantindo-lhes o foro privilegiado e a impunidade jurídica. Por isso, após três dias de reunião em Brasília, com mais de 110 representantes de distintos movimentos sociais que lutam há mais de uma década pela democratização do poder e por uma verdadeira reforma política, a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político vem a público manifestar sua posição sobre a proposta em debate no Parlamento.

O relatório apresentado pelo Deputado Vicente Cândido incorpora, no geral, três elementos defendidos pela Plataforma: fortalecimento da democracia direta, financiamento público de campanhas e lista pré-ordenada. Mas as semelhanças com o que vem sendo historicamente reivindicado pela sociedade civil organizada terminam por aqui. Quando falamos de democracia direta, defendemos o poder de o povo convocar plebiscitos e referendos. Queremos que determinados temas, como privatizações e a execução de grandes obras, sejam decididos por estes instrumentos. O relatório apresentado na Comissão da Reforma Política pouco avança nesta direção.

Sobre a adoção do financiamento público exclusivo de campanhas, defendemos que ele seja adotado em conjunto com outras medidas, como a democratização dos partidos políticos, o financiamento dos partidos por seus filiados (e não por recursos públicos) e mudanças nos critérios de partilha para não privilegiar as grandes legendas. O relatório tampouco avança nesta direção.

No que se refere à lista pré-ordenada, instrumento importante para tornar os partidos programáticos, ela deve ser acompanhada de mecanismos que impeçam a definição da lista pelas oligarquias partidárias. Defendemos listas escolhidas em prévias partidárias e sem candidaturas natas, para que sejam um instrumento poderoso de enfrentamento às sub-representações nos espaços de poder, especialmente das mulheres, do povo negro e dos povos indígenas.

Por isso, defendemos a paridade de sexo na elaboração da lista. E o relatório pouco avança neste sentido. E o relatório pouco avança neste sentido.

Para a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, democratizar o poder significa ir além de uma reforma eleitoral conjuntural e incapaz de alterar as desigualdades estruturantes da sociedade brasileira, que impedem a maioria da nossa população - mulheres, o povo negro, jovens, população LGBTI, indígenas - de participar efetivamente das decisões políticas do país. Um país verdadeiramente democrático deve ser capaz de pensar formas de afirmação de uma cidadania ativa, fazendo valer o princípio primeiro democrático de que o "poder emana do povo".

Para nós, por fim, essa reforma deve ir além do urgente aperfeiçoamento da democracia representativa. Deve, necessariamente, incluir a adoção de mecanismos inovadores de democracia participativa (como um sistema de participação social); o estabelecimento de uma real democracia direta; a democratização da informação e das comunicações e do sistema de Justiça.

Sem isso, qualquer reforma virá apenas para perpetuar os grupos que eternamente ocupam o poder no Brasil. É hora de romper com este ciclo de poder hereditário e alicerçar o sistema político brasileiro na soberania popular. É o que exige a nossa democracia.

Brasília, 26 de abril de 2017.

Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político
www.reformapolitica.org.br

Documento 99/141

099.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	02/05/2017-17:24
Publ.: DCD - 03/05/2017 -		SILVIO TORRES-PSDB -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aumento da confiança da sociedade brasileira na melhora da situação econômica do País, segundo pesquisa do Datafolha. Defesa de avanço das propostas do Governo Federal de reformas trabalhista e previdenciária para a

consolidação do fim da crise econômica.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Datafolha publicou hoje resultado de uma pesquisa ampla que fez no Brasil inteiro, na sequência de outros números divulgados no final de semana sobre popularidade, intenção de voto para Presidente e outras informações. Hoje divulga uma informação muito importante. Trago para que este Parlamento dela tome conhecimento.

O Datafolha ouviu mais de 2 mil pessoas no Brasil inteiro e constatou que há uma expectativa, há uma melhora da expectativa da população com relação à sua própria situação. O que significa isso? As pessoas acreditam que o Brasil vai melhorar e que isso está acontecendo. Além disso, Sr. Presidente, o Datafolha constatou que a perspectiva de desemprego diminuiu cerca de 10 pontos, ou seja, a antevisão das pessoas sobre a situação de desemprego no País melhorou, apesar de nós termos constatado paradoxalmente que o desemprego aumentou. Nós estamos com mais de 14 milhões de desempregados neste País, efeito dessa crise, dessa herança maldita que o atual Governo legou do anterior.

Ademais, Sr. Presidente, com relação à inflação e ao poder de compra, também a sociedade brasileira acredita que o seu poder de compra não vai diminuir, até porque a inflação tem caído de maneira muito forte. Nós vamos chegar ao final do ano de 2017 com a inflação abaixo da meta, menos de 4,5%, depois de termos passado, no período do Governo Dilma, por uma inflação que chegou a mais de 10%.

Foram 3 anos de recessão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mas o Brasil começa a ver uma luz no fim do túnel. E a luz no fim do túnel vai se ampliar tanto mais quanto nós consigamos, no Congresso Nacional, dar respostas à sociedade, que clama por mudanças, que quer mudar sua situação dramática e quer sair dessa crise.

A resposta para isso, Sr. Presidente, é avançar nas reformas, como fizemos na última quarta-feira, aprovando, por ampla maioria, a reforma trabalhista. E assim faremos na reforma da Previdência, aprovando um texto que dê segurança para os aposentados ou para aqueles que se vão aposentar e, ao mesmo tempo, combata esse déficit profundo que tem arrastado o Brasil para uma situação insustentável agora, e ainda mais insustentável num futuro próximo.

Sr. Presidente, a palavra de ordem são as reformas. Sem reformas e sem coragem para aprová-las, o Brasil não sai dessa crise.



Documento 100/141

100.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	02/05/2017- 19:16
Publ.: DCD - 03/05/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	WEVERTON ROCHA-PDT -MA ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Sucesso da greve geral realizada em 28 de abril passado. Solidariedade ao Deputado Aluisio Mendes, acusado de incitação à violência no Estado do Maranhão. Necessidade de adoção de medidas pelo Governo Federal para contenção de conflitos entre indígenas e pequenos produtores rurais em Municípios do Estado do Maranhão.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, todos aqui viram, no último final de semana, os noticiários sobre a grande greve geral que ocorreu na sexta-feira.

Muitos tentaram deturpar essa greve geral achando que era uma manifestação que cobrava aglomerações, que cobrava a movimentação de agrupamentos em alguns centros do Brasil. Foram quase 300 cidades em que houve adesão direta a esse grande movimento. A greve, por si só, já está dizendo: ela para; ela não aglutina. É diferente de uma manifestação.

Então, a greve funcionou, sim, foi um sucesso, mesmo sabendo que houve denúncias concretas de vários tipos de violência - houve violência urbana nas cidades onde aconteceu enfrentamento com os participantes do movimento.

O que me traz à tribuna nesta noite não é a violência urbana, porque aqui todos acompanham os fatos e estão sabendo o que está acontecendo, mas, sim, a violência rural.

Nesse final de semana, a grande mídia deu grande repercussão - e ainda o está fazendo - ao episódio que aconteceu na cidade de Viana, no nosso Estado, o Maranhão: o conflito dos indígenas com os não indígenas, ou os pequenos produtores daquela região.

Eu vi também na imprensa, Sr. Presidente, que um dos Deputados da bancada do Maranhão - ele deve estar aqui -, o Deputado Aluisio Mendes, foi citado como um dos que estavam incitando o movimento lá.

Deputado Aluisio Mendes, V.Exa. sabe que nós não somos do mesmo grupo, nós somos adversários políticos no Estado, mas eu venho aqui trazer a minha solidariedade a V.Exa.

Primeiro, porque, desde o mandato passado, eu venho denunciando - denunciando! - a possibilidade de conflito por conta da questão das



terras indígenas no Maranhão.

Ao consultarmos as notas taquigráficas da Casa veremos que, já no mandato passado, nós denunciemos o abuso, lá em São João do Caru, com a questão do povo awá-guajá. Denunciamos a forma como trataram os nossos pequenos produtores de lá, que até hoje estão despejados e não têm para onde ir. Famílias estão hoje passando fome, e ninguém faz nada.

Eu já vim à tribuna denunciar a imensa grosseria que pode acontecer lá em Amarante, na Reserva Governador: querem aumentar a reserva indígena do Município de Amarante; se aumentarem, serão 20 mil pessoas da cidade que poderão ser atingidas.

Estou daqui acompanhando direto essa matéria. É claro que não preciso vir toda hora à tribuna, porque estou pedindo audiências, estou pedindo reuniões, mas estou acompanhando atentamente a situação lá na cidade de Amarante.

E, quanto ao que ocorreu na cidade de Viana, eu vi várias vezes o Deputado Aluisio Mendes e outros colegas políticos alertando a FUNAI, alertando as autoridades, dizendo que aquilo ali ia dar em conflito - e pode haver mais conflito ainda daqui para frente.

É óbvio que a grande imprensa se movimentou depois que o caldo está derramado. Ainda bem que não morreu ninguém - graças a Deus! Mas ali, do jeito que está, é óbvio que podem acontecer problemas a qualquer momento, não só em Viana, mas também em São João do Caru, onde ainda há conflitos, e na Reserva Governador, na cidade do Amarante, assim como em várias outras regiões dentro do nosso Estado.

Portanto, essa não é uma matéria de disputa política. Esse é um assunto de união, de todos. Precisamos convocar e mobilizar o Governo Federal para que faça com que a FUNAI exerça de verdade o seu trabalho, coisa que ela não faz. E, quando chega lá dentro do Estado, pelo menos no nosso, ela já chega criminalizando o pequeno produtor. Aí fica esse imbróglio, e não se sabe, na verdade, quem tem razão.

O que nós queremos, Sr. Presidente? Que a nossa comunidade indígena, de diferentes etnias, seja preservada, assim como o nosso produtor, que faz o Brasil produzir.

Tem de haver um ponto de equilíbrio. Para que se tenha um ponto de equilíbrio, tem de haver Estado, tem de haver Governo funcionando. Se não houver Governo funcionando, é óbvio que a balança ficará desequilibrada, e poderemos nos deparar, a qualquer momento, com outros noticiários como esse, de agressões e conflitos nas terras indígenas e rurais do Maranhão.

Muito obrigado.

101.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	03/05/2017-14:02
Publ.: DCD - 04/05/2017 -	LINCOLN PORTELA-PRB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Prejuízos ao Brasil em face da realização de greve geral.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não terei nenhum problema se V.Exa. me conceder 2 minutos. Não vou brigar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, há uma luta da Esquerda com a Direita no País sobre a qual eu tenho falado muito na Casa. Um dia desses, citei o Vereador Wilson Trópia, de Belo Horizonte, que foi Deputado estadual, que disse que a crise era de caráter - V.Exa. presidia a sessão.

A Direita diz que a greve não prejudicou o Brasil em nada. O Governo diz que a greve foi pífia. Por outro lado, a Esquerda diz que a greve foi vencedora, que marcou um posicionamento muito grande e que as manifestações nas ruas não foram tão grandes.

Saibam de uma coisa: o Brasil tomou prejuízo, sim, com a greve. Acorda Brasil! Não sou a favor de greve violenta, mas o Governo deve ficar atento com o que está acontecendo no Brasil.

Muito obrigado.

Documento 102/141

101.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	03/05/2017- 15:28
Publ.: DCD - 04/05/2017 -	MARCON-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Perseguição a entidades de indígenas, quilombolas e sem-terra pela CPI da FUNAI e INCRA. Atuação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Osmar

Serraglio, a favor dos interesses do agronegócio.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero dizer que a CPI do INCRA e da FUNAI, da qual não dava para esperar outra coisa que não fosse isto, hoje pela manhã, pela segunda vez, foi instalada, neste mandato. Da primeira nem o relatório foi feito, e desta o relatório mostra a raiva que uma turma do agronegócio tem das pessoas e das entidades que organizam os índios, os quilombolas e os sem-terra.

Chegou-se ao cúmulo de esta CPI querer indiciar nove membros do Ministério Público Federal, promotores, funcionários do INCRA, antropólogos e indiciar até o Arcebispo de Porto Velho, Rondônia, D. Roque Paloschi, a quem conheço muito bem porque é um gaúcho, defensor dos pequenos e dos pobres.

Aonde esta Câmara quer chegar? Por que tanta raiva contra aqueles que conclamam por justiça, por direitos, por igualdade? Por que tanta raiva assim? O lugar de esta turma se articular é dentro do Ministério da Justiça.

O Ministério da Justiça, com o nosso colega que é Ministro, o Deputado Osmar Serraglio, eu achei que iria ser o escritório do agronegócio. Eu me enganei. Ele é a casa do agronegócio. Já foram recebidos 88 Deputados ligados ao agronegócio nesses 55 dias transcorridos desde que o Ministro tomou posse. Enquanto isso, sequer um copo de água foi dado aos índios ligados à FUNAI, que se transformou em balcão de política contra esse povo.

Nós queremos dizer ao Ministro da Justiça, que foi envolvido na Operação Carne Fraca, que é o Ministro da casa do agronegócio: ou ele assume a postura de Ministro do povo brasileiro, ou ele renuncia ao cargo, porque já está na hora.

Gostaria que este discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Defiro seu pedido, Deputado Marcon.

Documento 103/141

102.3.55.O

Sessão Deliberativa
Extraordinária - CD

04/05/2017-09:18

Publ.: DCD -
05/05/2017 -

VALADARES FILHO-PSB -SE

CÂMARA DOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES

Sumário

Posicionamento do orador em relação a tópicos da reforma política.

O SR. VALADARES FILHO (PSB-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos discutindo nesta Casa, na Comissão Especial e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a reforma política, de suma importância para a democracia brasileira, com pontos importantes que eu defendo, como o fim das coligações proporcionais, a cláusula de barreira.

Ela servirá para fortalecer os partidos políticos, para que possamos ter partidos mais orgânicos e com identidade ideológica, o que é fundamental para a democracia brasileira.

Em relação à lista fechada, que também vem sendo debatida nessa reforma política, eu sou permanentemente contra. Não é o momento para discutirmos a reforma política tendo uma lista fechada com uma discussão prioritária.

Neste momento, precisamos ter a consciência do fortalecimento dos partidos para consolidar a nossa democracia. Por isso, defendo o fim das coligações proporcionais com a cláusula de barreira.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há muito sabemos que o sistema político brasileiro precisa ser reformado. Já perdi a conta de há quantos anos essa matéria entra e sai da agenda legislativa. No entanto, a cada vez que se aproxima um desfecho, a discussão é interrompida por falta de consenso. E não se avança no sentido de resolver as mazelas do sistema político do nosso País.

Entretanto, diante da crise de credibilidade na representação política, com tantas acusações de corrupção envolvendo mandatários do Executivo e Parlamentares, não há mais como adiar a discussão sobre a reforma política.

Encontram-se em apreciação nesta Casa diversas proposições, seja na forma de projetos de lei, seja na forma de propostas de emenda à Constituição. Uma Comissão Especial as examina e algumas já estão prontas para serem apreciadas na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Logo depois, devem seguir para apreciação em plenário.



Uma das proposições em tramitação nesta Casa é a Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, do Senado Federal, que se encontra em apreciação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Entre outras providências, essa PEC propõe que sejam vedadas as coligações entre partidos nas eleições proporcionais, isto é, para Deputados e Vereadores, a partir de 2020.

As coligações nas eleições para cargos majoritários - Presidente, Governadores, Senadores e Prefeitos - continuarão sendo permitidas, neste caso justificadas pela necessidade de serem construídos consensos para a governabilidade. Sou a favor do fim das coligações entre partidos para as eleições proporcionais. Entendo que essa medida irá fortalecer aqueles partidos que guardam identidade com a sociedade.

O financiamento público exclusivo para campanhas eleitorais é outro ponto que precisa avançar no que já se convencionou chamar de reforma política. Em setembro de 2015, o Supremo Tribunal Federal já permitiu um avanço nesse sentido, quando julgou inconstitucionais alguns pontos da Lei nº 9.096, de 1995, a Lei dos Partidos Políticos. Ao considerar inconstitucionais os artigos que permitiam as doações realizadas por empresas a partidos políticos, o STF possibilitou que avançássemos nessa tese. Na ocasião do julgamento, o Relator, Ministro Luiz Fux, apontou que, no modelo então vigente, cerca de 20 mil pessoas jurídicas - menos de 0,5% do total de empresas brasileiras - financiavam campanhas políticas.

Há casos em que a mesma empresa contribuía para a campanha dos principais candidatos em disputa; e para mais de um partido político. Essa razão é mais do que suficiente para impedir as doações de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais.

O Relator da reforma política na Comissão Especial desta Casa chegou a propor um sistema de financiamento para campanhas de Deputados em que 70% dos recursos sejam públicos e 30% venham de contribuições de eleitores, no limite de 1 salário mínimo e com proibição de autofinanciamento.

No Senado, está sendo proposta - novamente - a adoção do financiamento público exclusivo de campanhas. Pelo projeto, será formado um fundo a partir de recursos do Orçamento da União e de doações de pessoas físicas e jurídicas. Pelo texto, 30% dos recursos do fundo seriam distribuídos igualmente entre os diretórios nacionais de todos partidos políticos com registro no Tribunal Superior Eleitoral; e os outros 70% seriam divididos entre os partidos mais votados na eleição precedente para a Câmara dos Deputados.

A proposta proíbe doações diretas e prevê multa para a pessoa física ou jurídica que descumpra a regra. Essa é uma das tantas propostas de financiamento público exclusivo. Sobre esse tema, defendo que se deva buscar o consenso para que se adote o financiamento público das campanhas. Enxergo nessa possibilidade um caminho para

interromper o assédio das empresas aos candidatos.

O Relator da reforma política na Câmara também apresentou uma proposta de emenda à Constituição que prevê o sistema de votação em listas fechadas de candidatos a Vereador e Deputado nas eleições de 2018 até 2022; e um sistema misto - distrital e com lista fechada - a partir da eleição de 2026.

Quero dizer que sou contra essas propostas, pois os nossos partidos políticos ainda não chegaram a um grau de maturidade organizacional que permita a clareza e a verdade eleitoral dessas escolhas. Em outras palavras, é possível que os detentores das máquinas partidárias - não necessariamente detentores de votos - façam as listas de acordo com critérios que não sejam os da representatividade dos candidatos.

Temos exemplos de dirigentes partidários que, mesmo condenados pela Justiça, prosseguem no mando de suas legendas, por terem o controle de diretórios. Por isso, meu posicionamento será contrário a essa proposta.

Defendo que se faça, o mais brevemente possível, a reforma política. Do contrário, estaremos sujeitos ao engodo de manifestações de parte da mídia - com alguma repercussão em redes sociais - de que a política é a responsável pelas mazelas do Brasil.

Sou militante político desde a minha juventude; venho de uma tradição de afirmação partidária. Embora não tenha vivido o período da ditadura civil-militar de 1964, sei bem que a condenação da política só leva a regimes autoritários; à criação de partidos artificiais, como era o caso de ARENA e MDB, enfiados goela abaixo do povo, na mesma ocasião em que o histórico PSB de Miguel Arraes foi extinto; à invenção de representantes não eleitos, como foi o caso dos Senadores biônicos, no período final do regime de 1964; e ao fechamento do Congresso Nacional, como ocorreu mais de uma vez.

Portanto, registro aqui o meu apelo para que avancemos na votação da reforma política.

É o que tenho a manifestar neste momento.

Documento 104/141

102.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	04/05/2017-12:08
Publ.: DCD - 05/05/2017 -	RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO



Sumário

Aprovação pela Comissão Especial da Reforma Política de relatório parcial sobre mecanismos de democracia direta, como plebiscito, referendo e projetos de lei de iniciativa popular. Apoio ao relatório do Deputado Vicente Candido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

A Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira, 2 de maio, o primeiro relatório parcial, que trata dos mecanismos de democracia direta, como plebiscito, referendo e projetos de lei de iniciativa popular. A democracia do mandato representativo está em crise. Cada vez mais o eleitor não se sente representado por quem votou. A aprovação de um projeto de lei e um projeto de resolução, dentro do relatório, facilita o exercício da democracia direta no nosso País. Temos que favorecer todas as iniciativas que fortaleçam o exercício da cidadania.

O relatório aprovado pela Comissão da Reforma Política também facilita os projetos de iniciativa popular. Agora será ainda mais fácil dar entrada em um projeto neste modelo. Precisaremos de menos assinaturas, e elas poderão ser eletrônicas. Isso vai facilitar a vida de todos os cidadãos que tiverem vontade de intervir no processo legislativo. Reforma política de verdade é aquela que traz o povo para participar diretamente.

Na discussão sobre os mecanismos de democracia direta, o Relator, Deputado Vicente Candido (PT-SP), fez uma complementação de voto a partir de sugestões apresentadas por outros Parlamentares. Ele retirou do texto dois parágrafos do artigo que trata dos projetos de iniciativa popular e que limitavam a apresentação de emendas a essas propostas.

Defendo a mudança feita pelo Relator, pois engessar a tramitação como, por exemplo, dizia o parágrafo oitavo - "*não haverá apresentação de emendas ao projeto de lei de iniciativa popular na fase de discussão em Plenário*" -, desconsidera como funciona a construção de maioria no Plenário. Às vezes, é em uma emenda que se constrói maioria e se salva uma proposta.

Outra alteração proposta por mim e incluída pelo Deputado Candido foi a necessidade de apoio de um décimo dos Parlamentares da Casa iniciadora para a tramitação de projeto de iniciativa popular. Se for a Câmara, 52 Deputados; caso seja o Senado, 8 Senadores.

Na manhã desta quarta-feira, 3 de maio, eu e um grupo de 29 Deputados, também membros da Comissão Especial da Reforma Política, nos reunimos com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Ministro Gilmar Mendes, para debater a respeito da proposta de reforma. Além das pessoas

mencionadas acima, os Ministros da Corte Herman Benjamin, Admar Gonzaga e Alexandre de Moraes também participaram da reunião.

O Ministro Gilmar Mendes destacou que a corrupção na política leva à corrupção do modelo democrático e causa o afastamento das pessoas, de modo a comprometer o grande patrimônio construído em nosso País, que é "*o mais longo período de normalidade democrática institucional na vida republicana*". Portanto, nosso objetivo é caminhar para uma reforma necessária e com a participação da população.

Era o que tinha a dizer.

Documento 105/141

104.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	04/05/2017-14:03
Publ.: DCD - 05/05/2017 -	JONES MARTINS-PMDB -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Crítica a partidos da Oposição por discursos contrários às reformas trabalhista e previdenciária apresentadas pelo Governo Federal. Responsabilidade do Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff pela crise econômica do País. Elogio ao Governo do Presidente da República, Michel Temer.

O SR. JONES MARTINS (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, amigo e conterrâneo Deputado Pompeo de Mattos, pelas palavras generosas.

Sr. Presidente, nós estamos vivendo momentos de profundos debates nesta Casa e na sociedade brasileira. Isso é salutar, isso vai fazer o País avançar. É absolutamente necessário que esses debates sejam travados no nível do respeito, da democracia, sobretudo do interesse nacional. Não há nesta Casa, Deputado Hildo Rocha, quem seja monopolizador das virtudes, não há quem seja, embora tente ser, monopolizador da verdade. O debate, Deputado Celso Maldaner, sobre Previdência Social, sobre reforma trabalhista, sobre a economia do País tem que se dar no patamar do respeito, dos números e do interesse público.

É incrível, mas nós assistimos a discursos virulentos por parte de uma oposição que quer passar a ideia de que não tem nada a ver com isso. Existem 14 milhões de desempregados no País porque a verdadeira reforma da Previdência não foi feita lá atrás, embora o ex-Presidente

Lula tenha tentado fazê-la. Aliás, quando tentou, houve uma dissidência, que se transformou no hoje PSOL. As reformas trabalhistas foram defendidas pela ex-Presidente Dilma Rousseff, que só não as fez porque não teve articulação no Congresso Nacional, principalmente aqui, na Câmara dos Deputados. Então, se há um consenso, se é verdade que todos querem a reforma e que todos têm consciência da necessidade da reforma, por que esse discurso tão virulento, como se não tivessem culpa de nada? O País faliu, sim, nos últimos 12 anos. São 14 milhões de desempregados. Todos os nossos índices foram para baixo. Fizeram uma política populista, fisiologista, assistencialista. Mais de 100 milhões de brasileiros, ou seja, metade da população, dependem diretamente de algum benefício estatal. Quem vai dar conta disso? Precisamos, efetivamente, gerar produção, gerar economia, gerar riqueza, gerar confiança, para que o País possa gerar empregos. O Presidente Michel Temer tem feito com muita coragem, com muita altivez esse caminho do novo Brasil, Deputado Pompeo de Mattos. E os resultados já começam a aparecer. Felizmente, com os resultados que já estão aparecendo ali adiante, aprovada a reforma trabalhista, com a modernização da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, que nós já fizemos nesta Câmara, e aprovada a reforma da Previdência, vamos mostrar ali adiante que os futuros aposentados terão garantida a sua aposentadoria, vamos mostrar que o déficit vai diminuir e que vai sobrar dinheiro para investimentos em infraestrutura, em educação e em saúde, condições para botar o País no eixo certo, para a retomada do crescimento, para fazer a rota do desenvolvimento começar a girar. E diminuirá o número de desempregados, que hoje é de 14 milhões por culpa do PT e dos partidos de "puxadinhos" que deram sustentação ao governo desse partido e que agora, de forma muito cínica, vêm aqui dizer que não têm nada a ver com isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) - Muito obrigado, Deputado Jones Martins.

Documento 106/141

104.3.55.O

Sessão Não Deliberativa de
Debates - CD

04/05/2017-14:12

Publ.: DCD -
05/05/2017 -

JOSÉ FOGAÇA-PMDB -RS

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Exaltação do trabalho da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania sobre questões institucionais da proposta de reforma política.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na sequência da fala do Deputado Celso Maldaner, venho também trazer o meu depoimento e meu o registro sobre o que ocorreu ontem na Comissão de Constituição e Justiça.

Enquanto a Comissão Especial da Reforma da Previdência trabalhava intensamente - e trabalhou praticamente o dia inteiro, por muitas e muitas horas -, a Comissão de Constituição e Justiça trabalhou sobre uma questão institucional e logrou aprovar a admissibilidade de uma emenda constitucional que visa à extinção das coligações entre partidos políticos para eleições proporcionais no Brasil.

Juntamente com a questão das coligações, também modificamos a forma como os partidos acessam a representação parlamentar, através da proposta chamada Cláusula de Desempenho, que não pode ser chamada de Cláusula de Barreira, porque esta extingue os mandatos.

A Cláusula de Desempenho não extingue os mandatos, apenas obriga os Parlamentares dos partidos que não cumprirem o coeficiente exigido pela lei a se juntarem ou a se somarem a outras agremiações políticas ou a frentes partidárias, conforme passará a prever a Constituição se a matéria vier a ser aprovada no Plenário.

Portanto, trata-se de um avanço institucional, trata-se de um passo à frente.

Da mesma forma que fez aqui o Deputado Celso Maldaner, neste momento eu também cumprimento a Comissão de Constituição e Justiça pelo trabalho realizado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) - Muito obrigado, Deputado José Fogaça, gaúcho do meu Rio Grande.

Documento 107/141

107.3.55.O

Sessão Deliberativa Ordinária -
CD

09/05/2017-14:50

Publ.: DCD - 10/05/2017

ZÉ GERALDO-PT -PA

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE

Sumário

Anúncio da realização de manifestação em Curitiba, Estado do Paraná, em solidariedade ao ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de depoimento do petista ao Juiz Federal Sérgio Moro.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos aqueles que nos ouvem, quero aproveitar este momento para dar como lido e pedir que seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*, o registro que faço sobre o depoimento que o Presidente Lula fará amanhã, em Curitiba.

O registro não é a respeito do depoimento, mas sobre o que vai acontecer de mobilização social em Curitiba, onde se espera que mais de 60 mil pessoas participem de um manifesto de repúdio ao desmonte das políticas que o Presidente Michel Temer e sua equipe vêm promovendo neste País, e também quanto à perseguição implacável do Juiz Sergio Moro com relação ao Presidente Lula.

Sergio Moro é um juiz autoritário, um juiz que não tem cumprido o seu papel de juiz isento, um juiz que partidizou, um juiz que compôs a engrenagem do golpe. Sergio Moro, mais uma vez, tenta enganar a população brasileira quando pede o adiamento do julgamento do Presidente Lula, em nome de que tinha que se preparar melhor, reforçar a segurança. Mas é mentira. O Juiz Sergio Moro pediu adiamento para dar tempo de levar mais pessoas que estão desesperadamente querendo fazer delação premiada para poder diminuir a própria pena e, assim, colher provas - que não são provas, porque até agora elas não apareceram - para poder incriminar o Presidente Lula.

Essa que é a verdade. O resto são tentativas de Sergio Moro para ver se consegue tirar o Presidente Lula da disputa eleitoral do próximo ano, porque - agora muito mais desesperadamente ainda, porque o seu plano era prender Lula, mas não conseguiu nem vai conseguir fazê-lo - agora o plano dele é desesperadamente achar um jeito de o Presidente não poder ser candidato. As pesquisas indicam que o Presidente Lula ganhará as eleições do ano que vem no primeiro turno, o que ele não conseguiu nas suas duas eleições anteriores. Isso se deve à insatisfação do povo brasileiro com relação à paralisia deste País. V.Exas. viram, na segunda-feira, no *Bom Dia Brasil*, que 150 UPAs estão prontas, mas não funcionam. O Ministro da Saúde deu uma entrevista no mesmo noticiário dizendo que faltou planejamento e que não tem dinheiro. Não tem dinheiro por quê? É preciso que se explique, porque aqui se votou uma lei para limitar gastos, inclusive na saúde e

na educação, por 20 anos. Portanto, não tem como as UPAs funcionarem se você tira dinheiro da saúde.

A Presidenta Dilma fez planejamento, sim: planejou o Programa Mais Médicos e colocou esse programa para funcionar. E planejou ainda as Unidades Básicas de Saúde e as Unidades de Pronto Atendimento, com melhores instalações para esses médicos poderem trabalhar. Antes, quando tinha médico, não tinha hospital; quando tinha hospital, não tinha médico. Então, se fez um planejamento. E agora nós estamos aí...

Eu citei aqui um fato, mas estão aí as reformas, como a da Previdência Social, que se tenta empurrar goela abaixo da população, fazendo com que as mulheres brasileiras se aposentem só aos 62 anos. Isso é uma covardia! Se você vai a Cuba, que é uma economia pequenina diante da nossa, a mulher se aposenta aos 58 anos e o homem, aos 62 anos. Como é que se explica que numa das grandes economias do mundo, que tem tecnologia - e as pessoas, hoje, com acesso a tecnologia produzem muito mais -, agora você vai se aposentar com mais idade? Então, essas insatisfações, Sr. Presidente, é que também mobilizam os movimentos sociais em peso, como as Centrais Sindicais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Frente Povo Sem Medo, enfim, os Parlamentares e a nossa bancada. E eu também estarei em Curitiba, prestando essa solidariedade ao Presidente Lula, um homem honesto. O Juiz Sergio Moro desesperadamente tenta achar provas contra ele, mas não consegue, porque nenhuma testemunha, em nenhum depoimento, apresentou alguma prova até agora. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, amanhã, dia 10 de abril, nada, absolutamente nada, será mais importante do que a mobilização organizada por forças democráticas e populares em Curitiba, onde é esperada uma manifestação gigantesca de mais de 60 mil pessoas de todo o Brasil em solidariedade ao Presidente Lula. É a Jornada em Defesa da Democracia.

Muitas pessoas estão montando acampamento na Capital paranaense. O MST já está ali com quase 2 mil pessoas. Da mesma forma, caravanas vindas das mais distantes regiões brasileiras já se acomodam em local negociado pela organização do evento.

Gostaria aqui de avisar, portanto, às caravanas que ainda estão a caminho de Curitiba para participar da Jornada em Defesa da Democracia que devem se dirigir ao centro da cidade, no final da Avenida Presidente Getúlio Vargas, em um terreno que fica entre a

Rodoferroviária e o estádio do Paraná Clube.

A programação da jornada é extensa e diversa: começou hoje, desde as 7 horas da manhã, e vai até a noite de quarta-feira. Estão previstos debates, atividades culturais e atos políticos. Na quarta-feira, dia do depoimento, são planejados debates simultâneos no acampamento e no Sindicato dos Engenheiros. Das 10 às 18 horas, haverá atividades culturais no local conhecido como Boca Maldita e, após as 18 horas, ali acontece grande ato político com a presença de lideranças de todo o País, incluindo Dilma e Lula. O depoimento de Lula está marcado para começar às 14 horas.

Portanto, não adiantaram as ameaças do juiz parcial que foi às redes sociais para pedir o apoio dos seguidores e depois voltou novamente às redes sociais para dizer aos mesmos seguidores para ali não comparecerem. Não entendi essa. Juiz com seguidores e apoiadores? Um juiz não deveria ser apoiado apenas pela Constituição e seus instrumentos legais? Um juiz que torce e tem torcida?

Da mesma forma, não adiantou a censura daquela juíza que mais pareceria um militante do Movimento Brasil Livre, que teve seu ato ilegal revogado. Da mesma forma, depois de denunciada em todas as redes sociais, ela teve o perfil do Facebook fechado.

Documento 108/141

107.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	09/05/2017-17:34
Publ.: DCD - 10/05/2017 -	AFONSO FLORENCE-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Falecimento da ativista dos direitos humanos e dos direitos da mulher Gildete Calumbi, no Estado da Bahia. Depoimento do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Juiz Federal Sérgio Moro. Repúdio à perseguição política praticada contra o ex-Presidente da República. Barganha promovida pelo Governo Michel Temer a favor da aprovação da proposta de reforma previdenciária.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de entrar no mérito do meu pronunciamento, eu quero registrar o falecimento nesta tarde de uma companheira na Bahia, Gildete Calumbi, e pedir sua divulgação no programa *A Voz do Brasil*. Gildete era uma ativista da



luta pelos direitos humanos e pelos direitos das mulheres, uma professora dedicada ao trabalho junto à agricultura familiar, em particular no Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, uma mulher querida, uma mãe afetuosa, uma amiga fraterna, uma companheira dedicada às lutas sociais. Eu quero registrar nosso pesar a toda a família e saudar a trajetória combativa e vitoriosa dessa companheira.

Sras. e Srs. Deputados, o meu pronunciamento é sobre a conjuntura que nós vivemos no Brasil esta semana. Amanhã, o Presidente Lula estará em Curitiba, Estado do Paraná, prestando um depoimento num processo de investigação comandado pelo Juiz Moro - que deveria ser juiz, mas comanda uma investigação, na tentativa de encontrar provas, mas até agora ele não teve êxito. O Promotor Dallagnol diz que tem convicção, mas não há prova. Pela persistência na busca de provas e pelo insucesso desse objetivo, ele já deveria ter abdicado da convicção.

Depois de tantas delações - muitas delas com provas - de recursos em contas de dirigentes partidários dos partidos da base de Michel Temer e do próprio Michel Temer, delatado, ao que tudo indica, com muitas provas, acusar o Presidente Lula de se beneficiar da reforma da cozinha de um imóvel que não é dele, de comprar um pedalinho, de fazer palestras é uma busca patética por provas.

À medida que o Juiz se coloca como parte do processo, se coloca como líder de torcida - e esse deve ser um jogo de uma torcida só, porque a mobilização do povo, dos movimentos sociais para se solidarizar com Lula amanhã, é expressiva -, isso demonstra a conotação política dessa perseguição contra o Presidente Lula. Depois que a PEC do Teto de Gastos foi aprovada, depois que o desemprego cresceu mais no período Temer do que no período Dilma, ficou patente para a população brasileira que o golpe foi contra o povo brasileiro. Ficou patente para o povo brasileiro que o golpe foi contra o trabalhador, contra a trabalhadora.

E o que estamos vendo dentro do Congresso agora? Estamos vendo um esforço do Governo para conseguir, trocando com cada segmento de bancada interesses específicos, votos no plenário para aprovar a reforma da Previdência, que todo mundo sabe que prejudica os trabalhadores.

Há poucos instantes um Parlamentar que me antecedeu disse que, apesar ser nefasta e prejudicial, a reforma da Previdência vai acabar a transição daqui a muitos anos. Por isso, vale a pena aprová-la.

Se ela vai acabar a transição e vai ser efetivada daqui a muitos anos, por que ela precisa ser aprovada agora com o argumento de que é importante para combater a crise econômica?

A reforma da Previdência vai empobrecer mais o povo brasileiro. A reforma da Previdência retira benefícios. Por isso, fora, Temer! Diretas Já!

Obrigado.

Documento 109/141

109.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/05/2017-09:30
Publ.: DCD - 11/05/2017 -		VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crítica ao relatório final da CPI - FUNAI e INCRA. Perseguição a movimentos sociais pela Comissão.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje eu iria a Curitiba para acompanhar o depoimento do Presidente Lula, mas o Presidente da CPI - FUNAI e INCRA marcou para hoje reunião de votação do relatório, relatório este que consideramos absurdo!

Só para V.Exa. ter ideia, Sr. Presidente, são 14 pedidos de indiciamento de Procuradores, mais 14 de antropólogos, mais da ex-Presidente do INCRA, mais do Presidente do CIMI. Repito, o relatório que hoje nós vamos discutir e posteriormente votar nesta CPI é absurdo!

Felizmente esta CPI está terminando. Mas quero deixar registrado que foram quase 2 anos de discussão, período em que se gastou dinheiro público e, de fato, nada foi apurado nem trouxe nenhum resultado para a sociedade, nenhum avanço para o País. O que houve foi simplesmente perseguição e criminalização aos movimentos sociais. O Parlamento brasileiro não pode se prestar a esse serviço. A CPI - FUNAI e INCRA só serviu para perseguir os movimentos sociais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Documento 110/141

109.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/05/2017- 11:24
Publ.: DCD - 11/05/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Insustentabilidade do relatório da CPI da FUNAI e do INCRA em face de irregularidades nas investigações e tentativa de criminalização de lideranças religiosas e de movimentos indígenas e sociais, agentes públicos e pesquisadores sobre a temática indígena. Elevação da violência no campo em decorrência de atuação da bancada ruralista no Parlamento e de anuência do Governo do Presidente da República, Michel Temer.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje, foi marcado para votarmos o relatório da CPI da FUNAI e do INCRA. Durante quase 2 anos, essa Comissão Parlamentar de Inquérito teve mais de 500 horas de debates e, no final, seu relatório tenta indiciar mais de cem lideranças. Isso é um absurdo! Tudo foi feito de forma ilegal!

Só para V.Exas. terem uma ideia, eles estão pedindo para indiciar 31 lideranças indígenas, 14 antropólogos, 16 procuradores federais da República, 3 advogados, o Presidente do Conselho Indigenista Missionário - CIMI e a ex-Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Há pedidos de indiciamento de mais de cem lideranças indígenas e religiosas e de servidores públicos.

Desde o início da CPI, nós dizíamos que não havia um fato determinado. E agora, depois de quase 2 anos, eles também não apresentam nada de concreto. Olhem o que eles apresentam: a primeira medida é acabar com a FUNAI. E vão colocar o que no lugar? Qual vai ser o instrumento que vai cuidar da política indígena? Eles não dizem.

O Relator, Deputado Nilson Leitão, é conhecido por querer legalizar o trabalho escravo no Brasil. Tanto é assim que S.Exa. é autor do Projeto de Lei nº 6.442, de 2016, que trata justamente da legalização do trabalho escravo.

Então, para mim, não é surpresa o relatório do Deputado Nilson Leitão na CPI da FUNAI e do INCRA, que chega ao ponto de pedir o



indiciamento de um cidadão que morreu em 2008. Ou seja, hoje S.Exa. pede o indiciamento de um servidor que faleceu em 2008!

Vejam aonde chega a bancada ruralista! Vejam o nível do relatório! É um relatório que não tem viabilidade, não tem credibilidade. É um relatório que quer criminalizar justamente os indígenas, os quilombolas, os sem-terra, os trabalhadores rurais. Compreendo que isso é um absurdo.

Acho que, durante todo esse período, a Comissão deveria ter aproveitado a oportunidade para apresentar uma série de propostas que pudessem aperfeiçoar a legislação, que punissem, de uma vez por todas, aqueles que matam indígenas, sem-terra e trabalhadores rurais; que acabassem com a violência no campo; que sinalizassem a demarcação das terras indígenas, o reconhecimento das áreas quilombolas e a reforma agrária; que reestruturassem os órgãos do Governo, para que eles tivessem recursos para viabilizar os programas sociais.

Eu acho que o papel da CPI deveria ser esse. Mas, ao contrário, eles querem criminalizar, perseguir, prender.

Isso é fruto do golpe. Depois do golpe que houve contra a Presidente Dilma - que dizia que não era contra ela, mas contra o povo, o que é verdade -, a bancada ruralista, o agronegócio aqui na Câmara ficou liberado para fazer o que quiser, sem seguir a Constituição Federal e as leis brasileiras. Essa é a grande verdade.

Por isso, lá no Maranhão, indígenas foram atacados. Por isso, lá no Mato Grosso, nove trabalhadores rurais foram assassinados. E não há uma punição nem uma investigação séria. É isso que está acontecendo no Brasil hoje, Sr. Presidente.

Portanto, esse relatório não tem credibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Valmir Assunção.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, primeiramente, reiterar o momento conjuntural em que estamos submetendo o relatório da CPI da FUNAI e do INCRA. Estamos diante de uma bancada ruralista que está se sentindo bastante empoderada, seja pela sua presença no Parlamento, seja pelo golpe que atropelou a democracia brasileira. O resultado do uso do Estado por esta bancada pode ser atestado pela quantidade de conflitos, com mortos e feridos, que aconteceram nesse último período.

No dia 1º de maio, soubemos, pelos meios de comunicação, que um grupo de índios gamelas, do Município maranhense de Viana, a 214 quilômetros de São Luís, foi atacado por pistoleiros ligados a invasores de terras e fazendeiros. De 13 feridos, 3 foram levados para um



hospital da Capital. Os feridos apresentam em seus corpos sinais de crueldade extrema.

No final de abril, recebemos, com consternação, a morte de nove trabalhadores rurais, assassinados em Taquaruçu do Norte, a 350 quilômetros de Colniza, Município que fica 1.065 quilômetros de Cuiabá. Uma chacina cujo precedente somente foi visto no massacre de Eldorado dos Carajás e Corumbiara.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, em 2016 foram registrados 61 assassinatos em conflitos no campo. Isso equivale a uma média de 5 assassinatos por mês. Desses 61 assassinatos, 13 foram de indígenas, 4 foram de quilombolas, 6 foram de mulheres e 16 foram de jovens de 15 a 29 anos, sendo 1 adolescente. Nos últimos 25 anos, esse número só foi maior em 2003, quando foram registrados 73 assassinatos.

Não obstante, segundo dados do relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil*, divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI, 137 índios morreram vítimas de assassinato em 2015, no Brasil. Nesse conjunto, o Mato Grosso do Sul registrou 36 casos de homicídios de indígenas. No Estado, a cidade com maior número de ocorrências é Dourados.

Ainda de acordo com o relatório do CIMI, Mato Grosso do Sul é a unidade federativa do País com maior número de assassinatos de índios.

Na Bahia, meu Estado, a situação não é menos grave. São recorrentes os ataques aos territórios indígenas, principalmente dos povos tupinambás e pataxós Hã Hã Hãe, nos Municípios do sul e extremo sul da Bahia.

Mas por que levantei tais dados? Porque este relatório da CPI é um acinte, é uma vergonha para o Parlamento brasileiro. Primeiro, ele não considera o extremo grau de violência no campo, promovido pela anuência dada pelo Governo Temer a quem mata. Segundo, ele carece de qualidade técnica, chega a usar termos chulos na sua parte escrita e não contém uma prova cabível que justifique a exposição de tantas pessoas e a sua criminalização por meio do discurso político.

Meus caros, não podemos indiciar ninguém! Somos Parlamentares, não agentes do judiciário. O que a bancada ruralista aqui promove é o mesmo que a ditadura civil militar fez no Brasil, ao criminalizar pessoas por diferenças de opinião. O resultado é parecidíssimo: enquanto militantes de esquerda foram assassinados pelos porões da ditadura, a bancada ruralista agora decreta, de forma autoritária, a morte de centenas de indígenas, quilombolas e camponeses.

Mas quero apontar uma série de erros e contradições deste relatório. Ele peca no básico: não diz quem foi a equipe técnica que produziu o texto. Eu não sei nem se Deputados ruralistas participaram das diligências ou simplesmente terceirizaram a tarefa de investigação.

V.Exas. chegam ao absurdo de indiciar gente que está morta desde



2008, tal como o caso do servidor do INCRA, o Carlos Antônio Dai Prá. V.Exas. publicaram informações sigilosas de Estado. Isso é crime, porque não houve nenhuma instância que atestasse qualquer caráter público ou de interesse social das informações. Isso é de uma leviandade tremenda. V.Exas. são um risco para o Estado brasileiro! Eles divulgaram um relatório da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, o órgão de inteligência do Estado brasileiro.

Sabem o que V.Exas. estão votando? Investigações de Facebook!

V.Exas. expuseram a vida social de uma cientista de forma completamente irresponsável, com o único objetivo de criminalizar a ciência. Qual competência V.Exas. têm para questionar uma dissertação de mestrado, que passou pela anuência de uma universidade brasileira, mediante a aprovação de uma banca de especialistas? Nenhuma! Ninguém pode ser criminalizado por sua pesquisa. V.Exas. querem cassar a liberdade de expressão de uma estudante, de uma cientista!

V.Exas. usam documentos que não possuem fonte nem data. V.Exas. mesmos indicam que não ouviram indígenas em dezenas de diligências. Existem acusações sem provas, somente pelo discurso ideológico.

V.Exas. citam fatos que não tiveram qualquer pedido de investigação, como o caso dos Tapajós. V.Exas. expuseram pessoas que estão amparadas pelo Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

V.Exas. querem criminalizar a venda de lotes, quando a mesma bancada, através da Medida Provisória nº 759, de 2016, quer regularizar esta venda e, o pior, anistiar a grilagem no Brasil! Se entendam pelo menos!

V.Exas. querem causar um problema diplomático com a Noruega - sem que haja uma prova sequer sobre supostas intenções de intervenção deste país em nossa soberania -, por apoiar projetos que passaram por editais e foram concorridos por entidades brasileiras.

V.Exas. desqualificam a Organização das Nações Unidas - ONU. A ONU! Acusam um órgão mundial de manipulação, de ser uma "confederação de ONGs". O que os ruralistas querem? Acabar com a diplomacia brasileira?

Mas, o pior, V.Exas. querem derrubar a Constituição do País por meio de uma CPI. Ao não tratarem de maneira decente o debate sobre os marcos temporais e simplesmente pedirem a revogação de tudo o que foi demarcado desde 1988, V.Exas. querem fazer uma constituinte em um fórum inadequado e mediante discurso desqualificado.

Ora, meus caros, acabo de sair da Feira Nacional da Reforma Agrária, para a qual a produção agroecológica de assentamentos brasileiros conseguiu reunir mais de 170 mil pessoas em São Paulo. O relatório alternativo apresenta sugestões reais de melhoria para o povo indígena e quilombola.

Se V.Exas. querem realizar o papel parlamentar, podem jogar o relatório do Relator na lata o lixo e debater a política real. Ele é apenas um material que fará o País se envergonhar do Parlamento brasileiro! Sr. Presidente, gostaria que este discurso fosse registrado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação da Casa.
Muito obrigado.

Documento 111/141

111.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	10/05/2017- 18:36
Publ.: DCD - 11/05/2017 -	MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Ingerência do Supremo Tribunal Federal no Poder Legislativo. Orientação da respectiva bancada.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Maia, eu gostaria de ter a atenção de V.Exa., que eu sei que precisa estar se dividindo entre diversos assuntos.

Mas eu quero falar dessa situação do Supremo Tribunal Federal e do Poder Legislativo. A Câmara dos Deputados faz bem de intervir recuperando suas prerrogativas sempre que o Supremo Tribunal Federal, de alguma forma, parecer estar legislando positivamente. Eu ouvi um relato aqui que me deixou perplexo - e não acredito que isso tenha acontecido: Ministros do Supremo Tribunal Federal disseram a Deputados que, se nós não fizéssemos a reforma política, eles a fariam. Eu não acredito. O Supremo não legisla positivamente. Pode legislar negativamente, positivamente não. Então, isso que está sendo feito hoje aqui, ao contrário do que falaram da tribuna, não é um confronto.

A Corte Suprema dos Estados Unidos tomou decisão que foi considerada imprópria pelo Parlamento norte-americano numa questão de taxas. E o Parlamento norte-americano se impôs à decisão da Corte Suprema. Se eu não me engano, uma dessas é a 16ª emenda. O que eu gosto de ver é o Parlamento mobilizado para garantir as

prerrogativas que o povo nos deu.
O voto da Rede é "não".
Cumprimento todos os companheiros que estão lutando num
enfrentamento contra uma decisão da Suprema Corte que pode até ser
equivocada.

Documento 112/141

112.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	11/05/2017-14:00
Publ.: DCD - 12/05/2017 -	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação do projeto de lei, de autoria do orador, acerca de
adoção do voto em lista semiaberta.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero dar a explicação sobre o projeto de lei de minha autoria que trata da reforma política no que diz respeito ao sistema de voto, que é a grande preocupação que tem o cidadão, a cidadã, o eleitor, a eleitora.

Nós estamos debatendo na Comissão uma ampla reforma política. Mas, na essência, Sr. Presidente, a preocupação que todos nós temos, e isso vem por parte da cidadania também, é com a mudança sobre o sistema de voto. Hoje todos nós conhecemos: o voto é feito em lista, essa lista é feita pelos partidos e é apresentada ao eleitor de forma aberta e desordenada, sendo que o eleitor é que irá ordená-la. Consequentemente, ao ordenar essa lista, ele vota nominalmente num ou noutro candidato. E aí o mais votado vai ser o eleito, de acordo com aquela lista que o partido ofereceu, como disse, aberta e desordenada. O eleitor é que arruma a lista.

A proposta que apresento, Sr. Presidente, é exatamente a lista fechada, mas que se abre com o voto do eleitor. Eu sou contra a lista totalmente fechada. Mas, neste caso, a lista é apresentada fechada. O partido elabora a lista, pré-ordena a lista, fecha a lista e a entrega ao eleitor. O eleitor vota lá na lista - se for do PDT é 12; do PT, 13; do PMDB, 15; do PTB, do PSDB, 45. Enfim, votou na lista, abriu a lista, consequentemente o eleitor pode votar no seu candidato. O eleitor votou no seu candidato. Se aquela lista elegeu três Vereadores, três Deputados Estaduais ou três Deputados Federais, o primeiro eleito é o

primeiro da lista, o segundo eleito é o primeiro mais votado, o terceiro eleito é o segundo da lista, o quarto eleito é o segundo mais votado. Enfim, um é da lista e outro é do eleitor. Consequentemente nós vamos ter, assim, uma oportunidade de ter uma lista que contemple os partidos e ao mesmo tempo ter a abertura dessa lista que contemple o eleitor. O eleitor é quem dá a última palavra.

Vamos ter uma campanha barata, porque a campanha não será mais individual, será coletiva, será dos partidos. Ao mesmo tempo - e eu vou concluir, Sr. Presidente -, nós vamos ter ali a oportunidade de moralizar a política, de equilibrá-la, de deixá-la decente, de valorizar os partidos e de não tirar o valor do eleitor.

O voto na lista fechada não é justo, porque fica na mão dos donos de partidos, dos caciques. O voto com a lista fechada não é democrático. Tanto que o próprio art. 14 e art. 60 da Constituição dizem que o voto deverá ser direto, secreto e universal. Na lista fechada o voto é secreto, é universal, mas não é direto. Na lista que apresento o voto é secreto, é universal e é direto, porque o eleitor vai votar no cidadão, no candidato. E, com isso, ele dá a última palavra.

Portanto, Sr. Presidente, defendo essa proposta. Na reforma política, se quiserem alterar o sistema de hoje, se quiserem fazer lista, em minha opinião, a única maneira é com a lista semiaberta, com o projeto de minha autoria, que desde 2010 está tramitando na Casa.

É a minha proposta, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Obrigado.

Documento 113/141

112.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	11/05/2017- 14:48
Publ.: DCD - 12/05/2017		LUIZ COUTO-PT -PB
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Ação conjunta entre os Estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais pela garantia dos direitos trabalhistas. Defesa da realização de ampla reforma política com participação popular.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.



Presidente, V.Exa. sabe que Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais se juntaram para começar a fazer uma revolução na Justiça do Trabalho pelos direitos dos trabalhadores. Por isso, nossa homenagem ao Rio Grande do Sul, à Paraíba e a Minas Gerais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo neste momento falar sobre a reforma política. Esse tema vem sendo reformulado há anos, mas uma reforma profunda e democrática, ou mesmo com a efetiva participação popular, ainda não saiu da teoria e muito menos do papel. A jovem democracia tem anseios pelo Estado Democrático de Direito. Ela clama por uma reforma política profunda com um plebiscito, em que a população decida sobre a matéria antes de ela ser votada no Congresso.

Na história, nosso País acolheu vários projetos de lei e propostas de emendas constitucionais para se ter uma reforma política, mas poucas proporcionavam maior correspondência entre a vontade do eleitor ao votar e o resultado final das urnas. Algumas delas davam um parecer autocrático, teocrático ou totalitário.

Desde o golpe revanchista de 2016, este Congresso vive momentos críticos. Alguns Parlamentares abraçam a armadilha do autoritarismo perverso e o distúrbio do poder narciso, sociopata e macabro.

A era Eduardo Cunha se instalou de tal forma que parte dos Parlamentares se encontra disposta a aprovar os desejos do "deus mercado", e não da soberania popular ou mesmo da disposição democrática popular.

Estamos vivenciando, Sr. Presidente, um momento de regressão. Parte de 2016 e o ano de 2017 entraram em coalisão política. A política de conciliação entre partidos e oligarquias, mas sempre sem o povo, capitaneou os meios políticos atuais. Essa ideia trouxe ao povo não a conciliação, mas a submissão.

Vivenciamos uma representação política falsa. Há uma forte campanha para que os grupos privados com bases alicerçadas em negociatas, com troca de favores e concessão de cargos ou verbas, dominem as votações atuais, a exemplo da reforma trabalhista ou mesmo da futura reforma previdenciária.

Pergunto: a quem elas agradam? A quem servem? Ao povo ou à iniciativa privada?

Toda essa paranoia política distorce a verdadeira reforma política. Há, sim, propostas elogiáveis, a exemplo do trabalho que vem sendo realizado pelo Deputado Vicente Candido, do PT de São Paulo, na relatoria do projeto da reforma política.

O texto foi elaborado a partir de uma série de reuniões, audiências públicas, seminários e coletas de propostas por meio dos canais de comunicação da Câmara. Todos esses eventos contaram com a participação de Parlamentares, especialistas no assunto, representantes da sociedade civil e demais cidadãos interessados, que, com suas sugestões, muito contribuíram para o aprimoramento do

relatório. Portanto, a Comissão Especial da Reforma Política já dispõe de base sólida para debater e votar a matéria.

A reforma política não apenas tem sido um tema recorrente da agenda desta Casa, como também vem provocando constantes manifestações e cobranças da opinião pública. O relatório do Deputado Vicente Candido aponta para uma nova forma de fazer política no Brasil, com eleições mais baratas, transparentes e íntegras. Além disso, Sr. Presidente, a proposta prevê a atuação de partidos e de candidatos mais programáticos e próximos do eleitor e, sobretudo, de instituições mais atentas aos anseios do povo brasileiro.

Nesse sentido, a reforma proposta assenta-se, num primeiro momento, sobre dois eixos principais: o financiamento público das campanhas e o estabelecimento das listas partidárias fechadas. Eu, pessoalmente, assim como V.Exa., defendo a lista flexível, em que o eleitor vota na lista partidária e, depois, no candidato de sua preferência. O financiamento seria feito com 70% de recursos públicos e 30% de contribuições de eleitores, no limite de um salário mínimo e com a proibição de autofinanciamento. Já a lista fechada valeria para as eleições legislativas de 2018 e 2022.

Sr. Presidente, eu gostaria que todo o teor deste pronunciamento fosse dado como lido, com a devida publicação nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos) - Obrigado, Deputado Luiz Couto. O pedido de V.Exa. será atendido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo, neste momento, falar sobre a reforma política, tema este que vem sendo reformulado há anos, mas uma reforma profunda e democrática, ou mesmo com a efetiva participação popular, ainda não saiu da teoria e muito menos do papel.

A jovem democracia tem anseios pelo Estado Democrático de Direito. Ela clama por uma reforma política profunda com um plebiscito em que a população decida sobre a matéria antes de ser votada no Congresso. Na história, nosso País acolheu vários projetos de lei e propostas de emendas à Constituição para uma reforma política, mas poucas proporcionavam maior correspondência entre a vontade do eleitor ao votar e o resultado final das urnas. Algumas delas davam um parecer autocrático, teocrático ou totalitário.

Desde o golpe revanchista de 2016, este Congresso vive momentos críticos, alguns Parlamentares abraçam a armadilha do autoritarismo perverso e o distúrbio do poder narciso, sociopata e macabro.

A era Eduardo Cunha se instalou de tal forma que parte dos parlamentares se encontra disposta a aprovar os desejos do "deus



mercado" e não da soberania popular ou mesmo da disposição democrática popular.

Estamos vivenciando um momento de regressão. Parte de 2016 e o ano de 2017 entraram em coalisão política. A política de conciliação entre partidos e oligarquias, mas sempre sem o povo, capitaneou os meios políticos atuais. Esta ideia trouxe ao povo não a conciliação, mas a submissão.

Vivenciamos uma representação política falsa. Há uma forte campanha para que os grupos privados com bases alicerçadas em negociatas, com troca de favores e concessão de cargos ou de verbas, dominem as votações atuais, a exemplo da reforma trabalhista ou mesmo a futura reforma previdenciária. Pergunto: a quem elas agradam? Ao povo ou à iniciativa privada?

Toda esta paranoia política distorce a verdadeira reforma política. Há sim propostas elogiáveis, a exemplo do trabalho que vem sendo realizado pelo Deputado Vicente Candido, do PT de São Paulo, na relatoria do projeto de reforma política.

O texto foi elaborado a partir de uma série de reuniões, audiências públicas, seminários e coletas de propostas por meio dos canais de comunicação da Câmara.

Todos esses eventos contaram com a participação de Parlamentares, especialistas no assunto, representantes da sociedade civil e demais cidadãos interessados, que, com suas sugestões, muito contribuíram para o aprimoramento do relatório. Portanto, a Comissão Especial da Reforma Política já dispõe de base sólida para debater e votar a matéria.

A reforma política não apenas tem sido tema recorrente da agenda desta Casa, como também vem provocando constantes manifestações e cobranças da opinião pública.

O relatório do Deputado Vicente Candido aponta para uma nova forma de fazer política no Brasil, com eleições mais baratas, transparentes e íntegras. Além disso, prevê a atuação de partidos e candidatos mais programáticos e próximos do eleitor e, sobretudo, de instituições mais atentas aos anseios do povo brasileiro.

Nesse sentido, a reforma proposta assenta-se, num primeiro momento, sobre dois eixos principais: o financiamento público das campanhas e o estabelecimento das listas partidárias fechadas. Eu defendo a lista flexível, em que o eleitor vota na lista partidária e, depois, no candidato da sua preferência.

O financiamento seria feito com 70% de recursos públicos e 30% de contribuições de eleitores, no limite de um salário mínimo e com proibição de autofinanciamento. Já a lista fechada valeria para as eleições legislativas de 2018 e 2022, que serviriam como fase de transição.

A partir de 2026, passaria a vigorar o sistema distrital misto. Nesse sistema, a metade das vagas seria preenchida por lista fechada, e a

outra metade, por voto direto em candidatos vinculados a distritos eleitorais.

Além desses dois eixos mais importantes, merecem destaque ainda na proposta do Deputado Vicente Candido a extinção das atuais funções de Vice-Presidente, Vice-Governador e Vice-Prefeito; a coincidência das eleições para todos os cargos a partir de 2038; a proibição de reeleição para os cargos de Presidente, Governador e Prefeito, com a extensão desses mandatos para 5 anos, após a fase de transição; e a proibição das coligações partidárias nas eleições proporcionais.

Trata-se, portanto, de um relatório que merece cuidadoso exame dos integrantes da Comissão Especial. Esse exame, entretanto, deve ser feito com a maior celeridade possível, para que ao menos algumas das alterações previstas já tenham condições de serem aplicadas no pleito de 2018.

Espero que assim o sistema político brasileiro se torne mais adequado às expectativas dos eleitores e possa estimular o aperfeiçoamento da democracia em nosso País.

Portanto, finalizo afirmando a necessidade de se fazer uma ampla discursão com a sociedade, em que o povo participe debatendo junto a nós, Parlamentares, de uma reforma ampla, profunda e mais social. Era o que tinha a dizer.

Documento 114/141

112.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	11/05/2017- 15:42
Publ.: DCD - 12/05/2017	VALDIR COLATTO-PMDB -SC	
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Realização de audiência pública para debate do Projeto de Lei nº 6.268, de 2016, sobre a criação da Política Nacional da Fauna. Comprovação, pela CPI da FUNAI e INCRA 2, da existência de irregularidades no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Excelência da gestão administrativa do Presidente Michel Temer.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã nós



tivemos uma audiência pública sobre a política nacional da fauna. Eu sou autor do Projeto de Lei nº 6.268, de 2016. Houve uma discussão profunda, técnica, científica e não ideológica, que mostra que o Brasil não tem uma legislação sobre o controle da fauna. Nós temos, por exemplo, o javali, que destrói lavouras, que traz doenças para os animais domésticos, para as pessoas, e ninguém toma providência, como se o agricultor tivesse que pagar essa conta.

Nós levantamos essa questão, queremos discutir fortemente nesta Casa, tivemos uma discussão profunda com o IBAMA, com o Ministério da Agricultura, com ONGs, com cientistas em universidades e achamos que isso vai ser resolvido.

Eu queria pedir a V.Exa. para registrar nos Anais da Casa e divulgar no programa *A Voz do Brasil* esse material.

Mas também, Sr. Presidente, eu queria dizer que nós estamos, sim, com uma CPI que foi feita ao longo dos meses, do INCRA e da FUNAI, e lá estão, sim, todas as provas dos desvios, dos desmandos, do malfeito das pessoas que não souberam honrar com seu trabalho, com suas posições na área pública, ou seja, na FUNAI e no INCRA.

Ninguém aqui denunciou um indígena porque ele é indígena, mas sim aqueles que foram levados a cometer crimes e que têm que ser responsabilizados. Estão lá as provas para quem quiser ver. As pessoas não leem as 1.500 páginas que estão lá e ficam fazendo um discurso fácil.

Quero dizer que nós não somos daqueles que ficamos criticando. Quando existe um erro, nós reconhecemos e até penalizamos os próprios colegas do partido. Agora, quando erra alguém de um partido, não se pode ficar defendendo descaradamente, mentindo para a população brasileira. Isso é complicado. Pode mentir para os outros, mas nós estamos aqui no dia a dia e sabemos quem está falando verdade, quem está falando mentira, como as pessoas se comportam, os problemas que tem na Justiça, fora da Justiça, nós sabemos tudo. Então não adianta ficar aqui querendo vender uma imagem que não existe.

Também quero dizer que esse Governo do Michel Temer não é um Governo de destruir, de não deixar fazer nada.

Se fosse deixar esse pessoal no Brasil novamente, Deus me livre! O que seria do Brasil hoje se Dilma fosse Presidente da República? O que seria?

Só quero colocar aqui rapidamente - não vai dar tempo, porque, se eu tivesse tempo, ficaria aqui acho que por 1 hora colocando o que foi feito pelo Presidente Michel Temer. O Governo atual é que realmente vai alavancar este País, que vai gerar emprego, que vai produzir, que é o que nós precisamos. Eu queria só relacionar algumas coisas aqui que já foram feitas em 8 meses, 9 meses, quem sabe, apesar daqueles que trabalham contra e não deixam as coisas andarem.

Aqui nesta Casa, muitos projetos bons estão para ser votados, e a



Oposição não os deixa serem votados, usando todas as manobras para isso. Há algumas medidas provisórias que vêm atender o Brasil - como, por exemplo, a Medida Provisória nº 759, que vai fazer a regularização fundiária urbana e rural, o maior projeto deste País, que tem 80% de suas áreas irregulares, tanto no campo como na cidade -, e nós não conseguimos andar.

Sr. Presidente, só para enumerar, o Presidente Temer resolveu: teto dos gastos; terceirização; repatriação de 57 bilhões de reais; lei da educação; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com 30 bilhões de reais distribuídos aos trabalhadores brasileiros; reforma trabalhista; reforma da Previdência; MP 759, de regularização fundiária; renegociação das dívidas dos Estados, que nós acabamos de votar ontem; 4.500 cargos extintos; 6 Ministérios extintos; nós estamos dando o título para 750 mil agricultores de assentamentos rurais - em 13 anos, praticamente ninguém teve esse título, e inclusive a CPI vai mostrar isso.

Nós temos uma nova política indígena, sim. Nós vamos atender o índio e não as ONGs e aqueles que estão mamando nas tetas da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, escravizando os índios neste País. O nosso Ministro Osmar Serraglio vai fazer uma política indígena para o Brasil, para os indígenas, para que eles se tornem cidadãos e não fiquem escravos daqueles que acham que índio tem que viver em um grande zoológico humano.

Agora, os conflitos, sim, nós herdamos muita coisa. Herdamos dívida, corrupção, Previdência falida e outras coisas que eu poderia enumerar aqui, Presidente Mauro Pereira.

Então, não fiquem nessa cantilena de que está tudo errado e que o Brasil acabou. O Brasil está indo para os trilhos, a economia está andando, o emprego vem aí, embora muitos não queiram, torcendo pelo quanto pior, melhor e idolatrando pessoas que não assumem sua responsabilidade, sua culpa, e jogam-na até para os mortos, para as mulheres.

Este Brasil, graças a Deus, está mudando. O Michel Temer está fazendo um trabalho. Deixem-no trabalhar, que, com certeza, no ano que vem, a economia vai andar, o emprego vai andar. É isso que o Brasil quer, e não o discurso vazio daqueles que nada fizeram. Em 13 anos, eles não pagaram a dívida, não mexeram com banco, não mexeram com ninguém, e agora ficam reclamando que nós não estamos fazendo.

A herança é maldita, mas nós vamos sair por cima dela e, com certeza, vamos colocar o Brasil nos trilhos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Muito obrigado, Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina.

Projeto de Lei 6268/2016

Dispõe sobre a Política Nacional de Fauna e dá outras providências

Autor: Deputado Federal Valdir Colatto (PMDB-SC)

Argumentos e contra argumentos

Primeiramente...

Um projeto de lei que tenta estabelecer uma política nacional de fauna baseada no manejo sustentável desse recurso não pode ser tratado como uma "lei de caça" apenas porque o projeto não foi lido ou não foi bem interpretado. Nem porque um grupo tenha, na realidade, como único objetivo se opor a caça esportiva, que é tão só um dos aspectos que este projeto pretende legislar a respeito.

O projeto de lei que se discute não é perfeito e, sem dúvida, deve ser discutido e pode ser melhorado. Mas, a discussão deve ser enquadrada em fatos e na verdade e não apenas em opiniões sem base, em sentimentos e, menos ainda, em preconceitos.

Ainda em fase de tramitação na Câmara dos Deputados, o PL pode passar por modificações e é de extrema importância que aqueles que tenham contribuições, se manifestem, enviem suas sugestões, por meio de seus parlamentares.

Na Comissão de Meio Ambiente, o prazo para apresentação de emendas já encerrou (sem que houvessem emendas), mas o relator pode fazer alterações no texto. O projeto poderá ainda ser emendado na CCJ e no plenário da Câmara dos Deputados.

Finalmente, é fundamental levar em conta que estar a favor de debater um projeto de lei não implica estar a favor ou contra o objeto do projeto, neste caso o manejo da fauna o que, como visto, alguns confundem com a caça. Ou seja, tanto aqueles a favor da caça como os que estão em contra devem participar séria e democraticamente da sua discussão.

Argumento contrário - A proposição abre caminho para a liberação da caça de fauna silvestre em escala nacional, sem dúvida comprometendo os esforços que o Brasil vem desempenhando para a conservação da biodiversidade, em sintonia com a legislação nacional e com acordos internacionais como a própria Convenção da Diversidade Biológica das Nações Unidas

Resposta: Em primeiro, é suficiente ler o Projeto de Lei para ver que não abre caminho à liberação da caça. Apenas a enquadra numa política e a regulamenta. E mais, a proposta não trata apenas da caça, mas do manejo da fauna selvagem ou silvestre.

Em segundo lugar, não há relação negativa entre a proposta, os esforços do Brasil para conservar a sua biodiversidade e, em especial, seus compromissos internacionais, caso contrário os outros quase 180 países signatários da convenção da Diversidade Biológica e de outros acordos que protegem a fauna e a flora os estariam contrariando, pois



quase toda a caça, inclusive a tão desprezada caça esportiva, não tão somente é permitida, mas promovida pelos governos.

A caça e a caça esportiva ocorrem, conforme a lei, tanto nos países mais desenvolvidos e cuidadosos com o ambiente como os nórdicos (Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca) como em outros onde se pode discutir a seriedade ambiental (Rússia, China). Também na maior parte dos países africanos, especialmente na África do Sul, Zimbábwe, Zâmbia, Tanzânia, Moçambique, etc. A caça esportiva ocorre obviamente nos EUA, Canadá e México. Também na Austrália e Nova Zelândia, e até no Japão. Caça-se na França, Alemanha, Espanha, Portugal, Itália, Reino Unido, etc., etc. Na Ásia, só a superpovoada Índia proibiu a caça. Esses países são signatários da convenção de Biodiversidade e de outros tratados internacionais protegendo a natureza, e nenhum deles achou que devia proibir a caça, nem sequer a caça esportiva.

Neste ponto, é importante enfatizar, o Brasil é um dos pouquíssimos países do mundo que, na prática, inviabiliza a caça formal e que, pelo contrário, da plena liberdade à caça de subsistência e, que, assim mesmo, não consegue controlar as mais diversas modalidades ilegais de caça comercial. Na América Latina, o único país que proibiu formalmente toda forma de caça é a pequena Costa Rica. A caça esportiva é permitida, e dá muito lucro, na Argentina e é legal no Chile, Uruguai, Peru, Paraguai, Bolívia e outros. A exceção brasileira só é acompanhada por Venezuela e Equador e, em certa medida, pela Colômbia.

Então, por que no caso do Brasil, ao contrário do resto do mundo, uma lei que determina uma política nacional e que regulariza melhor a caça em geral, comprometeria os seus esforços por conservar a sua biodiversidade, ou não estaria em sintonia com os acordos internacionais?

"O manejo da fauna é uma coisa e a caça é outra. A caça, aplicada como parte do manejo, é apenas uma das técnicas de manejo dentre centenas"

Argumento contrário - No Brasil, um dos países mais ricos em formas de vida no planeta, são registrados a cada ano inúmeros casos de caça ilegal de animais silvestres, inclusive dentro de Unidades de Conservação de Proteção Integral. Lembremos o caso da pecuarista Beatriz Rondon, proprietária da Fazenda Santa Sofia, considerada uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e que faz parte da Associação de Proprietários de Reservas Particulares de Mato Grosso do Sul (REPAMS). Nessa propriedade ocorriam safáris de caça às onças-pintadas. Esse lamentável fato, por si só, já coloca em risco o equilíbrio de nossos ecossistemas, um patrimônio de todos os brasileiros e recurso estratégico para um futuro mais sustentável e seguro.

Resposta - É verdade que a caça de animais silvestres alcança um



volume anual enorme no Brasil. A maior parte da matança de animais silvestres é praticada por índios, caboclos, quilombolas, camponeses, madeireiros e garimpeiros e é oficialmente amparada como "caça de subsistência" e, grande parte do produto dessa modalidade de caça é comercializada localmente. Outra parte da caça praticada por esses mesmos segmentos da sociedade é de tipo comercial e abertamente ilegal, especialmente para venda de animais silvestres vivos, alimentando o tráfico internacional. A fração da caça denominada esportiva é ilegal e proporcionalmente mínima, devido às restrições regimentárias e a oposição muito ativa de alguns segmentos da sociedade. Recentemente, certa forma de caça esportiva está associada ou dissimulada através da caça de fim "sanitário", como no caso do javali.

O caso da caçada esportiva de onças no Pantanal, apesar de ser lamentável pelo fato de ter violado regras vigentes, mostra um caminho certo para melhorar a conservação de áreas naturais como as que se preservam nas reservas particulares (RPPNs) e, em geral, nas áreas de preservação permanente (APPs), aumentando sua rentabilidade econômica direta. O manejo das populações de fauna silvestre permite, precisamente, dispor de exemplares para caça esportiva e para ecoturismo, na mesma área, sem prejudicar a população nem a pirâmide alimentar do ecossistema. Embora a população de onças ao nível nacional seja reduzida, em partes do Pantanal e em outros locais está artificialmente aumentada pela disponibilidade de gado para a sua alimentação. Os pecuaristas, proibidos de caçar envenenam anualmente números elevados de onças-pintadas e pardas. Todos que demonizam o caso dessa fazenda simplesmente desconsideram o fato dela ser responsável por determinar a conservação de centenas de milhares de hectares com recursos próprios.

A conclusão no texto comentado de que a caça de onças, no contexto descrito, "já coloca em risco o equilíbrio de nossos ecossistemas" é simplesmente ridícula. Primeiro, porque isso aconteceu apenas num local do extenso Pantanal ... o que não implica risco para os ecossistemas e; logo, porque os proprietários de fazendas ou RPPNs com animais de interesse cinegético, bem seja para o turismo ou para a caça esportiva, são os mais interessados em não eliminá-los, já que dão lucro. Nisso, o manejo de populações de animais selvagens não é tão diferente do manejo do gado por qualquer fazendeiro.

Argumento contrário - A caça de animais silvestres é proibida no país há 50 anos, medida amparada em leis como as de Proteção à Fauna (Lei 5.197/1967) e de Crimes Ambientais (Lei 9605/1998). No Rio Grande do Sul, amparada por regulamentação estadual (Lei nº 10.056, de 10/06/1994) a atividade ocorreu até o ano de 2005, quando foi interrompida pela primeira de uma série de decisões judiciais, até sua definitiva proibição pelo STF em 2008. Embora as temporadas de caça no Rio Grande do Sul fossem precedidas de estudos com o objetivo de



comprovar sua sustentabilidade e anualmente apresentados em Audiência Pública, estes esforços foram considerados insuficientes pela Justiça brasileira.

Resposta - Não é completamente verdade que a caça "de animais silvestres" esteja proibida no Brasil há 50 anos. Durante esse período, o exercício do manejo de fauna e da caça, que é uma das suas técnicas, é previsto e o poder público é em grande medida omissivo ao não implantá-lo devidamente. Ademais, a sua prática para alimentação é permitida pela mesma lei, e extensamente praticada, como já explicado. Também está permitida e se pratica legalmente a caça com fins sanitários, caso do javali. A caça esportiva não está realmente proibida. A verdade é que está drasticamente obstaculizada mediante dispositivos legais inferiores ou mediante medidas administrativas federais e estaduais. A única modalidade de caça que está terminantemente proibida é a caça comercial.

Assim como a quase totalidade das condutas previstas como crime ambiental na respectiva legislação, a caça não se refere a práticas proibidas, mas sim a práticas que são proibidas quando em desacordo com autorização concedida ou sem esta autorização.

Argumento contrário - Na prática, a caça de animais silvestres nunca cessou no Brasil e é considerada um dos principais fatores da redução de populações e da extinção de espécies ameaçadas, pela extensão do país e inviabilidade de uma fiscalização adequada. Desde 2013, está liberada a "caça controlada" do chamado Javali, espécie invasora que tem se alastrado e provocado sérios impactos ambientais e econômicos, já com registros em 13 estados.

Resposta - A caça é, com efeito, uma causa importante da redução das populações animais silvestres, principalmente quando contraria períodos de defeso e orientações técnicas de manejo, exatamente da forma que acontece pelo fato de não ser devidamente regulamentada. Mas, a caça é muito menos importante do que a destruição de habitats para expansão da agricultura e a pecuária.

De outra parte, a responsabilidade principal pela diminuição das populações da fauna e da sua eventual extinção é, precisamente, da caça de subsistência, que representa possivelmente 90% das mortes por caça e captura de animais silvestres no Brasil. A caça comercial, que é ilegal, é uma causa especialmente incidente na diminuição das populações de animais valiosos em perigo de extinção e, por isso, é a mais perigosa. Não existe evidência nenhuma que a caça esportiva (legal ou ilegal) seja causa de extinções no Brasil, nem sequer no caso de animais ameaçados.

Argumento contrário: O Projeto de Lei 6.268/2016 anula a Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197/1967) e retira da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) o poder de ampliar penas de detenção e multas por matar, perseguir, caçar, apanhar ou utilizar animais sem licença, se isso acontecer durante expedições de caça. Trata-se de



mais um possível enorme retrocesso para as normativas ambientais nacionais.

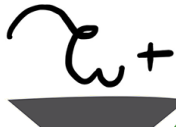
Resposta: O projeto de Lei 6.268/2016, embora aperfeiçoável, não implica nenhum retrocesso na legislação que protege a fauna. Bem ao contrário, estipula uma série de medidas de manejo que, hoje, não existem ou não estão bem definidas.

Argumento contrário: Manejo através da caça - O manejo através da caça é a erradicação de animais de uma ou mais espécies, geralmente exóticos ou com excesso populacional, para eliminar animais considerados nocivos ou perigosos, que possam causar prejuízos econômicos ou à flora e fauna do país, ou para se evitar a propagação de doenças. Método praticado com regras e controles por parte de equipes técnicas designadas pelo Governo e órgãos ambientais responsáveis.

Resposta: A definição de "manejo através da caça" é absurda. Longe de um propósito construtivo para o debate da lei. Em primeiro, não existe "manejo através da caça". O manejo da fauna é uma coisa e a caça é outra. A caça, aplicada como parte do manejo, é apenas uma das técnicas de manejo dentre centenas, que incluem modificações no habitat (variar a composição vegetal, oferecer fontes de água, providenciar sal ou outros nutrientes, providenciar nichos para nidificação, etc.), alterações nas populações de outros animais que interagem com a espécie objeto do manejo (por exemplo, redução da população de depredadores ou competidores), suplementos alimentares diretos, controle de parasitas e enfermidades, reintrodução de espécies ou de espécimes, medidas educativas na população local, etc., etc. Deve-se levar em conta, que o manejo da fauna use técnicas para repovoar áreas nas quais se extinguiu a fauna nativa e reconstituir populações de animais em risco de extinção. O manejo da fauna não é só para enquadrar as diversas formas de caça.

Além disso, o manejo da fauna e a caça, seja qual for esta última, quase nunca tem por finalidade a "erradicação de animais de uma ou mais espécies". Excetuando o caso de pragas, como o javali, nenhum caçador, nem o mais bruto e malvado, pretende ficar sem animais para caçar no futuro. Nem isso seria o caso do javali, que existe como espécie silvestre nativa em seus biomas de origem. O que acontece é que, precisamente por falta de manejo, a extinção pode ocorrer.

Já que o problema principal parece ser a caça esportiva, vale lembrar que uma das aplicações da caça esportiva como técnica de manejo de fauna é garantir que o usufruto de determinados indivíduos de algumas populações animais seja uma alternativa econômica para habitantes de grandes áreas naturais ou rurais, sejam estas terras indígenas ou propriedades privadas. Falando em termos simples, por exemplo, um grande fazendeiro dono de milhares de hectares de cerrado nativo quer fazer manejo de perdizes em sua grande propriedade (o que geraria renda e manteria seu cerrado sem desmatar, protegendo não



só o habitat nativo, mais todas as outras espécies de fauna de diferentes ali existentes) não poderá fazê-lo baseado no contexto legal vigente. Mas, se este mesmo proprietário quiser desmatar 80% desse cerrado destruindo todo o habitat com todos os seres vivos ali existentes, podera proceder sem problema. Essa é classe de absurdos que uma nova política de manejo da fauna poderia evitar.

Argumento contrário: Fatos são que a caça não é necessária para controle populacional de espécies silvestres brasileiras e que se compõe, na verdade, de simples deleite para caçadores - verdadeira expressão do prazer pelo abate ou para tráfico de material biológico. A condução de tema de tamanha relevância para a biodiversidade nacional por expoentes da Bancada Ruralista, já responsável por inúmeros retrocessos em nosso arcabouço legal socioambiental, sem dúvida não permitirá um debate amplo e democrático e com saldo positivo à conservação.

Resposta: A afirmação "a caça não é necessária para controle populacional de espécies silvestres brasileiras" é errada. A caça, como parte do manejo é, sem dúvida, na maior parte dos casos, indispensável ou a melhor opção técnica, social e econômica para controlar populações que excedem os números que o ecossistema suporta ou, como o diz a definição de manejo, para atender as necessidades da população humana. Como poderiam se alimentar índios, caboclos, quilombolas e outros que praticam caça de subsistência sem caçar? Mas, a caça também pode servir ao proposito de garantir benefícios diretos para os que conservam habitats naturais, utilizando-se a fauna cinegética como recurso para tanto. Por isso existem reservas de fauna e caça em muitos países. Apenas a Selous Game Reserve (Tanzânia) possui uma área conservada do tamanho de metade do Estado do Paraná. Lá, como na reserva de caça El Angolo (Peru) e em milhares de outras localidades, o objetivo do manejo e o uso sustentado dos recursos de fauna. Aqui no Brasil existe a Reserva de Mamirauá como exemplo de uso conservacionista de recursos de fauna para garantir à conservação de grandes áreas e prover benefícios à população residente.

A segunda afirmação "para simples deleite para caçadores - verdadeira expressão do prazer pelo abate" é malévola. Como dito, a maior parte dos animais silvestres que são mortos a cada ano no Brasil servem para alimentar ou para dar (ilegalmente) algum dinheiro adicional ao segmento mais pobre da população rural brasileira. Acaso os índios, caboclos e outros matam por "simples deleite" o como "verdadeira expressão de prazer"? Supõe-se que caçam por necessidade. O animal morto ou preso em armadilhas por índios e caboclos não sofre tanto quanto qualquer outro animal silvestre abatido? Então, como fica a argumentação?

Um dos defeitos do projeto analisado é, precisamente, não se aprofundar suficientemente no tema das condições para o exercício da



caça de subsistência, que é a principal no Brasil. Discussões recentes reportadas no mesmo ((o))eco falam desses problemas precisamente no caso das áreas protegidas de uso sustentável e da Reserva de Mamirauá acima mencionada.

Tem mais, no mundo todo, seja escrita ou costume, o caçador, especialmente o esportivo, não deve desperdiçar os restos de suas presas. Em geral, os consome no meio familiar ou de suas amizades. Argumento contrário: Se o PL for aprovado, receberá aplausos vigorosos da indústria brasileira de armas e munições e de suas congêneres, que ampliarão seu "mercado de morte". Este projeto não é só contra o meio ambiente. E contra a paz e será incentivo direto para liberação do uso de armas no país, além de contribuir para a cultura da crueldade e violência.

As crianças que aprendem a amar os animais serão estimuladas a matá-los, como acontece nos EUA. Boa parte das mortes que lá acontecem, incluindo de crianças, são resultantes da fácil aquisição de armas para caça.

Resposta: É possível que a caça esportiva aumente o número de armas em circulação específicas para a prática. Armas para a caça de subsistência estão disponíveis sem problema em toda a Amazônia. Em compensação, a economia local e regional melhorará onde seja facilitada a caça esportiva bem manejada e controlada, como propõe o projeto de lei. A afirmação de que os meninos norte-americanos são estimulados a matar animais silvestres porque os pais são caçadores não está sustentada por nenhuma prova. É pura especulação. Bem ao contrário, tudo indica que os jovens daquele país aprendem desde cedo o valor da vida dos animais e a necessidade de respeitar as leis de caça.

Argumento contrário - O projeto de lei 'da caça' prevê que animais ameaçados de extinção possam ser caçados.

Resposta - As espécies da fauna silvestre brasileira ameaçadas de extinção são mencionadas em 4 artigos do projeto de lei proposto. Nesses artigos fica claro que as espécies só podem ser manejadas para fins científicos ou conservacionistas (Art 7. § 3º), que cabe ao poder público a proposição e adoção de medidas para proteção da fauna (Art. 13.), obriga empreendedores a financiar ações, projetos de pesquisa ou planos de manejo de fauna (Art. 14.) e que as pesquisas que envolvem essas espécies tem que ser autorizadas pelo órgão ambiental competente mediante apresentação de projeto de pesquisa com detalhamento específico para estas espécies (Art. 26.)

Art 7. § 3º Espécies da fauna silvestre brasileira ameaçadas de extinção só podem ser manejadas para fins científicos ou conservacionistas.

Art. 13. Cabe ao poder público federal, estadual e municipal, em conjunto com a sociedade civil, a proposição e a adoção de medidas, bem como o desenvolvimento de ações, projetos de pesquisa ou



planos de manejo de fauna que visem a proteção da fauna considerada ameaçada de extinção, bem como de seus sítios de reprodução, locais de abrigo e ambientes particulares necessários à sobrevivência de qualquer espécie pertencente a qualquer uma das categorias de ameaça.

Parágrafo único. Os programas de proteção das espécies ameaçadas de extinção dependem de autorização do órgão ambiental competente.

Art. 14. Quando ocorrerem, em áreas de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental, espécies que constem nas listas oficiais de fauna silvestre ameaçada de extinção, ficam os empreendedores obrigados a financiar ações, projetos de pesquisa ou planos de manejo de fauna, de acordo com critérios estabelecidos e regulamentados pelo órgão ambiental competente visando a conservação dessas espécies.

Art. 26. Pesquisas que envolvam espécies que constem nas listas oficiais da fauna silvestre brasileira ameaçada de extinção serão autorizadas pelo órgão ambiental competente mediante apresentação de projeto de pesquisa com detalhamento específico para estas espécies.

Argumento contrário - O deputado federal Valdir Colatto é autor do PDC 427/2016 que susta a Portaria 444/2014, que reconhece "como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção".

Resposta - A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, ao fixar normas para a cooperação entre os entes da Federação nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativa à proteção ambiental, atribuiu à União a ação de elaborar a relação de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção e de espécies sobre-explotadas no território nacional (art. 7º, XVI). Ocorre que, ao editar a Portaria nº 444, de 2014, que reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção". A referida portaria exorbitou do seu poder regulamentar atribuído ao Poder Executivo, ao impor deveres e restrições não previstos em lei e por meio de ato infralegal, isso não significa que a lista em anexo deixa de existir, pois, o próprio MMA pode hoje mesmo editar uma nova portaria com a mesma listagem, ampliando ou diminuindo.

A caça e o manejo de espécies

O Brasil rural inteiro caça. É uma prática cultural e profundamente arraigada. Se alguém duvida disso, basta conviver um pouco mais com comunidades rurais, quilombolas, assentamentos agrícolas, comunidades indígenas, a diuturna lida de funcionários e gestores de unidades de conservação (UC), ou com pessoas de pequenas, médias e



grandes cidades que têm parentes ou propriedades no meio rural. O canal na internet YouTube também está repleto de vídeos de caçadas no Brasil. Quem nega essa realidade está totalmente desconectado da vida dos cerca de 30 milhões de brasileiros que vivem fora das cidades e de tantos que transitam entre áreas rurais e urbanas. O Brasil rural inteiro caça, mas que caça errado. Aqui, pratica-se, na maioria das vezes, a caça predatória, sem embasamento científico e sem os necessários cursos de educação dos caçadores. A caça regulamentada, cientificamente embasada, não existe hoje no país. Aqui a palavra 'caça' serve tanto para poaching (caça predatória) como para hunting (caça regulamentada). A primeira é insustentável e predatória. A segunda é sustentável geradora de empregos, riquezas e grande conservadora do habitat para espécies caçadas e não caçadas. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) reconhece a caça espore regulamentada como um sistema de conservação de espécies e habitats. Também a reconhece como forma de controle de algumas espécies que, sem o abate, se tornariam pragas ou causadoras de acidentes. Além disso, reconhece a prática da caça como geradora de empregos e riqueza.

Países mais desenvolvidos, e onde o nível socioeconômico é muito mais alto do que o do Brasil, têm a caça de várias espécies regulamentada: África do Sul, Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Namíbia, Portugal e Turquia, para citar alguns. Na América do Sul, países como Argentina, Chile, Guiana e Uruguai têm a caça há décadas. O Peru o fez em 2015.

EXEMPLOS E CONTRAEXEMPLOS

A caça pode recuperar populações de espécies localmente extintas. Um exemplo marcante é aquele do peru (Melleagris gallopavo), nativo da América do Norte e extinto no estado de Wisconsin (EUA) nos anos 1930. Apenas em 1976 pesquisadores, caçadores, técnicos do Departamento de Recursos Naturais do estado e proprietários rurais conseguiram a reintrodução de 45 aves. Protegidas, pesquisadas e com o habitat devidamente protegido e permitindo sua caça no futuro, os perus somam hoje cerca de 1,2 milhão de indivíduos, com sua caça permitida anualmente.

Recuperação semelhante ocorreu com muitas espécies de patos, marrecos e gansos por meio de programas como o Duck Stamp (selo do pato), vigente até hoje, cujos recursos são integralmente investidos em pesquisa e manejo das populações e habitats. Não fosse o interesse dos caçadores e a visão de parte da fauna como recurso natural renovável, nesses programas teria ido adiante, e a fauna norte-americana estaria tão degradada quanto a nossa.

Contrastando com o caso dos pessegos de Wisconsin temos um emblemático mau exemplo no Brasil. Após uma década de estudos por



universidades paulistas, com apoio financeiro de órgãos públicos e da Associação Brasileira de Caça, o oeste do estado de São Paulo estava mapeado para o início da primeira temporada de caça regulamentada. A perdiz, ou perdigão (*Rynchotus rufescens*), era uma das espécies a serem exploradas. O embasamento para a experiência foi publicado em 1985 no livro *Caça e conservação*, editado por aquela associação. Mesmo apoiada em dados técnicos, em 1989 a Constituição do Estado de São Paulo foi taxativa em seu artigo 204: "Fica proibida a caça, sob qualquer pretexto, em todos o estado".

Com a caça regulamentada, milhares de hectares de cerrado poderiam ter sido mantidos para o manejo da fauna cinegética (espécies da fauna que são comumente caçadas, com ou sem ajuda de cães).

Como consequência, populações maiores de outras espécies de aves, plantas e do tipo de organismo associado ao cerrado seriam mantidas, além dos vários serviços ambientais. Enquanto os preservacionistas (alguns de última hora, incluindo muitos políticos sem base técnica) comemoravam aparente vitória "para desfazer a natureza", os cerrados paulistanos foram sendo devastados pela soja e cana-de-açúcar.

Resultado: a perdiz está hoje na categoria 'vulnerável', listada como ameaçada de extinção no estado de São Paulo. O mesmo deve ter ocorrido com outras espécies do cerrado paulista e pode estar ocorrendo, de forma silenciosa, com muitas espécies em vários estados do país.

No Brasil, único estado que tinha a caça regulamentada era o Rio Grande do Sul, proibida após recente embate jurídico movido por associações protetoras dos animais. Tal proibição somente foi possível devido ao limbo jurídico da nossa Constituição Federal. Com isso, caçadores brasileiros que caçavam de forma correta naquele estado têm ido caçar na Argentina e no Uruguai, deixando lá milhares de reais que poderiam ser gastos aqui, fomentando pesquisa e Conservação de habitats, gerando empregos e fortalecendo nossa economia.

CONFORTO APARENTE

O poder público vive em aparente conforto por sua inércia ao não regulamentar a caça esportiva em vários estados, conforme prevê a legislação federal brasileira, ou mesmo ao proibi-la, como em Mato Grosso, Pernambuco e São Paulo. Apesar disso, como já dito, o Brasil rural inteiro caça - mas caça errado e de forma predatória. O principal motivo disso é a não-regulamentação, que impede que agrônomos, biólogos, engenheiros florestais, veterinários, zootecnistas uma massa crítica razoável de mestres e doutores em ecologia e áreas afins, e universidades atuem profissionalmente para contribuir com a questão, melhorando nosso sistema de conservação e adotando o uso sustentável de recursos naturais para girar mais a economia do país.



É ilusão pensar que conservação se faz apenas com unidades de conservação e legislações punitivas, restritivas e sem estímulo aos proários rurais, alijando-os do mede conservação e colocancomo expectadores que apecumprem ordens. Detentores da maioria das terras mais produtivas do país, eles têm a possibilidade de contribuir muito para a manutenção e recuperação de populações de muitas espécies no Brasil - sejam as 'caçáveis', por interesse óbvio na proteína animal e o contato com a natureza, sejam os milhares de oupor se beneficiarem indiretada manutenção de hábitats nativos. Negar isso, é negar o comundial sobre os benefícios da caça regulamentada como instrumento conservacionista e jopara o Estado toda a responsada conservação no país. Uma receita fadada ao fracasso, como temos visto.

Praticamente sem outra possibide usarem suas terras além da agricultura, a pecuária e a silvicom espécies exóticas, prorurais têm pouco interesse, por livre e espontânea vontade, em deixar parte de suas propriedades para a fauna silvestre. A exceção são os que criam Reservas Paticulares de Patrimônio Natural (RPPN), um luxo para a maioria dos que realvivem do fruto de suas terras.

O Brasil tem milhões de hectade solos degradados, rios more, atualmente, milhões de jovens desempregados, situação semelhante à vivida pelos Estados Unidos no auge da Grande Depressão (1929). A solução encontrada pelo governo Franklin Delano Roopara aliviar tantos problemas foi a criação dos Civilian ConserCorps (CCC's), programa de empregos que funcionou de 1933 a 1942. Orientados por técnicos e professores de universidades, agências federais e estaduais de meio ambiente, e sobre a coordenação do Exército, jovens de todo país recebiam salário mensal para recuperarem propriedades, florestas, solos, ribeirões e córregos degradados e para contribuírem a magnífica infraestrutura até hoje existente nas unidades de conservação norte-americanas. A recuperação dos hábitats visava também a recuperação da fauna para uso como recurso natural renovável, liderado inicialmente por Aldo Leopold (1887-1948), um dos grandes nomes da conservação e preservação da natureza. Funcionou. Na atual crise porque passa o país, talvez estejamos no momento certo para repetir uma das experiências mais bem-sucedidas da conservação no mundo.

Muito estrago e risco de aftosa

Espécie exótica, que está causando graves danos às lavouras, javali pode transmitir o vírus da doença e exige controle, regulamentado pelo Ibama.

Renato Villela

Ano após ano, o Brasil tem caminhado rumo à erradicação da febre aftosa em todo o território nacional. Graças aos avanços sucessivos nas árelivres da doença, resta apenas uma barreira a ser vencia



Região Norte. O Amapá carrega o incômodo status de alto risco; Roraima e Amazonas, além de duas zonas de proteção no Pará, ainda patinam na classificação de médio risco, segundo critérios da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Mas nem isso deve impedir o País de alcançar, em breve, o título de "livre de aftosa". Enquanto se comemoram os recordes de vacinação e a melhoria na fiscalização do trânsito animal nas fronteiras (fatores que contribuíram para o controle da doença), uma disameação vem de fora da cadeia produtiva e começa a chamar a atenção no setor: o crescimento desenfreado da população de javalis nos campos e reservas do País. Manadas selvagens são frequentemente avistadas em 472 municípios brasileiros, incluindo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pará, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia e Acre. O javali (*Sus scrofa*) é uma espécie suscetível aos vírus da febre aftosa e da peste suína clássica, portanto pode transmiti-los para bovinos e suínos comerciais. "Tudo depende da densidade populacional dos javalis e da sua proximidade com animais de produção", afirma o professor Paulo Eduardo Brandão, do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal da Universidade de São Paulo (USP). Embora seja pouco factível imaginar um bovino muito próximo a um javali a ponto de propiciar uma transmissão por contato direto, é importante lembrar que a contaminação pode se dar por meio de aerossóis (gotículas ou partículas suspensas). "O vírus pode viajar até 300 km pelo ar", informa Brandão. Para o professor, a probabilidade de eventual transmissão existe, mas é baixa, em razão do programa de combate à doença adotado no Brasil. "Talvez esse risco seja maior em Estados na fronteira com países onde o controle de vacinação e trânsito animal seja tão eficiente." Por isso, é importante estar alerta, embora estudos epidemiológicos confirmem não haver circulação do vírus da aftosa no País.

Fora de controle

Espécie de origem europeia, o javali chegou ao Brasil de duas formas: "a pé", cruzando tranquilamente as fronteiras do País com o Uruguai e a Argentina, e por meio da importação de exemplares a partir da década de 1970. As dificuldades na criação do bicho, como a exigência de cerca dupla, por exemplo, fizeram com que muitos produtores desistissem do negócio. Com a perda de interesse de seus antigos donos, os javalis foram sendo soltos deliberadamente na natureza. Outros fugiram de criatórios que não tinham a mínima condição de mantê-los em cativeiro. O resultado é que esses animais se asselvajaram e começaram a se multiplicar. Percebendo o tamanho da ameaça, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tratou de proibir, a partir do início dos anos 1990, a instalação de novos criatórios de javali no Brasil, assim como instituir regras mais rígidas para os já existentes.

O estrago, no entanto, já estava feito. Soltos, os javalis iniciaram uma



espécie de processo de hibridização suí(entre espécies diferentes do mesmo gênero). Fortes e destemidos, eles rompem ou escalam cercas para cobrir matrizes de suínos domésticos, dando origem ao popu"javaporco". O acasalamento para formação do híbritambém é feito intencionalmente nas fazendas, muitas vezes por produtores e funcionários, que veem nesse cruuma estratégia para aumentar o número de porem seus cercados, uma vez que as matrizes suínas doésticas são bastante prolíficas, por causa dos constantes avanços em seleção e melhoramento genético. Por essa razão, a denominação "porco selvagem", como muitos preferem, talvez espelhe melhor a realidade que se encontra hoje no campo. Seja a espécie pura ou a hío fato é que os nascimentos não param. Uma fêmea produz de duas a três "ninhadas" por ano e é comum avistá-la na companhia de até dez filhotes. Os machos podem atingir peso considerável (300 kg) e avançar sobre pessoas, exigindo cuidado extra com a segurança dos trabalhadores.

Além de agressivos, os javalis têm apetite voraz e alta capacidade de adaptação, o que favoreceu sua proliferação. Comem tudo que encontram pela frente, desde peaves, como codornas, perdizes e nhambus, até filhotes de herbívoros (veados) e mesmo bezerros. Também representam uma ameaça para nascentes e matas nativas, porque reviram todo o sub-bosque (vegetação rasteira que cresce sob o dossel das árvores), comprometendo a renovação da própria floresta. Entretanto, é na agricultura que o alarme soa mais alto. O bicho aparenta predileção por culturas graníferas, especialmente o milho. Quando a culainda está pequena, a manada cava buracos junto às plantas em busca do adubo de plantio, que contém sódio (sal). Depois que a lavoura cresce, se abriga dentro do mie captura as espigas, geralmente comendo apenas suas pontas. Os prejuízos decorrentes desses ataques são enormes, variando de 30% a 60% da área plantada.

O produtor Edson Borges de Oliveira, de Paracatu, no noroeste mineiro, sentiu no bolso os danos causados pelos javalis, que podem ser classificados como praga. Em apenas uma noite, eles devoraram 8,4 de 60 hectade milho. Fiz questão de medir a área atacada com o GPS para apresentar relatório à Monsanto", explica o produtor, que arrenda terras para a multinacional plansementes de milho, mas já está desistindo do negó"Vou trabalhar com soja, feijão ou sorgo. Milho não planto mais", garante. Mesmo fazendo o controle do javali, Oliveira arcou, neste ano, com R\$ 28.000 de prejuízo nas lavouras abocanhadas pelo bicho. "Não posso mais perder tanto dinheiro."

Caça regulamentada

Acuado diante do problema, o Ibania decidiu mais uma vez agir. Há três anos, o órgão emitiu a Instrução Normativa N° 3/2013, na qual declara a nocividade da espécie, reconhecendo a gravidade da situação do javali. "O animal é classificado pela União Internade



Conservação da Natureza com uma das 100 piores espécies exóticas invasoras no mundo. Sua agressividade e facilidade de adaptação são características que, associadas à reprodução descontrolada e à ausência de predadores naturais resultam em uma série de impactos ambientais socioeconômicos, principalmente para agricultores", diz o Ibama. A normativa, em seu segundo parágrafo, autoriza o controle populacional do javali (abate) em todo o território nacional, mediante reestabelecidas. Importante lembrar que a IN 3/2003 não se aplica à população de porcos ferais do Pantanal, conhecidos como porcos-monteiros.

Dentre as exigências para abate dos javalis está a inscrição da propriedade no Cadastro Técnico Federal (CTF), registro obrigatório para atividades "potencialpoluidoras e utilizadoras de recursos ambientais", onde se enquadram agricultura e pecuária. As armas que serão utilizadas no abate também devem ser registradas, não no Ibama, mas no Exército, que é quem regulamenta o controle de armas de fogo no País e demora até um ano para liberar esse tipo de documentação. "O produtor pode fazer o abate ou convidar um prestador de serviço", afirma o analista ambiental Léo Caetano Fernandes da Silva, do Ibama de Goiás. Mesmo que o produtor tenha porte de arma, precisa registrá-la no Exército e manter a documentação exigida em mãos durante o período em que exercer as atividades de controle do javali. Convém ressaltar que é proibido comercializar carne de javalis selvagens, pois ela não passa por inspeção sanitária. O produto da caça deve ser destruído ou destinado ao consumo próprio.

O caçador voluntário, que é chamado pelo Ibama de "controlador" ou "manejador" de javalis, precisa obter uma "declaração de manejo de espécies exóticas invasoras" em duas vias. Uma é protocolada e permanece em qualquer unidade do órgão. A outra fica com o responsável pela atividade. Uma única declaração serve para mais de uma pessoa. "Se uma equipe vai até a fazenda fazer o controle, por exemplo, basta que apenas um integrante tenha a autorização", diz Silva. Um único manejador, por sua vez, pode ter mais de uma declaração, concedida por região, caso planeje abater animais em outras fazendas. Tanto para o produtor - sendo ele o responsável pelo abate - quanto para o manejador, é obrigatória a apresentação de um relatório de três em três meses informando onde foi feito o abate, quantos animais foram abatidos, quantas pessoas participaram e por quantos dias ficaram em campo. "É uma medida que nos permite comparar esforço e captura. Uma região onde haja menos esforço e mais captura, por exemplo, pode indicar uma infestação maior. Vamos fazer um panorama da situação".

Menos burocracia

Quando atendeu ao telefone para conceder entrevista à DBO, Rafael Salermo estava em Delfinópolis, MG, na região da Serra da Canastra, reunido com dezenas de procuradores para mais um "encontro de controladores".



Salermo, que é agrônomo e caçador profissional, está à frente do "Aqui tem javali", que ele define como um mosocial de técnicos, produtores, pesquisadores, além dos próprios "manejadores" envolvidos no controle dos animais. "Temos uma rede de colaborado que nos informa, em tempo real, por meio de fotos e vídeos, onde aparecem javalis, daí nosso nome" explica. Nos encontros promovidos pelo "Aqui tem Javali", que tem mais de 100.000 sem sua página no Facebook e mais de 50.000 no Instagram, os profissionais instruem os produtores sobre as normas de controle dos ani. Caso seja possível localizá-los na fazenda, o abate é feito sem custo para o produtor.

Segundo o presidente da Associação Goiana de Caça e Conservação (AGCC), Daniel Terra, que já reú 550 "controladores" de javalis e quer chegar a 3.000 até 2018, os trâmites são muito burocráticos e dificulta a atividade, opinião compartilhada por Salermo, que não polpa críticas ao Ibama. "A princípio pode pa simples preencher um formulário, mas no meio rural a internet ainda é muito precária. Além disso, o produtor precisa entregar o relatório trimestral pessoalmente no escritório do órgão, o que, para muitos, sig perder um dia inteiro de trabalho, além de ter de arcar com as despesas de deslocamento. E se atraa entrega em um dia, precisa pagar uma multa de R\$ 1500", diz ele, acrescentando que essas exigências apenas agravam a relação já sensível dos produtores com os órgãos ambientais e sua disposição em decla a presença do bicho na fazenda. Terra informa que a AGCC tem urna boa relação com o Ibama, mas pede agilidade nas medidas de controle dos javalis, porque o problema está se agravando rapidamente. A entidade firmou parceria com a Agrodefesa para monitoramento de doenças nos animais abatidos. Testes feitos até agora não registraram problema, mas o risco é grande.

Para maior agilidade de controle, Palermo defende o fim das regras para o abate do javali. "E só desregula a medida, porque nenhuma outra praga tem essa exigência legal. Estamos sentados num barril de pólvora brincando com fogo". Segundo ele, o tratamento destinado ao javali, deveria ser análogo ao de espécies nocivas encontradas nos centros urbanos. Terra discorda: "o condo animal envolve armas de fogo, portanto, precisa ser normatizado". A AGCC foi uma das entidades convia participar, entre os dias 21 e 25 de novembro, em Brasília, da oficina de elaboração do Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali, que deá a política do governo nessa área para os próximos anos. O plano será apresentado em breve e prevê ações para conter o avanço populacional do bicho.

Histórico do controle do javali no Brasil:

Omissão e descaso com o meio ambiente nacional

O presente artigo tem como objetivo alertar e fazer um registro do histórico das iniciativas do poder público para o controle ao Javali (Sus scrofa) e seus híbridos em vida livre.



O Javali (*Sus scrofa*) é um animal exótico à fauna brasileira e é reconhecido internacionalmente como uma das 100 piores espécies invasoras de acordo com o Invasive Species Specialist Group (ISSG). A tese mais aceita é que este animais teriam entrado no Brasil pela fronteira com o Uruguai em 1989 (Pereira das Neves, 2007) e seguiram se expandindo sendo que segundo Fonseca et al, 2007 e expresso na figura abaixo, em 1991 havia somente um município com incidência registrada no RS, em 1997 eram 6, em 2002 conforme portaria 138 foram reconhecidos 11 municípios afetados e em 2006 já eram 213 municípios somente no RS, sendo ainda em 2007 confirmados nove estados no Brasil (Debert, 2007).

Por meio da Instrução Normativa 08/2010 o IBAMA suspendeu as regulamentações de abate no RS e instituiu a formação de um Grupo de Trabalho formado por técnicos das superintendências de 12 estados supostamente afetados.

Além dos estados citados na IN 08, o Grupo de Trabalho para o Controle de Javalis e seus híbridos - GT Javali formado por produtores rurais, técnicos, professores, pesquisadores e ambientalistas, elaborou um Mapa de Incidência de Javalis e Seus Híbridos no Brasil reunindo relatos de indivíduos, produtores rurais, da mídia e de artigos científicos alcançando neste levantamento a soma de incidências em 15 estados.

Diversas propostas foram levantadas para conter esta expansão e pouco tem sido feito para se estudar como tem ocorrido este fenômeno e as melhores providências a serem tomadas, um ponto importante a ser analisado é a morosidade das autoridades em agir e a falta de ações enérgicas para conter estas infestações em seus estágios iniciais seja em nível federal quanto estadual.

Para facilitar esta análise segue abaixo em ordem cronológica as principais regulamentações pertinentes e ações desenvolvidas, com a inclusão de comentários quando pertinente sobre seus resultados:

Ano de 1992, Convenção sobre Diversidade Biológica, ratificado pelo governo brasileiro pelo Decreto Legislativo nº 2, de 1994:

Art. 8º "Princípio 1: Da Prevenção. Dada a imprevisibilidade dos impactos de espécies exóticas invasoras sobre a diversidade biológica, esforços para identificar e prevenir introduções acidentais, tanto quanto referentes a introduções intencionais, devem fundamentar-se no princípio da precaução. A falta de certeza científica sobre o risco ambiental, social e econômico oferecido por uma espécie exótica de potencial invasor ou por uma potencial rota de dispersão, não deve ser utilizada como justificativa para não se definir ações preventivas contra a introdução de espécies exóticas de potencial invasor. Da mesma forma, a falta de certeza sobre a implicação de uma invasão biológica em longo prazo não deve ser usada como justificativa para adiar a implantação de medidas de erradicação, contenção ou controle."

26 de janeiro de 1995, Portaria Ibama n. 7: Autoriza a caça amadorista



do javali, por 3 meses e meio, em caráter experimental em algumas cidades do RS acompanhados de fiscais do IBAMA, resultado 26 javalis; Explicação oficial do insucesso foi devido a falta de experiênciana caça ao javali;

14 de outubro de 2002, Portaria Ibama no 138: Autoriza a captura e o abate do javali acompanhados de guias treinados e autorizados pelo IBAMA por um ano em 11 municípios doRS. 510 javalis foram oficialmente abatidos na temporada. Palavra dos colegas do RS: Muita burocracia e faltaram guias treinados

31 de março de 2004, Instrução Normativa Ibama no 25: Autoriza o controle do javali, por meio da captura e do abate , pelo período de 1 ano, em municípios do RS. 827 javalis.

04 de agosto de 2005, Instrução Normativa Ibama no 71: Autorizado o manejo do javali parao controle populacional em todo o Estado do Rio Grande do Sul, por tempo indeterminado.

20 de abril de 2007, Estado de Santa Catarina Portaria SAR nº 010/07: Autoriza em caráter temporário o abate de javalis asselvajados no Estado de Santa Catarina. Permite somente o abate por meio de "espera" e uso de cevas, proíbe o uso de cães e armadilhas. Obtêm poucos efeitos práticos por causa das restrições de formas de abate
16 de outubro de 2007, homem morre em uma caçada a javalis em Pedregulho/SP2 na divisacom o estado de MG

10 de julho de 2009, Estado do Paraná: Portaria IAP nº Ato 98/2009, regulamenta o abate dejavalis e seus híbridos SOMENTE no Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa/PR

Neste momento aumentam as mobilizações de ONG's defensoras dos "direitos dos animais" notadamente as organizações O GRITO DO BICHO do Rio de Janeiro/RJ, a ECOFORÇA de Curitiba/ PR, ANDA (SP?) e Tribunal Animal de SP, que ignorando as leis, pareceres técnicos e a necessidade de proteção ao meio ambiente pressionaram as autoridades pela suspensão dosabates. Porém devido aos contínuos conflitos com as atividades humanas no meio rural seguiram-se ações para o controle dos javalis ainda que de forma desuniforme e sem uma liderança do órgão ambiental nacional, é possível notar ainda pelos eventos que pouco ou nada foi feito pensandonos impactos destes animais ao meio ambiente e somente pela necessidade e pressão das populações rurais como visto nos atos a seguir.

04 de Janeiro de 2010, Estado de SC Portaria SAR Nº 1/2010:

Prorroga por tempo indeterminado os efeitos da Portaria SAR nº.

10/2007, de 20 de abril de 2007, que autoriza em caráter temporário o abate de javalis asselvajados no Estado de Santa Catarina. Permite somente o abate por meio de "espera" e uso de cevas, mantém a proibição do uso de cães e armadilhas obtendo poucos efeitos práticos

07 de Agosto de 2010, Estado de MG: Morre em Ibiá/MG trabalhador rural atacado por um javali recebendo ampla cobertura pela mídia nacional



17 DE OUTUBRO DE 2010, Instrução Normativa Ibama No- 8: Revoga a Instrução Normativa nº 71, de 04 de Agosto de 2005, que autoriza o controle populacional do javali - *Sus scrofa*, por meio da captura e do abate, em todo o estado do Rio Grande do Sul. Proíbe quaisquer atos de caça de espécies consideradas pragas, que afetem a agricultura, a flora nativa ou coloquem em risco a integridade humana, institui Grupo de Trabalho de representantes técnicos das Superintendências do Ibama localizadas nos estados provavelmente já identificados como afetados pelo IBAMA (12): Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Acre e Maranhão.

Esta medida foi tida por muitos como política e não técnica, visando a atender os mesmos grupos ligados aos "direitos dos animais" já citados. Regionalmente diversos produtores rurais, técnicos e autoridades como a AGAJA - Associação Gaucha de Controle ao Javalis Asselvajados no RS e o GT Javali em MG fizeram reuniões e levaram documentações de danos até o Diretor de Fauna do IBAMA Sr. Vitor Cantarelli que reiterada e publicamente repetiu que o abate dos animais não seria liberado e não revogou a IN 8/2010 que vigora até o momento. Neste ponto começaram a aparecer na mídia problemas com a explosão dos javalis em MS que estava em plena colheita do milho onde foram mais de R\$ 2 milhões em prejuízos somente em Rio Brilhantes/MS, e reportagens sobre a situação no RS e em MG em regiões onde estavam sendo registrados vários danos a cultivos e criações. Como o IBAMA não se mobilizou em resolver o problema em nível nacional e diversas iniciativas estaduais começaram a aparecer

28 de outubro de 2010, Estado do Mato Grosso do Sul: Portaria estadual Resolução Conjunta SEMAC/SEPROTUR/SEJUSP n.001, Estabelece medidas emergenciais de controle ambiental da ocorrência de javali-europeu, "*Sus scrofa*" e seus híbridos, e dá outras providências. Estabelece que será constituída uma "força tarefa" por meio de um Grupo de intervenção ambiental e sanitária. Na prática nenhum abate foi feito até agora e a FAMASUL está apreensiva no que pode acontecer com a safra de milho após mais um ano sem controle dos animais.

09 de novembro de 2010, Estado de Santa Catarina: Portaria SAR nº 20/2010, declara os javalis como animais nocivos e libera o abate por meios físicos sem restrição, a Polícia militar ambiental publica Portaria n.4 em 16/11/2010 regulamentando a prática do abate de javalis e seus híbridos incluindo o uso de armas de fogo por atiradores e caçadores registrados no Exército Brasileiro. Não são mais citadas restrições sobre o uso de cães e armadilhas, o registro de propriedades para controle é facilitado na região serrana em caráter emergencial.

09 de novembro de 2010, Estado do Rio Grande do Sul: Portaria Nº 183/2010, Libera o abate de javalis e seus híbridos por meios físicos por



tempo indeterminado. Atualmente são amplamente divulgados os danos causados em algumas regiões agrícolas de SP, MG e PR onde os animais estão levando os produtores até mesmo a deixarem de produzir, no entanto é comum perceber nas entrevistas que os produtores levaram de 2 a 3 anos para perceber prejuízos econômicos severos desde os primeiros avistamentos, isso porque não é feito um controle logo no surgimento dos primeiros indivíduos. Abates têm sido praticados nos diversos estados infestados no entanto por não haver regulamentação muitos produtores, atiradores e caçadores legalizados não tem liberdade para realizar abates de forma a reduzir as populações pois ficam sob o risco de incorrerem em crime ambiental, sendo que em MG e outros estados diversos produtores foram presos por causa de denúncias quando estavam tentando defender suas próprias lavouras dos javaporcos

As fêmeas destes animais conseguem gerar até 3 ninhadas em 14 meses, e as populações facilmente dobram a cada seis meses na ausência de restrição alimentar e pressão de caça, pesquisas nos EUA indicam que é necessário abater 30 em 40 quarenta indivíduos para manter a população estável, taxas de abate menores do que isso mantêm a expansão da população.

Além disso pela total falta de políticas e ações ordenadas de controle aos criatórios ilegais e ao transporte destes animais atualmente as populações tem se expandido rapidamente nos estados ainda pouco infestados e tem sido iniciadas infestações em novos estados e estima-se que 15 estados brasileiros já possuem incidência de javalis e seus híbridos. As principais recomendações no momento seriam criar sistemas eficientes de rastreamento das incidências de javalis e híbridos em vida livre ou criatórios ilegais, em especial recebendo denúncias e relatos voluntários, capacitar os órgãos de extensão e defesa agropecuária para fiscalização e controle desta espécie, liberar o abate por meios físicos sem restrições e incentivar o controle destes animais por cidadãos devidamente regulamentados. O conteúdo desse material pode ser copiado e distribuído desde que citado o autor:

Eng. Agr. Rafael Salerno

Coordenador GT Javali

www.plantadiretobrasil.blogspot.com

skype: panda_br

+55-31-3775-3401

+55-31-9882-7421

Agradecimentos

À equipe do Curso de ecologia da UFBA que primeiro disponibilizaram uma apresentação sobre invasões biológicas e que serviu de motivação para avançar para o presente documento e aos colegas dos Grupos de discussão em Biologia da Conservação e Ecologia de Paisagens (IALE), além dos diversos colaboradores que enviam relatos e estão mobilizados para tentar ao máximo remover e reduzir a

incidência destes animais em suas regiões

Documento 115/141

112.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	11/05/2017- 15:48
Publ.: DCD - 12/05/2017		ERIKA KOKAY-PT -DF
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Crítica à gestão do Presidente Michel Temer. Defesa da tese de ocorrência de perseguição política contra o ex-Presidente Luiz Inácio Luiz da Silva. Excelência do desempenho do Governo Lula. Apoio popular ao ex-Presidente da República.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, eu penso que é um escárnio à Nação tentar fazer um rol de itens positivos do Governo Temer, a começar pelo próprio Governo, que só se impõe rasgando os 54 milhões de votos. Nunca seria eleito. Nunca seria eleito com esse programa que está sendo implementado.

Podemos começar pela PEC do Teto de Gastos Públicos, que se transformou em emenda constitucional, que vai congelar as despesas primárias, vai congelar os recursos da saúde, da educação, da segurança, mas deixa livre toda a despesa financeira, que leva quase 50% do Orçamento brasileiro.

Como se faz ajuste fiscal e não se mexe na principal causa do desajuste fiscal, que são os encargos financeiros, o rentismo? São 27 mil investidores, entre pessoas físicas e jurídicas, que levam 43% do Orçamento ou mais apenas com os serviços, porque detêm uma dívida pública. Ela deveria sofrer uma auditoria, o que está previsto na Constituição, mas não se faz essa auditoria. Nós não sabemos ao certo o que vendemos, e ao mesmo tempo se continua pagando.

O rentismo, essa forma de acumulação do capital, não gera emprego, porque aqueles que acumulam recursos e riquezas a partir de juros, os agiotas, não geram nenhum emprego. É um capital acumulado sem nenhuma relação com o trabalho, a começar pela PEC do Teto de Gastos Públicos, que dizem ser um grande feito do Governo Temer.



Grande feito para quem, cara-pálida? Grande feito para quem? Seguramente para os rentistas, seguramente para aqueles que construíram, nas sombras da democracia e da República, este golpe que está em curso.

Depois se fala da terceirização. Ela precariza as relações de trabalho. E se vai caminhando para a reforma trabalhista, que retira direitos; que faz com que os trabalhadores não tenham acesso ao que está previsto desde 1943 neste País; que destrói essas conquistas, com o trabalho intermitente. E se chega à reforma da Previdência, que aprofunda todas as desigualdades sociais, como se os trabalhadores fossem culpados.

O Governo não quer que o Estado participe de uma política de proteção social. E uma das maiores políticas de proteção social que temos é a Previdência, que dá proteção, assistência social a 98% dos idosos, e não terão mais isso! Não terão mais isso!

Já em relação ao Itaú, há anistia de 25 bilhões de multa! São 25 bilhões de multa! Não é um banco, não é uma empresa que passa por dificuldades financeiras, ao contrário, carrega um lucro que é um acinte contra um país que precisa de crédito barato para poder crescer. Este Governo não acredita no Brasil! Está aí para rapinar, para rapinar! E vem me dizer que a corrupção é herdada? Nós estamos falando de um governo em que nove Ministros são citados em denúncias de corrupção. Nós estamos falando de um governo em que o Presidente da República não eleito, estabelecido a partir de um golpe, tem denúncias de que teria desviado 40 milhões de dólares! E vem me falar de corrupção? E vem falar de Lula, contra o qual não há nenhuma prova de qualquer ilicitude? Apenas construíram um castelo que é de cartas, um castelo que não sobrevive aos ventos da lógica, da racionalidade.

É um ódio político que se constrói! Esse relatório da CPI indicia uma pessoa, Deputado Paulão, que faleceu em 2008. Está indiciada. Ele indicia pessoas a partir de imagens de perfis pessoais. Ele indicia pessoas sem nenhuma prova. Na avaliação dos ruralistas, religiosos cometem pecados porque defendem os direitos dos povos indígenas. É isso o que nós temos. É essa peça que ali está.

Por isso mais de 50 mil pessoas se manifestaram em Curitiba. A população brasileira, a cada dia que passa, tem consciência de que se persegue Lula, porque se sabe que Lula ganhará as próximas eleições, as pesquisas indicam. Mas não são só as pesquisas. Essa experiência de um Brasil com Luz para Todos, essa experiência de um Brasil com as portas das faculdades abertas para a população, filhos e filhas de trabalhadores, essa experiência de eliminar a desigualdade, de dar cidadania, de diminuir os índices de desigualdade de forma absolutamente profunda neste País, essa experiência está entranhada no povo brasileiro. Está entranhada no povo brasileiro! Eles não vão desconstruir isso, fazendo esse ataque cerrado a Luiz Inácio da Silva.

E me surpreende a polícia do Governo Richa, que disse que havia 3 mil pessoas em Curitiba, Deputado Paulão. Talvez, porque não gostem de escola, não saibam matemática. Talvez, porque tenham espancado educadores quando esses lutavam por seus direitos no Paraná, não gostem de matemática e não saibam contar. Dizer que ali havia 3 mil pessoas é achar que o povo brasileiro não é detentor de inteligência. Acusaram Lula de fazer palestras. Ora, Lula desenvolveu uma das mais profundas tecnologias sociais para acabar com a desigualdade do mundo! Do mundo! Por isso, é justo para com o mundo, é generoso para com o mundo que essas palestras aconteçam no mundo inteiro. Mas o Príncipe da Sorbonne, Fernando Henrique Cardoso, que deixou o País quebrado, tendo sido recuperado por Lula em muito pouco tempo, pode dar todas as palestras do mundo. Um operário eles não permitem que ensine o mundo.

Nós aprendemos com Lula, um operário que sabe o que é ser brasileiro, um operário que acredita no Brasil, um operário que fez com que o Brasil saísse da condição de devedor do FMI e assumisse a de credor.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pereira) - Obrigado, Deputada Erika.

Documento 116/141

114.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/05/2017-16:34
Publ.: DCD - 16/05/2017 -	MARCUS PESTANA-PSDB -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Crises política e econômica do País. Necessidade de construção de um novo Brasil. Importância da realização da reforma trabalhista.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu não me lembro de período mais produtivo na Câmara dos Deputados. Votamos a renegociação da dívida dos Estados, a modernização da legislação trabalhista. No entanto, é preciso fazer uma autocrítica e reconhecer que o ambiente político na sociedade é extremamente preocupante. Certa vez, John Lennon sentenciou: "*O sonho acabou*". Mas a



esperança é a matéria-prima que move a vida. Talvez seja melhor ficar com Victor Hugo, para quem *"não há nada como o sonho para criar o futuro. Utopia hoje, carne e osso amanhã"*.

Sou parte de uma geração que sonhou com outro Brasil, na segunda metade dos anos 70. Diante da liberdade escassa e da injustiça máxima, encaramos o futuro com coragem, ousadia e desprendimento. Queríamos achar o fio da meada que nos unia às tradições de 1968: luta política, prática cultural, revolução comportamental, contestação ao consumismo, tudo misturado no caldeirão das utopias acalentadas. No movimento estudantil, nas comunidades de base, na trincheira do velho MDB, no teatro e na música, o mergulho profundo no desafio de mudar o mundo e o País.

Por outro lado, independentemente de avaliação de identidade ideologia e política, nós tínhamos homens públicos da melhor qualidade, que admirávamos e tínhamos como exemplo: Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Franco Montoro, Teotônio Vilela, Leonel Brizola, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Miguel Arraes. Esses líderes eram apaixonados pela política como ferramenta de trabalho em favor de um projeto de Nação.

O rumo era claro. Tarefa número um: reconstrução da democracia, com anistia ampla, Constituinte soberana e eleições diretas para Presidente. Tivemos êxito. A missão foi cumprida. Foi uma longa e complexa travessia de 1974 a 1989.

Em nossas cabeças, justiça social, estabilidade econômica e desenvolvimento cairiam por gravidade, consequência natural da liberdade conquistada. Ledo engano.

É inegável que o País avançou nesses anos de Nova República. É o mais longo e mais intenso período democrático da nossa história.

Domamos a inflação, distribuímos renda, universalizamos o ensino fundamental, consolidamos o Sistema Único de Saúde, democratizamos o acesso às telecomunicações, modernizamos a economia. Tropeços ocorreram. A obra está incompleta. Dois Presidentes foram afastados, a qualidade na educação ainda é um desafio, os gargalos na saúde são enormes, os índices de violência assustam a população, os serviços de saneamento ainda são claramente insuficientes, o déficit habitacional é grande.

Mas aquela geração generosa e sonhadora não poderia imaginar que, ao final do ciclo que estamos vivendo, encontraríamos um horizonte tão nebuloso: a maior recessão da história do País; o maior escândalo de nossa vida como Nação; o sistema político em xeque e com a credibilidade abalada; um estrangulamento fiscal agudo; um universo de interrogações quanto ao futuro; e a intolerância e a indisposição para o diálogo campeando soltas.

Esta não é a hora de jogar a toalha e admitir que o sonho morreu. É hora de reacender a chama da esperança, arregaçar as mangas para driblar os obstáculos, aprender com os erros e construir o Brasil

sonhado nos verdes anos de nossa juventude.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última semana, historiei a evolução das relações trabalhistas e dos direitos dos trabalhadores na trajetória da economia capitalista.

O marco legal que rege o funcionamento do mercado de trabalho no Brasil data de 1943, quando Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei 5.452, em pleno Estado Novo, criou a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Ao longo das últimas 7 décadas, mudanças profundas ocorreram nas formas de organização da produção, no uso de novas tecnologias e na configuração do mundo do trabalho.

A geração de emprego e renda em um mundo globalizado e *high tech* depende de capacidade de inovação, competitividade, aumento contínuo da produtividade, mobilidade dos fatores de produção, flexibilidade dos arranjos no mercado e na produção, integração dos diversos atores de forma dinâmica e criativa.

A CLT cumpriu seu papel histórico em um país de capitalismo tardio, onde o Estado ocupou espaço central, mas a sua excessiva rigidez passou a inibir a criação de novos empregos e gerou um processo insano de judicialização e insegurança, estimulando inclusive a informalidade.

A atual crise leva 14 milhões a conviverem com a dramática situação do desemprego. A reversão desse quadro pressupõe a volta dos investimentos. Para tanto, precisamos do ajuste fiscal que possibilitará a queda dos juros e da melhoria do ambiente institucional para o aparecimento de novos negócios que empreguem os trabalhadores.

A Câmara aprovou mudanças importantes nas regras que presidem as relações de trabalho. O assunto se encontra agora em análise no Senado Federal. Mas muitas dúvidas, mentiras e mitos sobreviveram. É preciso dizer em alto e bom som: nenhum direito fundamental do trabalhador foi alterado: férias, 13º salário, FGTS, jornada de trabalho, segurança e saúde do trabalhador. Uma lei ordinária não pode se sobrepor à Constituição.

A regulamentação do trabalho intermitente, do teletrabalho, do fracionamento das férias, da flexibilidade na organização da jornada de trabalho, o fim do imposto sindical obrigatório, a possibilidade do distrato, a regulamentação da terceirização, a primazia do acordado sobre o legislado e a jurisdição voluntária não subtraem nenhum dos direitos fundamentais do trabalhador, valorizam a livre negociação, dão protagonismo a um sindicalismo ativo e militante, e não burocrático-cartorial, e aliviam a sobrecarga da Justiça do Trabalho.

Se quisermos ingressar no novo universo econômico do século XXI, é preciso fazer uma aposta radical na liberdade dos atores econômicos de dialogar e construir pactos com ganhos múltiplos e recíprocos e acreditar na capacidade coletiva dos trabalhadores e de seus sindicatos de negociarem e defenderem seus interesses. Podem estar certos os que nos ouvem que o maior beneficiário das mudanças introduzidas serão os trabalhadores, principalmente aqueles que, no Brasil dos nossos dias, experimentam o amargo gosto do desemprego.

Documento 117/141

114.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	15/05/2017- 19:22
Publ.: DCD - 16/05/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Inconformismo com crítica de Deputados da Oposição ao Governo Michel Temer. Sinalização de melhora da situação econômica do Brasil. Defesa da proposta do Governo Federal de reforma previdenciária.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou repartir o meu tempo de Liderança com o Vice-Líder do Governo, o Deputado Julio Lopes, do PP.

É impressionante! Ouvei os Deputados da Oposição que me antecederam nesta tribuna e parece que eles não governaram durante 12, 15, 16 anos. Jogaram o País numa depressão econômica, a pior da história, e estão desesperados. Usam pejorativos e adjetivos que não estão no dicionário equilibrado de qualquer escola: desmonte, desgoverno, paralisação, troço, golpe. É um negócio impressionante! Nós completamos, sim, 12 meses de Governo na sexta-feira, dos quais 8 meses foram definitivos e 4 meses interinos. Conseguimos sair da depressão, que significa juro altíssimo, inflação, desconfiança, desespero, fechamento de lojas e desemprego. O Brasil diminuiu de tamanho em 9% nos últimos 3 anos. Isso foi reflexo da depressão. Já neste trimestre vamos crescer um pouco. Paramos de cavar o buraco: fim da recessão. A inflação é a mais baixa desde o tempo do Plano Real. A taxa SELIC já caiu 4% e deve cair mais 1,25%, o que



banaliza o juro bancário, e sempre leva 3, 4, 5, 6 meses para dar resposta. Agora, que os bancos têm que baixar o *spread*, os bancos têm. Eles têm, sim. E nós desta Casa vamos ter que enfrentar isso. Mas dizer que o País paralisou? As montadoras já estão exportando mais, o agronegócio está exportando como poucos, o varejo já começou a dar sinal. A área de serviço, sim, está apanhando. Não é, Deputado Julio? Por quê? Porque as famílias estão endividadas. Quem tem emprego está com medo de perder o emprego. E, na família, certamente alguém perdeu o emprego e não está comprando.

O Fundo de Garantia está liberado. O Governo popular poderia fazê-lo e não o fez. Ele teve 15 anos e não o fez. Os operários estão faceiros, operários que ganhavam até 10 salários mínimos na CLT. Eles estão faceiros. Há filas e filas na Caixa. O Presidente Michel, na sexta-feira, foi testemunhar.

O Governo que enterrou o País não teve coragem de fazê-lo, porque ouviu as grandes empreiteiras para não mexer no Fundo de Garantia. Não houve investimento. Os chineses chegaram e compraram áreas de energia em Goiás. No leilão dos aeroportos, as empresas internacionais, pagando ágio, assumiram aeroportos. Quer dizer, a PETROBRAS recuperou no passado, cresceu mais de 100%, e no primeiro trimestre deu 4 bilhões de lucro. Claro, acabou a roubalheira! Tenham vergonha! Respeitem o eleitor!

O Governo Michel Temer está dando certo. Nunca iludimos ninguém. Dizíamos que iria ser demorada e difícil a recuperação, porque o paciente estava muito grave - muito grave! -, e é demorado sair da UTI. Já está começando a respirar, e o País já vive esperança. É óbvio que o índice de desemprego, no segundo semestre, vai estabilizar e vai abaixar. No ano que vem começa abaixar mais; no ano que vem a economia vai estar melhor, ainda mais com as reformas.

A reforma da previdência mantém todos os direitos dos trabalhadores. É uma reforma que vai beneficiar os trabalhadores que ganham menos e vai pegar as aposentadorias precoces dos sindicatos públicos milionários, e o PT defende esses sindicatos e defende as altas aposentadorias.

O Brasil vive, sim, um novo momento. Com esta Casa votando as reformas, vai cada vez mais se recuperando. É a esperança que sopra no Brasil, é a reconstrução com este Congresso Nacional acompanhando, e o País vai estar melhor no ano que vem, tenho plena convicção.

Neste momento passo a palavra ao meu companheiro de Vice-Liderança, o brilhante Deputado Julio Lopes. Na quinta-feira, o Presidente Michel Temer sancionou uma lei em que S.Exa. trabalhou muito e que vai ajudar o País.

119.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	16/05/2017- 19:04
Publ.: DCD - 17/05/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	HENRIQUE FONTANA-PT -RS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Obstrução das votações das matérias constantes na pauta pelos partidos da Oposição, em protesto contra a reforma previdenciária.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro quero discordar de V.Exa., porque a nossa obstrução aqui, na avaliação da Oposição, é uma obstrução cívica, é para salvar a previdência pública do País.

V.Exas. estão tentando passar o trator em cima de direitos fundamentais dos trabalhadores e dos mais pobres deste País. V.Exas. têm maioria parlamentar? Têm, mas ela está ruindo. Lá na rua, 90% do povo brasileiro estão contra o Governo Temer e contra as antirreformas que estão aqui.

Nós vamos obstruir nem que tenhamos que ficar aqui até meia-noite, Presidente. Não estamos preocupados com o jantar de hoje. Estamos preocupados com o futuro da previdência deste País!

Quero anunciar que, na bancada do Rio Grande do Sul, 18 dos 31 Deputados já abriram voto contra a reforma.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, a Proposta de Emenda à Constituição da Reforma da Previdência ou qualquer outra não tem trancada a sua pauta por medida provisória, apenas isso.

Documento 119/141

122.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	17/05/2017- 16:36
Publ.: DCD - 18/05/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	NILTO TATTO-PT -SP ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Protesto contra a aprovação do relatório da CPI da FUNAI e do INCRA 2.

O SR. NILTO TATTO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, acabou de ser aprovado agora, na CPI da FUNAI e INCRA 2, o relatório do Deputado Nilson Leitão.

O relatório pede o indiciamento de quase cem pessoas, entre elas, o Presidente do Conselho Indigenista Missionário, Bispo Dom Roque, de Porto Velho. Registro que o próprio Bispo, logo na sequência, disse: *"Ou tira todo mundo ou me coloca de volta"*. Esse é o retrato do relatório dessa CPI.

Esse relatório com certeza vai ter repercussão na opinião pública nacional e internacional, porque representa uma perseguição àqueles que deram a vida, que trabalham e lutam em defesa dos povos indígenas, dos quilombolas, da reforma agrária e dos assentamentos de reforma agrária.

O relatório é a expressão de todo o processo da CPI nos seus 500 dias, a CPI mais judicializada da história do Congresso Nacional. Por exemplo, no relatório está expressamente definido que a CPI foi conduzida para interesses cartoriais muitos específicos de Parlamentares de uma região do Rio Grande do Sul, de uma região de Santa Catarina e de uma região de Mato Grosso do Sul. Essa não é uma CPI que zela pelo nome que tem nem pelo Parlamento.

Eu chamo a atenção dos colegas Parlamentares para o fato de que esse relatório não pode seguir em frente, porque ele faz mal para o instrumento da CPI, ele faz mal para o Parlamento, além de demonstrar claramente para a sociedade brasileira e para a comunidade internacional que há um setor desta Casa que quer perseguir aqueles que defendem a Constituição e os direitos indígenas e dos quilombolas.

Obrigado, Presidente.

Documento 120/141

129.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/05/2017- 16:18
Publ.: DCD - 24/05/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Posicionamento da Oposição, favorável à aprovação do mérito das Medidas Provisórias de nºs 763 e 765, de 2016. Razões da obstrução das votações pelos partidos opositoristas. Crise política, econômica e social vigente no País. Realização de eleições diretas para a Presidência da República. Falta de autoridade do Governo Federal para realização das reformas trabalhista e previdenciária. Realização do movimento Ocupa Brasília, pelo afastamento do Presidente Michel Temer, e realização de eleições diretas à Presidência da



República.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero dizer que nós da Oposição, que anunciamos a obstrução quanto a essas duas medidas provisórias que estão em votação - a do saque do FGTS e aquela que garante o reajuste para as várias categorias dos servidores públicos federais -, vamos votar, no mérito, favoravelmente a elas. Aliás, essa medida provisória foi negociada ainda na época do Governo da Presidenta Dilma. Portanto, nós vamos votar favoravelmente a ela. No entanto, a obstrução que estamos fazendo se dá exatamente pelas razões que vou expor aqui neste meu pronunciamento.

Eu estou observando este Plenário Ulysses Guimarães e os vários Deputados e Deputadas presentes. Alguns deles estão preocupados; outros estão comentando. Alguém está dizendo alguma coisa sobre o destino da crise que o Brasil está vivendo, uma crise que foi produzida e que tem endereço, CPF e cara: ela foi criada e estabelecida pelo Governo do Sr. Michel Temer.

Há um ano V.Exas. assumiram o Governo e disseram aos quatro cantos do País: "*Nós vamos resolver o problema do Brasil; vamos estabilizar a política; vamos enfrentar a crise econômica; vamos restaurar a credibilidade e a imagem do Brasil, que está arranhada pelo mundo afora*".

Eu me lembro de que, em uma dada reunião com o Vice-Presidente da República, ele, como articulador do Governo da Dilma, dizia: "*O Brasil precisa de um líder para unificar o País, para dar governabilidade, para retomar o crescimento e a criação de empregos*".

Um ano se passou, Presidente Rodrigo Maia. Como está o Brasil hoje? O Brasil está vivendo sua mais grave crise política, econômica, social e moral, produzida por esse Governo que está aí. Foi esse Governo que levou o Brasil a esta crise. Foram eles que deram o golpe na Dilma e produziram a maior crise institucional da República brasileira nos últimos anos.

O Governo que produziu essa crise disse ao País: "*Não tenho condições mais de governar. O meu Governo está de cócoras, o meu Governo não tem condição de apresentar nenhuma saída em qualquer campo da política, da moral, da ética e da economia. É um Governo que está derrotado, que não tem legitimidade nem apoio social e popular para continuar governando este imenso Brasil*".

O País está chocado. Espanta-me, Deputada Erundina, que os Deputados deste Congresso fiquem olhando para o céu, talvez sem se dar conta do que está acontecendo nesta imensa Nação.

Nós estamos em meio a uma crise da República, produzida por essa coalizão golpista, que não foi eleita pelo povo e que foi incapaz de



produzir resultados em todas as áreas da economia brasileira. Nós estamos a nos perguntar o que nós vamos dizer para o Brasil, o que as pessoas estão achando de nós. É normal assistir àquilo a que nós assistimos na quarta-feira à noite, quando até a sessão aqui foi encerrada? É normal o Presidente da República receber um empresário na calada da noite, produzir o que ele produziu e dizer que não tem nada a ver com isso, que esta ou aquela delação é falsa? Eu não estou feliz com o que está acontecendo no Brasil, mas não há outro caminho num momento como este senão fazer um pacto - não um pacto para retirar do povo o direito de decisão sobre o Brasil, porque esse pacto não tem futuro, ele não estabiliza a política no Brasil.

Eu concordo, devemos salvar a política. Mas, para salvar a política da derrocada em que ela se encontra, nós temos que recorrer àquele que é o principal protagonista das decisões no Brasil: o povo. É por isso que não há outra saída que não a realização de eleições diretas para Presidente da República. Ninguém normaliza o País, Deputado Mauro Lopes, com saídas pelo alto. Ninguém consegue a estabilidade política com esse tipo de saída.

Digo a V.Exas. que eu pensei que iria chegar aqui ontem e ouvir este Congresso declarar imediatamente o afastamento do Sr. Presidente da República, pelo que ele fez, pelo que ele representa e pela crise institucional a que ele levou o Brasil.

Eu sei que alguns estão um pouco chateados ou até envergonhados. Eu não vejo ninguém subir à tribuna para defender essa coalizão que está aí. Sabem por quê? Porque prometeram o céu, mas estão dando o inferno para o Brasil. O povo brasileiro está percebendo que este Governo não tem mais condições políticas de liderar, de governar ou de pensar em fazer qualquer reforma.

Eu escutei o Senador Ricardo Ferraço dizer hoje numa rádio que temos que retomar as reformas. Vejam que petulância! Vejam que ousadia! Numa crise dessas, Deputado Fontana, ainda aparece alguém para dizer que vai retomar as reformas. Que autoridade este Governo tem para falar em reforma trabalhista, em teto da Previdência? Nós temos que emparedar este Governo e dizer que o País vai parar, porque não aceitamos a continuidade deste Governo, que não representa mais minimamente a sociedade brasileira.

O povo brasileiro está estupefato com o que está acontecendo. As mães de família não sabem mais o que fazer. A credibilidade está lá no chão, e nós temos que apresentar uma saída. E não há saída mais radical, mais democrática do que aquilo que prevê a Constituição, porque ela diz que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio dos seus representantes.

Nós não podemos vacilar nisso, porque a saída para a crise é conscientizar o povo da necessidade de mobilizarmos o País em prol da realização de eleições diretas. Para unificar o País, nós temos que

ter liderança, temos que unir o povo. E a primeira providência que nós deveríamos tomar é decretar o fim dessas reformas. Não há mais reforma trabalhista nem PEC da Previdência! E não há mais Governo Temer.

Eu quero chamar o País para firmarmos um pacto: um pacto pelas eleições diretas, um pacto para restaurar a credibilidade perdida, um pacto para restaurar a decência. Para salvar a política, é preciso colocar o povo no protagonismo de uma saída institucional para esta enorme crise que o Brasil está vivendo.

Como era o Brasil há 1 ano e como ele é hoje? Há quase 15 milhões de desempregados. Eu não sei como é que ainda aparece alguém na televisão para dizer que o Brasil dava sinais de recuperação da economia. Como é que nós vamos recuperar a economia brasileira com o Governo atolado em um lamaçal, como ele está? Será que este Governo tem alguma credibilidade perante os agentes econômicos internacionais e os empresários brasileiros? Será que ele tem alguma autoridade para fazer o Brasil retomar o crescimento? Não tem, Presidente Rodrigo Maia.

Não há outra saída a não ser unir o Brasil de ponta a ponta para dizer que este Governo tem que acabar, tem que ir para casa. É preciso respeitar o Estado de Direito, constituir um programa mínimo para salvar a política. É preciso, principalmente, colocar o povo no centro da discussão sobre uma saída institucional democrática para uma crise como esta.

É por isso, Deputado Paulão, que não há outra saída para nós.

Amanhã, o Ocupa Brasília vai gritar aos quatro cantos da Esplanada:

Fora, Temer! Diretas já!

Muito obrigado. (*Manifestação no plenário: Fora, Temer! Fora, Temer!*)

Documento 121/141

128.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	23/05/2017-14:20
Publ.: DCD - 24/05/2017 -		PEDRO UCZAI-PT -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de afastamento do Presidente Michel Temer do cargo e de imediata realização de eleições diretas para a Presidência da República. Importância da realização de ampla reforma política.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a casa caiu. Michel Temer não tem mais legitimidade para governar este País. Para esse golpe dado há mais de 1 ano, temos duas soluções. A primeira é recuperarmos o direito de o povo brasileiro eleger o Presidente da República! Diretas já, sem o segundo golpe desta Casa! A segunda solução é fazermos uma profunda reforma política para acabar com essa promiscuidade do privado com o público, do privado com os políticos brasileiros. Essa é a principal lição que temos que construir com essa experiência histórica. Portanto, eleições diretas para a Presidência! É preciso recuperar a institucionalidade democrática perdida com esse conluio, esse casamento entre PSDB e PMDB.

Documento 122/141

131.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	24/05/2017-10:52
Publ.: DCD - 25/05/2017 -		CÉSAR MESSIAS-PSB -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa da realização de ampla reforma política.

O SR. CÉSAR MESSIAS (PSB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há 1 ano, 1 mês e alguns dias, na ocasião do *impeachment* da Presidente Dilma, eu disse o seguinte nesta Casa: "*Vejam aonde nós chegamos! Tiram Dilma, entra Temer; tiram Temer, entra Cunha; tiram Cunha, entra Renan. Que Brasil é este?*" A linha sucessória, portanto, estava totalmente contaminada. O sistema político brasileiro está podre! A grande realidade é essa. É o sistema que está podre. Ou esta Casa faz uma reforma política profunda para resolver as questões do Brasil ou nós não saberemos aonde vamos chegar. Não adianta esta Casa hoje querer escolher um Presidente, porque ela não está respaldada pela vontade popular. O povo não quer isso. Não adianta também partirmos para uma eleição nova para escolher um novo Presidente, se não culparmos aqueles que já foram...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

Documento 123/141

136.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	25/05/2017- 14:36
Publ.: DCD - 26/05/2017	CELSO MALDANER-PMDB -SC	
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica para a Agricultura Familiar no Estado de Santa Catarina. Realização, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de audiência pública destinada à discussão de conflitos agrários. Apoio à proposta de reformas do Estado brasileiro.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria inicialmente de dar como lido um pronunciamento em que destaco o avanço das negociações para a implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica para a Agricultura Familiar em Santa Catarina, cujo desafio é aproximar os inventores e as pequenas e médias empresas que desenvolvem tecnologias agrícolas a serem oferecidas a um baixo custo.

Este projeto, vinculado ao Programa SC Rural, implementado em parceria com o Banco Mundial, desenvolve diversos tipos de projetos ligados à agricultura catarinense, que cada vez mais evolui através da tecnologia, agregando valor em favor do homem do campo.

Aproveito este instante, Sr. Presidente, para dizer também que assistimos ontem, no *Jornal Nacional*, a matéria sobre os lamentáveis conflitos agrários que estamos vivenciando no nosso Brasil.

Haveremos de fazer uma audiência pública na Comissão de Agricultura para discutir esse grave problema de conflitos agrários e tantas mortes que estão acontecendo no meio rural.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho ainda outro tema a tratar. Como disse o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Ives Gandra Martins Filho, o maior inimigo do Brasil é o excesso de Estado, tanto no âmbito municipal quanto no estadual e no federal.



Agora estamos trabalhando a questão da reforma trabalhista, que eu chamo de modernização da legislação trabalhista, a qual está no Senado e, com certeza, vai trazer muitos ganhos para nosso País. Temos a reforma previdenciária, que deveríamos ter votado nesta semana, mas, em função dos últimos acontecimentos, aguardaremos para, depois do dia 7 de junho, voltar a esse tema tão importante. Hoje temos um sistema que privilegia os ricos, ou melhor, que tira dos pobres e dá aos ricos. Nós temos hoje 1 milhão de privilegiados que ganham mais do que 30 milhões de brasileiros. Então, com certeza, vamos iniciar um processo para inverter essa realidade, em favor da maioria do povo brasileiro.

Também temos a reforma política, que é muito importante. Alguma coisa devemos votar neste ano ainda, principalmente uma cláusula de desempenho. Senão, daqui a uns dias, vamos ter 80, 90 partidos. E também temos que acabar com as coligações proporcionais. A reforma tributária é fundamental, porque a ficha caiu: não podemos mais aumentar impostos, mas temos, sim, que diminuir a carga tributária.

E, principalmente, dando continuidade à reforma fiscal, temos que fazer uma reforma da máquina pública. Como disse um colega Deputado há poucos dias, todos os Poderes têm que tomar esse remédio amargo: o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Poder Executivo, o Ministério Público. Não podemos dar esse remédio amargo só à população. Temos que curar a doença que existe nesses Poderes em função do alto custo.

Sobre o quebra-quebra que aconteceu aqui em Brasília, temos que ter equilíbrio, fazer uma reflexão e reconhecer que infelizmente muitos baderneiros vieram aqui para quebrar tudo. Nove Ministérios foram depredados.

Eu tenho certeza de que a sociedade brasileira não aprova essa baderna, nem esses baderneiros que deram tantos prejuízos e, acredito, serão responsabilizados pelo vandalismo.

Não podemos concordar com esses atos. O povo não concorda. Mas temos que fazer o tema de casa aqui.

Nós temos que ver a insatisfação do povo. Então, auxílio-moradia, auxílio-alimentação, inchaço da máquina pública, auxílio para compensação não valem mais nem para o Poder Judiciário, nem para o Poder Legislativo nem para o Ministério Público. Temos que enfrentar essas distorções. Temos que ter equilíbrio entre o setor público e o setor privado.

Essa é uma bandeira muito importante que temos que erguer daqui para frente e também precisamos continuar as mudanças que estão acontecendo no nosso Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de destacar que estão avançando as negociações para a implantação de um Núcleo de Inovação Tecnológica para Agricultura Familiar em Santa Catarina, cujo desafio é aproximar os inventores e as pequenas e médias empresas, que desenvolvem as tecnologias, dos agricultores, de modo que as inovações tecnológicas lhes sejam oferecidas a um baixo custo. Este projeto, que desenvolve diversos tipos de projetos ligados a agricultura catarinense, é vinculado ao Programa SC Rural e tem o Banco Mundial como parceiro.

Na última quinta-feira, dia 11, membros da Secretaria Executiva do SC Rural se reuniram com representantes da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC, da Universidade Católica de Santa Catarina, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, da Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia - ACATE, da Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras - CERTI e da Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE para discutir a visão e os objetivos do Núcleo de Inovação Tecnológica e definir o papel de cada instituição nas atividades.

Trata-se de um projeto de suma importância para a agricultura familiar, uma vez que a intenção é levar tecnologia de ponta para os agricultores do Estado com baixo custo e como forma de aumentar a competitividade no meio rural e contribuir para que continuemos sendo exemplo no cenário produtivo nacional.

Muito obrigado.

Documento 124/141

136.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	25/05/2017-15:30
Publ.: DCD - 26/05/2017 -		RENATA ABREU-PODE -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Homologação do partido Podemos pelo Tribunal Superior Eleitoral. Diretrizes e metas da agremiação partidária. Necessidade de realização das reformas política, trabalhista, tributária e previdenciária. Atuação da oradora como

Presidente Nacional do Podemos.

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/Pode-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em meio a tempos de crise, nasce uma esperança, um novo partido, o Podemos, que acabou de ser reconhecido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

O Podemos é um movimento que sonha em construir os novos pilares da democracia. Para isso, propomos abrir canais de participação, utilizando as plataformas digitais, possibilitando que haja conexão entre os anseios dos cidadãos brasileiros e o sistema político em xeque. Quero compartilhar com a nossa bancada, a bancada do meu coração, este grande momento de alegria.

Meu Líder Alexandre Baldy, finalmente chegou o momento que tanto esperávamos!

Companheiros Deputados Dr. Sinval Malheiros, Carlos Henrique Gaguim, Aluisio Mendes, Antônio Jácome, Ademir Camilo, Ricardo Teobaldo, João Carlos Bacelar, Silas Freire, Luiz Carlos Ramos - o Chapéu -, Francisco Chapadinha e a querida Deputada Jozi Araújo, temos muito trabalho pela frente!

O Podemos é o partido que mais cresceu no Brasil. Hoje, além da bancada de 13 Deputados Federais, temos 23 Deputados Estaduais, 32 Prefeitos, 760 Vereadores e mais de 300 mil filiados, além de 2.324 diretórios no Brasil inteiro. E vamos crescer mais.

Grandes expoentes do País já aceitaram o desafio de participar da construção desse sonho. Um deles é o nosso querido Senador Alvaro Dias, do Paraná, um dos políticos mais experientes e respeitados do Brasil. Já foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador do Paraná e agora está no quarto mandato de Senador da República. Foi um dos melhores Governadores do País e deixou o Governo com quase 80% de aprovação.

E o nosso querido amigo Senador Romário, do Rio de Janeiro, também está nos ajudando a construir esse projeto político de maior participação popular dentro do Podemos, sempre sugerindo excelentes ideias para esse sonho.

Ambos, o Senador Alvaro Dias e o Senador Romário, têm uma trajetória de luta pelo Brasil. São Parlamentares íntegros, independentes, que já deram muitas provas de espírito republicano e de dedicação ao nosso País.

O Podemos é parte de um fenômeno mundial que está resgatando a cidadania e fazendo renascer as esperanças de renovação democrática. Vejam, por exemplo, o que aconteceu na recente eleição presidencial na França. O atual Presidente, Emmanuel Macron, fundou uma agremiação totalmente nova, o En Marche!, com propostas semelhantes às do Podemos, e com isso conseguiu desbancar os partidos tradicionais e derrotar as ameaças da extrema Direita e da



extrema Esquerda.

Movimentos semelhantes, que criticam o modelo partidário tradicional e oferecem alternativas antenadas com as reais necessidades dos cidadãos, estão crescendo na Europa, como o Cinco Estrelas, na Itália, e o Podemos, na Espanha, entre tantos outros no mundo inteiro. Posso dizer, com muito orgulho, que o Podemos é parte integrante dessa onda mundial de mudanças.

Como esses movimentos, o Podemos se recusa a se encaixar em paradigmas arcaicos e ultrapassados, como "direita" ou "esquerda". Ideologicamente, somos um partido-movimento, que reúne um coletivo de causas para mobilizar e mudar o nosso País e que se inspira no futuro, não no passado.

Consequentemente, meus amigos, não vamos impor de cima para baixo as nossas ideias à população, como fazem os atuais partidos. Juntos com a cidadania, discutiremos nossos objetivos e projetos como partido. Só depois nós poderemos definir nossos rumos. Não acreditamos que os fins justificam os meios; para nós, os meios são os próprios fins.

Estamos lançando publicamente o nosso *site* no dia 1º de julho, junto com o lançamento oficial do Podemos aqui em Brasília e do nosso programa partidário colaborativo. O primeiro programa partidário a ser construído junto com o nosso povo estará disponibilizado em nosso *site*, para que as pessoas decidam conosco qual é o partido e o sonho de cada brasileiro.

Senhoras e senhores, eu já disse a V.Exas. que uma crise surge quando o velho está morrendo, e o novo ainda não nasceu. Mas eu ousaria dizer que, neste caso, o novo não apenas já nasceu como começa a dar os primeiros passos, caminhando na construção de pilares mais sólidos para a nossa democracia, pilares como práticas de transparência na política, de participação popular e de mais democracia direta, a democracia do futuro.

V.Exas. poderiam me perguntar: por que precisamos de novos pilares? Por que um partido se refunda com o objetivo de reconstruir nossas instituições?

A resposta mais óbvia e imediata é que estamos mergulhados em uma crise histórica e precisamos reencontrar caminhos que nos levem à estabilidade política e à retomada do crescimento.

Só que não é só isso. O problema da política no Brasil não é apenas conjuntural. A nossa crise é bem mais grave, é uma crise estrutural, que, muitas vezes, nós políticos relutamos em reconhecer e enfrentar. Nossa crise é o que os estudiosos classificam como "crise da representação". O que significa isso? Bem, por trás desse termo complexo e técnico está o fato de que, há tempos, os cidadãos - e isso não apenas no Brasil - simplesmente se sentem pouco ou nada representados pelos Parlamentares que elegem. Isso é inegável e perceptível, mas, às vezes, os políticos dão as costas a essa realidade.



Precisamos reconhecer que existe um colossal abismo entre a sociedade e a atividade parlamentar no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais, assim como entre a sociedade e as demais instâncias do Poder Executivo, causando muita perplexidade e descontentamento entre os cidadãos brasileiros. E por que isso acontece? Em resumo, somos cidadãos do século XXI, lidando com instituições políticas concebidas no século XIX, usando Tecnologia da Informação do século XV. É evidente que haverá conflito.

Vivemos hoje numa realidade global e compartilhada, em que as pessoas não querem mais ser passivas. Seja nas redes sociais, seja nas atividades profissionais, elas querem cada vez mais opinar, participar, decidir. Numa palavra, querem ser protagonistas.

Ora, nada mais normal que essas pessoas também queiram ter voz ativa na política. Se elas estão interagindo e participando cada vez mais em muitas atividades, por que elas não desejariam participar das decisões políticas do seu País, do seu Estado e da sua cidade? Por que se limitar a eleger os seus representantes de 4 em 4 anos e dar um cheque em branco para eles fazerem o que bem entenderem? Nós estamos vendo que, no Brasil, desde 2013, milhões de pessoas têm saído às ruas para lutar por seus direitos, exigir reformas e protestar contra a corrupção.

Por um lado, isso é formidável, pois atesta o vigor da nossa jovem democracia. Por outro lado, meus amigos, ninguém pode ignorar que essas manifestações expressam um profundo mal-estar dos brasileiros com o modo como se faz a política em nosso País.

Mais do que em outros lugares do mundo, aqui a cidadania se sente traída pelos grandes partidos políticos tradicionais, que há décadas se revezam no poder e hoje produzem escândalos aos montes. A paciência do brasileiro está se esgotando. São esses anseios de participação que o Podemos quer expressar. Para nós é muito claro que é fundamental resgatar a nossa democracia.

Lutamos muito pela redemocratização do Brasil. Eu vi o meu tio, o ex-Deputado Federal Dorival de Abreu, fundador do Partido Trabalhista Nacional, cassado e torturado na ditadura militar por querer garantir o nosso direito de manifestação e de construção do Brasil dos nossos sonhos.

E para resgatar a nossa democracia, creiam, é preciso fazer com que a política volte a encantar as pessoas, volte a ser feita com paixão, com coração, com tolerância e com respeito às divergências e às diferenças do nosso Brasil e do nosso povo. É preciso ver a política como expressão das verdadeiras aspirações dos cidadãos que querem participar das decisões que lhes dizem respeito. Deixemos para trás a velha política, cujo resultado é um poder obscuro, que é a mãe de todos os desmandos e falcatruas que estamos vendo hoje no nosso Brasil.



O Podemos acredita que essas novas práticas políticas são fundamentais para revigorar a democracia. Se o povo hoje é o grande ausente da democracia, como sugeriu o escritor português José Saramago, isso só acontece porque continuamos a fazer a política como se fazia há 200 anos, na época em que os Parlamentares usavam perucas empoadas e, ainda por cima, cortavam a cabeça dos reis.

O fato é que hoje vivemos a realidade mais fascinante de um mundo digital, mas a política continua analógica. O nosso mundo é pós-moderno, mas o nosso modelo político é da sociedade pré-industrial. Eu quero falar agora sobre os pilares do Podemos. Começemos com a transparência. Diz um ditado popular que *"à noite todos os gatos são pardos"*. Pois bem, o poder é como um gato à noite. Por isso, precisamos trazê-lo para a luz do dia, dar a ele visibilidade, mostrar a sua cor. Lembro as célebres palavras de um juiz da Suprema Corte Americana, no século passado, Louis Brandeis: *"A luz do sol é o melhor desinfetante"*.

Na democracia, a fiscalização crítica do poder é um pressuposto essencial para as boas práticas e o bom funcionamento das instituições políticas. E para isso não basta, por exemplo, abrir as contas dos órgãos públicos. É claro que os portais da transparência representam um grande passo, mas precisamos avançar ainda mais e adotar ações ainda mais abrangentes. Transparência não é simplesmente disponibilizar informação, mas torná-las claras, simples, para que qualquer cidadão entenda.

E também há medidas que já estão em tramitação, as quais nós precisamos aprovar, como a PEC do fim do foro privilegiado. E temos que retomar outras proposições, como as 10 Medidas propostas pelo Ministério Público para combater a corrupção. Ações contra a corrupção, como a Lava-Jato, que estão passando o Brasil a limpo têm o nosso total e irrestrito apoio.

Eu quero falar agora do segundo pilar do Podemos, a participação popular. Defendemos a ampliação dos projetos de iniciativa popular e o estabelecimento de plebiscitos e referendos sobre temas específicos. Plebiscitos e referendos dão mais dinamismo à democracia, permitindo consultas diretas à população sobre vários temas, como acontece nos Estados Unidos. No dia das eleições, em vários Estados americanos, a população vai às urnas decidir sobre diversos temas: cobrança de taxas, de impostos, instalação de cassinos, aborto, etc.

O aumento da participação popular leva à democracia direta. Mas o que é democracia direta? Muitos poderão pensar que falar em democracia direta no século XXI é um devaneio utópico de sonhadores, que seria impossível reunir multidões para tomar decisões que afetam todo o País, como se fazia antigamente nas ágoras gregas. Porém isso não é verdade, e nós sabemos disso. O mundo da *web* e das redes sociais criou uma tal interconectividade que possibilita que



consultemos os cidadãos sobre os mais variados temas, ou que eles próprios tomem a iniciativa de exigir respostas do poder público em diversas situações.

O projeto do Podemos prevê a criação de mecanismos de participação e a disseminação de ações de democracia direta, usando as novas tecnologias para aproximar a população das principais decisões deste País. Assim, os cidadãos poderão conhecer melhor os problemas, debatê-los e decidir conosco quais os rumos que devem ser tomados, em cada cidade, Estado e no País em que eles vivem.

Um dos instrumentos mais interessantes da democracia direta é o *recall*, a possibilidade de o eleitor cassar o mandato de seu representante, caso ele não cumpra seu programa político, a sua proposta de campanha, ou se revele incompetente para governar o País. O *recall* é aplicado em muitos países, inclusive em 12 Estados americanos, principalmente na Califórnia, onde 4 Governadores já foram afastados do cargo antes do final do mandato.

Sabemos que nosso presidencialismo de coalizão é propenso a gerar frequentes crises institucionais. O mecanismo do *recall* evitaria a eclosão dessas crises, como a que vivemos por ocasião do *impeachment* da ex-Presidente Dilma, em 2016, e, por que não dizer, como a que vivemos agora.

Nós defendemos a aproximação entre o Estado e as pessoas, os cidadãos; a aproximação entre gestor e sua comunidade; e a aproximação entre o legislador e a sua base. Enfim, defendemos mais participação das pessoas nos Governos e nas Casas Legislativas. Nossos legisladores serão orientados pela participação das pessoas. Eu vou conceder um aparte a minha querida amiga Deputada Jozi Araújo, do Amapá.

A Sra. Jozi Araújo - Muito obrigada pelo aparte, Deputada Renata Abreu. Cumprimento ao Presidente, aos demais Parlamentares e aos assessores que estão aqui presentes. No momento em que o País quer ser ouvido, no momento em que o povo quer expressar a sua voz, surge uma nova história, com uma grande líder vinda de São Paulo, que conseguiu fazer uma transformação dentro da Câmara dos Deputados. É uma mulher pela qual eu tenho muito respeito, porque mudou um partido de 4 para 13 Deputados e que caminha para ter ainda mais. Falo de V.Exa., Deputada Renata Abreu, que neste momento vem mudar a história deste País, vem construir um novo movimento, um novo momento, garantindo, sim, ao povo a sua voz. Quero dizer a V.Exa., querida Deputada Renata, que eu fico muito feliz em poder participar desse projeto revolucionário, no atual momento em que vivemos. A oportunidade de o povo brasileiro ser ouvido pelo Podemos é algo jamais visto na história. E V.Exa., Deputada Renata, por quem eu tenho muito carinho, tem o poder de fortalecer o País com esse movimento. Quero aqui convidar o povo brasileiro, sobretudo do meu querido Amapá, as lideranças e as pessoas que querem se



somar a este projeto de democracia direta com a população, para que venham se filiar ao futuro, ao Podemos, ao nosso partido. Com certeza, nós já teremos uma excelente adesão, como já foi anunciado aqui, a do Senador Alvaro Dias, que vem fortalecer nosso projeto político. Parabéns, Deputada Renata Abreu! Pelo nosso futuro, pelo nosso caminho, podemos, juntos, construir um Brasil melhor! Podemos mais! *(Palmas.)*

A SRA. RENATA ABREU - Obrigada, Deputada.

Concedo um aparte ao Deputado Silas Freire.

O Sr. Silas Freire - Deputada, primeiro, quero saudar o Presidente Rocha e os companheiros da Mesa e dizer que, depois de um processo de *impeachment*, depois de chegarmos a 16 milhões de desempregados, depois de escândalos e escândalos em delações premiadas - e até premiadíssimas -, depois da guerra travada ontem nas ruas de Brasília, o Brasil vê nascer uma luz no fim do túnel.

Quando todos poderiam imaginar que a política havia naufragado, que a política estava no seu final, pelas denúncias, pelo descrédito, pela crise, nasce o Podemos. Ele é uma luz, e o Brasil agradece a essa luz que nasce no fim do túnel. Nem tudo está perdido. O Podemos nasceu! Brasil, vamos acordar, porque, como a própria Deputada diz, todos juntos podem. Juntos, podemos! Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. RENATA ABREU - Obrigada, Deputado Silas.

É uma alegria ouvir V.Exas. Eu quero agradecer à Deputada Jozi por ter acreditado e por estar participando da construção desse sonho, V.Exa., que veio de outro partido político, assim como outros dos nossos Parlamentares. Acho que o Deputado Bacelar é o único que estava conosco desde o início, nosso Deputado da Bahia. Eu fico muito feliz de ter mais essa adesão.

Eu continuo explanando para a nossa população, para a nossa militância, para os nossos Parlamentares aqui presentes que lançaremos no dia 1º de julho a nossa plataforma de democracia direta. Pela plataforma do nosso partido, qualquer cidadão poderá propor um projeto de lei. E, com 20 mil apoiantes, a nossa bancada se comprometerá a protocolá-lo na Câmara Federal.

Para V.Exas. terem ideia, para uma proposta de iniciativa popular tramitar na Câmara dos Deputados hoje são necessárias hoje, aproximadamente, 1,5 milhão de assinaturas. Nós queremos inovar, permitindo que os eleitores exerçam a democracia no próprio partido. A respeito da democracia direta, eu gostaria de concluir citando um filósofo francês contemporâneo do qual eu gosto muito, Pierre Lévy, que diz que o ideal da democracia não é a eleição de representantes, mas a maior participação do povo na vida da cidade. O voto clássico é apenas um meio. Por que não concebemos outros modos, com base no uso de tecnologias contemporâneas que permitem participação dos cidadãos qualitativamente superior à que confere a contagem de cédulas depositadas nas urnas?



Meus amigos, minhas amigas, quis o destino que o Podemos nascesse em um momento crucial para o Brasil. A Operação Lava-Jato, levada a cabo pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, representa um divisor de águas na história política do País.

O sistema político-partidário, concebido há 30 anos, com a Constituição de 1988, está sendo duramente questionado. Os grandes partidos políticos foram atingidos em cheio por denúncias de envolvimento em esquemas de caixa dois, lavagem de dinheiro, recebimento de propinas, corrupção.

Por esse motivo, nenhum desses partidos tem condição de isoladamente levar a cabo as grandes reformas das quais o País necessita, nos âmbitos trabalhista, previdenciário, político e tributário. O Podemos tem consciência da urgência dessas reformas. Elas são necessárias para retomarmos o caminho do desenvolvimento econômico, com geração de empregos e distribuição de renda. Mas sabemos também que essas reformas dificilmente se concretizarão, se continuarmos a fazer a política da maneira como fizemos até hoje, usando ferramentas analógicas num mundo digital.

Nós só conseguiremos renovar o interesse dos cidadãos pela política se soubermos adaptá-la aos novos tempos: tempos digitais; tempos líquidos, para usar a expressão do sociólogo Zygmunt Bauman; tempos de redes sociais, de informações *on-line* e compartilhadas; tempos de participação.

O Podemos aceita esse desafio. E o aceita porque tem certeza de que devemos deixar para trás os modelos construídos no século XVIII e olhar a realidade das pessoas que vivem no século XXI.

Repito: se quisermos buscar o futuro, temos que ancorar nossos sonhos no presente, e não no passado. Como disse o visionário Peter Brucker: *"A melhor forma de prever o futuro é criá-lo"*.

O Podemos quer ser um partido político à altura das necessidades contemporâneas. Queremos ser vanguarda, mas não aquela vanguarda "iluminada" que pensava poder conduzir o povo. Não temos a presunção de saber tudo. Por isso debateremos com a cidadania a escolha dos rumos a serem trilhados.

Por fim, quero homenagear todos aqueles que lutaram pela construção do Partido Trabalhista Nacional, agora Podemos, um partido com 70 anos de história limpa. O Deputado Bacelar, nosso querido amigo da Bahia, é integrante histórico do partido, do qual me orgulho de ter feito parte, assim como me orgulho e participar dessa sua nova fase.

Quero agradecer também ao meu pai, para mim, o sempre Deputado José de Abreu, por todos os ensinamentos e lições e por ter me mostrado que lutar por nossa Nação não é negar a política, mas fazer parte dela.

Também agradeço muito à minha mãe, Cristina Abreu, que sempre me ensinou a ter um olhar social para o nosso Brasil, que precisa desse apoio, e por ter me incentivado a ser mais uma cidadã, que, como

muitas, olham para toda essa crise e dificuldade e, em vez de fugir do nosso Brasil, como muitos estão fazendo, veste a camisa da nossa Nação e canta com orgulho no peito: "*Verás que um filho teu não foge à luta!*"

Sou brasileira e vou, como Presidente Nacional do Podemos, lutar para que mais jovens, mais mulheres, mais homens, mais cidadãos participem e entendam que juntos podemos, sim, mudar o nosso Brasil. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rocha) - Obrigado, Deputada Renata Abreu.

Documento 125/141

136.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	25/05/2017- 17:09
Publ.: DCD - 26/05/2017		FELIPE MAIA-DEM -RN
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância, para as Regiões Norte e Nordeste, da aprovação da Medida Provisória nº 762, de 2016, sobre a prorrogação do prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante. Realização das reformas política, trabalhista e previdenciária. Efeitos do vazamento de gravação de diálogo entre empresário e o Presidente da República. Contrassenso entre protestos contra o Presidente Michel Temer e o silêncio diante da corrupção praticada pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo PT.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN e como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos que nos ouvem e nos assistem por meio dos diversos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados, na noite de ontem aprovamos neste plenário a Medida Provisória nº 762, de 2016, que prorroga o prazo de não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM. É uma matéria fundamental para a Região Norte e Nordeste do País, uma vez que a medida provisória determina que todas as embarcações, todas as viagens de cabotagem feitas por navios ou por barcos no Norte e Nordeste, que cheguem ao Nordeste ou saiam da Região, estarão liberados da incidência do AFRMM. E isso significa, em alguns casos, como é o caso da cabotagem, algo em torno de 10%



sobre o valor da mercadoria.

Essa medida provisória é fundamental para algumas indústrias no nosso País: a indústria do alumínio e dos insumos de alumínio, do hidróxido de sódio, do arroz, da madeira, de máquinas e aparelhos, dos polímeros e acetal, bem como para a indústria do sal. Dois por cento de tudo o que é transportado por cabotagem no Brasil significa o sal. E 95% do sal consumido no Brasil vem do meu Estado, o Rio Grande do Norte.

Se essa medida provisória não tivesse sido aprovada... E eu fiquei muito feliz com a aprovação na noite de ontem, porque vence dia 1º... Dia 1º de junho é a data de vencimento da medida. E aqueles movimentos aqui do plenário de obstrução, e eu os entendo não como obstrução política, mas obstrução ao futuro do País. Medidas provisórias como esta receberam o tratamento cordial, e eu tenho que reconhecer, do Deputado Leo de Brito, do PT, que foi muito correto, da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Eduardo Braga, na Comissão Especial, da qual eu fui o Relator. De uma forma sensível, eles entenderam que esta matéria era fundamental para o Norte e o Nordeste do País. E tiraram o *kit* obstrução de lá, permitindo que a matéria fosse aprovada de forma unânime, sem nenhum questionamento.

E ontem nós tínhamos aqui, até determinado momento, um movimento de obstrução, como tivemos durante esta semana inclusive. E eu me preocupava muito, porque algumas indústrias do Norte e Nordeste poderiam quebrar. Por exemplo, se essa medida provisória não fosse aprovada e não fosse reeditada, a indústria do sal se tornaria não competitiva, uma vez que o Brasil possui acordos bilaterais, através do Mercosul, e o sal chileno chega ao Brasil com preços inferiores ao preço praticado pelo Brasil, se não fosse essa não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, que significa 10%.

Além disso, a medida provisória tem algumas outras razões. É importante para desenvolver a Região Norte e Nordeste do País, para desafogar o transporte rodoviário do País com transportes aquaviários, fazendo com que a infraestrutura do País receba um alento. Quantos milhões de toneladas são transportados por embarcações seriam transportados por meio do modal rodoviário? Alguns milhares de carretas, o que iria, sem sombra de dúvida, destruir ainda mais as nossas rodovias.

Eu, na responsabilidade de Relator, tentei aperfeiçoar o texto dessa medida provisória. Inicialmente, tendo recebido a medida provisória original, com prazo de validade de 2 anos, isso me preocupou bastante, porque a não incidência do Adicional ao Frete começaria no dia 8 de janeiro de 2017, e, se houvesse um prazo de 2 anos, acabaria esse prazo no dia 8 de janeiro de 2019, ou seja, 8 dias após a posse do futuro Presidente do Brasil. Como é que nós iríamos reeditar uma



medida provisória? Como iríamos trabalhar a reedição da medida provisória?

Portanto, fiz um apelo ao Palácio do Planalto, à Receita Federal e ao Ministério do Planejamento para que pudéssemos, pelo menos, aumentar 1 ano. Na Comissão Especial, foi sugerido que, a exemplo de outras medidas provisórias do passado, a medida fosse votada com prazo de 5 anos. Houve lá um acordo. O Governo ficou de analisar com a sua equipe econômica, e ontem não se opôs à aprovação dessa medida provisória com o prazo de 5 anos.

Já houve um ganho para as diversas indústrias do Norte e Nordeste do País, uma vez que o texto original contemplava a prorrogação por 2 anos, e nós aprovamos por 5 anos.

Outra demanda que existiu, dentre as 23 emendas recebidas nessa medida provisória, foi uma bastante justa: uma emenda que buscava proteger um direito do passado das indústrias que se instalaram no Nordeste. Cito, por exemplo, a indústria da Grendene, que se instalou em algum Estado do Nordeste e comprava a borracha da China. Eles tiveram esse direito até 2015. Em 2015, uma lei acabou com esse benefício da não incidência do AFRMM para navegação de longo curso. Isso, sem sombra de dúvida, atingiu em cheio essas indústrias que se instalaram no Nordeste para buscar esse incentivo fiscal. Houve um apelo por parte de diversos Deputados e Senadores para que eu contemplasse esse ponto de vista na medida provisória, e assim foi feito. Eu acrescentei ao texto original da medida provisória o art. 17-A, que tem como redação:

Art. 17-A. Aplica-se, pelo prazo de 5 anos, sobre as mercadorias importadas por portos localizados nas Regiões Norte e Nordeste que sejam destinadas à industrialização ou consumo, por empreendimentos implantados, modernizados, ampliados ou diversificados e aos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem nestas Regiões, segundo avaliações técnicas específicas das respectivas Superintendências de Desenvolvimento regionais.

Vale dizer que os empreendimentos industriais que se instalaram ou que vão se instalar receberão esse benefício para se tornarem competitivos, uma vez que nós sabemos que, se o Nordeste e o Norte brasileiros não tiverem incentivo, todas as indústrias terminarão migrando para o Sul e o Sudeste do País.

Esta foi uma das emendas acordada com a equipe do Governo, e eu novamente digo que era uma equipe que, num primeiro momento, até reagiu a essa medida provisória, mas em outro momento entendeu que a geração de emprego no Brasil... E falo de um Brasil que o atual Presidente Michel Temer recebeu com 14 milhões de desempregados! E eu tive a boa oportunidade ou o prazer de anunciar, na terça-feira passada, que foram gerados 60 mil empregos com carteira assinada, só no mês de abril, sendo o melhor resultado desde 2004. Esses destaques eram importantes para serem aproveitados na medida



provisória, e assim foi feito. O Governo entendeu e flexibilizou o seu entendimento para que eu pudesse fazer o acréscimo ao texto original da medida provisória.

Outro ganho, outro avanço que nós tivemos na Medida Provisória nº 762, de 2017, foi justamente a melhoria dos portos e dragagem. O AFRMM, como o nome mesmo diz, é o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante. Por exemplo, no meu Estado do Rio Grande do Norte existe o porto, e a sua dragagem não é compatível com alguns navios que queiram acostar, que queiram entrar no Porto de Natal para embarcar ou desembarcar passageiros e cargas. Existe um saldo nesse fundo. Na hora do nosso relatório, foi pedido que nós aproveitássemos também essa emenda.

Portanto, nós colocamos no nosso relatório o seguinte incremento:

Art. 22. O FMM é um fundo de natureza contábil destinado a prover recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras - e agora vem a inovação -, bem como para recuperação, dragagem, modernização e expansão ou construção de portos, observado o disposto no inciso I do art. 2º.

Portanto, Sr. Presidente, eu fiz questão de vir nesta tarde de quinta-feira para trazer esta boa notícia às Regiões Norte e Nordeste do País. Foi um trabalho feito a várias mãos. Eu faço questão de reconhecer que na Comissão Especial tive a compreensão e a flexibilidade de Deputados que hoje compõem a Oposição do nosso País, mas que foram sensíveis aos apelos de suas Regiões.

Há pouco foi dito que alguns partidos se retiraram do plenário e não fizeram o bom combate. Eu acho que o bom combate é aquele combate que busca agregar, acrescentar, discutir matérias e aperfeiçoar. Eu sinceramente fiquei aliviado quando vi aqueles que obstruem a nossa pauta. Obstrução de pauta é um movimento político. Nós já fizemos muito. Eu cheguei a esta Casa em 2007. Até então eu era Oposição e fazia obstrução, mas sempre uma obstrução responsável, respeitando matérias que são importantes para o desenvolvimento de regiões, para a geração de emprego e para a geração de renda.

E algumas das medidas provisórias que ontem estavam na pauta eram fundamentais para o futuro do nosso País, um país - há poucos dias fiz um pronunciamento - que se encontrava no trilho. Finalmente, nós tínhamos um Presidente que sabia conduzir o nosso País, que sabia trabalhar para que a inflação chegasse ao centro da meta, para que a taxa SELIC pudesse chegar a um dígito no final do ano, para que os empregos pudessem voltar a ser gerados, para que o Brasil tivesse credibilidade externa.

Eu lembro um Presidente - e não quero entrar na esfera política - que dizia que nem Dom Pedro I fez a transposição do Rio São Francisco. Adivinhem na mão de quem foi entregue? Do Presidente Michel Temer. Aquele mesmo Presidente deveria, com a gordura que tinha de



popularidade, ter um compromisso com o Brasil. Acima de qualquer partido, acima de qualquer projeto de poder, existe o País, existe o Brasil. Qualquer cidadão que quer presidir um partido tem que ter ou deveria ter o mínimo de espírito estadista, entender que aquele mandato delegado pelo povo é para ser usado em favor do nosso País, não em favor do seu projeto de poder ou do seu projeto pessoal.

E as reformas são fundamentais, a reforma política, a reforma trabalhista. E esta será aprovada no Senado, queiram os Senadores subir na mesa, plantarem bananeira, fazerem o que quiserem! Vai ser aprovada. E vai ser aprovada em cima do Regimento e da democracia. Quem tiver voto aprova, quem não tiver rejeita. E não se fará com gritaria, partindo para cima do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, fazendo baderna, como se isto aqui fosse um circo. Isto não é um circo, isto é o Congresso Nacional. Aqui, nós representamos o povo, lá eles representam os Estados. Pelo bem ou pelo mal, vai ter que ir a voto. Os que tiveram votos vão sair vitoriosos, os que não tiverem vão sair derrotados. Portanto, a reforma trabalhista será aprovada, como foi aprovada na Câmara.

A reforma previdenciária é um tema que ainda está em debate e sobre o qual nós temos que avançar. É um tema, eu diria, agradável? De forma nenhuma, de forma nenhuma! A reforma previdenciária é um mal necessário, mas é um mal que vai sinalizar para o mercado, para os investidores e para o Brasil que nós não iremos quebrar logo à frente, que os nossos filhos e netos terão condição de receber a sua aposentadoria.

Aqueles que são contra a reforma da Previdência não entendem que o Brasil vai quebrar. Aqui, há poucos dias, nós estivemos, semanas e semanas, analisando a renegociação da dívida dos Estados. Aqui estava o Governador Pezão, do Rio de Janeiro, que não tem condições de pagar o seu funcionalismo público. Por quê? Porque o Estado quebrou. É obrigado a dar um remédio ainda mais amargo aos aposentados, aos servidores, aos investimentos feitos no Estado. Por quê? Porque não tomou as medidas necessárias. E as medidas necessárias são, entre outras, a aprovação das reformas.

Portanto, Sr. Presidente, eu lamento muito. Fiz um pronunciamento há poucos dias dizendo justamente isso, na última terça-feira, no dia 23 - hoje é quinta, foi na semana anterior. Eu ocupava esta tribuna, celebrando as boas novas do Brasil. Infelizmente, houve o vazamento de uma gravação feita por um empresário que saiu do Brasil ainda mais bilionário do que já era, porque teve a malandragem de vender as ações de sua empresa dias antes da crise política que ele criou. As ações todas despencaram, mas ele aplicou no mercado futuro, comprando dólar anteriormente e vendendo posteriormente. Quando o dólar disparou, ele vendeu o dólar que ele comprou antes barato, fazendo milhares de dólares de receita.

E partiu no seu jatinho, num jato de 20 passageiros, um jato

monstruoso. Partiu, com a sua família e com o seu braço direito, para Nova York. Hoje mora na 5ª Avenida. Deixou o país esbandalhado. Alguns, que eu não quero aqui dizer quem, estão destruindo o patrimônio público.

É engraçado que os mesmos que destruíram a Esplanada dos Ministérios e destruíram a Catedral são os que se calam diante da corrupção do PT e do Presidente Lula. Calam-se. São dois pesos e duas medidas. Quebrar aqui para protestar contra o Presidente Temer e as reformas, eles o fazem. Mas, para protestar contra a corrupção do passado, não abrem a boca.

Que esse cidadão hoje - e não é para ele que eu quero dirigir o meu discurso, até porque ele não merece 1 minuto de discurso nesta tribuna, quem merece é o Brasil, quem merece são os trabalhadores, os empregos, a renda do nosso povo -, que esse cidadão vá e que a Justiça cuide dele.

E que este Congresso, Sr. Presidente, cuide do povo brasileiro da melhor forma possível, passando por cima de divergências políticas, de projetos pessoais ou partidários. Primeiro o Brasil! Talvez, depois, um projeto político. Mas sempre o Brasil em primeiro lugar!

O SR. PRESIDENTE (Darcísio Perondi) - Muito obrigado, Deputado Felipe Maia, do Rio Grande do Norte. Parabéns pelo trabalho extraordinário, nessa medida provisória importante para a indústria do sal do Nordeste e para os trabalhadores que trabalham nessa área! Parabéns!

Documento 126/141

136.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	25/05/2017-18:00
Publ.: DCD - 26/05/2017 -		SEVERINO NINHO-PSB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Crise econômica, política e moral reinante no País. Riscos, no momento atual, da realização de eleições indiretas para a Presidência da República. Inevitável conflito no âmbito do Congresso Nacional, no caso da escolha do próximo Presidente da República por meio de eleições indiretas. Realização da reforma política com participação popular. Reformulação do Sistema Tributário Nacional. Declaração de voto pela rejeição do parecer oferecido à medida

provisória sobre a alteração dos limites da Floresta Nacional do Jamanxim.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado, eu agradeço por suas palavras a mim referidas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, eu ocupo a tribuna desta Casa não para falar sobre *impeachment*, não para falar sobre renúncia, porque sobre isso todos falam. O nosso partido, o PSB, já definiu a nossa posição em defesa dessas duas teses, desses dois institutos. Eu falo principalmente sobre confiança.

O Brasil está atordoado. Esta Casa e o Senado estão atordoados. O Supremo Tribunal Federal está atordoado diante da enorme quantidade de processos para julgar. Nós não sabemos aonde vamos parar.

Vou falar sobre eleições diretas, sobre eleições indiretas e um pouco sobre reforma política.

De um lado, defendem-se as eleições diretas. Alguns falam que isso seria casuísmo. Mas, no meu modo de ver, aquilo que é bom para o povo não pode ser chamado de casuísmo. É bem verdade que a Constituição prevê, neste caso, a eleição indireta, se houver renúncia, cassação ou *impeachment*, e eu como constitucionalista sei disso.

Mas os Constituintes de 1988, ao elaborarem a Constituição e incluírem na Carta Magna do País a eleição indireta, com certeza não previram que o Brasil chegasse a essa encruzilhada. A situação de hoje é tão grave que talvez fosse impossível aos Constituintes de 1988 terem a previsão de que chegaríamos a esse nível de enfrentamento, de dificuldades, de incertezas.

Então, as eleições diretas têm suas virtudes e têm seus males. Em um momento como este, de incerteza, quando o povo está atordoado, a eleição direta pode levar um aventureiro para ocupar o Palácio do Planalto. Ninguém tem dúvida disso. Todos sabem que há o risco, no momento atual, de termos eleições diretas.

Por outro lado, com este Congresso, com a opinião pública totalmente contrária a este Congresso, a eleição indireta também seria um problema muito sério a se resolver.

Hoje, nós vivemos, como eu disse, uma crise moral, uma crise política, uma crise econômica e também uma crise de confiança. Ninguém confia em ninguém, essa é a verdade. O Presidente da República foi gravado por um dos donos da maior empresa produtora e exportadora de carne do mundo. O ex-Presidente José Sarney foi gravado pelo ex-Senador Delcídio do Amaral, que o chamava, salvo engano, de pai na hora em fazia a gravação.

Para este Congresso fazer uma eleição indireta, vai ser uma guerra, porque o PMDB não vai querer perder a cabeça da chapa, o comando da República. O PSDB já se movimenta no mesmo sentido. Já surgem

nomes.

Ora, há notícia de que - e quem está dizendo isto não sou eu, foi o Joesley que falou na televisão - um Deputado desta Casa foi tentar comprar votos contra a cassação da Dilma. E ele disse: "*Não, eu pago 3 milhões para cinco Deputados*". Pediram para 30 Deputados.

Quem é que nos garante que uma eleição indireta não vai ter dinheiro envolvido, corrupção e esse tipo de prática, a fim de se eleger um possível Presidente da República? É um risco muito grande nós entrarmos aqui para eleger um Presidente da República com este clima de desconfiança, com esta investigação que atinge diversos membros das duas Casas. Essa é a verdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados!

Fala-se que o problema brasileiro é o sistema político. Todos os males decorrem do sistema político, de como nós somos eleitos: Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores. Já não existe mais dinheiro de empresas privadas, porque o Supremo decidiu que não deve existir. Mas a forma de eleger ninguém alterou. As coligações estão aí. Há denúncia de compra de tempo de televisão, de partidos comprando outros partidos para terem mais tempo de televisão.

Se a reforma política é a salvação, ou pelo menos é um caminho, por que é que ela só caminha a passos de tartaruga? Eu desafio o Presidente Rodrigo Maia a chamar esta Casa à responsabilidade e fazer pelo Brasil. Vamos passar aqui 1 mês legislando, para votar a reforma política - legislando aqui o que o povo quer que legislemos: a reforma política. Não é passar 1 mês legislando aqui, mas indo para casa de 15 em 15 dias. Vamos passar 1 mês, de segunda a sexta, duas semanas seguidas, indo para os Estados depois de 15 dias. Mas é para fazer a reforma política, não para fazer reforma que o povo não quer. Se for para fazer reforma que o povo não quer, isso vai incendiar ainda mais o País. É para fazer a reforma que o povo quer.

Eu acho que o Presidente da Câmara deveria chamar os Deputados e dizer: "*Vamos fazer a reforma política, passar aqui 1 mês. As Comissões se reúnem pela manhã. E à tarde e à noite o Plenário se reúne para fazer a reforma política*". Devemos fazer também a reforma tributária, que interessa ao País, naquilo que for consensual e bom para o povo.

Sr. Presidente, quando eu falo que o clima aqui é de desconfiança é porque é. Eu mesmo votei contrariamente ao relatório que alterou o texto original da MP que alterou a Reserva do Jamanxim, porque não tive confiança. Não estou acusando o Deputado José Priante disso ou daquilo, mas estão aí as conversas e as provas de que compraram Parlamentares, Relatores, para aprovar ou alterar a medida provisória. Se tivessem colocado para votar no Plenário a MP que tratou das reservas lá do Pará com o texto que veio do Planalto, eu teria votado a favor, mas não estou aqui para fazer graça, para colocar a minha digital em alterações feitas nas Comissões desta Casa, quando elas são

muito ampliadas e quando pode haver, por trás dessas alterações, interesses escusos. O que fizeram com a MP que veio do Planalto? Foi alterada substancialmente para atender não sei a que interesse. Sr. Presidente, desse modo, nós temos que buscar uma saída. Se forem eleições diretas, se forem eleições indiretas, cabe a nós, junto com o povo brasileiro, trabalhar no sentido de pacificar o País. O fato é que a governabilidade está em grande dificuldade.

Ontem, vimos aqui praticamente o caos instalado entre Parlamentares. Eram 60 a 80 homens, em um empurra-empurra aqui de fazer medo, para votar uma MP ou para debater a presença do Exército na rua ou não. Imaginem o que vai acontecer aqui em uma eleição indireta para Presidente da República!

É um alerta que eu faço, para que possamos trabalhar com a cabeça fria, em prol do interesse do País e nunca, em tempo algum, com a cabeça ou o coração voltados aos nossos próprios interesses.

Eu já disse aqui, quando eu assumi 2011, na vaga de Ana Arraes, que, para mim, uma das atividades mais difíceis é a de representar o povo. Não vejo outra tão ou mais complexa, porque votar pelo povo, pelo contribuinte, pelo cidadão ou votar como o cidadão votaria se aqui estivesse é uma atividade quase impossível.

Infelizmente, muitos dos nossos pares não têm a noção do que significa representar o povo aqui desta tribuna. São 513 Deputados numa população de 206 milhões, ou seja, nós somos privilegiados, somos os escolhidos para legislar, mas muitos assim não pensam ou não sabem da importância desta nobre missão de legislar em prol da sociedade, em prol do interesse público.

Sr. Presidente, agradeço a paciência. Peço a divulgação do nosso discurso no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weliton Prado) - Vamos atender à sua solicitação, Deputado Severino Ninho, de dar ampla publicidade pelos meios de comunicação desta casa e no programa *A Voz do Brasil*. O mesmo dizemos em relação à fala do Deputado Franklin.

Documento 127/141

136.3.55.O

Sessão Não Deliberativa de
Debates - CD

25/05/2017-18:12

Publ.: DCD -
26/05/2017 -

WELITON PRADO-PMB -MG

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

REPRESENTANTE DO
PARTIDO



Sumário

Luta do orador pela redução das tarifas de energia elétrica no Estado de Minas Gerais. Posicionamento contrário à proposta governamental de reforma previdenciária. Apoio à realização de eleições diretas e à convocação de Assembleia Constituinte exclusiva para a reforma política.

O SR. WELITON PRADO (PMB. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Quero saudar a todos e a todas e dizer que ontem eu estive, mais uma vez, na reunião anual ordinária da ANEEL, a Agência Nacional de Energia Elétrica, que define, todos os anos, o valor do reajuste das tarifas de energia elétrica.

No caso da energia elétrica de Minas Gerais, é a CEMIG que praticamente detém o monopólio do fornecimento de energia no Estado. Já há vários anos, nós realizamos a campanha contra a energia mais cara do Brasil. Só o ICMS da tarifa de energia da CEMIG chega, em Minas Gerais, a 42% ou 43%! É o ICMS mais caro do Brasil. A ANEEL ia definir o valor do reajuste das tarifas, que vai valer a partir do dia 28 deste mês. Nós apresentamos várias contribuições, junto com o Deputado Estadual Elismar Prado, que foi Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Nós questionamos que não havia nenhum motivo para reajuste.

A CEMIG teve um lucro de mais de 2,6 bilhões de reais. Grande parte desse lucro vai para os acionistas estrangeiros que - pasmem! - não pagam um centavo de imposto de dividendos. Enquanto os consumidores pagam, só de ICMS, mais de 42%, as empresas estrangeiras que faturam levam o nosso dinheiro para fora sem pagar um centavo de imposto.

Nós questionamos o DEC - Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor e o FEC - Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor, a qualidade da energia e o tempo de interrupção. Questionamos os valores em relação à CDE - Conta de Desenvolvimento Energético. Há valores que já foram pagos, e as empresas os cobraram novamente. Entra ano, sai ano, sempre detectamos mais um erro na tarifa de energia.

Em 2015 - o Deputado Severino Ninho lembra muito bem -, nós denunciemos na Comissão de Defesa do Consumidor os aumentos abusivos. De lá para cá, foram mais dois erros na tarifa de energia, detectados pelo TCU. Infelizmente, não foram ressarcidos os consumidores como deveriam. O Código de Defesa do Consumidor é bem claro: quando há um erro, é preciso devolver ao consumidor em dobro. Isso não aconteceu.



Pelos diversos motivos que nós apresentamos, não havia nenhuma justificativa para o aumento da tarifa, principalmente no que diz respeito ao pagamento de amortizações e de gerações que já foram registrados pela empresa. Esse erro foi detectado pelo TCU. Isso tudo faria com que a tarifa de energia baixasse.

Fizemos a sustentação oral. Novamente, eu fui o único Deputado de Minas Gerais presente, o único Deputado a fazer a defesa dos consumidores na reunião da ANEEL. Entreguei esse documento em meu nome e no nome do Deputado Estadual Elismar Prado. Fizemos os questionamentos. Denunciamos os vários absurdos e a falta de transparência nos processos de definição de valores da tarifa de energia da CEMIG.

A ANEEL é uma agência que tem que regular o setor. Não pode ser como uma advogada das empresas. Tem que fazer a regulação do setor.

Denunciamos que é muito difícil a análise das planilhas de custo, porque são muito técnicas. Fica difícil o entendimento.

Conseguimos uma vitória: a redução média de 10,66%. A redução para as residências ficou em 6,3% e para as indústrias, em torno de 21,4%. É uma redução pequena, mas neste momento de crise, de dificuldade econômica, com 14 milhões de desempregados, foi uma grande vitória para os consumidores mineiros.

Nós realmente ficamos atentos. Sempre denunciamos, participamos e nos mobilizamos para impedir que os consumidores sejam passados para trás. Para que se tenha uma ideia, se não fosse a nossa atuação há anos, o valor da tarifa de energia da CEMIG hoje seria no mínimo o dobro! O valor de energia da CEMIG seria o dobro do valor atual!

Nós sabemos que a energia elétrica é um serviço essencial à vida, tão essencial como o arroz e o feijão. Não pode ser tratada como simples mercadoria, de maneira nenhuma.

Mais uma vez, eu queria agradecer ao povo mineiro a confiança.

Parabenizo o Deputado Estadual Elismar Prado pela atuação. Graças a toda essa mobilização e esse empenho, nós conseguimos impedir mais um reajuste abusivo da CEMIG. A redução foi pequena, mas, graças a Deus, não houve aumento!

Por fim, mais uma vez, afirmamos o nosso posicionamento totalmente contrário à reforma da Previdência, porque é uma maldade e uma injustiça com o povo, com os servidores e com os trabalhadores do nosso País!

E chegou a hora de termos eleições diretas. Eu defendo uma Constituinte exclusiva para a reforma política. O povo tem o direito de participar. Eleições diretas já!

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja amplamente divulgado, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Severino Ninho) - V.Exa. será atendido. O

discurso de V.Exa. será divulgado nos meios de comunicação desta Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 128/141

136.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	25/05/2017-18:45
Publ.: DCD - 26/05/2017 -		ASSIS DO COUTO-PDT -PR
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Afirmação do PDT como partido opositor. Truculência da Polícia Militar contra manifestantes nas proximidades do Congresso Nacional. Equívoco da não-paralisação dos trabalhos na Casa durante o grave tumulto ocorrido na Esplanada dos Ministérios e nas imediações do Parlamento brasileiro. Apelo à Presidência de não-inclusão na pauta da proposta governamental de reforma previdenciária.

O SR. ASSIS DO COUTO (PDT-PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, Deputado Ninho.

Eu queria, primeiro, dizer que ocupo esta tribuna pelo PDT. E não temos aqui, pelo Partido Democrático Trabalhista, que ficar nos justificando, nos defendendo. Nós estamos, sim, na Oposição.

Ontem, além de vários Parlamentares do partido estarem na Esplanada dos Ministérios acolhendo, buscando dialogar com mais ou menos 100 mil pessoas, nós também nos retiramos deste plenário, como já foi divulgado pela imprensa e por vários Parlamentares que me antecederam.

Mas não venho aqui justificar as nossas ações, porque nós não temos, pela nossa história e pela nossa posição neste Governo, nada para justificar. Não temos nada do que nos defender aqui.

Vimos aqui denunciar os fatos; expressar a nossa opinião em relação ao momento que estamos vivendo no País; alertar a população brasileira para que não caia em armadilhas, principalmente as da grande mídia, porque o quadro que estamos vivendo hoje é preocupante e exige de todos nós atitudes, opiniões, posições e contribuições, para que dele possamos sair.



Acompanhei ontem, juntamente com a Liderança do PDT, várias negociações, entre elas a relativa ao confronto que havia na Esplanada dos Ministérios entre a polícia e os manifestantes. E não quero aqui dizer que não havia provocadores, alguns baderneiros entre as mais de 100 mil pessoas que lá estavam. Também afirmo o que vários aqui declararam: era preciso que tivéssemos por parte da polícia a constatação, a percepção, que já havia, do risco daquela manifestação, por conta de alguns que lá estavam. E isso poderia ter sido evitado. Há praticamente 30 anos, ou seja, em 1987, eu conheci Brasília. Era jovem, agricultor, sindicalista. Ontem, dia 24 de maio de 2017, quando subi no caminhão, na Esplanada dos Ministérios, juntamente com outros Parlamentares, essa recordação, esse filme me passou pela memória, porque há 30 anos nós estávamos ali. Nós acampávamos no Parque da Cidade e fazíamos passeatas na Esplanada dos Ministérios. Vínhamos até aqui, abordávamos os Constituintes e dialogávamos com eles.

E foi dessa forma modesta que eu e centenas de milhares de pessoas deste Brasil inteiro contribuimos para a Constituição Cidadã de 1988. Esse processo se deu em 1987 e em 1988. E ontem, quando subi no caminhão de som, na Esplanada dos Ministérios, já no início da manifestação - logo no início, quando as pessoas estavam chegando próximo ao Congresso Nacional -, vi a forma violenta, a forma absurda com que a Polícia Militar tratou os manifestantes que ali estavam. Quero dizer com toda clareza que vi naquele momento o alto risco daquela situação e expressei aqui neste plenário que se não estabelecesse um diálogo com a manifestação havia o risco de ela chegar aqui, e o pior poderia acontecer. Manifestei isso ontem em plenário. Na sequência, ouvi as informações de início de incêndio em Ministérios, e deu no que deu, por falta de capacidade de ação deste Congresso Nacional, que devia ter paralisado suas atividades, e do Executivo, que não sabe tratar com as manifestações da sociedade brasileira.

Era isso que eu queria manifestar aqui em nome do Partido Democrático Trabalhista, o PDT: a nossa opinião em relação aos fatos que aconteceram ontem, sem ainda falar sobre os fatos que lamentavelmente aconteceram aqui, dentro deste plenário.

Se este Congresso Nacional, que é a representação do povo brasileiro, e o Executivo, com toda a crise que enfrenta o Governo Michel Temer, que já deveria ter renunciado e que provavelmente nos próximos dias não será mais Presidente, não souberem tratar essas questões, a situação ficará cada vez mais difícil. E se porventura o Presidente desta Casa pretender colocar em pauta a reforma da Previdência, faço um apelo a ele para que não faça isso, porque, se tivermos que tratar da eleição para Presidente da República, nós teremos aqui dias muito mais difíceis do que ontem.

Quero finalizar este meu pronunciamento em nome do PDT, para



cumprir o meu horário, dizendo que não há nenhuma dúvida para nós, do PDT, ou para este Deputado de que o que está por trás de toda esta crise é uma obsessão de um setor da elite brasileira e do Governo que hoje está no poder em retirar direitos dos trabalhadores, dos mais pobres do Brasil.

Eu poderia citar várias situações da nossa Previdência. Fui membro da Comissão Especial e acompanhei toda a discussão. Eu queria dizer para a população que está nos ouvindo, **para** os nobres pares desta Casa, como está a questão dos trabalhadores do Regime Geral da Previdência, de acordo com o substitutivo, para o caso de ele ser discutido aqui. Um jovem que iniciar sua vida laboral hoje, com 20 anos de idade, terá que trabalhar até os 69 anos de idade e contribuir durante 49 anos para a Previdência Social, se quiser se aposentar com o salário integral. Ou seja, seria meio século de contribuição e quase 70 anos de idade. Que Previdência teremos no futuro?

Para um trabalhador rural será difícil da mesma forma. Aliás, eu quero aproveitar para fazer uma homenagem ao Sr. Valmir, ao Roberto e à Elizane, da família Sagim, de Francisco Beltrão, no Paraná; ao Sr. Nelson, ao Roberto e à Neiva, da família Guerra; ao Valdir, à Dorilde e ao Vitor, da família Dalazém. Eu fui, num final de semana, gravar o dia a dia deles, como trabalhadores da agricultura familiar: levantaram às 4 horas da madrugada, trabalharam o dia todo e pararam às 22 ou 23 horas. Segundo a proposta apresentada, terão que contribuir para a Previdência com 2 mil reais por mês, 800 reais por mês, 400 reais por mês - cada uma das famílias - para poderem se aposentar. Além disso, ainda pretendem tirar a contribuição pela produção e fazer com que ela passe a ser mensal, de 5% do salário mínimo. Um jovem como o Vitor, que começou a trabalhar com 16 anos, terá que trabalhar até os 64 anos e contribuir durante 49 anos.

Essa é a reforma da Previdência que estamos fazendo!

E também há o caso dos professores: uma professora terá que trabalhar até os 64 anos e contribuir por 44 anos. Da mesma forma, os policiais. Que reforma é essa?

É isso que está por trás de toda essa tensão e essa crise que estão aqui.

Sr. Presidente, peço mais uma vez que o Presidente desta Casa e a Mesa Diretora não pautem a reforma da Previdência, porque as coisas tendem a piorar. A revolta da população brasileira é muito grande e ela chega até Brasília, com polícia ou sem polícia.

Peço também que V.Exa. determine a divulgação deste meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 129/141

140.3.55.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	31/05/2017-16:54
Publ.: DCD - 01/06/2017		SILVIO COSTA-PTDOB -PE
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	QUESTÃO DE ORDEM QUESTÃO DE ORDEM

Sumário

Questão de ordem sobre a data prevista para a inclusão na pauta da proposta de reforma política.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Trata-se de uma questão de ordem que não tem nada a ver com a matéria, mas é importante.

Amanhã já é dia 1º de junho. V.Exa. sabe que, em função do princípio da anualidade, algumas coisas da reforma política têm que ser votadas até o dia 5 de outubro. Já chegou o mês de junho, e em julho temos recesso. Eu quero perguntar a V.Exa., já que existe aqui um debate grande, quando pretende pautar aqui na Câmara a chamada reforma política, que eu chamo de reforma eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, há duas Comissões. Uma vai ser instalada amanhã; a outra eu acho que já foi instalada. Cumprido o prazo de 11 sessões, no dia seguinte ao da votação na Comissão, poderemos, por acordo, votar em plenário as duas propostas: a que trata do financiamento do sistema eleitoral e a que versa sobre o fim de coligação e sobre a cláusula de desempenho, que veio do Senado Federal.

Tem a palavra o Deputado Weverton Rocha, para falar pela Liderança do PDT. *(Pausa.)*

Documento 130/141

148.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	06/06/2017-15:34
Publ.: DCD - 07/06/2017		BETINHO GOMES-PSDB -PE
-		
CÂMARA DOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO



Sumário

Instalação da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, sobre a vedação das coligações nas eleições proporcionais, o disciplinamento da autonomia dos partidos políticos e o estabelecimento de normas sobre fidelidade partidária. Realização pela Casa de debate sobre o regime de governo.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos vivenciando mais uma crise dentro do sistema presidencialista de Governo e, certamente, não será a última. Os últimos presidentes da República estão enfrentando crises profundas por causa das suas gestões. É preciso refletir sobre a motivação dessas crises. Hoje nós estamos chegando ao esgotamento de um sistema político-partidário que mostra que esta forma de governar e este sistema partidário precisam ser repensados. Estamos vendo discursos mirabolantes sendo apresentados à sociedade com uma panaceia para resolver os problemas atuais. Agora se discute se haverá ou não eleições diretas para a indicação do Presidente no caso de vacância. Embora seja uma tese simpática, a população compreende que não será simples fazer essa mudança ou, provavelmente, será inviável, porque mesmo que se aprove aqui na Câmara dos Deputados, há um princípio na Constituição sobre mudanças eleitorais, determinando que se respeite a anualidade. Ou seja, não será possível aplicar essa mudança neste momento. Na Comissão de Constituição e Justiça - quero inclusive afirmar que votarei pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2016 -, discute-se a eleição direta no caso de vacância para presidente e vice-presidente da República, mas esse não será o problema para a crise atual nem para as futuras crises. Daí é preciso que esta Casa comece a refletir sobre soluções concretas para as crises vindouras, porque esse sistema presidencialista de coalizão está esgotado. Precisamos nos despir das vaidades e da disputa política cega para encontrar um novo formato de sistema partidário que permita mais representatividade, que dê mais força e consistência para que evitemos as futuras crises que certamente ocorrerão se esse sistema que aí está permanecer. Hoje, enquanto se discute a reforma política, será instalada a Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, que prevê fim de coligação e a instituição de cláusula de desempenho que sozinha também não será o remédio para todos os

males, mas um caminho inicial para superarmos a fragmentação de um sistema partidário que nos leva muitas vezes aos acordos de conveniência, que leva os governantes a fazerem alianças que muitas vezes não estão de acordo com os seus programas e acabam nos apontando as crises sucessivas.

Ao lado disso, este Parlamento tem que ter coragem de discutir outras formas de Governo. Quero mais uma vez levantar a tese discutida nesta Casa e que já foi inclusive elemento de debate pela própria sociedade. Está na hora de fazer profunda discussão sobre a mudança de regime de Governo, pensar na possibilidade de um sistema parlamentarista ou semipresidencialista, como acontece em alguns países, de maneira que possamos superar as crises de forma menos traumática.

Se houvesse um sistema com este formato, o *impeachment* da Presidente Dilma certamente não teria ocorrido, porque aquele Governo poderia ter sido dissolvido a partir de um voto de desconfiança. Da mesma forma, a crise atual já poderia estar sendo debelada, se estivesse em funcionamento um sistema semipresidencialista ou parlamentarista.

Trata-se de um sistema que pode permitir a superação das crises, um sistema que pode permitir ao Parlamento soluções que vão ao encontro também do sentimento da sociedade, que muitas vezes cobra a solução rápida da crise e não enxerga a saída no final do túnel.

Esse debate precisa ser feito não para superar a atual crise, não como solução e remédio mágico, mas para que tenhamos um sistema mais estável de Governo para as próximas presidências do Brasil. Esse debate precisa ser feito urgentemente de forma aprofundado.

Por isso, quero fazer um apelo aos pares para que possamos discutir a PEC 282 e, ao mesmo tempo, colocar em debate novamente o sistema parlamentarista de Governo como forma de superar as crises futuras.

Caso contrário, vivenciaremos mais uma vez crises que levarão a sociedade à desesperança. Infelizmente, a economia ficará à mercê de uma política absolutamente contaminada por uma lógica que não mais se sustenta.

Por isso, Sr. Presidente, repito, é chegada a hora de uma discussão sincera, de diálogo entre as lideranças políticas brasileiras. Que sejam encontradas alternativas viáveis para superar os problemas futuros de representação política. É preciso encontrar uma solução para este País, e essa responsabilidade cabe a este Congresso.

Deixo aqui essas palavras, convidando todas as forças políticas a fazerem esse debate sincero, porque nós estamos a ver mais uma crise. Certamente, vamos passar por ela, mas provavelmente vivenciaremos novas crises, em função da lógica que se estabeleceu na política nacional.

O SR. PRESIDENTE (JHC) - Agradeço ao Deputado Betinho Gomes.

Documento 131/141

148.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	06/06/2017-16:58
Publ.: DCD - 07/06/2017 -		MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	ORIENTAÇÃO DE BANCADA DISCURSO

Sumário

Apelo à Presidência de convocação de reunião da Comissão Especial destinada ao exame da proposta de reforma política.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, enquanto se vota, eu peço a atenção de V.Exa. para o calendário, pura e simplesmente, pois nós estamos chegando à data limite da anterioridade de legislação eleitoral.

Hoje, na coluna da jornalista Lydia Medeiros, *O Globo* publica uma reclamação do Senado, e uma reclamação correta, acho eu. Nós vivemos em um sistema bicameral e não devemos nos alarmar com críticas de uma Casa ou de outra. O Senado está reclamando que a Câmara não decide.

Eu penso que há uma sobrecarga, mas eu apelo a V.Exa. que mande se reunir a Comissão da Reforma Política. É preciso dar qualquer resposta, inclusive nenhuma, por deliberação dos votos dos Parlamentares. Não pode ser, pura e simplesmente, pela omissão. Pode-se votar a favor, votar contra, na Comissão, idem aqui no plenário, porém, não pode ser essa a primeira vez que a matéria não é sequer examinada.

Há projetos importantes, propostas importantes...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. LEO DE BRITO - Sr. Presidente, quero me somar à preocupação do Deputado...

O SR. MIRO TEIXEIRA - O que eu entendo é que nós temos que deliberar.

V.Exa., quando tiver chance de dar uma olhada no Plenário, vai perceber que as pessoas estão igualmente desatentas neste momento, mas o calendário está andando, e a anterioridade é fatal, até para emendas constitucionais. Não tem essa história de, por ser emenda constitucional, poder ultrapassar o prazo que da anterioridade. Não

ultrapassa. O Supremo Tribunal Federal assim já decidiu.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Na verdade, uma Comissão já está instalada e a outra será instalada hoje, assim que a Ordem do Dia acabar - e eu espero que acabe cedo.

Documento 132/141

148.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	06/06/2017-16:58
Publ.: DCD - 07/06/2017 -		LEO DE BRITO-PT -AC
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Urgente necessidade de realização da reforma política. Clima de anormalidade política reinante no País.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero me somar à preocupação do Deputado Miro Teixeira.

É claro que a base do Governo tenta criar aqui um clima de normalidade que não existe, colocando pautas, digamos assim, frias, como aconteceu na semana passada e está acontecendo nesta semana.

Mas, depois de tudo o que aconteceu no País nos últimos anos, de todas as revelações que foram feitas referentes a essa relação promíscua entre Governo, políticos e empresários, não dar para a sociedade uma resposta concreta como uma reforma política que, de fato, tenha uma racionalidade e dê uma transparência maior ao processo político eleitoral eu considero que é um grande erro do Parlamento.

Portanto, nós precisamos urgentemente colocar na pauta a reforma política, ainda que seja para votar 3, 4 ou 5 pontos que tenham em conta as necessidades menos imediatas. Entre elas, eu vejo o fim das coligações proporcionais e da cláusula de barreira, assim como o fim das coligações com federações. Também há a questão do financiamento público de campanha, que é quase um consenso nesta Casa.

Portanto, eu considero fundamental que essa pauta seja colocada, porque o nosso tempo é exíguo, é muito pouco, e nós precisamos, de fato, dar uma resposta para a sociedade.

Não adianta querer criar um clima de normalidade que não existe. Está

aí o Presidente sendo investigado por corrupção passiva, por prevaricação, por organização criminosa; há o julgamento no TSE; e a população pede uma resposta rápida sobre a questão da reforma política. Portanto, essa matéria tem que entrar na pauta, Sr. Presidente.

Documento 133/141

150.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	07/06/2017-15:00
Publ.: DCD - 08/06/2017		ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Apreensão do orador ante a instabilidade política reinante no País. Defesa de discussão pela Casa da proposta de reforma previdenciária. Realização da 1ª Marcha de Osasco pelos guardas civis municipais. Valorização da categoria.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a deferência de V.Exa. Queria registrar a nossa preocupação com essa instabilidade toda do Governo e com a questão relativa à reforma da Previdência. Nós queremos discutir em plenário a reforma da Previdência, para recuperar as regras de transição; definir a questão pensão; também a questão da cumulatividade da aposentadoria com pensão de até 2 salários mínimos, o que é um absurdo; resolver a questão dos aposentados por invalidez; garantir a situação dos agentes penitenciários e também resolver a questão dos guardas civis municipais, que fizeram um grande encontro na Primeira Marcha de Osasco, na semana passada - aproveito para mandar um abraço ao Naval e ao Comandante Menezes pela grande concentração. Sr. Presidente, sem dúvida nenhuma, para resolver a crise na segurança pública pela qual passamos neste País, precisamos valorizar as guardas civis municipais, para que façam o chamado policiamento comunitário, que já está previsto no Estatuto Geral das Guardas Municipais, a Lei nº 13.022, de 2014, e só falta ser cumprido. Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 134/141

150.3.55.O Sessão Deliberativa Ordinária - CD 07/06/2017-16:10
Publ.: DCD - 08/06/2017 - RENATO MOLLING-PP -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Importância da boa gestão dos recursos públicos. Responsabilização do Governo anterior pela situação de desemprego do Brasil. Falta de condições morais da esquerda para exigência de eleições diretas para a Presidência da República. Defesa de realização da reforma política.

O SR. RENATO MOLLING (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Pedro Uczai.

Saúdo os nobres Deputados e Deputadas.

Eu queria nesta tarde manifestar a importância que tem a política, seja aqui na Câmara dos Deputados, seja no Senado Federal, seja nas Assembleias, seja nas Prefeituras, onde administramos tudo que é arrecadado no País, fruto do trabalho, fruto dos impostos. Se essa arrecadação é bem administrada, a cidade vai bem. Se ela é bem gerida, tudo funciona. Agora, quando, ao contrário, não há planejamento, quando se gasta mais do que se arrecada, há quebra, dificuldades. É assim também nas famílias. A família que gasta mais do que ganha acaba tendo que tomar empréstimo no banco ou pegar dinheiro com agiota. E, quando não suporta mais, quebra. É como aconteceu com o nosso País. Durante vários anos, fomos administrados por um partido de esquerda que não soube aproveitar a oportunidade de administrar bem o nosso País, gastou mais do que tinha, prometeu mais do que podia cumprir. E chegamos a esta situação: País quebrado, com 14 milhões de pessoas desempregadas. O mesmo partido pede hoje diretas já. Ora, que moral tem para pedir eleições diretas, depois de se eleger graças a mentira, a enganação, mostrando para a população um País que não existia? Agora está pedindo diretas de novo?!

Nós temos que preparar o nosso País para as eleições de 2018 aprovando as reformas necessárias - a reforma política é fundamental - , fazendo com que as pessoas voltem a confiar nos políticos, nos seus governantes. E precisamos encontrar mecanismos eficientes para evitar a corrupção, o que só se consegue com projetos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Uczai) - Vou dar a palavra ao próximo orador, Deputado Caetano, por até 3 minutos, e já informo que passarei a observar o cumprimento do tempo, para permitir a fala dos

vários Deputados que gostariam de se manifestar.
Deputado Caetano, eu vou conceder 15 segundos ao Deputado Renato Molling, para a conclusão do pronunciamento.
Pois não, Deputado Renato.

O SR. RENATO MOLLING - Sr. Presidente, poucos dias atrás foi inaugurado o maior túnel do mundo, da Suíça até a Itália. O engenheiro responsável pelo projeto recebeu um prêmio porque acertou com exatidão o orçamento e o cronograma de obras. Que isto sirva de exemplo para que os nossos projetos sejam mais bem feitos e assim possamos evitar tanta corrupção que existe neste País.
Muito obrigado, Presidente.

Documento 135/141

150.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	07/06/2017-18:06
Publ.: DCD - 08/06/2017 -		WELITON PRADO-PMB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	REPRESENTANTE DO PARTIDO DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PMB favorável à realização de eleições diretas já para a Presidência da República. Defesa da convocação de Assembleia Constituinte exclusiva para a reforma política. Apelo ao Governador do Estado de Minas Gerais de imediata prorrogação de contratos celebrados com agentes penitenciários e agentes socioeducativos. Necessidade de fortalecimento da área de segurança pública em Minas Gerais. Posicionamento do PMB contrário à reforma previdenciária. Indignação do orador com a aprovação da proposta de reforma trabalhista, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero saudar todas e todos e, mais uma vez, reafirmar o posicionamento do PMB em favor das eleições diretas já, inclusive falamos isso 1 ano atrás. Um ano atrás já defendíamos as eleições diretas e a Constituinte exclusiva para fazer a reforma política. Nós acreditamos que essa é a única forma de pacificar o País.
Eu quero fazer um apelo ao Governador do Estado de Minas Gerais



para que prorrogue, com urgência, os contratos dos agentes penitenciários e dos agentes socioeducativos. A situação é muito grave em Minas Gerais.

Os agentes penitenciários estão mobilizados. Esta semana, os agentes lotaram a Assembleia Legislativa. E qual é a reivindicação deles? É justamente a prorrogação dos contratos dos agentes penitenciários e socioeducativos. A categoria está mobilizada.

Acompanho e participo ativamente da luta dos agentes desde 2009. Lamentavelmente, esse problema se arrasta há anos, há quase uma década. Segundo o representante dos agentes, Ronan Rodrigues, só este ano, 600 agentes tiveram seus contratos encerrados e outros devem ser demitidos.

Minas Gerais tem um déficit - pasmem! - de mais de 2 mil agentes penitenciários. Mesmo com a nomeação de concursados, o Estado ainda terá problemas com a falta de profissionais. E o que é pior: num momento em que a situação da segurança pública é crítica, o aumento da criminalidade é assustador, e as unidades prisionais estão com lotação 50% acima da capacidade, segundo reportagens de vários veículos de comunicação.

São mais de 13 mil agentes penitenciários contratados trabalhando com a insegurança se vai haver ou não a prorrogação de seus contratos.

Quem trabalha há décadas na segurança pública e, inclusive, participou de cursos de formação não pode simplesmente ser descartado pelo Governo de Minas. Esses profissionais merecem respeito, são pais e mães de família que há anos se dedicam ao serviço e receberam investimento em cursos e capacitação. A segurança pública é uma das maiores preocupações da população, e a eficiência no serviço só é possível com investimentos e agentes penitenciários e socioeducativos preparados, capacitados e respeitados.

A situação é gravíssima, é um barril de pólvora. Os agentes estão mobilizados, já fizeram acampamento na porta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais durante vários meses, já fizeram greve. Inclusive, no Governo passado, houve uma grande mobilização dos agentes penitenciários. A crise no sistema é muito grave.

Então, eu faço um apelo para que o Governo do Estado de Minas Gerais garanta o direito dos agentes e prorrogue os contratos, a fim de garantir a segurança e a tranquilidade para a população de Minas Gerais. Apelo também, da mesma maneira, para que reforce as forças de segurança, garantindo novas contratações, porque o déficit é muito grande tanto na Polícia Civil quanto na Polícia Militar. Além disso, peça aumento de equipamentos. Em muitos Municípios, faltam viaturas e não há condições mínimas de trabalho.

Fazemos esses apelos e queremos, inclusive, dar um aviso ao Governo: a situação é grave e pode piorar. Nós podemos ter uma

tragédia em Minas Gerais, e ninguém quer isso. Por essa razão, nós esperamos que o Governo tenha um posicionamento firme, o mais rápido possível, e resolva esse problema para dar tranquilidade ao conjunto da população.

Mais uma vez, quero colocar o nosso posicionamento, o posicionamento do PMB: nosso partido é totalmente contra a reforma da Previdência. Esse Governo não tem legitimidade, não tem mais nenhuma condição de continuar as reformas.

Aproveito para lamentar o posicionamento do Senado Federal, onde, nesta semana, a reforma trabalhista passou com uma votação apertada na Comissão. Esperamos que, no mérito da proposta, o Governo tenha uma derrota. Não é certo, não é correto fazer reforma só para o trabalhador, em vez de cobrar dos grandes devedores, dos bancos e fazer uma auditoria da dívida pública.

O Governo Temer não tem legitimidade, e por isso pedimos eleições diretas, novas eleições para pacificar o País.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um apelo ao Governo de Minas Gerais para que adote as providências urgentes para prorrogação dos contratos dos agentes penitenciários e socioeducativos de Minas Gerais.

A categoria está mobilizada e fez manifestação na Assembleia Legislativa.

Acompanho e participo ativamente da luta dos agentes desde 2009. E, mais uma vez, lamentavelmente, esse problema se arrasta. Segundo o representante dos agentes, Ronan Rodrigues, só este ano, 600 agentes tiveram seus contratos encerrados e outros devem ser demitidos.

Minas Gerais tem um déficit de 2 mil agentes. Mesmo com a nomeação de concursados, o Estado ainda terá problemas com a falta de profissionais. E o que é pior: num momento em que a situação da segurança pública é crítica, o aumento da criminalidade é assustador e as unidades prisionais estão com lotação 50% acima da capacidade, segundo reportagens da imprensa.

São 13 mil agentes contratados trabalhando com a insegurança da prorrogação ou não dos seus contratos.

Quem trabalha há décadas na segurança pública não pode simplesmente ser descartado pelo Governo. Esses profissionais merecem respeito, são pais e mães de família que há anos se dedicam ao serviço e receberam investimento em cursos e capacitação. A segurança pública é uma das maiores preocupações da população e a eficiência no serviço só é possível com investimentos e agentes penitenciários e socioeducativos preparados, capacitados e

respeitados.

Gostaria que o meu pronunciamento tivesse ampla divulgação pelos meios de comunicação da Casa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*.

Documento 136/141

150.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	07/06/2017-18:26
Publ.: DCD - 08/06/2017 -		MIRO TEIXEIRA-REDE -RJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Informação à Presidência sobre a existência de três Comissões Especiais relativas à reforma política. Orientação de bancada.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, eu vou começar falando de reforma política, para dizer aos Deputados que assinaram a emenda constitucional, que me deram a confiança de assinar a emenda que eu trouxe a cada um, que estão criadas três Comissões Especiais para tratar da reforma política. Isso representa uma dificuldade enorme de se chegar a um texto antes que se ultrapasse o prazo da anterioridade constitucional. Então, eu alerto a todos que nós estamos correndo o grave risco de não fazermos qualquer reforma. Com relação à PEC, a REDE vai votar "não" ao requerimento de retirada de pauta. Na hora da votação da matéria, nós nos pronunciaremos. Obrigado.

Documento 137/141

150.3.55.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	07/06/2017-18:26
Publ.: DCD - 08/06/2017 -		RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PCDOB -MA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO



Sumário

Participação em audiência pública na Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, para debate da proposta de reforma política. Defesa de realização da reforma político-eleitoral com participação popular.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta segunda-feira, dia 05 de junho, eu participei, como palestrante, de uma audiência pública destinada ao debate sobre reforma política, que foi organizada pela Câmara Municipal de Imperatriz e a Comissão Especial da Assembleia Legislativa. Junto comigo estavam o Deputado Federal Deoclides Macedo, o Deputado Estadual Eduardo Braide, o Vereador Ricardo Seidel e o advogado Marlon Reis. A audiência aconteceu durante toda a manhã e contou com a presença de várias lideranças e representantes de Municípios vizinhos, além de outros Deputados Estaduais.

Foram apresentados alguns dos principais pontos que hoje são discutidos no Parlamento com relação à reforma política e também foram respondidas perguntas feitas pelos participantes. Temas como a cláusula de barreiras, o voto distrital, a lista fechada, o financiamento público e privado de campanha e o fim da reeleição foram debatidos no evento.

Essa foi a segunda audiência pública para tratar do referido assunto. A primeira ocorreu em São Luís e a tendência é de que aconteçam outras em regiões distintas do Estado do Maranhão.

Sou a favor da reforma política, mas uma que venha para melhorar e democratizar cada vez mais a participação popular e sua representatividade. Conscientizar as pessoas e tratar desse tema é muito importante, o debate tem que começar com o povo para que ele nos diga o que é melhor para a sociedade para que tenhamos uma reforma política efetiva. Enalteço, portanto, o ato da Assembleia Legislativa do Maranhão. Eu gostaria de parabenizar o Deputado Estadual Eduardo Braide e o Vereador Ricardo Seidel, de Imperatriz, e de lhes agradecer pela iniciativa.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 138/141

152.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	08/06/2017- 15:03
Publ.: DCD - 09/06/2017		POMPEO DE MATTOS-PDT -RS
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio à adoção do voto em lista mista, no processo de reforma política.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tiro meu chapéu em homenagem saudosa ao Dr. Américo Freire, mas o coloco de novo para falar sobre a reforma política que está aí e que está deixando todo mundo angustiado, Brasil a fora e Rio Grande a dentro.

Esta Casa, através do Relator do projeto, o Deputado Vicente Candido, tem feito um grande trabalho relativamente ao debate da matéria, mas preocupam-me as conclusões.

Primeiro, há a perspectiva da tal lista fechada, na qual eu vejo sérios problemas. A lista fechada pode ensejar que caciques, donos de partido façam uma lista a seu bel prazer e a entreguem ao cidadão, ao eleitor, que não tem o que fazer senão dizer "sim" ou "não": ou "sim" a esta e "não" àquela, ou "sim" àquela e "não" a esta, mas em qualquer caso serão listas fechadas em que o eleitor não poderá mexer.

Assim, vão eleger os caciques, e nós teremos mais do mesmo ou até do pior. Daí minha contrariedade com a lista fechada, que aceito debater em qualquer campo, em qualquer esfera.

O eleitor, o cidadão não concorda com a lista fechada. Aliás, a rejeição é tanta e tamanha, que muitos desta Casa que defendiam a lista se encolheram - mas não desistiram da armação que poderá garantir a reeleição dos mesmos. Assim foi que inventaram o tal de voto distritão, que é muito pior do que a lista fechada, se é que algo pode ser pior do que ela.

Como funciona o distritão? Serão eleitos os mais votados em cada Estado. No meu Estado, por exemplo, o Rio Grande do Sul, são 31 Deputados. Sabe quantos candidatos vão constar da lista, Sr. Presidente? Trinta e um. Cada partido vai largar o número de candidatos de acordo com os Deputados que ele tem aqui, para eleger os mesmos de novo, sem nenhuma renovação, a não ser que não queiram concorrer, porque os mais votados são os que têm mandato, uma vez que os que têm mandato têm nome, estrutura, prestígio, conceito, força. São os nomes escolhidos pelos seus partidos. Obviamente, o partido que tem três Deputados, vai largar três candidatos. Quais serão os candidatos? Os três Deputados. Por que não larga mais? Porque, se o fizer, correrá o risco de diluir a votação e de uma dos três Deputados ficar como suplente.

Então, o distritão é o fim dos partidos, é o fim da política, é o fim da disputa. É esquema puro! Denuncio à Nação, denuncio à população: não sejam bobos, não entrem nessa. Isso vai significar mais da mesma coisa, mais da mesma coisa ruim. Isso é o que de pior pode sair desta Casa.



Como alternativa aos sistemas que temos hoje, a saída não é a lista fechada, a saída não é o distritão, que elege só os poderosos, só os donos de mandato. Eu defendo a lista flexível, em que os partidos fazem a lista, entregam a lista ao eleitor, e o eleitor vota na lista e em um dos candidatos da lista. Por exemplo, para votar em mim, o povo votou na última eleição 12 e 12. Confirmou e votou no Pompeo de Mattos.

Pela proposta que que apresentei em 2010, o eleitor vota 12 e 12; ou seja, é um voto em dois tempos. O primeiro da lista, o número 12, do PDT. Em seguida, abre-se outro espaço, e o eleitor vota no número do seu candidato. Como é a eleição? Elegendo-se três, quatro, cinco, o primeiro da lista está eleito. O segundo eleito é o primeiro mais votado, o terceiro eleito é o segundo da lista, o quarto eleito, o segundo mais votado, ou seja, um da lista e um do povo.

Com isso, quem faz a lista é o partido, mas a última palavra quem dá é o eleitor. Ele refaz, ele recompõe, ele corrige, ele aperfeiçoa a lista, ele faz com que tenhamos a democracia do voto direto e secreto que permite a cada um a escolha de seu candidato.

Essa é a forma mais democrática, porque, em sendo lista, não vai haver custos com campanha individual: a campanha será coletiva e o financiamento obviamente ocorrerá pelo Fundo Partidário e será mínimo - não haverá essa dinheirama que aparece nas eleições não se sabe de onde, e depois se descobrem os mensalões, as Lava-Jatos, as Odebrechts, as JBSs. Vamos acabar com isso.

A lista flexível, projeto da minha autoria apresentado no ano de 2010, permite que nós possamos ter uma eleição transparente, com possibilidade de renovação, permite que o eleitor tenha a autoridade que deve ter de dar a última palavra, afinal, *"todo poder emana do povo e em seu nome tem que ser exercido"*. O voto do eleitor está garantido na lista flexível.

Essa é minha proposta, é o meu projeto e é a alternativa que apresento para melhorarmos a votação por lista, que não deve ser fechada, e tampouco deve-se adotar o tal voto distritão. Eu diria que a lista mista é um sistema moderno, democrático e adequado para que nós possamos ter economia e, também, a garantia da democracia, com a participação do eleitor, que é quem deve dar efetivamente a última palavra.

Abaixo a lista fechada! Abaixo o distritão, que é a vergonha da vergonha de quem tinha vergonha e de maneira sem vergonha apresenta um projeto dessa natureza, que é ruim para o cidadão, para a população, e não poderá fazer bem a esta Casa!

Estão propondo isso para garantir a reeleição de todo mundo, para garantir a reeleição dos mesmos, e eu estou denunciando isso. Não podemos aprovar esse esquema.

Lista flexível, pela democracia, pela liberdade, por eleições limpas!

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha) - Muito obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Documento 139/141

152.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	08/06/2017-16:00
Publ.: DCD - 09/06/2017 -		ERIKA KOKAY-PT -DF
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Clima de anormalidade política reinante no País. Envolvimento do Governo Michel Temer e Ministros de Estado em atos de corrupção. Elevado contingente de desempregados no País. Decisão do Presidente da Casa de arquivamento de pedidos de impeachment do Presidente da República. Descaso da CPI da FUNAI e do INCRA 2 com a situação de indígenas, demonstrado no relatório final do órgão. Lançamento da Frente Parlamentar Suprapartidária pelas Eleições Diretas Já. Escalada de assassinatos de jovens negros no País. Aumento do feminicídio entre mulheres negras brasileiras. Repúdio às reformas trabalhista e previdenciária. Envolvimento do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, com o mercado financeiro. Importância da implementação de plano emergencial para a recuperação da economia brasileira.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Além de estarmos vivenciando neste País um processo de profunda crise em todos os aspectos, nós estamos vivenciando - penso eu - um acinte contra esta Nação.

Temos na Presidência da República alguém que foi flagrado cometendo um crime - nós não estamos falando aqui, Deputada Janete, sobre convicções, nós estamos falando sobre provas - e que se agarra às estruturas de poder, menosprezando a população brasileira, menosprezando inclusive o que está dito nas pesquisas. Essa Presidência que agoniza no leito do golpismo, essa mediocridade empolada que também se chama Michel Temer, tem 3% de aprovação da população brasileira, mas se utiliza do Estado como se o Estado lhe pertencesse - são as capitâneas hereditárias, as sesmarias pós-modernas.

O Presidente se utiliza do Estado, retira alguém do Ministério da Justiça para colocar outra pessoa que pode ajudá-lo no julgamento do TSE. Ao mesmo tempo, tenta colocar a pessoa que estava no Ministério da Justiça no Ministério da Transparência, na perspectiva de



tentar manter um foro privilegiado, que deveria acabar.

Aliás, este País exige o término do foro privilegiado, exige o término do foro privilegiado!

Tudo isso foi feito para assegurar o foro privilegiado de uma pessoa que foi flagrada como seu emissário, ou como aquele que deveria receber e intermediar todos os negócios ilícitos, com uma mala de dinheiro.

Isso está acontecendo neste País. Alguns querem dizer que há normalidade. Que normalidade é essa? Que é normalidade é essa, que é fruto de uma naturalização da corrupção, de uma naturalização do desrespeito com o povo brasileiro?

Esse Governo é um antro de corrupção, é um Governo que tem nove Ministros envolvidos em diversas listas, um Governo que foi flagrado - flagrado! -, um Governo que se utilizou de uma aeronave do empresário que fez a delação premiada. Utilizou-se dessa aeronave, mas negou em um primeiro momento. Depois, assumiu que sim, ainda quando era Vice-Presidente.

Este que ocupa o Palácio do Planalto contra a vontade do povo brasileiro se utilizou de um avião particular de um empresário deste País. Tudo isso é considerado normal. Que normalidade é essa? Que normalidade nós temos em um País em que a carga tributária incide sobre os trabalhadores, sobre a renda dos trabalhadores e sobre o consumo. Mais de 70% da carga tributária brasileira está no consumo, penalizando a população de baixa renda. Está na renda dos trabalhadores. Não se taxam aqui grandes fortunas. Não se taxa o patrimônio. É o inverso da maioria dos países desenvolvidos do mundo. Aqui temos mais de 70% de taxaçaõ do consumo e taxaçaõ da renda do trabalhador. E por volta de 23% é taxada a propriedade.

Aqueles que detêm o poder no País conquistado com muita violência e com muita crueldade agora aplaudem, batem palmas para o Brasil, que está desconstruindo todos os avanços que fez para enfrentar a desigualdade. Em 1 ano de Governo golpista, nós tivemos 3 anos de retrocesso. Imaginem o que é o desemprego!

Em 2015 começaram a atacar Dilma Rousseff, a atacar a Presidenta honesta, até colocá-la em condições de não poder governar, a partir de um golpe parlamentar. Foi o golpe dos sapatos de bico fino em detrimento das botas. Mas agora assumem as botas, porque elas estão presentes para tentar calar o povo brasileiro.

De 2015 para cá, cerca de 10 milhões de pessoas ficaram desempregadas - 10 milhões de desempregados! Só em 3 meses, esse Governo desempregou mais de 2 milhões de brasileiros e brasileira, e ainda diz que o País está indo bem. O País está indo bem, sim, se a leitura for feita do lugar em que estão os banqueiros, do lugar em que estão os rentistas, do lugar em que estão aqueles que lucram e que levam quase metade do orçamento brasileiro apenas com serviços e os juros da dívida. É isso que estamos vivenciando neste País.



Aqui, diante dos vários pedidos de abertura de processo de *impeachment*, o que faz o Presidente da Casa? Arquiva esses pedidos. Arquiva, ignora. Ele ignora a voz do povo brasileiro e assume a sua crueldade, assume que está do lado não da população, mas do mercado. Foi o Presidente desta Casa que disse em alto e bom som que era preciso atender às demandas do mercado. Penso eu que este Poder deveria atender às demandas do povo brasileiro, deveria representar o povo brasileiro, mas não o faz, porque esta é uma democracia precarizada.

Este Parlamento é um pacto de casacas, de cartolas e de bengalas, onde não há mulheres em quantidade que justifique a representação que nós temos na sociedade, onde não há nenhum indígena. Aliás, os indígenas foram colocados nos pelourinhos, nos pelourinhos da atualidade. Esse é o sentido do relatório que foi aprovado nesta Casa na CPI do INCRA e da FUNAI.

Avaliam o desenvolvimento técnico e os estudos técnicos de homologação de terras indígenas, quilombolas e para a reforma agrária sob o crivo político daqueles que acham que os indígenas têm que ser contemplados com cestas básicas e não com terra. Acham que podem arrancar a terra do povo indígena, que podem ampliar as suas cercas e fincá-las no coração da nossa brasilidade, nas terras indígenas e nas terras quilombolas.

É isso que nós estamos vivenciando nesta Casa. Esta Casa? Ah, esta Casa! Ela olha para o chão, ela fala de lado, ela não encara o povo brasileiro. Se encarasse o povo brasileiro, pressionaria para que a maioria aqui não estivesse a serviço do mercado, contra os interesses de um povo brasileiro que vivenciou durante os Governos de Lula e de Dilma a possibilidade de desnaturalizar a fome, de desnaturalizar a miséria, porque não são naturais nem a fome nem a miséria.

Por isso, ontem, nós lançamos aqui nesta Casa uma frente parlamentar em defesa das eleições diretas, em defesa do retorno da democracia, açoitada pelo rentismo, açoitada pela LGBTfobia, açoitada pelo extermínio de jovens negros. Em 10 anos, exterminaram-se 300 mil jovens negros neste País ou jovens neste País! Em 10 anos 300 mil pessoas jovens foram vítimas de homicídio neste Brasil. Isso é um extermínio, é um genocídio de jovens!

Diz Dostoievski que nós conhecemos a nossa sociedade se conhecermos os nossos presídios. E, ao caminhar pelos presídios brasileiros, nós vamos ver que são masmorras, nós vamos ver que o direito é violado todos os dias. Mas nós vamos ver que quem está ali são os jovens negros e os jovens pobres de uma sociedade que não dá chance à juventude, como não dá chance às mulheres.

As mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio. Se caiu o feminicídio que atinge as mulheres brancas, cresceu o feminicídio que atinge as mulheres negras. É como se este Brasil negasse a sua própria cor. É como se este Brasil mergulhasse na LGBTfobia, porque



é um dos países que mais assassinam a comunidade LGBT, porque acha que é natural "armários", que acha que o beijo não pode ser liberto e que o afeto não pode caminhar nas nossas ruas. Este é um País acostumado com a naturalização da violência. E é por isso que este Brasil, sob este Governo, aprofunda todas as suas desigualdades. Nós estamos vendo aqui duas reformas: a reforma trabalhista e a reforma da Previdência, que são contra o povo brasileiro, que reafirmam que este Governo está a serviço do rentismo e do capital financeiro.

Aliás, foi o Ministro da Fazenda que disse que ficaria no Ministério, independentemente da manutenção ou não do Presidente. Ele é sustentado pelo mercado financeiro! Henrique Meirelles esteve, durante 4 anos, como Presidente do Conselho de Administração da JBS e é acionista de um dos maiores bancos deste País. Ele assume a sua condição.

"Que se dane o povo!", dizem Henrique Meirelles e esse Governo golpista.

Por isso, nós temos que fazer com que este Brasil implemente o plano emergencial que foi construído com várias vozes, com várias mãos, com vários olhares, que foi construído por representantes da sociedade brasileira. Há dez aspectos a serem considerados, envolvendo 78 medidas, para que o Brasil possa, enfim, vivenciar a sua grandeza. É isso o que nós estamos vivenciando neste País do rentismo, com esse Governo que tem como projeto a sua própria sobrevivência, que só pensa na sua sobrevivência, agarrando-se a ela e precificando os Parlamentares.

Às vezes, tenho a impressão de que os Parlamentares foram colocados em gôndolas, com preços fixados, para serem negociados com quem ocupa o Palácio do Planalto, para que se assegurem as reformas que destroem a Previdência Social e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras deste País.

O que nós estamos vivenciando é um escárnio contra o povo brasileiro! Por isso, a cada dia que passa, ganha força, fortalece-se a luta contra esse Governo, que é fruto da ruptura democrática e que mostra que o golpe não fica ensimesmado e vai se espraiando, obstruindo os tecidos e os poros da nossa própria sociedade.

Por isso, eu encerro as minhas palavras dizendo aquilo que nós escutamos todos os dias nos cantos e nas dobras deste País. Fora, Temer! Diretas já!

O SR. PRESIDENTE (Hildo Rocha) - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

152.3.55.O	Sessão Não Deliberativa de Debates - CD	08/06/2017- 16:33
Publ.: DCD - 09/06/2017		CARMEN ZANOTTO-PPS -SC
-		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Necessidade de adoção, pelo Governo Federal, de ações efetivas para a reversão de danos causados por inundações no Estado de Santa Catarina. Maior representatividade feminina no Parlamento brasileiro. Importância de ampla divulgação da Lei Maria da Penha. Enfrentamento da violência doméstica contra a mulher no País.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, nobre Deputada Janete Capiberibe, que preside esta sessão na tarde de hoje.

Senhoras e senhores, eu venho falar de um tema triste, que assola o meu Estado de Santa Catarina, o Estado do Rio Grande do Sul e outros Estados brasileiros. Refiro-me às fortes chuvas e às cheias que estamos enfrentando.

Em especial, neste último final de semana, a nossa cidade, o nosso Município de Lajes ficou parcialmente alagado. Pessoas de comunidades e de regiões menos assistidas, famílias mais frágeis e mais vulneráveis foram absolutamente atingidas. Empresas também foram atingidas. O comércio da nossa cidade, da nossa região e do nosso Estado de Santa Catarina foi atingido. A região serrana, o Município de Lajes, assim como o Município de Rio do Sul, no Alto Vale, e os Municípios vizinhos estão absolutamente precisando do apoio do Governo Federal.

A Bancada de Santa Catarina, coordenada pelo Deputado João Paulo Kleinübing, junto com o Secretário Acélio Casagrande, que é o Secretário de Governo, representante do Governador Raimundo Colombo aqui em Brasília, os demais colegas Deputados e a Deputada Geovania de Sá, estivemos ontem, mais uma vez, com o Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, o Coronel Renato Newton. Pedimos ao Governo Federal que olhe urgentemente pelo nosso Estado, Deputado Janete Capiberibe, porque o primeiro atendimento, na situação emergencial, está sendo feito pelos Prefeitos municipais, pela Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, pelo Governo de Estado. Mas se faz principalmente pela solidariedade de cada catarinense, que está ajudando com cobertores, com roupa de cama, com alimentos e com material de higiene.



Nós temos uma característica muito diferente. Nós estamos no período do inverno. A previsão para a madrugada de hoje e para o começo da manhã de amanhã é de temperaturas negativas. Em algumas regiões, há possibilidade de neve. O que está acontecendo lá? Há umidade. As pessoas estão com as suas casas comprometidas. Algumas ainda estão nos abrigos públicos em que foram acolhidas, porque efetivamente perderam tudo. Nós estamos falando daquilo que, muitas vezes, as pessoas levaram uma vida inteira para conquistar: os seus móveis, os seus utensílios domésticos, as suas roupas, os seus livros. E, para algumas dessas famílias, tudo isso foi embora.

Nós precisamos muito de apoio, porque as estradas do interior estão absolutamente comprometidas. Nós não termos recuperado essas estradas significa não permitir que as nossas crianças possam frequentar as salas de aula, porque elas precisam se deslocar das propriedades e das comunidades do interior até as escolas. E as estradas estão absolutamente danificadas. Assim como nós tivemos quedas de pontes, nós tivemos interditadas rodovias no Estado de Santa Catarina. Algumas delas já foram liberadas, mas outras vão precisar também de recursos financeiros para a sua recuperação, como trechos da BR-282 e de outras rodovias estaduais em Santa Catarina.

Estava prevista para amanhã a ida ao nosso Estado do Sr. Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, mas não foi possível, em função de outra agenda que S.Exa. estava cumprindo. Chegaria muito tarde ao nosso Estado. Agora, no inverno, anoitece muito cedo, em especial na nossa região, na nossa cidade de Lages e nos Municípios vizinhos. Mas o aguardamos na próxima semana, para que o Ministro possa verificar *in loco* as necessidades do meu Município e de todos os Municípios da região serrana, e para que efetivamente os Prefeitos e Prefeitas possam, no nosso Estado, recuperar as suas cidades com recursos financeiros federais, porque só com os recursos municipais e estaduais, Sra. Presidente, isso não será possível. A destruição foi realmente grande em algumas regiões.

Repito: tudo que algumas famílias tinham foi embora. É muito triste ouvirmos o desabafo: "*Tudo que eu construí numa vida eu não tenho mais*". Sofremos muito com as enchentes do Estado de Santa Catarina. Mais uma vez estamos sofrendo, a população da região serrana e do Alto Vale.

Hoje de manhã, o oeste do Estado também foi atingido por fortes vendavais, que destelharam casas e destelharam empresas, comprometendo mais uma vez a economia de Santa Catarina.

Sra. Presidente, para concluir, eu preciso tratar de outro assunto - e me dirijo a V.Exa., que é da nossa bancada, a bancada feminina.

Ontem nós estivemos, junto com a nossa Coordenadora da Secretaria da Mulher, a Deputada Soraya Santos, com o Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Nesta Casa, nós estamos debatendo a



reforma política. Precisamos avançar nesse debate e alterar o atual modelo político brasileiro, em especial as normas vigentes para a disputa eleitoral, porque nós estamos vendo e a sociedade brasileira está acompanhando tudo que envolve o processo político, que é lamentável, Sra. Presidente.

Mas quero dizer que esta Casa é responsável por fazer a nova reforma política. Nas últimas eleições, já tivemos proibido o financiamento privado de campanha. Empresas não podem mais doar. Mas nós precisamos adequar ainda mais a legislação, em especial para permitir que o Parlamento brasileiro não tenha apenas 10% de cadeiras sendo representadas por mulheres.

Nós temos inúmeras Câmaras de Vereadores neste País que não têm representação feminina, assim como Assembleias Legislativas. E esta Casa, a Câmara Federal, não possui a representação feminina de cinco Estados brasileiros.

Nós precisamos, através da reforma política, fazer um debate com a sociedade. Precisamos debater com o Tribunal Superior Eleitoral - com o Sr. Ministro Gilmar Mendes e todo o seu colegiado - nesta Casa, para que avancemos na permissão efetiva da participação da mulher no Parlamento brasileiro, porque as mulheres somam mais de 50% da população.

Sra. Presidente, eu queria registrar que saiu nesta semana uma pesquisa sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, pesquisa do Data Senado, que vem acompanhando a implementação e o conhecimento da importante lei brasileira: a Lei Maria da Penha. Essa pesquisa mostra um fato importante: 100% das pessoas pesquisadas conhecem e sabem da existência da Lei Maria da Penha, mas nem todas elas acreditam na sua aplicação devida. Mas em relação aos detalhes da pesquisa, eu deverei me pronunciar na próxima semana.

Portanto, peço que seja dado como lido o meu discurso e divulgado nos veículos de comunicação, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Janete Capiberibe) - Será atendido o pedido da Deputada Carmen Zanotto com relação à divulgação do seu discurso nos meios de comunicação desta Casa.

Da mesma forma, atende-se ao pedido da Deputada Erika Kokay de divulgação do discurso.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde 2005 o Data Senado aplica, de 2 em 2 anos, pesquisa telefônica sobre o tema Violência Doméstica contra a Mulher. As entrevistas aconteceram entre 29 de



março e 11 de abril.

Na edição de 2017, realizada em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência e divulgada no dia 7 de junho, o Data Senado entrevistou 1.116 mulheres por meio de ligações para telefones fixos e móveis. A amostra é representativa da população feminina brasileira, com margem de erro de 3 pontos percentuais e nível de confiança de 95%.

No levantamento feito, 100% das entrevistadas afirmaram já ter ouvido falar sobre a Lei nº 11.340, de 2006, a Lei Maria da Pena. Um dado que preocupa é que 77% disseram conhecer pouco a legislação, fato que indica a importância da divulgação massiva do texto.

A pesquisa também avaliou a percepção das entrevistadas sobre o quanto a Lei Maria da Pena protege as mulheres contra a violência. Para 26%, a Lei protege as mulheres; 53% disseram que a Lei protege em parte; e 20% responderam que a legislação não as protege. Para 97% das mulheres ouvidas, o agressor deve ser processado, mesmo contra a vontade da vítima.

Afirma Silvia Chakian de Toledo Santos, Promotora de Justiça e Secretária Executiva e Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID), do Ministério Público Estadual de São Paulo:

A discrepância entre a crença na capacidade da Lei de oferecer proteção para as mulheres (26% afirmam isso) e uma sobrevalorização da resposta punitiva (97% consideram que o agressor deve ser processado independentemente da vontade da vítima), esses números sugerem que estamos falhando em contar para a sociedade que a Lei oferece muito mais oportunidades de proteção e prevenção e acesso a direitos para as mulheres que podem contribuir para que saiam da situação de violência.

Em todas as edições anteriores, o percentual de entrevistadas que declararam ter sofrido violência se manteve constante, entre 15% e 19%. Nesta 7ª edição, foi constatado aumento significativo do percentual de mulheres que declararam ter sido vítimas de algum tipo de violência provocada por um homem. O percentual passou de 18%, em 2015, para 29%, em 2017.

Também houve crescimento no percentual de mulheres que disseram conhecer alguma mulher que já sofreu violência doméstica ou familiar. O índice passou de 56%, em 2015, para 71%, em 2017.

Os dados indicam a necessidade premente de ampla efetivação da Lei Maria da Pena, em especial nos aspectos preventivos.

No universo das mulheres brancas entrevistadas, 57% disseram ter sofrido violência física e 11%, violência sexual.

Em relação às mulheres negras, os percentuais são maiores. Entre as que se definem como pardas, 76% declararam ter sofrido violência física e 17%, sexual. Já as que se declararam pretas 65% relataram ter sofrido violência sexual e 27% sexual no âmbito doméstico e familiar.

Do universo de mulheres que sofreram violência, 74% disseram não ter buscado qualquer tipo de assistência de saúde e 26% informaram ter procurado serviços de saúde.

Do universo de entrevistadas, 90% declararam estarem dispostas a denunciar, caso presenciem ato de agressão a outra mulher.

A presente edição verificou que a mulher que tem filhos está mais propensa a sofrer violência. Enquanto o percentual de mulheres sem filhos que declararam ter sofrido violência provocada por um homem foi de 15%, o percentual de mulheres com filhos foi de 34%. Do percentual de mulheres que têm filhos e declararam ter sofrido violência, 70% foram vítimas de violência física. Entre as mulheres que não têm filhos, o percentual foi de 38%.

Os agressores mais frequentes, em 74% dos casos, ainda são os que têm ou tiveram relações afetivas com a vítima: o atual marido, companheiro ou namorado foram apontados como autores da agressão por 41% das respondentes. Outras 33% mencionaram o ex-marido, ex-companheiro ou ex-namorado como responsáveis pela violência.

Os dados acima detalhados indicam que muito ainda deve ser efetivado e divulgado sobre os aspectos de proteção, prevenção e acesso a direitos para as mulheres, que constam a Lei Maria da Penha, mas cuja implementação pelos poderes públicos ainda deixam a desejar.

Era o que tinha a dizer.

Documento 141/141

158.3.55.O

Sessão Deliberativa
Extraordinária - CD

14/06/2017-12:24

Publ.: DCD -
15/06/2017 -

CABO SABINO-PR -CE

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância da realização de reforma política.

O SR. CABO SABINO (PR-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vou falar sobre um tema hoje do qual eu não costumo - e até evito - falar, que é o tema da reforma política.



Em 2015, quando chegamos a esta Casa, a então Presidente Dilma fez a primeira reforma política - podemos dizer que foi do Governo dela, muito embora quem faça a reforma seja a Câmara -, e agora estamos prestes a fazer uma nova reforma política.

Eu me pergunto: o que vamos reformar? Teremos coragem mesmo de reformar o que precisa ser reformado? Ou vai ser feito mais uma vez um paliativo, uma engomagem, e não aquilo que o povo quer? Nos corredores se falava em lista fechada - Deus nos guarde dela! Agora se diz que é preciso acabar com as coligações e trazer o distritão.

O TSE já disse que, se a Câmara não acabar com as coligações, ele mesmo vai acabar. Mas, no distritão - e aí nos parece até haver uma lógica -, aqueles mais bem votados são os que assumem. Com isso, os partidos menores iriam acabar. Sem precisar fazer cláusula de barreira, os partidos menores já estariam avariados, só com essa emenda do distritão.

Ficam algumas perguntas cujas respostas eu gostaria que os estudiosos do tema trouxessem para nós e para o povo. Por exemplo, num Estado em que existam 10 Deputados Federais e tenham sido eleitos os 10 mais bem votados, o suplente vai ser de qual partido? Dizem que o mandato é do partido. Então, o primeiro suplente vai ser o mais bem votado? Teria que ser, porque não pode haver uma regra para os eleitos e outra para os suplentes.

Se um Governador de um partido quer nomear um Deputado como Secretário, mas o primeiro suplente desse Deputado é da Oposição, ele vai nomear? Ele vai chamar um cara da Oposição para vir votar contra ele na Assembleia? Convençam-me melhor disso, porque até agora não estou convencido.

Além disso, nunca mais nós vamos ver uma pessoa simples, do povo, na Câmara dos Deputados. Só vai ser eleito quem tem dinheiro, porque aquela pessoa que não tem dinheiro e não tem condições de ter uma legenda não vai mais se candidatar, pois sabe que, para ser eleito, precisa ser um dos mais votados, precisa ter uma estrutura, e ele não vai tê-la. Ninguém vai investir nele. Os partidos não investem em pessoas anônimas, mas, sim, naqueles que já têm mandato.

O distritão, se for aprovado, servirá muito mais para proteger quem já está no mandato do que para deixar as pessoas simples da população, que podem representar uma categoria, vir para esta Casa. Essas não virão mais, porque elas não têm como ser eleitas.

E estão pensando que vão baratear a campanha? Vão encarecê-la cada vez mais, porque aquele que achava que poderia concorrer a um pleito não vai conseguir fazê-lo. Ele vai ser cabo eleitoral e vai querer cobrar o preço dele para apoiar um ou outro. Essa situação vai se tornar cada vez mais difícil.

Então, nós temos muito ainda a pensar e a estudar para decidir o que queremos nessa reforma política. Agora, deveríamos fazer uma reforma real, e não apenas uma reforma para criar um fundo eleitoral.

O povo não aceita mais esse tipo de coisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, nobre Deputado.
